UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURA ALEMÃ

RODRIGO CAMPOS DE PAIVA CASTRO

Alencar e Kleist. Til e Toni.

Crise(s) da identidade na servidão e na escravidão modernas

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURA ALEMÃ

Alencar e Kleist. Til e Toni.

Crise(s) da identidade na servidão e na escravidão modernas

Rodrigo Campos de Paiva Castro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Letras

Orientador: Prof. Dr. Helmut P. Erich Galle

São Paulo
2012

Para a Fernanda

Resumo

Nesta tese, o autor busca analisar os elementos comuns e divergentes havidos entre o romance *Til*, do escritor brasileiro José de Alencar, e a novela "Die Verlobung in Sto. Domingo" ("O Noivado em Sto. Domingo"), do escritor alemão Heinrich von Kleist, e por meio desse esforço comparativo identificar como se relacionam a formação do sujeito na periferia escravista do capital e a formação do sujeito em sua periferia servil. Conclui-se que, trilhando caminhos opostos, um marcado pela carência identitária outro pelo excesso identitário, Alencar e Kleist retratam subjetividades problemáticas que são uma o reflexo invertido da outra, e as duas, por sua vez, o retrato de uma modernidade em crise. Na primeira parte da tese, o autor procura embasar historicamente a comparação, buscando as raízes comuns entre as duas formações socioeconômicas supostamente estranhas entre si. Na segunda parte, destaca principalmente o que o romance brasileiro e a novela alemã guardam de semelhanças. Na terceira, o que as duas obras guardam de diferenças.

Abstract

In this thesis, the author seeks to analyse both similar and deviating aspects which one will find to exist between the novel *Til*, from Brazilian writer José de Alencar, and the novella "Die Verlobung in Sto. Domingo" ("Betrothal in St. Domingo"), from German writer Heinrich von Kleist. Moreover this comparative study should identify what kind of relation two different models of subject constitution, one from the slave periphery of capitalism, the other from the serf periphery of capitalism, maintain with each other. It concludes by asserting that, having taken opposite paths, one characterized by a lack of identity, the other one by a surplus of identity, Alencar and Kleist portray problematic subjectivities which reflect one another inversely and both, when together, reveal a modernity driven to crisis. In the first part of this thesis, the author, as he searches for common roots to these two models of subject constitution that apparently bears little resemblance to each other, seeks to historically corroborate the comparison. In its second part, he highlights mainly what similarities the Brazilian novel and the German novella have to offer. In its third part, he discusses what sets them apart.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Helmut, pela amizade e por todos esses anos de incentivo, apoio e, principalmente, compreensão – esta tese nunca teria nem mesmo saído do papel não fosse por ele. Helmut talvez não saiba, mas o que consta destas páginas resultou também de um constante diálogo com as posições dele.

Ao Pasta, pela amizade e por todos esses anos de conversa e troca de ideias – a dívida intelectual só faz avolumar-se e esta tese é prova disso. Sublinhe-se, porém, que os inevitáveis erros e descalabros a serem logo mais perpetrados são de inteira responsabilidade do autor.

A minha mulher, Fernanda, pela companhia que persistiu de perto, à distância e mesmo quando o doutorando, não poucas vezes, ausentou-se de corpo presente. Obrigado também pela ajuda na formatação final desta tese.

À família e aos amigos, pelo carinho e pela torcida. A meu primo Fabiano, pela leitura interessada e a revisão atenta. E principalmente a minha mãe, Emília, cujos constantes questionamentos abriram novos rumos nesta empreitada e cuja leitura sempre entusiasmada e crítica serviu de incentivo constante.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de doutorado que custeou quase inteiramente esta pesquisa e pela bolsa-sanduíche que permitiu a realização de fundamental estadia na Alemanha.

Ao Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD) pela ajuda de custo e pelo curso de línguas oferecidos na Alemanha.

Ich bedanke mich auch bei Herrn Professor Ernst Osterkamp, der mein Betreuer an der Humboldt-Universität zu Berlin war.

Índice

Introdução. Ilusões, as há necessárias.....8

O malandro e o burocrata.....11

A 'segunda servidão' e a escravatura; o engenho e a Gutsherrschaft.....14

Capitalismo feudal ou feudalismo com capital?.....34

Escravos e servos – a lei e a lei.....45

Servos e escravos – o trabalho e o trabalho.....56

Dessemelhanças e indiferenças (1).....77

O Brasil (visto do Brasil) e o Haiti (visto da Prússia). Kleist e Alencar.....79

Indiferenças. Um romance e uma novela sobre a escravidão nos trópicos.....113

Dessemelhanças e indiferenças (2).....130

O fuzuê da similitude e o olhar da totalidade vaga.....162

A totalidade total e a sanha radicalizadora.....192

Til e Toni; sacrifícios e sacrifícios.....218

Inconclusiva conclusão.....227

Bibliografia.....237

Introdução. Ilusões, as há necessárias

Quando do começo da jornada em busca de traçar um quadro comparativo entre o romance *Til*, de José de Alencar, e a novela "O Noivado em Sto. Domingo", de Heinrich von Kleist, não havia certeza sobre o destino dela. A possibilidade do fracasso não se afastava de saída, restando, porém, a convicção de que, mesmo malsucedida, a empreitada renderia algum tipo de ganho intelectivo. Passados os anos, as leituras e as lucubrações, os percalços e os momentos de dúvida nulificadora, parece que o suspeitado malogro não se verificou. Algumas explicações surgiram, talvez meio açodadas ou excessivamente arriscadas, talvez chochas ou até inúteis, mas concretas e embasadas o suficiente (ao menos assim se espera) para que não se confundam com burros n'água.

De toda forma, a matéria sobre a qual se debruça esta tese ignora facilidades, ou talvez seja o caso de dizer, vende dificuldades como se facilidades distribuísse. Logo abaixo da impressão inicial de parentesco que as duas obras genuinamente instilam, pois partilham vários traços comuns, desvela-se um mar de desafios para o esforço comparatista: são textos pertencentes a gêneros diferentes, integram universos literários entre os quais sobrariam contrastes e minguariam assonâncias, foram escritos por autores vindos de contextos sócio-

históricos em nada assemelhados (a uma primeira vista). Há ainda uma dificuldade adicional para quem se dispõe ao desarrazoado cotejamento: os textos de Kleist e Alencar prometem jogar por terra os esforços ingenuamente racionais que se façam para elucidá-los. Por caminhos opostos, conforme se tentará demonstrar, a novela e o romance põem em xeque o poder elucidativo da palavra, minam o conceito de conceito. Em outros termos, tentam suprimir, banalizando-o ou anulando-o, o espaço de indeterminação que há entre a palavra e a coisa, espaço esse fundamental para uma experiência de vida minimamente humana. Um espaço ao qual se podem atribuir várias designações: o acaso, o não-idêntico, a utopia, a ilusão. Desvendar como isso se dá e como uma estratégia, a alencariana, da identificação travada a meio caminho, relaciona-se com a outra, a kleistiana, do excesso de identificação, exige o mergulho em um estranho universo que se poderia descrever como paralógico. Nele o que é revela-se, em dado momento, ser seu contraditório; ou, de um ponto de vista reverso, o que é, em verdade, revela ser semelhante a alguma coisa diferente, sem ser propriamente nada. Se o princípio da identidade sofre, por meio de sua diluição ou por meio de sua excessiva depuração, um abalo dessa monta, então a racionalidade claudica. E acompanhá-la nesse constante manquitolar implicará não poucos solavancos. A análise, por vezes, ameaça diluir-se em um jogo meio vazio de palavras. O perigo da irrelevância espreita a cada recanto e não existe o que logre afastá-lo em definitivo.

Este texto, ainda, arrisca-se temerariamente por searas a princípio estranhas à do academicismo literário. Faz-se um relativamente demorado mergulho em questões de história e teoria econômica, para não falar do constante escalda-pés em águas filosóficas. Os riscos envolvidos aí não se apequenam, também porque talvez faltasse ao autor a formação ampla e sólida requerida pelos assuntos abordados. No entanto, esses "desvios" impõem-se pela análise proposta. As semelhanças (e diferenças) existentes entre *Til* e o "Noivado" carecem de fundamentação material para fazerem sentido, ao passo que as conclusões nas quais a

comparação desembocou ressoam no mundo das ideias. Diante disso, fez-se o possível para que a viagem fosse o menos desagradável possível.

Por fim, não se encontrará neste texto uma resposta pacífica ao problema sugerido. E isso por dois motivos. Em primeiro lugar, e mais importante, o assunto de que se trata aqui resiste a uma definição (de novo, por excesso ou por falta de determinação), de modo que o resultado do esforço investigativo consistirá antes na proposição de questões. Em segundo lugar, esta análise é um esforço ainda em andamento (ou para sempre em andamento), uma análise cuja conclusão possível, portanto, é provisória. Uma provisoriedade, supõe-se, reveladora, mas ainda assim, uma provisoriedade.

O malandro e o burocrata

Eu fui à Lapa e perdi a viagem
Que aquela tal malandragem
Não existe mais

Chico Buarque

Poucas figuras sejam talvez tão contrastantes quanto a do burocrata prussiano e a do malandro brasileiro. De um lado, o terno branco de linho leve, o chapéu-panamá meio penso na cabeça, a navalha dividindo espaço com o pente de bolso, o bigodinho evanescente a sombrear o lábio superior. De outro, a casaca de cor escura, a cartola bem assentada, o relógio de bolso sempre à mão, o volumoso e bem aparado *Schnauzer*. A *Arbeitsamkeit* (laboriosidade) do prussiano testemunha seu reverso na aversão do malandro à labuta diuturna. O gingado com que um dá voltas à vida na flauta nada tem em comum com a marcha compassada e reta com que avança o outro. Ao esforço de guerra bem organizado do burocrata feito soldado-modelo opõem-se as refregas imprevisíveis e frequentes, muitas vezes mortais, do lutador de pernadas e golpes traiçoeiros. Da fuga incansável à lei que insiste em alcançá-lo diferencia-se diametralmente a obediência rigorosa à lei inquestionável. Este, o *pater familias* austero cuja palavra estrutura um mundo; aquele, o femeeiro folgazão das crianças sem o nome do pai. Com a renitente ineficiência do primeiro na vida prática contrasta a eficácia infalível dos planos exatos do segundo. De um lado a sisudez, de outro o riso fácil. Aqui a proximidade física dos abraços, beijos e cheiros, lá a distância corporal do respeito polido, do aceno de mão, do reconhecimento mútuo. A frigidez e a esbórnia. A emoção e a

razão. A hierarquia e o manda-quem-pode-obedece-quem-tem-juízo. O jeitinho e o método. A caixa e o atabaque. O jogo e o trabalho. A ordem rígida. O caos anárquico.

E eis que, nem bem começou, este texto já incorreu em um lugar-comum, o da dualidade... O tema por excelência do pensamento nacional (ou talvez latino-americano), que insiste em repor-se: a impossibilidade de suprimi-lo é da sua definição. O dualismo tampouco estranha o pensamento alemão, em especial a historiografia (da Prússia, com destaque) e a filosofia (a dialética), ainda que o assunto ali se mostre, em determinado plano, "superável" e não conheça uma penetração tão acachapante como no Brasil, onde, entre ser sintoma e diagnóstico, ameaça tragar por completo a experiência nacional. Ao retratar a dualidade, porém, o movimento de vai e vem exposto acima revela-se, a um olhar mais detido, peculiar[1]. Peculiar porque, à primeira vista, trata-se de uma comparação intrinsecamente imprópria. Os pólos contrapostos não guardam entre si nenhuma semelhança. A dualidade ergue-se no cotejo entre um lado confessamente lábil (dual) e outro petrificado (unívoco). Está-se a comparar duas figuras históricas totalmente díspares em sua experiência formativa, uma da periferia do capital, outra, supõe-se, de seu centro. Em um *tête-à-tête* do tipo, o que não guardaria contraste? Não obstante, versões dessa operação, incomum sem dúvida, frequentam de quando em quando o mundo intelectual brasileiro e alemão, frequentam-nos para serem ou rechaçadas ou acatadas. O rechaço parte geralmente do lado de lá do Atlântico. Wehler, um dos historiadores mais importantes da Alemanha pós-unificação, sublinha mais de uma vez, em seu volumoso *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, que a comparação entre os territórios germânicos (em especial a Prússia), de modernização atrasada, e os "países em desenvolvimento" (termos dele) não procede[2]. No entanto, não nega que grande parte da área

[1] E eis outro traço do pensamento nacional, a sempiterna pretensão de originalidade.

[2] Por exemplo, nesta passagem: "Auch im Hinblick auf die unterstützenden Einrichtungen für Gewerbe und Handel war Deutschland im späten 18. Jahrhundert alles andere als ein unterentwickeltes Land, das mit gegenwärtigen Entwicklungsländern verglichen werden könnte." Hans-Ulrich Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte. Band 1. Vom Feudalismus des Alten Reiches bis zur defensiven Modernisierung der Reformära. 1700-1815*, p. 122; "Também sob o ponto de vista das medidas de apoio à manufatura e ao comércio,

um dia controlada pelo Império Alemão desempenhou papel semelhante ao das colônias de exploração latino-americanas, o papel de fornecedora de produtos primários para as regiões, do ponto de vista capitalista, mais avançadas. Em terras brasileiras, destacam traços de semelhança entre as trajetórias dos dois países Nelson Werneck Sodré[3] e Francisco de Oliveira[4]. E os paralelos não se encerram nesses três casos. Para não falar das confrontações subentendidas, e as há mais frequentes. De toda forma, a estranheza daquele forçado emparelhamento não desvanece. O burocrata e o malandro excluem-se. E, no entanto, paradoxalmente (acostumemo-nos o leitor com o advérbio), aproximam-se por uma via reversa, por um substrato comum cujo desvelamento ocupará boa parte desta análise.

Essa boa parte, adiante-se, tentará identificar (os) dois tipos opostos/complementares de formação "nacional" da periferia capitalista, o tipo malandro e o tipo burocrata, ou o tipo brasileiro e o tipo prussiano. Não há que se confundir, porém, esse esforço com um tentativa de radiografar a alma desse ou daquele "povo". Essas modalidades de formação periférica são tipos ideais que correspondem só parcialmente às realidades referidas ainda que não sejam em nada tipos idealizados. Em segundo lugar, e mais importante, conforme se depreende do exposto até este ponto, a mirada histórica adotada trafegará sem parar entre a especificidade dos objetos em foco e o quadro geral no qual se integram – em se tratando dos movimentos do capital, a "globalização" é de lei. Logo, não faria sentido discorrer sobre uma formação periférica perdendo de vista os países centrais. Não faria sentido analisar o perfil brasileiro de subjetividade sem fazer referência ao perfil complementar do tipo "clássico". Como não faria

---

a Alemanha, no final do século 18, em nada se assemelhava a um país subdesenvolvido que pudesse ser comparado a países em desenvolvimento de hoje." As traduções, quando não houver observação explícita estatuindo o contrário, são de minha lavra. Além disso, respeitou-se a grafia original dos textos citados.

[3] "As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracterização, do Brasil, segundo um estudioso [o A. não diz quem], de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido." Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, p. 355.

[4] "A longa ditadura militar de 1964 a 1984 prosseguiu, agora nitidamente, com a 'via prussiana': fortíssima repressão política, mão-de-ferro sobre os sindicatos, coerção estatal no mais alto grau [e por aí vai]." Francisco de Oliveira, "O ornitorrinco" in Francisco de Oliveira, *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 132.

sentido tratar dos dois tipos periféricos de formação sem relacioná-los entre si constantemente. Repita-se: não se está aqui a hipostasiar o conceito de "alma nacional", que a rigor não é um conceito. O capitalismo nasce como um sistema global de produção e transação, ou seja, nenhum Estado-nação (um conceito surgido com o capital) é o que é sem sua inserção nesse mecanismo, um mecanismo unificado dentro do qual, porém, os papéis dividem-se desigualmente. Não se está querendo fixar o perfil de uma "alma brasileira", de uma "alma alemã" (ou da "alma" de qualquer outro país) e sim descrever o mais acuradamente possível as características daqueles dois tipos de experiência formativa periférica, em tantos aspectos dissonantes e em tantos outros coincidentes. Se sobrarem semelhanças entre, de um lado, os tipos ideais descritos aqui e, de outro, a imagem atrelada hoje a brasileiros e a alemães, essas semelhanças serão bem-vindas sob a ressalva de que não se ignore existir, entre a fantasia da imagem e a abstração do conceito, um abismo.

A 'segunda servidão' e a escravatura; o engenho e a Gutsherrschaft

Quando ascende à condição de motor principal da história, o capital sela o fim da Idade Média e dá início a um projeto civilizatório – o da modernidade calcada no nascimento do indivíduo autônomo, na formação da subjetividade em sentido enfático – marcado pelo paroxismo e pela congruência[5]. Por esta última responde o fato de a nova era (a *Neuzeit*, no termo consagrado pela historiografia alemã) ser a era do, até então inaudito, mercado mundial – caberá ao capital (comercial) circular dos confins do Oriente às Américas, integrando todo o globo sob a batuta de um metro único[6]. Diz Marx: "O comércio mundial e o mercado mundial

[5] Antecipando um pouco o que está por vir, ressalte-se que essa estrutura é ela própria a de um paradoxo (aquele entre o paradoxo e a congruência) que se repõe como congruência (o paradoxo e a congruência convergem de modo a formar um todo estabilizado).

[6] Assiste-se hoje ao definitivo amadurecimento desse "sistema mundial moderno" (Immanuel Wallerstein, *The*

inauguram, no século 16, a moderna história de vida do capital"[7]. Essa moderna história, no entanto, inaugura-se também com a instauração de dois regimes de mão de obra diametralmente opostos. Enquanto no centro capitalista a mão de obra livre vai se tornando a regra, ou, em outras palavras, o processo de ruína das relações de dependência pessoal, iniciado no último período da Idade Média, continua a avançar sem experimentar recuos, na periferia capitalista dá-se o inverso: as relações de dependência pessoal, que prometiam para sempre ser extintas sob os auspícios da nova era, renascem quais mortos-vivos (iguais mas diferentes) para tornarem-se a regra na quase totalidade das Américas, na África e na porção oriental da Europa[8]. Os camponeses cada vez mais livres do oeste da Europa, que logo seriam, em especial na Inglaterra, transformados em operários fabris, formam a massa dos trabalhadores (um conceito também moderno) só quando colocados junto aos duplos negativos de si mesmos: os servos e os escravos[9]. Veja-se então que por debaixo de uma atividade mercante potencialmente universal, uniformizadora, que determina a e é determinada pela razão histórica do período (comumente chamada de capitalismo comercial), finca raízes uma esfera produtiva desuniforme na qual há um duplo movimento de negação: interno, pois o trabalho compulsório é a negação do trabalho livre (a mão de obra escrava e servil é o contrário da mão de obra livre base da subjetividade autônoma moderna), e externo, porque a contraditoriedade do fundo produtivo subjaz à aparente uniformidade da superfície circulante (as pretensões universalistas do nascente Humanismo recalcam o escândalo

---

Modern World-System. Vol. I), uma configuração nascida, estranhamente, pronta: pois já no século 16, produtos vindos das Américas, da África, da Ásia e da Europa cruzavam o planeta de lá para cá fechando diversos circuitos comerciais mais ou menos integrados e responsáveis por fazer da diversidade global um único e mesmo mercadão (a importância fundamental do fechamento dos circuitos comerciais é sublinhada por Luiz Felipe de Alencastro em *O Tráfico dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*).

[7] "Welthandel und Weltmarkt eröffnen im 16. Jahrhundert die moderne Lebensgeschichte des Kapitals." Karl Marx, *Das Kapital. Band I*, p. 161.

[8] Como a Ásia é um alvo distante desta análise, não se tratará dela. No entanto, não há dúvida de que o Oriente integra também os citados circuitos comerciais.

[9] Referindo-se à troca de manufaturados do centro por alimentos e metal precioso da periferia, diz o historiador Peter Kriedte: "Konstitutiv für dieses System war die grundsätzlich verschiedene Organisation der Arbeit: dort [no centro] formal freie Arbeit, hier [na periferia] Fron- und Sklavenarbeit [...]." Peter Kriedte, *Spätfeudalismus und Handelskapital. Grundlinien der europäischen Wirtschaftsgeschichte vom 16. bis zum Ausgang des 18. Jahrhunderts*, p. 58; "A organização fundamentalmente diferente do trabalho mostrou-se constitutiva para esse sistema: lá [no centro] trabalho formalmente livre, aqui [na periferia] trabalho escravo e de corveia [...]."

naturalizado do tráfico negreiro e da "refeudalização" das relações trabalhistas no leste da Europa; a crescente racionalização dos negócios humanos anda de par em par com a desrazão do violento expansionismo mercantil). Esse choque ganhará expressão, histérica no Brasil, menos gritante na Prússia, quando o chamado capital produtivo depuser, da cabeça da razão histórica, o capital comercial[10]. A industrialização, "paraíso" da mão de obra livre, surgirá junto com o liberalismo, e o novo discurso hegemônico será, agora de forma declarada, de todo incompatível com o trabalho compulsório. Mas o desacerto vem de antes, vem de sempre (e perdura). O assunto promete ser melhor esmiuçado mais à frente. Por ora basta guardar o seguinte: o choque esdrúxulo entre dois regimes de mão de obra contraditórios só é um choque esdrúxulo porque ambos instauram-se por força da lei uniformizante de uma mesma razão universal que é negada pelo trabalho não-livre. Para dizer o mesmo de uma perspectiva invertida (desde o ponto de vista dos debaixo): o gênero trabalho (livre), o trabalho abstrato responsável por valorizar o valor via mais-valia, conhece duas espécies: ele próprio e seu contraditório, o trabalho não-livre. Ambos integram um mesmo todo, mantendo relações de complementaridade e de confrontação. Paradoxalmente.

Uma célula taxonômica idêntica (em que um elemento gênero biparte-se em duas espécies: ele próprio e sua negação) repete-se para a esfera do trabalho não-livre. Na periferia, encontram-se duas espécies de mão de obra compulsória: aquela propriamente dita, o escravo, e aquela que é o antiescravo, o servo. A afirmativa causa estranheza, e não deveria ser diferente. Enquanto há uma vasta literatura a respeito da relação problemática entre a escravidão e o capitalismo, pouco se analisou o imbróglio da relação entre capital e servidão. Os motivos para isso são vários e muitos deles, contingentes, como se verá dentro em breve. O

[10] No centro do capital, o tema da "inadequação" da mão de obra compulsória ganhará contornos panfletários (o paradoxo de fundo da periferia manifesta-se como embate de ideias no centro). A partir de certo momento, os ingleses, por motivos outros que não os humanitários, encabeçarão a luta abolicionista. Os franceses, em meio ao expansionismo napoleônico, jogarão a pá de cal sobre as leis da servidão na Prússia. O móvel franco-prussiano na *Bauernbefreiung* (libertação dos camponeses), no entanto, será tão humanitário quanto o do governo inglês na luta anti-escravista.

motivo essencial já ficou dito: a servidão é a (falsa) negação do escravismo e, portanto, muito mais afeita ao capital (do trabalho livre) do que o emprego do trabalhador feito mercadoria.

Antes de avançar, porém, algumas considerações sobre o "bode na sala" subentendido até aqui: a Alemanha como um país de formação periférica. O país, hoje entre as cinco maiores economias do mundo, de distribuição de renda teoricamente satisfatória, alto grau de escolaridade, baixos níveis de violência e serviços públicos em grande parte eficientes, costuma ser incluído sem pestanejos no grupo de nações que compõem o centro do capital. Se o olhar histórico limitar-se, artificialmente, ao período iniciado depois da Segunda Guerra Mundial, a filiação será inquestionável. No entanto, 1949 é justamente o momento do corte radical no *continuum* histórico desse país afeito a vivenciar saltos modernizadores deflagrados por choques vindos de fora[11]. E o final do período da Grande Guerra, em cujo interregno (1918-1939) a Alemanha, com a República de Weimar (fundada também sob influxo externo), primeiro sepultou de vez para logo em seguida ressuscitar seu passado pré-moderno na forma do Terceiro Reich, marca o momento em que o país é alijado, aparentemente de uma vez por todas, de suas raízes servis, passadistas, arcaizantes – com a derrota nazista, milhões de alemães são expulsos dos territórios do leste[12]. É então que a herança "oriental" da Alemanha,

---

[11] Na forma, por exemplo, das invasões napoleônicas do começo do século 19: "Der institutionelle Rahmen des deutschen Ançien Régime galt als stabil genug, um Reformen auf einigen Gebieten zuzulassen; in anderen, zentralen Bereichen aber wurden sie verweigert. Einige Stichworte genügen: Die Bauernbefreiung, die Rechtsgleichheit aller Personen, die Mobilisierung aller Produktionsfaktoren, eine durchgreifende Regierungs-, Verwaltungs- und Kirchenreform – nirgendwo ging es zügig voran. Um grundlegende Veränderungen in Gang zu bringen, bedurfte es, wie immer deutlicher wurde, des unwiderstehlichen Anstoßes von außen. Die Trompeten welche die Mauern im Alten Reich zum Einsturz brachten, wurden nicht von den bildungsbürgerlichen Geheimräten, sondern von den Soldaten Napoleons geblasen, als die Französische Revolution in ihrer militärischen Phase Mitteleuropa erreichte." Wehler, op. cit., p. 331; "As molduras institucionais do Ançien Régime alemão mostraram-se estáveis o suficiente para permitir reformas em alguns setores; no entanto, em outras áreas, centrais, elas foram vetadas. Algumas palavras-chave bastam: a libertação dos camponeses, a igualdade jurídica de todas as pessoas, a mobilização de todos os fatores produtivos, uma drástica reforma governamental, administrativa e eclesiástica – em nenhuma área, o processo avançou de forma célere. A fim de colocar em andamento mudanças essenciais, foi necessário, como ficou cada vez mais claro, o empuxo irresistível vindo de fora. Os trompetes que derrubaram os muros do Antigo Império não foram tocados pelos Conselhos Privados [*Geheimräten*] burguês-iluministas, mas pelos soldados de Napoleão quando a Revolução Francesa, em sua fase militar, atingiu a Europa Central."

[12] "In den abgetrennten deutschen Ostgebieten, heute größtenteils polnisch, waren bei Kriegsende 16,558 Mio. Menschen beheimatet, davon entstammten 9,303 Mio. den Ostgebieten des Deutschen Reiches, 7,255 Mio. den übrigen ost- und südeuropäischen Siedlungsgebieten. 11,730 Mio. hiervon wurden 1945 bis 1950 vertrieben, 2,717 Mio. waren 1950 noch in der angestammten Heimat geblieben, 2,111 Mio. bei der Vertreibung

antes sólida, desvanece-se no ar: vira pó a Prússia histórica[13], um dos pés da base dúplice do moderno Estado alemão, a base formada pelos territórios brandemburguês e prussiano (oriental) – este último passa definitivamente a ser um território hoje dividido entre a Polônia, a Rússia e a Lituânia[14]. E o corte é ainda mais radical se se pensar que a porção alemã a leste do Elba (a área da "segunda servidão", conforme se verá) fica sob domínio do governo autoritário, dito comunista, instalado atrás da Cortina de Ferro, ou seja, "inacessível" até a reunificação, em 1990. A Alemanha dos dias de hoje ergue-se calcada sobre a Alemanha Ocidental, agora distante do Estado autocrático dos Hohenzollern, da burocracia militarizada nos moldes prussianos, da sociedade rigidamente estamental e, mais importante, do vasto e economicamente vital território agrícola das relações de tipo arcaico. Dessa porção oriental do país vieram duas figuras essenciais para compreender a trajetória alemã: o *Junker* (o senhor de terras ditatorial adepto do mercado) e os *Untertanen* (os súditos reduzidos a laços servis para fins de produção agrícola capitalista), figuras essas que tiveram papel decisivo na formação, sob domínio prussiano, da Alemanha. Ou seja, o moderno Estado alemão pré-1949 nasce, em grande parte, sob o influxo de uma formação de tipo pré-moderno, de um modo de produção calcado em um regime de mão de obra servil (não-livre e, portanto, anticapitalista). Daí por que a Prússia consistirá no foco central deste capítulo que trata de formações periféricas.

Se esse primeiro obstáculo tiver sido contornado satisfatoriamente, passe-se a um segundo. As dificuldades envolvidas no estudo, desde um ponto de vista alemão, da "segunda servidão" a leste do rio Elba como regime de trabalho de um processo de formação periférica

---

umgekommen." Alois Seidl, *Deutsche Agrargeschichte*, p. 139; "Nas regiões do leste antes alemãs, hoje em grande parte polonesas, 16,558 milhões de pessoas haviam sido, no final da guerra, repatriadas, das quais 9,303 milhões vieram de regiões orientais do Reich alemão, 7,255 milhões das áreas restantes de colonização no leste e no sul da Europa. A partir daí, entre 1945 e 1950, 11,730 milhões foram expulsos de suas casas, 2,717 milhões continuavam, em 1950, nas suas áreas de origem, e 2,111 milhões morreram durante o processo de expulsão."

[13] Da parte da Prússia localizada a leste de Brandemburgo, ressalte-se. No longo caminho que desembocou na unificação alemã de 1871, a casa dos Hohenzollern, cuja base inicial é a Prússia-Brandemburgo (correspondente mais ou menos ao atual Estado de Brandeburgo e à Prússia Oriental – atual Kaliningrado e parte da Lituânia), amealhou diversos territórios germânicos, a leste e a oeste de Berlim. Quando se diz que a Alemanha "separou-se da Prússia", é à Prússia localizada a leste do rio Oder que se faz referência.

[14] Por isso, falar desses territórios alemães do leste europeu é falar também sobre a Rússia, a Lituânia e, principalmente, a Polônia.

– aqui os motivos, alguns contingentes, aludidos acima. O primeiro desses motivos já está dito. O destino mais recente da Alemanha operou um certo "apagamento" do regime servil redivivo, já que não só se destroem os cenários (a somatória de população, ambiente físico e instituições e práticas político-culturais) do fenômeno como também se realiza um involuntário recalque dessa porção da história alemã – é como se o país tivesse, de um só golpe, se livrado dessa parte "atrasada" de formação, que não mais lhe pertence porque desmembrada de seu corpo orgânico. Do ponto de vista do moderno Estado alemão, a história pode ser contada como uma linha que, apesar de seus percalços, não deixaria de ser evolutiva. De forma consistente, o país viria se livrando de suas amarras arcaizantes e preparando o terreno para o atual estágio da democracia liberal plena[15]. O fenômeno da "segunda servidão" nos territórios germânicos do leste do Elba será tratado como uma variação da servidão feudal. A definição não acerta o alvo e nem, contudo, o erra. Fica parecendo que a Prússia apenas chegou atrasada ao mesmo destino alcançado pelos países do centro do capital, percorrendo para tanto um caminho alternativo. O instituto da "servidão para fins de acumulação capitalista", dessa forma, perde especificidade, surge naturalizado. A rigor, porém, os paralelos entre a servidão a oeste e a leste do Elba são inapropriados se realizados sem maiores considerações. Esses regimes de mão de obra compulsória guardam inúmeras semelhanças (em muitos aspectos, o segundo é de fato uma retomada do primeiro), mas diferenciam-se em sua essência, em sua especificidade. E a especificidade é esta: enquanto a servidão feudal é incompatível com o capital, e o avanço do modo de produção para fins de lucro significa a crescente corrosão desse tipo arcaico de regime de trabalho, a servidão

[15] Esse o roteiro de muitos dos historiadores alemães das últimas décadas, para os quais o capitalismo é uma força de efeito complexo que, ao fim e ao cabo, resulta em inegável progresso. Essa historiografia desenvolve-se, em grande parte, em oposição mais ou menos declarada à historiografia praticada pelos alemães do outro lado do Muro, pelos *Ossies*. É uma historiografia fundamentalmente avessa à tradição marxista. Por exemplo, a respeito da vertente historiográfica chamada de história social, da qual faz parte o já citado Wehler e que conta com boa penetração nos meios acadêmicos da Alemanha, diz um historiador inglês: "In contrast to Britain and France (and also Scandinavia, the Mediterranean, and North America), there was virtually no Marxist presence in the emerging West German movement for social history." Geoff Eley, *A Crooked Line. From Cultural History to the History of Society*, p. 74.

moderna mantém com o capital uma relação de tipo paradoxal, porque é ao mesmo tempo compatível e incompatível com o modo de produção calcado na busca incessante do lucro. A retomada dos laços arcaicos de dominação dá-se por força da racionalidade capitalista ainda que esta esteja em oposição àqueles. Identificada essa célula básica da servidão moderna, percebe-se que o instituto mantém uma proximidade muito maior da escravidão moderna do que da servidão feudal, ainda que (ou por isso mesmo[16]) do ponto de vista geográfico o quadro seja o inverso. Na historiografia consagrada, porém, o tema da "segunda servidão" perdeu estatuto próprio para sobreviver de forma quase que exclusivamente indireta como uma manifestação peculiar da renitência dos "antigos hábitos" diante dos avanços do capitalismo em toda a Europa – ou seja, a Alemanha teria apenas se livrado mais tardiamente dos laços servis anticapitalitas, realizando um esforço mais ou menos semelhante ao de todos os países europeus de passado feudal. A tese da modernidade hegemônica conhece, mais disseminadamente, um enfoque weberiano, o que significa estudar a retomada do trabalho compulsório como elemento de um fenômeno supostamente mais complexo, o da *Junkerschaft* (a classe dos *Junkers*, fruto/causa do dualismo agrário do país e da dualidade prussiana), camada que representaria uma força regressista, portanto anticapitalista, na história alemã – de toda forma, a "segunda servidão" será sempre uma excrescência a ser gradualmente eliminada por um todo social cada vez mais afinado com o progresso.

Há um segundo momento de apagamento do tema, agora no pós-Segunda Guerra, quando a maior parte do território a leste do Elba (e seus arquivos históricos) cai sob o domínio da Alemanha Oriental, sob o domínio, portanto, da chamada historiografia oficial dos regimes do bloco soviético e inacessível aos pesquisadores da Alemanha alinhada aos EUA.

[16] "Por isso mesmo" porque enquanto os regimes da escravidão moderna rodam em falso, incapazes que são de efetivar como progresso civilizatório as lições da modernização vindas do centro do capital, os regimes da servidão moderna realizam-se como constante incorporação do que está na crista da onda civilizatória, do que vem do centro do capital, cujas lições adaptam e, para seus fins, melhoram (subvertem), ainda que, também, por influxo externo, como dito antes. Sendo assim, quanto mais próximo do centro, melhor. Daí que o caso clássico por excelência de regime moderno de servidão seria a Prússia, que em certo sentido incorporou o centro do capital a sua composição territorial (o oeste do Elba). E o caso clássico de regime moderno de escravidão seja o Brasil, sempre estranho à civilização moderna. O tema voltará a ser abordado mais adiante.

Essa historiografia, dita cientificista e de perfil teleológico mecanicista, pouco contribuiu para desvendar em sua especificidade o fenômeno da "segunda servidão" já que não conseguia pensar para além do esquema segundo o qual, quase automaticamente, ao feudalismo se seguiria a revolução burguês-capitalista e a essa a revolução operário-comunista.

Caído o Muro de Berlim, a situação tampouco melhora, porque das garras excessivamente apertadas da historiografia stalinista o assunto tornou-se objeto de eleição de uma nova historiografia, filiada à micro-história e cujas garras excessivamente frouxas tampouco dão (deram) conta do recado, contribuindo ela também para o que se vem chamando aqui de "apagamento"[17], um terceiro momento desse apagamento, o momento, dir-se-ia, do "pós-fim da história". Visto o quadro geral, é como se o assunto, na (ex-)Alemanha Oriental, caísse presa de um caso de dupla competência negativa: enquanto a historiografia stalinista distorcia seu objeto ao enfiá-lo em uma linha evolutiva artificial, a historiografia da micro-história distorce-o ao autonomizá-lo em excesso, recusando-lhe o devido lugar na história[18] – entre um e outro, o objeto "segunda servidão" termina por não ser apreendido em sua complexa especificidade (e é fato que, na historiografia alemã, ocidental ou oriental, não é raro ver o assunto tratado de forma mais adequada em estudos cujo objeto central não é a "segunda servidão", ou seja, quando tratado de forma lateral).

Mas as dificuldades não param por aí. Há ainda uma última, que já se infere do que ficou dito até este ponto: o despedaçamento[19]. Primeiramente, um despedaçamento físico, pois o fenômeno analisado abarcou um vasto território dividido em um sem número de áreas com

---

[17] Interessante notar que muitos dos pesquisadores que podem ser chamados hoje de adeptos da micro-história eram os mesmos que, na DDR, encamparam o discurso da historiografia oficial. Nos dias atuais, o principal centro alemão de pesquisa sobre a "segunda servidão" é o Max-Planck-Gesellschaft Arbeitsgruppe de Potsdam (ex-Alemanha Oriental), dirigido pelo professor Jan Peters, que realizou a migração ideológica descrita acima.

[18] Essas duas posturas aparentemente antagônicas reverberam na forma como se interpretará a figura do servo (e a do senhor de terras); para a historiografia da DDR, os trabalhadores serão os sujeitos oprimidos pela nobreza predatória – o sentido último é o da denúncia da exploração promovida pelo sistema produtivo (feudal), responsável pelo retrocesso da região; para a historiografia da micro-história, os trabalhadores contam com um insuspeito grau de autonomia e a nobreza não seria tão obtusa como pretendem os "esquerdistas" – o sentido último é o de referenda do progresso advindo do sistema produtivo (capitalista).

[19] Wehler refere-se a uma "beispiellose Fragmentierung" (Wehler, op. cit., p. 48) da história alemã, ou seja, uma "fragmentação sem igual".

características próprias. Em segundo lugar, um despedaçamento político, já que essa extensa área abrigou uma variedade bastante grande de entidades governamentais mais ou menos autônomas. Em terceiro, um despedaçamento histórico, pois há uma dificuldade natural em traçar um painel unificador para um mosaico assim diversificado e cujos elementos conheceram tantos e variados destinos – da Berlim hoje transformada em capital unificada da Alemanha à Prússia Oriental da Ordem Teutônica, hoje tão distante do governo alemão quanto se possa imaginar. Em quarto e último lugar, um despedaçamento historiográfico. Por conta dos motivos acima citados, a bibliografia a respeito do assunto (a "segunda servidão") é marcada antes pela dispersão, pois são poucas as obras de peso que se debruçam exclusivamente sobre ele, especialmente entre os pesquisadores alemães (e a bibliografia alemã serviu de fonte principal para este estudo, já que é o "olhar alemão" um dos objetos a serem discutidos aqui). A "segunda servidão" é na maioria dos casos alvo secundário de obras com enfoques díspares, tais como: história da Alemanha, história da Prússia, história agrícola da Alemanha, história dos agricultores alemães, história do sistema econômico mundial, história de regiões específicas (Prússia, Mecklemburgo, Brandemburgo, Pomerânia, Prússia Oriental) etc[20].

Concluída a cantilena, retorne-se à questão abordada pouco antes desse relativamente longo desvio: o trabalho livre e o trabalho não-livre sob a égide do capital. Na historiografia brasileira, mobilizou-se um grande montante de energia para compreender como o capital do trabalho livre abraçou a escravidão. As respostas foram várias: da tese do Brasil feudal (Varnhagen, Capistrano de Abreu) à formação do país como resultado orgânico do tráfico negreiro para fins capitalistas (Alencastro), há uma respeitável gama de possibilidades[21].

[20] É por conta dessas dificuldades e do relativo ineditismo do enfoque adotado neste texto a respeito da "segunda servidão" que esse assunto ocupará, neste capítulo, um espaço maior do que o reservado à manifestação especular dela, a escravidão capitalista, um tópico, na medida do possível, mais assentado na historiografia.

[21] Para exposições sobre o percurso histórico desse esforço, ver Emilia Viotti da Costa, "A Revolução Burguesa no Brasil" in *Encontros com a Civilização Brasileira. N. 4 (1978)* e Paulo Eduardo Arantes, *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira. Dialética e Dualidade em Antonio Candido e Roberto Schwarz*.

Permanece, contudo, inalterado o impasse resistente à conceituação. Se a tese do Brasil feudal deixou de ser encarada com seriedade quando dos primeiros estudos "modernos" realizados no país (no início do século 20)[22], não se superou a dificuldade de compreender o anticapitalismo intrínseco a uma produção escravista tocada sob a lógica do lucro. Internamente feudal e externamente capitalista (Ignácio Rangel)? Economia agrícola retardatária com lastro capitalista (Furtado)? Uma produção de índole semicapitalista (Sérgio Buarque de Holanda)? Um estado patrimonial de estamento somado a uma "empresa de plantação" de cunho capitalista (Faoro)? Capitalismo colonial/escravismo colonial (Fernando Henrique Cardoso)? Um sistema de unidade contraditória (Maria Sylvia de Carvalho Franco)? Um escravismo moderno essencialmente capitalista (Paula Beiguelman)? Economia de forma escravista e base capitalista/forma capitalista e base escravista (Paulo Arantes)? A conceituação escorrega sem conseguir firmar pé. Ou, olhando-se o esforço pela ótica do cunhador de conceitos, a matéria se lhe escapa por entre os dedos justo no momento da sua fixação. Paula Beiguelman, por exemplo, reúne um bom número de argumentos para provar que o escravismo moderno é uma empreitada do capital comercial e não se confunde com a escravidão clássica[23]. Daí ser incorreto falar em "depuração progressiva do sistema", já que a mão de obra compulsória não seria "a-capitalista"[24] e muito menos o capital industrial, uma contradição natural ao trabalho escravo[25] – haveria antes uma indiferença do capitalismo em relação ao escravismo[26]. Porém, nesse momento, chegado a sua convincente conclusão, o texto desanda e é como se, a contragosto (da autora e do leitor), regressasse para seu início, mais exatamente para o trecho

[22] "Essa, via de regra, a posição [a opinião de que houve um Brasil colônia feudal] dos historiadores até o momento em que começam a aparecer estudos da história econômica do Brasil." Sodré, op. cit., p. 81; o A. refere-se às análises de Celso Furtado, Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior.
[23] "O escravismo moderno se caracteriza, assim, por ser essencialmente capitalista." Paula Beiguelman, "A destruição do escravismo moderno, como questão teórica" in Paula Beiguelman, *Pequenos Estudos sobre Ciência Política*, p. 9;
[24] Beiguelman, op. cit., p. 10.
[25] Beiguelman, op. cit., p. 11.
[26] Beiguelman, op. cit., p. 14.

onde se lê: o capitalismo é "um sistema baseado no trabalho livre"[27]. Logo, fundamentalmente avesso ao escravismo. No límpido quadro teórico insere-se um elemento estranho que já constava dele desde o princípio, o de um sistema baseado na mão de obra livre que engendra uma cadeia produtiva de mão de obra não-livre. E a barafunda recomeça. Para não sair do lugar... Se no caso de Beiguelman caminhou-se de um cenário bem assentado para um marcado pela instabilidade surgida à revelia dos desígnios bem intencionados, o conceito de "dualidade sem dualismo", de que se serve Paulo Arantes[28], fixa bem aquele que seria o caminho inverso: da viração intensa que passa a petrificação rija. O Brasil é capitalista ou escravista? É os dois e é nenhum[29]. Indecidível. Aqui também há uma dificuldade (que o filósofo não ignora) responsável por fazer desse um conceito problemático, um conceito de enorme carga inconceptível, que nada define (ou que define o nada, como diz o próprio Arantes). A diferença é que a dificuldade, no segundo caso, é confessa.

De toda forma, quando se trata de saber como relacionar a espécie "Brasil escravista" com o gênero "produção capitalista", o pensamento nacional oscilou entre duas posturas antagônicas complementares (sem prejuízo de haver posturas híbridas). Ou tentou, cartesianamente, calar o busílis, o que significou elaborar conceitos unívocos cuja ambiguidade se revelaria, a contragosto do teórico, no próprio desenrolar do conceito: o caso mais sintomático dessa postura talvez seja o de Maria Sylvia de Carvalho Franco, que, ao rejeitar a indecidibilidade do caso brasileiro, elabora o já referido conceito de "unidade contraditória", repondo assim, por fidelidade ao objeto, a dualidade que pretendia dirimir[30]. Ou tentou, em um esforço materialista, fazer falar o busílis, elaborando conceitos híbridos, de dupla fidelidade, cuja contraditoriedade intrínseca repõe-se para não se resolver sem, no

[27] Beiguelman, op. cit., p. 9.
[28] Arantes, op. cit.,. p. 38.
[29] "Capitalistas? Escravistas? *Éramos e não éramos*, ao mesmo tempo – essa a nossa ambivalente existência bifronte." Arantes, op. cit., p. 66, itálicos no original.
[30] O mesmo, como se viu pouco antes, vale para o caso de Beiguelman e a rejeição da tese da incompatibilidade intrínseca entre capital e mão de obra compulsória – a observação sobre o caráter ambíguo da "unidade contraditória" de Carvalho Franco deve-se a Arantes, op. cit., p. 71.

entanto, abandonar a pretensão de ser conceito – ao invés de uma definição propriamente dita, cria-se um imobilismo conceitual estranhamente fugidio, um conceito que é um anticonceito mas ainda assim um conceito (unívoco); é o caso da "dualidade sem dualismo" de Arantes[31]. Essas duas posturas, conforme se disse, são complementares e contraditórias, e o pensamento nacional, em certo sentido, balançará de um extremo a outro, de forma menos ou mais consciente. A dualidade "intraconceitual" (no caso de Carvalho Franco, a univocidade do escravismo capitalista que acaba por revelar-se anticapitalista – univocidade ambígua portanto; no caso de Paulo Arantes, a ambiguidade do escravismo capitalista-anticapitalista que integra um sistema capitalista – ambiguidade unívoca portanto) mostra-se uma dualidade "interconceitual", o embate entre a "unidade contraditória" e a "dualidade sem dualismo". Um embate, assim, em nível mais alto (mais abstrato) atingido, paradoxalmente, sem que se tenha chegado a algum tipo de síntese superior. A indecidibilidade só fez repor-se[32].

Enquanto o Brasil ingressava no mundo do capital realizando a mágica de conjugar o inconjugável, uma outra região do globo resolvia o mesmo impasse de forma diametralmente oposta (mas não propriamente diferente). Do outro lado do Atlântico, na metade oriental da Europa (abarcando o que hoje se conhece como o leste da Europa Central e a Europa Oriental), o capitalismo também implantava um regime de mão de obra compulsória para fins de lucro: a já referida "segunda servidão a leste do Elba", conforme a designação consagrada. O rio Elba, que nasce nas Montanhas dos Gigantes, na fronteira entre a República Tcheca e a Polônia, e corre para o norte até desembocar na ponta sudeste do mar do Norte, divide a faixa setentrional da Europa, grosso modo, ao meio (e divide o norte da Europa central ao meio). À margem esquerda dele estão, além de parte da Alemanha, países como França, Inglaterra, Dinamarca, Holanda. À margem direita, a outra parte da Alemanha, além de Polônia, Rússia,

[31] É pela via "cartesiana" que se forja um conceito que se pretende indubitável, concreto; é pela via "materialista" que se elabora um conceito confessamente viscoso.

[32] Guardem-se para futura referência estes dois movimentos: o da mudança de nível sem ganho na complexidade da discussão; e a dificuldade envolvida em um esforço conceitual que, por respeito ao primado do objeto, acaba por deixá-lo escapar – e isso por duas vias, a que vai da fixação à labilidade e a que vai da labilidade à fixação.

Lituânia, Ucrânia. O rio marca, ainda, uma fronteira socioeconômica: a passagem do centro capitalista para sua periferia europeia.

Por motivos vários que não poderão ser aqui trocados em miúdos, a porção a leste do Elba passou a fazer parte do sistema econômico mundial ocupando um lugar secundário, em muitos aspectos semelhante ao das colônias americanas. Na divisão de papéis que se estabeleceu, a essa região coube tornar-se um importante fornecedor de produtos primários para o cada vez mais urbanizado (e manufatureiro e, dentro em breve, industrializado) oeste europeu, onde se consolidavam os países dominantes nos primórdios mercantis do capitalismo e, em um segundo momento, dominantes quando da industrialização[33]. Encabeçaram a lista desses produtos primários os cereais, considerados a mercadoria mais importante dos tempos pré-industriais[34] – a questão será abordada mais adiante, mas que fique o registro: para alguns historiadores do hemisfério sul, era o escravo a principal mercadoria dessa primeira fase da modernidade[35]. A partir do século 16, e em pouco tempo, a quantidade de cereais exportada de algumas das cidades portuárias banhadas pelo mar Báltico, por onde escoava a produção agrícola do leste do Elba, cresceu exponencialmente. Danzig, hoje Polônia mas ao longo da sua história ligada às Ordens Teutônicas, à coroa polonesa e à Prússia, exportou, na virada do século 16 para o 17, mais de 100 mil toneladas de cereais ao ano; em 1618, exportaria 240 mil

[33] "[...] the two areas [Eastern and Western Europe] became complementary parts of a more complex single system, the European world-economy, in which eastern Europe played the role of raw-material producer for the industrializing west [...]." Wallerstein, op. cit., p. 95. "Die agrarischen Produktionsverhältnisse begannen sich in West- und Ostmittel- und Osteuropa in entgegensetzte Richtungen zu entwickeln. Das seit jeher bestehende Gefälle zwischen den Ländern westlich und östlich der Elbe prägte sich zu einem Gegensatz aus, der für die kommenden Jahrhunderte bestimmend wurde. [...] Die Elbe wurde zu der wichtigsten sozialökonomischen Trennungslinie in Europa. Ostmitteleuropa, vor allem Polen, geriet als Lieferant von Getreide und Holz in eine wirtschaftliche Abhängigkeit von Westeuropa, welche der zwischen unterentwickelten Rohstoffländern und kapitalistische Industrieländern nicht unähnlich war." Kriedte, op. cit., pp. 32-33; "No oeste da Europa e nas áreas centro-orientais e orientais do continente, as relações de produção agrária começaram a se desenvolver em direções contrárias. O preexistente abismo entre as terras do oeste e do leste do Elba acabou por tornar-se uma oposição que seria determinante para os séculos vindouros. [...] O Elba transformou-se na mais importante fronteira socioeconômica da Europa. A Europa Centro-Oriental, em especial a Polônia, passou a funcionar como fornecedora de cereais e madeira, estabelecendo com a Europa Ocidental uma dependência econômica não dessemelhante daquela existente entre os países subdesenvolvidos produtores de matéria-prima e os países capitalistas industrializados."

[34] "Der 'bei weitem wichtigste aller Warenmärkte des vorindustriellen Zeitalters' war schon deshalb [...] der Getreidemarkt." Wehler, op cit., p. 75; "Por isso, o 'de longe mais importante de todos os mercados de produto da época pré-industrial' era já [...] o mercado de cereais."

[35] O escravo seria o "produto mais valioso do tempo". Sodré, op. cit., p. 73.

toneladas[36]; a exportação de centeio da Polônia cresceu de 6.000 toneladas por volta do ano 1460 para mais de 20 mil toneladas na virada do século 15 para o 16 e para cerca de 170 mil toneladas no ano de 1618[37]. O quadro é ainda mais enfático se se levar em conta que os cereais, à época, eram o alimento básico das populações da Europa, onde ainda não se popularizara a hoje ubíqua batata (cuja disseminação na Prússia, diga-se, ocorreu por ordem de Frederico o Grande, no século 18) – até 1806, por exemplo, as grandes propriedades agrícolas do leste do Elba respondiam por cerca de 50 por cento do volume de cereais importados pela Grã-Bretanha[38]. O leste europeu transformava-se no principal fornecedor de cereais do continente[39]. Junto com o aumento da procura por esses produtos ocorreu a "revolução dos preços", um forte aumento nas cotações (entre 1470 e 1680, os preços elevaram-se 260 por cento, segundo um historiador[40]). O cultivo de cereais para exportação tornava-se uma atividade altamente lucrativa e, portanto, altamente atraente em um mundo agora pautado pela lógica da valorização do capital.

As pressões concretas para transformar uma economia até então natural, voltada primordialmente para atender às necessidades diretas dos camponeses e dos senhores feudais mais suas famílias e dependentes, em uma economia de mercado, voltada para a multiplicação do valor de troca[41], encontraram resistências. A primeira e maior delas, a dificuldade em

---

[36] Informação citada em Christoph Schmidt, *Leibeigenschaft im Ostseeraum. Versuch einer Typologie*, p. 15.

[37] Com exceção da cifra indicada na nota anterior, os números são de Wilhelm Abel, *Geschichte der deutschen Landwirtschaft*, pp. 157-158. O historiador ainda acrescenta: "Ostdeutschland und das benachbarte Polen entwickelten sich zu einem Getreideanbaugebiet [...]." Abel, op. cit., p. 158; "O leste da Alemanha e a vizinha Polônia tornaram-se uma região de produção de cereais [...]."

[38] Os números são de Wehler, op. cit., p. 84.

[39] "Das deutsche Ostelbien und Polen seien zur Kornkammer Westeuropas geworden." Heinrich Kaak, *Die Gutsherrschaft. Theoriegeschichtliche Untersuchungen zum Agrarwesen im ostelbischen Raum*, p. 207, atribuindo essa tese a Theodor Mayer, *Deutsche Wirtchaftsgeschichte der Neuzeit* (1928); "A região alemã do leste do Elba e a Polônia tornaram-se o celeiro da Europa Ocidental."

[40] F.-W. Henning, *Landwirtschaft und ländliche Gesellschaft in Deutschland. Band 1*, citado in Seidl, op. cit., p. 106.

[41] "Der Junker, der Getreide für den Export produzieren ließ, hatte nichts mehr gemein mit dem Feudalherren der Naturalwirtschaft, dessen Konsumtionsfähigkeit (einschließlich der Konsumtionsfähigkeit seiner Familie, seiner Gäste und Lehnsleute) der Ausbeutung seiner Bauern 'eine zwar variable, aber doch reale Schranke' [Alfred Meusel, *Thomas Müntzer und seine Zeit*] setzte. Geld und mehr Geld war nun sein dringendes Bedürfnis." Johannes Nichtweiss, "Zur Frage der zweiten Leibeigenschaft und des sogennanten preußischen Weges der Entwicklung des Kapitalismus in der Landwirtschaft Ostdeutschlands", in *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft.*

angariar mão de obra. No final da Idade Média e início da nova era, a região a leste do Elba[42], que nunca fora densamente povoada, experimenta um relativo esvaziamento populacional em virtude de epidemias (entre as quais a Peste Negra), de guerras, disputas entre senhores de terra vizinhos (*Fehden*) e ondas de violência promovidas por criminosos comuns[43] – são as chamadas *Wüstungen* (processos de abandono de áreas antes habitadas). Entre os conflitos armados, destaca-se a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), cuja parte principal dos enfrentamentos transcorreu nos territórios germânicos banhados pelo Báltico, provocando muita destruição. Essa falta de braços para a lavoura de exportação seria, segundo alguns historiadores, a principal causa da reintrodução dos mecanismos feudais de controle (Carsten entre esses historiadores). Mas, além dessa carência de trabalhadores em termos absolutos, havia uma outra, a carência de trabalhadores em termos "relativos". Como convencer essa massa de camponeses, acostumada a produzir para atender às necessidades mais imediatas deles e de seus senhores, a aumentar sua jornada na lavoura com vistas a criar excedentes para o mercado externo? A resposta a esses impasses viria na forma da "segunda servidão", que é a retomada dos laços feudais de regime trabalhista (como já se afirmou), mas sob condições totalmente diferentes, sob condições capitalistas.

Outra dificuldade envolvida na expansão da agricultura comercial era a necessidade, sentida pelos nobres, de aumentar o controle direto sobre a produção (*Eigenbetrieb*). Na Idade Média, essas áreas, nas quais trabalhavam os servos ao prestar corveia, precisavam ser

---

Heft 5 (1953), p. 697; "O *Junker*, que mandava produzir cereais para a exportação, não tinha mais nada em comum com os senhores feudais da economia natural, cuja capacidade de consumo (que incluía a capacidade de consumo da família dele, de seus convidados e de seus vassalos) fixava 'limites de fato bastante variáveis mas no fundo concretos' [Alfred Meusel, *Thomas Müntzer und seine Zeit*] para a exploração de seus camponeses. Dinheiro e mais dinheiro era agora a sua urgente necessidade."

[42] Quando se disser "região a leste do Elba", a área referida compreenderá do Mark Brandemburgo (uma pequena parte dele localizada a oeste do Elba) à Prússia Oriental (além dos dois citados, são estes os territórios englobados: Schleswig-Holstein, Mecklemburgo, Pomerânia, Silésia, Posen e Prússia Ocidental). Desse rol consta um certo anacronismo, já que a Prússia Ocidental só surgiria com esse nome no final do século 18. Contudo, o pecado justifica-se em vista do objeto que se está a analisar aqui: a formação do Império Alemão pela via prussiana.

[43] Essas causas são elencadas por F. L. Carsten, "Gutsherrschaft und Adelsmacht", in Manfred Schlenke (Hrsg.), *Preussen. Beiträge zu einer politischen Kultur*.

grandes o suficiente para atender às necessidades "naturais" dos senhores do feudo. Agora, submetido o ciclo produtivo a uma razão abstrata por definição sem limites, nenhuma metragem de terra seria grande o suficiente. A resposta aqui viria na forma do *Bauernlegen*, o processo por meio do qual os senhores da terra retiravam do controle direto dos camponeses as áreas de cultivo que antes compunham os chamados *Bauerngüter* (os bens fundiários administrados pelos camponeses ou, na terminologia medieva, o "manso servil"). A estrutura agrária das unidades produtivas feudais, calcada nas glebas controladas pelos camponeses, altera-se profundamente para basear-se agora nas unidades controladas pelo senhor[44]. Essa seria uma versão da periferia europeia para a acumulação primitiva de capital[45].

Espremidos entre o ressuscitamento dos laços servis de dominação e a perda de controle sobre suas terras, os camponeses do leste da Europa experimentaram uma significativa piora em suas condições de vida. Antes quase livres ou livres de fato (algumas populações germânicas que migraram para o leste da Europa durante a *Ostkolonisation*[46] viviam como camponeses isentos de relações de vassalagem quando do começo da modernidade), esses trabalhadores viram-se privados da liberdade de ir e vir, sujeitos a penas corporais no caso de desobediência e/ou fuga, obrigados a jornadas de trabalho estendidas, reduzidos à condição hereditária de súditos (*Erbuntertänigkeit*), privados de grande parte (ou da totalidade) de suas terras. Em muitas regiões, não só os camponeses estavam agora atrelados à terra dos seus senhores como qualquer um que os flagrasse longe dali teria por obrigação devolvê-los a sua área de origem, onde então poderiam sofrer sevícias. Esse era o cenário, por exemplo, na região controlada pelas Ordens dos Cavaleiros Teutônicos (futura

---

[44] "Nicht mehr das Bauerngut, sondern das Rittergut bestimmte die Agrarstruktur." Günther Franz, *Geschichte des deutschen Bauernstandes vom frühen Mittelalter bis zum 19. Jahrhundert*, p. 179; "A estrutura agrícola não seria mais determinada pelo *Bauerngut* mas pelo *Rittergut* [a área de cultivo controlada pelo cavaleiro nobre]."

[45] "Ich [o A.] versuche nachzuweisen, daß im ostelbischen Deutchland [...], das Bauernlegen die wichtigste Methode der ursprünglichen Akkumulation des Kapitals war [...]." Johannes Nichtweiss, *Das Bauernlegen in Mecklenburg. Eine Untersuchung zur Geschichte der Bauernschaft und der zweite Leibeigenschaft in Mecklenburg bis zum Beginn des 19. Jahrhunderts*, p. 7; "Eu [o A.] tento provar que, na Alemanha a leste do Elba [...], o *Bauernlegen* foi o método mais importante de acumulação primitiva do capital [...]."

[46] Esse é o processo por meio do qual, entre os séculos 9 e 14, populações germânicas assentaram raízes em áreas majoritariamente eslavas e/ou bálticas.

Prússia Oriental)[47]. Além do mais, os encargos dos camponeses e de suas famílias não se limitavam à lavoura, estendendo-se para os serviços caseiros (*Gesindedienste*) – não por menos, a população de serviçais chegou a patamares consideráveis (em 1846, ainda havia cerca de 1 milhão deles no Reino da Prússia, uma região que registrara 10,4 milhões de habitantes em 1806)[48]. De outro lado, os direitos dos agricultores sobre as áreas de cultivo tornavam-se cada vez mais frágeis, chegando até, em muitos casos, a sua total supressão[49]. Um cenário, vê-se, em nada convidativo para os da roça[50].

Na outra ponta do espectro social, os nobres que aufeririam os lucros da nova agricultura capitalista também passaram por mudanças radicais, ainda que essas os levassem a um cenário, diferente daquele dos camponeses, mais para reluzente do que para lúgubre. Com o predomínio crescente das razões de mercado, a consolidação dos Estados-nação centralizados e a disseminação das forças militares profissionais, os senhores de terra, antes suseranos de seus súditos e vassalos do rei, viram seu modo de vida perder pé. Não só a prestação de vassalagem deixava de ser o que fora no passado medieval, como acenava agora às camadas superiores um estilo de vida coalhado, ou cada vez mais coalhado, de irresistíveis

---

[47] Descrevendo a situação no final do século 15, diz Carsten: "A runaway peasant had to be handed over to his master who could have him hanged; a runaway servant was to be nailed to the pillory by one ear and to be given a knife to cut himself off; no servant was to go idle for more than a fortnight after the end of his employment, but was to accept new service; all this apparently without any trial or arbitrament. [...] In Prussia the position of peasants and labourers alike decisively deteriorated in the course of the fifteenth century." F. L. Carsten, *The Origin of Prussia*, p. 106.

[48] Números citados por Hans-Ulrich Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte. Band 2. Von der Reformära bis zur industriellen und politischen 'Deutschen Revolution'. 1815-1845/49.*

[49] "Der Osten ist durch das Vordringen der gustherrlichen Eigenwirtschaft auf Kosten von Bauernland geprägt." Seidl, op. cit., p. 109; "O oeste fica marcado pelo avanço da produção em áreas do senhor das terras, nas *Gutsherrschaft*, à custa das áreas dos camponeses."

[50] "Unterschiedlich in den einzelnen Landschaften, aber letzthin doch mit dem gleichen Ergebnis, änderte sich seit dem 15. Jahrhundert zunehmend die Lage der Bauern. Das Besitzrecht verschlechterte sich, der Bauer wurde an den Boden gebunden, die Dienste wurden erhöht, bis der Bauer in ungemessener Dienstpflicht täglich Dienst zu leisten hatte, die Kinder wurden zum Zwangsgesindedienst verpflichtet, der Bauernsohn zur Übernahme freier Stellen gezwungen, die Bauern wurden in einer neuen Form Leibeigenschaft gutsuntertänig und damit am freien Zug gehindert, gehindert abzuwandern oder auch ein Handwerk zu lernen." Franz, op. cit., p. 122; "Variando de territóro para território, mas ao fim e ao cabo com o mesmo resultado, a situção dos camponeses alterou-se progressivamente a partir do século 15. O direito de posse fragilizou-se, o camponês viu-se atrelado ao solo, a carga de trabalho aumentou até o camponês ser obrigado a, diante de obrigações trabalhistas desmedidas, realizar tarefas diariamente, as crianças foram submetidas a serviços caseiros compulsórios, o filho do camponês, a assumir a responsabilidade por áreas ainda não cultivadas; os camponeses tornaram-se, em uma nova forma de servidão, súditos do bem fundiário (*gutsuntertänig*) e assim ficaram impedidos de ir e vir, impedidos de emigrar e impedidos de aprender um ofício manufatureiro."

atrativos materiais. Nascia o mercado de consumo, ainda relativamente diminuto mas já sedutor, e acessível aos que dispusessem de dinheiro suficiente para tanto[51].

Nesse andar da carruagem, o leste do Elba, antes cedo do que tarde, ver-se-ia tomado por grandes propriedades rurais dentro das quais eram governantes absolutos os *Junker*[52]. Em meio aos esforços para converter uma economia natural em uma economia de excedentes, a concentração de terras caminhou *pari passu* com a concentração de poder nas mãos dos *Gutsherren*, que, dentro de seus vastos domínios, amealharam poderes judiciais (*Gerichtsherr*, senhor do tribunal), econômicos (*Grundherr*, senhor da terra) e de suserania (*Leibherr*, senhor do corpo, senhor da vida do servo). Forma-se o que virá a ser chamado de a *Gutsherrschaft* – uma grande propriedade fundiária controlada por um senhor de terras e à qual prende-se um montante de agricultores cujo status variaria do *Vollbauer* (o camponês em sentido pleno, detentor de suas terras ainda que obrigado a prestar serviços para o *Gutsherr*) ao *Tagelöhner* (o camponês sem terras obrigado a sobreviver do que receberia em troca dos serviços prestados a terceiros). Os camponeses moravam em vilarejos (o *Dorf*), onde se organizavam hierarquicamente e gozavam de certa autonomia. Por outro lado, não se aplicaria a essa vasta região o conhecido ditado dos tempos pré-modernos: "*Stadtluft macht frei*" ("os ares citadinos libertam", uma alusão à possibilidade de os servos, durante a Idade Média, escaparem ao domínio de seus senhores uma vez acolhidos em uma cidade livre), e isso porque o poder

---

[51] "Neben dieser Getreidekonjunktur lagen dem Übergang zur adligen Eigenwirtschaft auch kulturgeschichtliche Ursachen zugrunde. Das ritterliche Lehnsaufgebot wurde durch das Aufkommen der Feuerwaffen und Söldnertruppen spätestens seit dem 15. Jahrhundert verdrängt, so daß der Adel dazu angerufen war, einen neuen Lebensinhalt zu finden, und sich oftmals dem Gutsbetrieb zuwandte. [...] Einerseits ergab sich daraus eine Steigerung der Fron, andererseits verstärkte sich für den Adel die Notwendigkeit, neue Geldquelle aufzutun – auch weil die Renaissance den bisherigen Lebenstil verfeinerte und die Ansprüche somit in die Höhe trieb." Schmidt, op. cit., p. 74; "Ao lado da conjuntura relativa à produção de cereais, havia também, por debaixo da transição para uma economia controlada pelos nobres, causas histórico-culturais. A vassalagem cavaleiresca passou, desde no máximo o século 15, a ser suprimida pelo advento das armas de fogo e das tropas a soldo, de forma que a nobreza viu-se premida a encontrar uma nova razão de ser, e frequentemente acabou por dedicar-se à produção agrícola. [...] De um lado, ocorreu um aumento da corveia, de outro, intensificou-se, para a nobreza, a necessidade de encontrar novas fontes de dinheiro – também porque a Renascença significou uma sofisticação do estilo de vida verificado até então e elevou fortemente os padrões de vida."

[52] O termo resulta da fusão das palavras *junger Herr*, "jovem senhor", e tem origem nos tempos da *Ostkolonisation*, quando os filhos da nobreza migravam para o leste a fim de se tornarem, eles próprios, senhores de terra. Cf. William W. Hagen, *Ordinary Prussians. Brandenburg Junkers and Villagers. 1500-1840*, p. 6.

acachapante dos *Junker* sufocou o desenvolvimento das cidades e, com elas, o desenvolvimento da burguesia[53]. Das cidades do leste do Elba, muitas eram *Mediatstädte*, cidades submetidas ao domínio de um senhor de terras a quem os moradores, como servos, viam-se obrigados a prestar serviços[54]. Em resumo, ainda que essa fosse uma região altamente dinâmica do ponto de vista econômico, não vivenciava um processo vibrante de urbanização, como no oeste europeu, nem abrigava uma burguesia crescente e atuante, e tampouco experimentava, inobstante o acúmulo de capital, um aumento significativo do montante de moeda em circulação[55].

Já a oeste do Elba o que se via era uma formação em grande medida oposta à *Gutsherrschaft*, a chamada *Grundherrschaft*. Se a primeira palavra confessa a importância do fator econômico no nascimento daquele tipo de unidade produtora (*Herrschaft* significa "domínio"; *Gut*, "bem", nesse caso o bem fundiário), a segunda revela sua origem pré-moderna (o domínio, no caso, resume-se ao *Grund*, à terra ainda estranha a qualquer tipo de capitalização). Não que em algum dos lados da fronteira socioeconômica marcada pelo agora já famigerado rio fosse possível, nos primórdios da modernidade, realizar negócios envolvendo as posses agrícolas. No Reino da Prússia, por exemplo, as terras dominiais só se

---

[53] "Sie [os *Gutsherren*] drückten die vormals selbständige Bauernwirtschafter zu Anhängseln des Gutsbetriebs herunter, unterminierten die kommerziell-gewerblichen Monopole der städtischen Kaufmannsgilden und Handwerkerzünfte und erschütterten somit die herkömmlichen Existenzgrundlagen des Stadtbürgertums." Hans Rosenberg, *Machteliten und Wirtschaftskonjunkturen. Studien zur neueren deutschen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, p. 76; "Eles [os *Gutsherren*] rebaixaram os camponeses antes autônomos a um apêndice da produção agrícola, minaram o monopólio comercial-profissional das guildas de mercadores citadinos e das associações de manufatureiros e, consequentemente, minaram os meios de subsistência tradicionais da burguesia urbanizada."

[54] "Vor allem auf ostdeutschen Kolonialboden gab es [...] die einem Grundherrn unterstellten Mediatstädte, deren Bürger auch noch am Ende des 18. Jahrhunderts wie leibeigene Bauern fronen und zinsen mußten. Ein Drittel der schlesischen Stadtbevölkerung z.B. lebte in solchen Mediatstädten." Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte, Band 1*, p. 181; "Principalmente na área colonial do leste da Alemanha, existiam [...] as *Mediatstädte*, cidades submissas a um senhor de terras e cujos moradores ainda no final do século 18 tinham de prestar corveia e pagar censo da mesma forma que camponeses servis. Um terço da população citadina da Silésia, por exemplo, morava em tais *Mediatstädte*."

[55] Falando sobre o século 17: "Barlöhne blieben überall gering, lagen aber in West- und Nordwestdeutschland erheblich höher als in ganz Ostelbien, wo nicht nur die Fronarbeit auf das Lohnniveau drückte, sondern auch die Zwangsgesindeordenungen das Geldeinkommen denkbar klein hielten." Wehler, op. cit., p. 174; "O pagamento de salários em dinheiro continuava a ser inusual, mas no oeste e no noroeste da Alemanha havia muito mais casos do tipo do que em toda a região a leste do Elba, onde não apenas a corveia pressionava os salários para baixo, como também o regime de serviços caseiros compulsórios limitava ao extremo os pagamentos em dinheiro."

tornariam alódio (bens em pleno sentido da palavra), permitindo o nascimento de um mercado imobiliário, em 1717 – o "manso servil", décadas depois disso. E nem, tampouco, que fosse possível aos camponeses dos territórios germânicos do oeste ficarem indiferentes à intensificação das trocas mercantis. No entanto, a *Gutsherrschaft*, como as *plantations* americanas, foi sempre um empreendimento econômico, enquanto a *Grundherrschaft* era antes uma formação remanescente da Idade Média[56]. No caso desta, os camponeses, muito mais raramente, sofreram pressões para abrir mão do controle direto sobre suas terras, o que garantiu a preservação ali de unidades produtivas de pequena e média extensão. Outra característica a diferenciar os dois tipos de organização fundiária era o domínio exercido pelo senhor das terras sobre os agricultores. Enquanto os *Gutsherren*, como se disse, reuniam em suas mãos o controle sobre as terras, a justiça e os súditos mantidos em condição servil, os *Grundherren* limitavam seu domínio quase que à exigência, frente aos camponeses, de algum tipo de pagamento regular em espécie ou em dinheiro. Esses nobres não possuíam uma tal autoridade como seus pares do outro lado do rio – os agricultores germânicos a oeste do Elba encontravam-se submetidos a diferentes instâncias de poder, o que lhes garantia uma certa (e crescente) autonomia. A condição servil deles, como no restante do oeste europeu, continuaria a ceder terreno até ser totalmente abolida[57]. Divididos entre a *Grundherrschaft* e a

---

[56] "Im Vergleich zu Ostdeutschland ist die weitere Entwicklung im West- und Süddeutschland vom 16. Jahrhundert ab ruhiger verlaufen [...] Hier kommt es [...] nicht zu einem Umbruch in der Agrarverfassung, wie er durch das Aufkommen der Gutsherrschaft im Osten erfolgte; vielmehr hat sich die Grundherrschaft als Ausprägung der Agrarverfassung erhalten [...]." Friedrich Lütge, *Geschichte der deutschen Agrarverfassung vom frühen Mittelalter bis zum 19. Jahrhundert*, p. 159; "Em comparação com o leste da Alemanha, o desenvolvimento subsequente do oeste e do sul da Alemanha, a partir do século 16, transcorreu de forma mais serena [...] Ali tratou-se não [...] de uma reviravolta no modelo agrário [da época], como ocorreu no oeste, por meio do surgimento da *Gutsherrschaft*; ao invés disso, a *Grundherrschaft* continuou a ser uma forma marcada pelo modelo agrário [tradicional] [...]."

[57] "[...] Gutsherrschaft [...], deren Wesen [...] in der Konzentration öffentlicher Rechte in Händen des Gutsherrn bestand, während die westelbische Grundherrschaft durch eine Differenzierung verschiedener Machtansprüche gekennzeichnet war. Der Gutsherr trat gegenüber dem Bauern daher auch als Grundherr, Leibherr und Gerichtsherr auf; zudem oblag ihm die Polizei- und Strafgewalt. Eine derartige Bündelung von Macht war der westelbischen Grundherrschaft fremd [...]. Aus rechtshistorischer Sicht ist Gutsherrschaft also mit Machtkonzentration gleichzusetzen, Grundherrschaft mit Differenzierung von Macht." Schmidt, op. cit., pp. 9-10; "[...] a *Gutsherrschaft* [...], cuja essência consistia na concentração de direitos públicos nas mãos do *Gutsherr*, ao passo que a *Grundherrschaft* caracterizava-se por uma segmentação das variadas instâncias de poder. O *Gutsherr*, assim, figurava diante do camponês como senhor da terra, senhor do servo e senhor da

Gutsherrschaft, os territórios germânicos davam à luz o chamado "dualismo agrário", conforme a expressão consagrada pela historiografia.

Capitalismo feudal ou feudalismo com capital?

Está armado um circo da dualidade não de todo estranho ao gosto brasilero. Alimenta essa dualidade o choque entre as regiões da *Gutsherrschaft* e da *Grundherrschaft*, reunidas no século 19 dentro de uma mesma estrutura de poder, aquela do Reino da Prússia em constante expansão (esse um tema frequente entre os historiadores alemães). No entanto, dá-se também um dualismo interno a cada uma dessas formações. De um lado, o modo capitalista de produção agrícola baseia-se na reinstalação do regime servil. Do outro, uma estrutura agrária resistente a modernizações garante uma liberdade crescente aos trabalhadores, um traço de modernidade. Neste segundo caso, porém, o dualismo não é a rigor problemático. Os territórios germânicos do oeste, ainda que mais lentamente do que, por exemplo, a França e a Inglaterra, trilham os passos de um desenvolvimento capitalista do tipo clássico: urbanização crescente, fortalecimento da burguesia, expansão do setor manufatureiro e, finalmente, industrialização. Há um sentido histórico inequívoco, já que a região vai pouco a pouco livrando-se de suas estruturas arcaicas e modernizando-se. Uma conformação de fato complexa verifica-se no caso da *Gutsherrschaft*, que é o foco central desta análise. Uma extensa área de cultivo agrícola é tomada por grandes propriedades, cuja produção visa ao mercado de consumo dos países "de ponta", produção essa calcada em relações de tipo arcaico: mão de obra compulsória e regime de domínio pessoal autocrático. Em resumo, como se disse, um palco em que o capital (do trabalho livre) fez brotar o progresso da racionalidade

justiça; além disso, ainda lhe estavam submetidos o poder de polícia e o poder de punir. Uma tal concentração de poder estava ausente da *Grundherrschaft* do oeste do Elba [...]. Do ponto de vista histórico-jurídico, a *Gutsherrschaft* pode ser equiparada à concentração de poder, a *Grundherrschaft*, a uma segmentação do poder."

econômica e, por conta dela própria, o arcaísmo do trabalho não-livre. Curiosamente, porém, quase não se registram na historiografia alemã os impasses que tanta dor de cabeça deram aos pensadores deste lado do Atlântico. Entre os historiadores da Alemanha Oriental e da Alemanha Ocidental (e também entre os historiadores de antes da Segunda Guerra e de depois da reunificação), os pressupostos teóricos e as conclusões a que chegam destoam enormemente, mas o quadro pintado, lá e cá, pauta-se (quase) sempre pela clareza.

Do lado ocidental, domina a tese de que, no leste do Elba, aos avanços promovidos pelo capitalismo sobrepôs-se uma estrutura de poder arcaica. Rosenberg define essa conjuntura como um "capitalismo feudal agrário"[58], transcrevendo o conceito de "capitalismo feudal", a princípio problemático, entre aspas e em itálico; Wehler defende uma opinião semelhante, e batiza essa formação de (pré-)"capitalismo agrário"[59]; Schmidt aventa a hipótese de uma "categoria jurídico-econômica dúplice" (concentração de poder e predomínio do cultivo nas terras senhoriais)[60]; para Werner Wittich, a *Gutsherrschaft* surge quando o "manso senhorial" começa a produzir de forma "capitalista" ou com vistas ao mercado[61]; Theodor Mayer sublinha o fato de que foram os grandes mercados do oeste da Europa que tornaram lucrativas (eficientes do ponto de vista capitalista) as grandes áreas de cultivo do leste[62]; Kaak rejeita classificar como "capitalista" a *Gutsherrschaft*, que, porém, descreve como sendo simultaneamente a preservação de formas antigas de relação e a protoforma de um tipo novo –

---

[58] "agrarische '*Feudalkapitalismus*'", Rosenberg, op. cit., p. 27, itálico no original.

[59] "Agrarkapitalismus", Wehler, op. cit., p. 165; segundo o A., o capitalismo agrário se iniciaria de fato na segunda metade do século 18, antecedido por uma fase preparatória.

[60] "rechtlich wirtschaftliche Doppelkategorie", Schmidt, op. cit., p. 9.

[61] "Er [Wittich] war der Auffassung, daß *im Gegensatz zur grundherrschaftlichen Verfassung [...] die Gutsherrschaft* [entstehe], *wenn die eigenen Wirtschaft des Grundherrn sich im Sinne einer kapitalistischen, d.h. ausschließlich oder größenteils für den Markt arbeitenden Großbetriebes zu entwickeln beginnt*." Werner Wittich, *Die Gutsherrschaft in Nordwest- Deutschlands* (1896); citado em Kaak, op. cit., p. 196, itálicos no original; "Ele [Wittich] é da opinião de que, *em oposição ao modelo da* Grundherrschaft*, a* Gutsherrschaft *surge quando a produção nas terras controladas pelo* Grundherr *começa a desenvolver-se no sentido de uma grande empreitada capitalista, quer dizer, de uma empreitada de grandes dimensões que, exclusiva ou majoritariamente, produz para o mercado*." – os trechos em itálico são transcrições da obra citada.

[62] "Sehr einleuchtend [...] ist seine [de Theodor Mayer] Auffassung, daß die Entstehung stabiler Großmärkte in Westeuropa seit dem Beginn der frühen Neuzeit erst die Errichtung von Großbetrieben im Osten profitabel gemacht habe." Kaak, op. cit., pp. 206-207; "É bastante esclarecedora a opinião dele [de Theodor Mayer], de que o surgimento dos grandes e estáveis mercados no oeste da Europa a partir do início da nova era é que tornou lucrativo o estabelecimento das empreitadas de grandes dimensões no leste."

nos termos dele, o resultado da estratégia de sobrevivência de uma nobreza tradicional obrigada a ingressar no mercado (capitalista)[63]. Essas definições, bem como as que se podem inferir dos textos de outros historiadores transcritos previamente, deixam claro que, na concepção desses estudiosos, a produção de mercadorias para exportação (uma atividade capitalista) combinou-se com estruturas de mando pré-modernas (feudais). Se há pontos de contato entre esses dois elementos (e a figura do *Junker*, para essa historiografia, é o principal deles – o *Junker* é o típico representante da "cabeça de Jano" do futuro Império Alemão[64]), as esferas não se confundem. O que ocorreria, no máximo, é um "toma lá dá cá"[65], um acerto no qual cada uma das partes emprestaria elementos da outra sem, contudo, arredar pé de suas características. O conceito de dualidade permeia essas ideias, mas neste caso uma "dualidade com dualismo" (em oposição ao conceito brasileiro de "dualidade sem dualismo"). Ou seja, o suposto potencial modernizador da produção capitalista continuará a ganhar força até minar por completo (depois da Segunda Guerra Mundial) a estrutura de mando regressista. Os passos centrais dessa caminhada seriam: a instrumentalização dos direitos senhoriais para fins capitalistas responsável por fazer dos camponeses servos[66], uma subsequente radicalização das contradições (para parte da historiografia, essa radicalização ocorre depois da

---

[63] "Nur wandelte sich mit dem Ausbau der Gutswirtschaften die Schicht der Feudalherren zu einer marktwirtschaftlich denkenden und handelnden Führungsschicht. Die Gutsherrschaft ist in dieser Sicht genauso eine Aufrechterhaltung älterer Formen wie eine Vorform neuerer Verhältnisse." Kaak, op. cit., p. 371; "Apenas que a camada dos senhores feudais, com o desenvolvimento da produção típica da *Gutsherrschaft*, transformou-se em uma camada dirigente que pensa e age de olho no mercado. A *Gustherrschaft* é, nesse sentido, tanto a preservação de formas antigas de relação como a protoforma de novas."

[64] "Die Rolle des Junkers als Gutswirt wurde immer wichtiger, ohne daß er auf die traditionellen Privilegien eines adligen Herrn verzichten mußte." Wehler, op. cit., p. 423; "O papel do *Junker* na qualidade de administrador de terras torna-se cada vez mais importante, sem que ele tivesse de abrir mão dos privlégios tradicionais de um cavaleiro da nobreza." – a figura complementar ao *Junker*, o camponês reduzido à condição de servo, também pontua essa dinâmica como um elo de contato entre as duas esferas, mas um elo passivo (em oposição à presença ativa dos *Junker* no destino do país). Tudo isso segundo essa historiografia "tradicional".

[65] Uma *voie de compromis*, nas palavras de Antoine Casanova et Charles Parain, "Présentation" in *La deuxième servage en Europe central et oriental. Recherches internationales à la lumière du marxisme. N. 63-64 (1970)*, p. 14; para Casanova e Parain, no entanto, o "compromisso" é entre o modo de produção feudal e uma camada superior burguesa. Logo se discutirá essa via interpretativa.

[66] "Diese 'direkte Instrumentalisierung von feudalen Herrenrechte zu ökonomischen Zwecken' führte zu einer faktischen Enteignung [dos camponeses], die den Rittern als 'Gutsleibeigenschaft' zugute kam". Wehler, op. cit., p. 165; "Essa 'instrumentalização direta dos direitos senhoriais feudais para fins econômicos provocou, na prática, uma despossessão [dos camponeses], o que, na qualidade de 'servidão dominial', revelou-se útil para os cavaleiros."

industrialização)[67] e, finalmente, a derrocada da *Junkertum* junto com a aniquilação da herança do leste[68]. Esse pensamento progressista apoia-se em bases sólidas. Já no começo do século 19, reconhece-se dentro da Alemanha a necessidade de acabar com a servidão pois esta seria contrária ao progresso. Friedrich Leopold von Schroetter, ministro do governo prussiano, escreve em 1802: "O sistema de servidão hereditária mantém com a verdadeira indústria uma relação de contradição total. Em nenhum país, em nenhuma Província onde a agricultura e a fábrica viscejam de fato, encontra-se a servidão hereditária [...]"[69]. As forças internas do desenvolvimento alemão, ainda que um pouco atrasadas, levariam a melhor, confirmando as teses da divisão fundamental entre atraso e progresso. No entanto, o ranço arcaico perduraria teimosamente, e para muito além da *Bauernbefreiung* (a libertação dos camponeses), no começo do século 19. Ou melhor, contrariando os que gostariam de separar o joio do trigo, esse ranço regressaria com força total justo no momento em que parecia ter sido superado (na República de Weimar) – quando tudo parecia ser trigo, descobre-se que nada passava de joio.

Do lado oriental, a doutrina stalinista não deixa dúvidas a respeito do que ocorreu a leste do Elba: "um fortalecimento do feudalismo". Essas são as palavras de um dos manda-chuvas da área de história econômica da Alemanha alinhada à União Soviética[70]. Segundo

---

[67] "Haben wir mit diesem durch den siegreichen Industriekapitalismus zugespitzten Spannungsverhältnis zwischen traditionalen und modernen Elementen eine Grudstruktur der deutschen Geschichte in dem Jahrhundert zwischen dem Beginn der Industriellen Revolution um 1845 und der Zerschlagung Ostelbiens durch die Rote Armee im Jahre 1945 vor uns?" Wehler, op. cit., p. 25; "Não temos diante de nós, na relação de tensão entre os elementos tradicionais e modernos, tensão essa ampliada pelo capitalismo industrial triunfante, uma estrutura básica da história alemã no século que vai do começo da Revolução Industrial por volta de 1845 até o destroçamento da região a leste do Elba pelo Exército Vermelho no ano de 1945?"

[68] O preço pago pela *Junkertum* foi: "[...] die Helferdienste bei der Heraufbeschwörung der deutschen Katastrophe [o nazismo] und in ihrem Gefolge die historische Vernichtung des ostdeutschen Gutsbesitzertums". Rosenberg, op. cit., p. 101; "[...] servir de apoio para a invocação da catástrofe alemã [o nazismo] e, em consequência dela, provocar a aniquilação histórica do sistema das *Gutsherrschaften* no leste alemão".

[69] "Der preußische Minister Friedrich Leopold von Schroetter schrieb 1802: 'Erbuntertänigkeit und wahre Industrie stehen in einem geraden Widerspruch. In keinem Lande, in keiner Provinz, wo Ackerbau und Fabrik wirklich in Flor sind, findet Erbuntertänigkeit statt [...]'." Citado por Kriedte, op. cit., p. 140. Traduziu-se aqui *Erbuntertänigkeit* por "servidão hereditária". Literalmente, a tradução seria: "condição hereditária de súdito". Adiante, retoma-se o assunto.

[70] "Diese Feststellung [sobre a o caráter capitalista da *Gutsherrschaft*] ist sicherlich richtig, wenn wir in der 'Vorbereitung der kapitalistischen Produktionsweise auf dem Lande' nicht schon das Werden der kapitalistischen Gesellschaft sehen, sondern erkennen, daß [...] diese Vorbereitung unter den Bedingungen einer, gegenüber den Verhältnissen zur Zeit des 15. und beginnenden 16. Jahrhunderts, relativen Stärkung des Feudalismus erfolgt." Jürgen Kuczynski, "Zum Aufstatz von Johannes Nichtweiß über die zweite Leibeigenschaft" in *Zeitschrift für*

essa historiografia, tanto a *Gutsherrschaft* quanto a *Grundherrschaft* são formações feudais[71]. Adotando *ipsis litteris* uma certa cartilha de inspiração marxista usada para identificar modos de produção capitalista (trabalhador despojado dos meios de produção; força de trabalho vendida como mercadoria; manufatura; acumulação primitiva de capital), os historiadores da Cortina de Ferro conseguiam separar, de um lado, uma raiz feudal, e, de outro, uma copa capitalista. A produção de mercadorias só era possível dentro da moldura traçada pelas grandes propriedades agrícolas do leste, propriedades essas cuja gênese tem relação com o mercado mas que não são capitalistas[72]. Uma interpretação igualmente "ortodoxa" ganhou algum espaço em círculos marxistas distantes dos constrangimentos impostos pela "ditadura do proletariado" do Leste Europeu. Os já mencionados Casanova e Parain, por exemplo, também veem na *Gutsherrschaft* um dualismo feito de elementos que não se misturam – um modo de produção feudal em que se intensifica (com vistas ao mercado) a exploração dos camponeses[73]. O capitalismo mercantil, fundamental para compreender o desenrolar dos fatos na região, submete-se à formação de tipo arcaico[74]. Para esse olhar pautado pelo mecanicismo histórico, as relações de produção pré-modernas só sairiam de cena a partir do começo do

---

Geschichtswissenschaft. Heft 3 (1954), p. 468; "Essa afirmativa [sobre o caráter capitalista da *Gustherrschaft*] é certamente correta se não identificarmos na 'preparação para o modo de produção capitalista na zona rural' o nascimento da sociedade capitalista, mas ao invés disso, reconhecermos [...] que essa preparação ocorre sob a condição de um relativo fortalecimento, quando confrontado com o cenário existente nos séculos 15 e 16, do feudalismo."

[71] "Beide Formen der Agrarverfassung [*Grundherrschaft* e *Gutsherrschaft*] sind ihrem Wesen nach feudal, stellen feudalen Grundeigentumsverhältnisse dar." Gerhard Heitz, "Die Differenzierung der Agrarstruktur am Vorabend der bürgerlichen Agrarreformen" in Hartmut Harnisch et Gerhard Heitz, *Deutsche Agrargeschichte des Spätfeudalismus*, p. 93; "Ambas as formas de modelo agrícola [*Grundherrschaft* e *Gutsherrschaft*] são em essência feudais, constituem relações de propriedade fundiária feudais."

[72] "Eine Warenproduktion hatte sich unter den Bedingungen der ostelbischen Gutsherrschaft seit dem 16. Jahrhundert vor allem auf den feudalen Gutswirschaften entwickelt, deren Ausbau, natürlich stets unter Beachtung bestimmter Begleitumstände, überhaupt nur vom Markt her zu verstehen ist." Harmut Harnisch, *Kapitalistische Agrarreform und Indurstrielle Revolution*, p. 43; "A produção de mercadorias desenvolveu-se, a partir do século 16, sob as condições impostas pela *Gutsherrschaft* do leste do Elba principamente nas economias feudais das unidades produtoras, cuja expansão, naturalmente que sem deixar nunca de levar em consideração circunstâncias paralelas, só pode ser compreendida do ponto de vista do mercado."

[73] "Les transformations intervenues à l'Est de l'Elbe sont d'un tout autre type: le mode de production féodal se maintient mais on assiste à un renouveau, ou plutôt à une extension massive et systématique de l'explotation des petits producteurs immédiats sur le mode de la rente en travail." Casanova et Parain, op. cit., p. 4.

[74] "Si les effets de l'essor du capitalisme marchand [...] sont incontestables à l'Est, ils ne vont cependant se manifester que sour le mode spécifique que autorisaient ici la solidité interne et l'état des structures des systèmes feodaux de production, l'état des rapports de force dans les différent espaces nationaux de cette partie de l'Europe." Casanova et Parain, op. cit., p. 8.

século 19, com o início das reformas agrárias adotadas pelo governo prussiano[75]. A essa abreviada "revolução burguesa" seguir-se-ia então a "revolução comunista" do pós-guerra, esse o quadro ao menos para os pensadores da Alemanha Oriental.

Diferenças à parte, os historiadores de ambos os lados dessa fronteira ideológica hoje finada compartilham (compartilhavam) a convicção de que as características feudais e capitalistas da *Gutsherrschaft* não se misturam. Como convivem quando deveriam um suceder ao outro, capitalismo e feudalismo, na banda de lá do Elba, atingem um certo grau de imbricamento sem, no entanto, contaminarem um ao outro. Há pontos de engate e até mesmo ambiguidades (as quais, de toda forma, virão a ser resolvidas). Veja-se, por exemplo, o que diz Wehler a respeito do famigerado aparato militar que sempre permeou a estrutura de poder prussiana: "Também é altamente ambígua a impressão provocada pela influência das forças militares e de guerra: de um lado, o processo moderno de criação do Estado esteve intimamente ligado às guerras e à atuação das forças de combate durante os tempos de paz; a expansão de um mercado de crédito viável relaciona-se de forma inextricável com os conflitos armados. De outro lado, o Exército não só criou o ambiente no qual inúmeras pessoas receberam um tratamento degradante, como também ofereceu o ponto de referência para a militarização da sociedade alemã, um processo de consequências as mais calamitosas até 1945"[76]. Os homens de farda são vetores de avanço e de recuo, e uma tendência mescla-se indissociavelmente com a outra. No entanto, se tomado o processo histórico como um todo, se levado em conta o cenário em sua inteireza, o que ocorre é uma derradeira depuração, ou uma

[75] "Die seit 1807 in den preußischen Gebieten östlich der Elbe einsetzenden Agrarreformen haben tatsächlich innerhalb weniger Jahrzehnte die Umwälzung der überkommenen feudalen Produktionsverhältnissen zu einer kapitalistischen Landwirtschaft bewirkt." Harnisch, op. cit., p. 27; "As reformas agrárias implementadas nas regiões prussianas localizadas a leste do Elba fizeram com que, dentro de poucas décadas, ocorresse a passagem das tradicionais relações feudais de produção para uma agricultura capitalista."

[76] "Zutiefst zwiespältig ist auch der Eindruck, den der Einfluß des Militär- und Kriegswesen hinterläßt: Auf der einen Seite ist der neuzeitliche Staatsbildungsprozeß sowohl mit Kriegen als auch mit der Rolle der Streitkräfte im Frieden aufs engste verbunden gewesen; der Ausbau eines funktionsfähigen Leihkapitalmarktes hing gleichfalls mit den bewaffneten Auseinandersetzungen unauflösbar zusammen. Auf der andern Seite bildete die Armee nicht nur den Ort einer entwürdigenden Behandlung zahlreicher Menschen, sondern auch den Bezugspunkt einer sozialen Militarisierung der deutschen Gesellschaft mit den verhängnisvollsten Folgen bis 1945." Wehler, op. cit., p. 244.

separação dos elementos. O que antes parecia inextricável revela-se, por fim, decidível: depois de 1945, ficarão para trás "o ambiente degradante" e a "militarização da sociedade" para sobreviverem "o Estado moderno" e o "mercado de crédito". A ambiguidade potenciada, sabe-se agora, repousava sobre um fundo de dualidade estanque: feudalismo e capitalismo nunca se misturaram de fato. A "cabeça de Jano" do Império Alemão seria, para essa historiografia, totalmente estranha à "nossa ambivalente existência bifronte"[77] – os militares tuipiniquins, por exemplo, à frente do regime que consolidou a nossa "revolução burguesa", logram ainda hoje, passadas mais de duas décadas da implantação de uma democracia supostamente plena, resistir a qualquer tipo de prestação de contas sobre as barbaridades da ditadura verde-oliva. Se a realidade do Brasil ex-colônia que nunca completa sua formação obriga o pensador a confrontar o atraso que se repõe como progresso (ou o progresso que se põe como atraso), o constante avanço, segundo os padrões capitalistas, da Prússia-Brandemburgo (depois Reino da Prússia, e depois Império Alemão, e depois Alemanha), por um caminho próprio, explica o corte cirúrgico a dividir o arcaico do moderno. A operação guarda algo de artificial (o "corte" pós-45, referido por Wehler logo acima, veio de fora, por exemplo), mas não dispensa um teor de verdade. Na periferia capitalista, há duas espécies de dualidade, espécies essas opostas/complementares: a dualidade sem dualismo à brasileira, em que um fundo histórico trafega entre a ordem e a desordem resistente aos esforços para dar-lhe forma, e a univocidade dual à prussiana, na qual o engate rigoroso entre fundo e forma garante a marcha do progresso que, de tempos em tempos, reverte em regresso. Mas, para começar a desvendar esta última, será preciso recorrer a vozes dissonantes da historiografia alemã (e europeia), vozes que consigam ver para além da "dualidade com dualismo".

O primeiro passo nesse "desvendamento" é não ignorar a especificidade da "segunda servidão". Ao contrário do que deseja certa historiografia, a organização das áreas de cultivo

[77] Arantes, op. cit., p. 66.

no leste do Elba para atender ao mercado externo não veio acompanhada de uma simples retomada de instrumentos arcaicos de dominação. Se inegavelmente ocorreu uma retomada, a reavivação de instituições arcaicas em um contexto moderno, por força de razões modernas, alterou a natureza daquelas instituições, que não poderiam mais ser descritas pacificamente como "feudais"[78] nem tampouco como "capitalistas". Veja-se a base dessa empreitada, o trabalho braçal: a (re)introdução ou ampliação da corveia não significou um mero retorno aos tempos idos. A atividade agrícola pré-moderna, voltada para a produção de valores de uso, deixa de sê-lo quando submetida à lógica da produção de valores de troca (ou da valorização de valor abstrato)[79]. Essa nova corveia, diferente de sua versão original mas ainda assim a mesma, é uma forma pervertida daquela, não mais feudal e, contudo, não propriamente capitalista (ainda que com fins de lucro)[80]. Kriedte observa que, durante a intensificação da economia básica de mercado, na alta Idade Média, as relações pessoais de dependência também a leste do Elba afrouxaram; pouco depois, sob o peso do mercado mundial, deu-se um processo de sentido oposto[81]. Ou seja, o mesmo mercado (local/mundial) deixou efeitos contrastantes. É o que reforça o historiador romeno H. H. Stahl, ao dizer que a "segunda servidão" resulta da penetração do capitalismo e acrescentar: "Isso, em um primeiro momento,

---

[78] "[...] très souvent on a tendance à considérer le développement de ce nouveau servage européen [a leste do Elba] comme un simple retour en arriére, à la situation du début de la féodalité. Extérieurement, il en est bien ainsi [...]. Mais il ne faut pas oublier que l'explotation fondée sur la corvée de la fin du moyen âge s'est constituée sur la base des rapport économiques inconnus du haut moyen âge. Cette explotation était avant tout une entreprise travaillant pour le marché, alors que durant le haut moyen âge, la terre signeuriale servait en premier lieu à satisfaire les besoins du seigneur et de sa maison." S. D. Skazine, "Problèmes fondamentaux du 'deuxième servage' en Europe Centrale et Orientale" in *La deuxième servage em Europe central et oriental. Recherches internationales à la lumière du marxisme. N. 63-64 (1970)*, p. 23.

[79] No feudalismo: "Ziel des bäuerlichen Produktionzyklus war nicht der Tauschwert, sondern der Gebrauchswert." Kriedte, op. cit., p. 10; "O objetivo do ciclo produtivo dos camponeses não era o valor de troca mas o valor de uso."

[80] Dito assim de chofre, o uso do conceito de perversão para descrever um hodierno fato histórico pode soar gratuito e exagerado. A ver.

[81] "Im Verlauf des Aufstiegs der einfachen Marktwirtschaft im hohen Mittelalter hatten sich die feudalen Bindungen gelockert; im 16. Jahrhundert setzte unter den Bedingungen eines Weltmarktes, für den die englische Austauschbeziehungen konstitutiv waren, ein gegenläufiger Prozeß ein." Kriedte, op. cit., p. 42; "Durante a ascensão da economia básica de mercado, na alta Idade Média, as obrigações de tipo feudal afrouxaram-se; no século 16, na conjuntura de um mercado mundial, para cuja constituição foram fundamentais as relações de troca encabeçadas pela Inglaterra, deu-se um processo de sentido contrário." O mesmo dirá Wallerstein, mas negando existir zonas cinzentas. Segundo o historiador norte-americano, o modo de produção ou é capitalista ou feudal. E ponto.

parece contraditório, porque significaria admitir que a mesma causa, o capitalismo, haveria conseguido ter dois efeitos contraditórios: supressão da servidão no Ocidente e criação da servidão no Oriente. Todavia, são esses os fatos: o mesmo fenômeno social do surgimento do capitalismo pode ter formas e efeitos bastante diferentes, a depender das condições locais e históricas onde surge"[82].

Mais incisivo a respeito do assunto será o historiador Johannes Nichtweiss, da Alemanha Oriental. Sem ignorar a complexidade do tema[83], Nichtweiss afrontou a historiografia oficial de seu país, publicando, já em 1953, artigo crítico ao corolário do "regresso alemão para o feudalismo" e crítico, por tabela, aos defensores dele, entre os quais o influente Kuczynski. Diz o historiador: "Nesse sentido deve-se perceber que a segunda servidão no leste da Alemanha não é 'um regresso a uma antiga forma econômica, ao feudalismo' [Jürgen Kuczynski, *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte* (1950)]"[84]. De outro lado, afirma Nichtweiss, tampouco se trata de uma formação pura e simplesmente capitalista: "Mas o fato de a dependência pessoal manter-se intacta no sistema da *Gutsherrschaft* é determinante para que nós ainda não possamos designá-la como uma forma capitalista de modo de produção e nem a *Gutsherrschaft* simplesmente como uma empreitada capitalista. Isso porque o modo de produção capitalista só se verifica quando os produtores privados dos meios de produção são obrigados a vender sua força de trabalho na qualidade de mercadoria. Os

---

[82] "A première vue, cela paraît contradictoire, car ce serait admettre que la même cause, le capitalisme, aurait pu avoir deux effets contradictoires: supression du servage en Occident et création du servage en Orient. § Toutefois, tels sont les faits: le même phénomène social de l'avènement du capitalisme peut prendre des formes e avoir des effets fort différents, selon les conditions" H. H. Stahl, "Les anciènnes communautés villageoises roumaines (extraits)" in *La deuxième servage em Europe central et oriental. Recherches internationales à la lumière du marxisme. N. 63-64 (1970)*, p. 100.

[83] "Sie [este trabalho] ist ein Versuch, zur Lösung eines der schwierigsten Probleme der deutschen Geschichte, zum Problem der ursprünglichen Akkumulation des Kapitals und der Entstehung der kapitalistischen Produktionsweise in Deutschland einen kleinen Beitrag zu liefern." Johannes Nichtweiss, *Das Bauernlegen in Mecklenburg*, p. 7; "Ele [este trabalho] é uma tentativa de apresentar uma pequena contribuição para a solução de um dos problemas mais complicados da história alemã, o problema da acumulação primitiva de capital e do surgimento do modo de produção capitalista na Alemanha."

[84] "Dabei muß man aber sehen, daß die zweite Leibeigenschaft im Osten Deutschlands nicht 'eine Rückkehr zu den alten Wirtschaftsformen, zum Feudalismus' [Jürgen Kuczynski. *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte* (1950)] ist." Johannes Nichtweiss, "Zur Frage der zweiten Leibeigenschaft und des sogenannten preußischen Weges der Entwicklung des Kapitalismus in der Landwirtschaft Ostdeutschlands" in *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft. Heft 5 (1953)*, pp. 701-702.

jornaleiros [*Tagelöhner*] servis não são capazes de fazer isso porque a pessoa deles pertence ao senhor das terras e eles próprios não conseguem dispor de sua força de trabalho"[85]. Logo, não basta dizer que a *Gutsherrschaft* caracteriza-se por um imbricamento dos poderes econômico, judiciário e pessoal[86]. É preciso incluir como elemento *determinante* das análises o fato de essa unidade autocrática (arcaísmo) constituir-se para a realização de lucros (modernidade), é preciso atentar para o caráter contraditório do fenômeno[87]. Nichtweiss identifica na *Gutsherrschaft* tanto o início, pela "via prussiana", do novo modo de produção[88] quanto uma "forma de passagem" da economia feudal de corveia para o negócio capitalista, "forma de passagem" essa na qual ainda persistem os laços feudais de dependência dos produtores diretos[89]. Ou seja, uma forma híbrida surgida em um processo de modernização peculiar[90]. Entende-se agora por que Rosenberg, décadas mais tarde, escreveria "capitalismo feudal" entre aspas e em itálico. Nada há de pacífico nessa união de contrários, ainda que na

---

[85] "Denn die kapitalistische Produktionsweise ist erst dann vorhanden, wenn die der Produktionsmittel beraubten Produzenten gezwungen sind, ihre Arbeitskraft als Ware zu verkaufen. Die leibeigenen Tagelöhner können das nicht, weil ihre Person den Gutsherrn gehört und sie selbst nicht über sich und ihre Arbeitskraft verfügen können." Nichtweiss, op. cit., p. 706.

[86] "Dieser [o conceito de *Gutsherrschaft*] bezeichnet das gesamte soziale, ökonomische und rechtliche Verhältnis, in dem die Gutsherren und ihre Bauern zueinander standen." Kaak, op cit., p. 2; "Esse [o conceito de *Gutsherrschaft*] designa o conjunto das relações sociais, econômicas e jurídicas que mantinham entre si os *Gutsherren* e os camponeses."

[87] "Daraus [da conjuntura da agricultura mercantil] ergibt sich eine widerspruchsvolle Erscheinung: Die Anpassung des Adels der östlichen Gebiete Deutschlands an den sich in Westeuropa entwickelnden Kapitalismus war begleitet von einer ungeheuren Steigerung der Ausbeutung der Bauern, von ihrer völligen Entrechtung, von ihrer Fesselung an das Rittergut, von jenen besonderen Formen, die die zweite Leibeigenschaft im Gebiet der Gutsherrschaft annahm." Nichtweiss, op. cit., p. 696; "Disso [da conjuntura da agricultura mercantil] resulta um fenômeno contraditório: a adaptação da nobreza dos territórios do leste alemão ao capitalismo que se desenvolvia no oeste fez-se acompanhar de um aumento tremendo na exploração dos camponeses, da total anulação de seus direitos, de seu atrelamento ao *Rittergut*, daquelas formas específicas que adquiriu a segunda servidão na área da *Gutsherrschaft*."

[88] "Die Gutswirtschaft [...] stellte den Beginn der Entwicklung des Kapitalismus in der Landwirtschaft auf dem 'preußischen Weg' dar." Nichtweiss, "Zur Frage der zweiten Leibeigenschaft", pp. 716-717; "A *Gutswirtschaft* [a produção por meio da *Gutsherrschaft*] [...] representa o início do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, pela 'via prussiana'."

[89] "Übergangsform aus der feudalen Fronwirtschaft in den kapitalistischen Betrieb bei der die feudale Abhängigkeit des unmittelbaren Produzenten noch vorhanden ist." Johannes Nichtweiss, "Antwort an Jürgen Kuczynski" in *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft. Heft 3 (1954)*, p. 473 – o historiador, achacado pelo aparato repressivo da Alemanha Oriental, que o acusava de "Mangelnden Widerstand gegen die Einflüsse des Klassenfeindes" (Udo Grashoff, *"In einem Anfall von Depression..." – Selbsttötungen in der DDR*, p. 116; "resistência insuficiente contra as ingerências do inimigo de classe"), acabou por suicidar-se em 14 de junho de 1958, pulando do prédio central da Universidade de Rostock, de cujo Instituto Histórico era chefe.

[90] Ainda que fale em "via prussiana", Nichtweiss trata principalmente de Mecklemburgo, região que, na opinião dele, teria experimentado a forma clássica da *Gutsherrschaft*. A seguir, vai-se defender uma opinião oposta a essa: o caso clássico de *Gutsherrschaft* é mesmo o prussiano.

seara prussiana o aspecto predominante seja o da univocidade, e não o da dualidade (como na seara brasileira).

Quer dizer, diferentemente do que ocorre com a matéria brasileira resistente à formação, a "forma de passagem" prussiana conhece uma eficiência formativa tal que fará do leste do Elba controlado pela Prússia, já no século 18, parte fundamental de uma potência europeia. A formação periférica calcada na escravidão moderna condena a um avançar que, segundo os padrões capitalistas, completa-se no recuo, ou nunca se completa, ao passo que a formação periférica calcada na servidão moderna abre uma via alternativa pela qual será possível realizar avanços segundo o metro do centro do capital. A Prússia fará de suas deficiências (de seu arcaísmo) uma fonte de eficácia, enquanto do outro lado do Atlântico o atraso persiste em ser um corpo estranho, impedindo a síntese do progresso (sem impedir uma atividade altamente lucrativa). Ao mesmo tempo em que os brasílicos[91] e brasileiros penavam para encaixar o Brasil colônia e império nas lições da nova era, lutando com conceitos que não lhes diziam respeito, os prussianos incorporavam as ideias mais avançadas a fim de melhorá-las, aprofundá-las e adaptá-las, criando, além de uma linha original de pensamento (crítico), um vocabulário rente (por demais) a seus desígnios[92]. À revolução vinda de cima no caso prussiano opõe-se a ausência de revolução típica das terras brasileiras. A confusão malandra entre ordem e desordem parece mas não é totalmente estranha à burocrática[93] fronteira prussiana a separar a observância da inobservância da lei (no limite, há um marco físico, um rio a apartar, no século 19, a Prússia atrasada daquela avançada). A naturalidade eficiente com

[91] O termo é de Alencastro e designa os moradores da colônia brasileira que defendiam interesses nem sempre coincidentes com os da metrópole mas ainda não conheciam um ímpeto nacionalista. Não poderiam, então, ser chamados brasileiros.

[92] O assunto voltará à baila, mas diga-se já: tanto lá quanto cá, a inadequação das ideias liberais revela-lhes o fundo falso, o caráter ideológico. Essa inadequação, contudo, manifesta-se por caminhos diferentes. No Brasil, principalmente depois da independência, o liberalismo rodará em falso, pois estranho à realidade que lançava mão dele – há um déficit conceitual (uma ideologia de segundo grau, nas palavras de Schwarz); na Prússia, o liberalismo sofrerá um processo de radicalização, revertendo em seu contrário e tornando-se uma justificação da autocracia – não há déficit conceitual quase nenhum (conceito e conceituado ameaçam tornar-se um e o mesmo, dando à luz uma ideologia de grau zero). Daí que a inadequação no Brasil é gritante (histérica) enquanto na Alemanha será obsessivamente superada (mal superada).

[93] Burocrático aqui no sentido germânico do termo, não no sentido brasileiro.

que a "segunda servidão" transforma-se em "dedicação ao trabalho" promete ser o reverso da eterna precariedade do estatuto do trabalho nestas terras da escravidão abolida mas nunca deixada para trás. Do atraso brasileiro banalizado nas apequenadas tragédias do dia a dia difere o sucesso prussiano da normalidade que, em dado momento, reverte-se em "catástrofe" (Rosenberg). A "forma de passagem" dos prussianos faz-se passageira para, ao fim, trazendo à tona o fundo ambíguo daquela superação, regressar; já a forma aparentemente disforme dos brasileiros repõe-se o tempo todo em declarada confissão de marcar passo. Aqui o dualismo sem dualidade; lá a univocidade dual.

O carro, porém, saltou à frente dos bois (um movimento, de qualquer maneira, familiar à matéria tratada). Algumas das conclusões expostas acima saíram ao papel antes de terem sido devidamente fundamentadas. Retornem-se alguns passos.

Escravos e servos – a lei e a lei

Viajar do oeste (principalmente do sudoeste) para o leste dos territórios germânicos nos séculos 17, 18 e 19 não significava somente sair de uma região dominada por pequenas propriedades, passar por uma região mista e chegar a uma dominada pelas grandes áreas de cultivo; significava também um mergulho na "indigência rural"[94]. A introdução da agricultura mercantil naquela vasta região implicou uma piora na situação jurídica dos camponeses e a submissão deles a um regime de trabalho marcado pela concentração de poder e o exercício violento do mando. Os moradores dos vilarejos rurais (*Dörfer*) viram-se, gradualmente, privados do direito de ir e vir, privados do controle sobre (parte ou a totalidade) de suas terras (em muitos casos, o direito hereditário sobre uma determinada área deixava de ser

[94] "Die Reise nach Osten war zugleich eine Fahrt in die ländliche Dürftigkeit." Kaak, op. cit., p. 60; "A viagem para o leste era também uma jornada rumo à indigência rural."

hereditário), obrigados a dedicar mais tempo ao cultivo da terra de seus senhores e obrigados a realizar serviços caseiros. Tudo sob a ameaça constante de punições físicas. Disso resultou uma população camponesa politicamente alienada, economicamente dependente, juridicamente incapaz, moralmente diminuída[95] – submissa, enfim. Não à toa, são comuns os relatos sobre a precária condição de vida desses trabalhadores, muitas vezes comparados a escravos. Um historiador do começo do século 19, referindo-se às punições previstas para os servos na Ordenação dos Serviçais (*Gesindeordnung*) da Pomerânia (1646), diz: "Poderia um negro nas Índias sentir-se mais ameaçado [do que os camponeses aqui]?"[96]. Entre os castigos a que se arriscavam os "fujões" consta trabalhar "em ferros" nas terras do senhor ou como *Festungssclaven* (escravos do castelo, punição também chamada de *Karrenstrafe* e que significava passar o dia puxando pesadas carroças com cargas de pedras[97]). Em 1795, os súditos da região de Zülz (Silésia), desde 1742 sob domínio prussiano, requeririam, por razões humanitárias, a supressão das penas corporais e a limitação da corveia a fim de que não vivessem mais em "um estado cotidiano de escravidão"[98].

Os paralelos entre a servidão e a escravidão modernas ganham um alento suplementar

---

[95] "[...]: Den Preis für diesen ungewöhnten historischen Karriererfolg [dos *Gutsherren*] zahlte das Gros der einheimischen Bevölkerung mit der rechtlichen sozialen Degradierung, politischen Entmannung, moralischen Rückgratverkrümmung und Vernichtung der Selbstbestimmungschancen der Gutsuntertanen sowie mit der politischen Entmachtung und wirtschaftlichen Verkümmerung der landstädtischen Gemeinwesen und der Errichtung einer tiefen ständischen Kluft zwischen Stadt und Land, wie sie die vorangehenden Jahrhunderte noch nicht gekannt hatten." Rosenberg, op. cit., pp. 81-82; "[...]: o grosso da população nativa pagou o preço por essa inaudita carreira de sucesso histórico [dos *Gutsherren*] com a degradação sócio-jurídica, a castração política, a submissão moral e a destruição das oportunidades de autodeterminação dos súbitos da terra [*Gutsuntertanen*] bem como com a debilitação política e a atrofia econômica das comunidades citadinas e a abertura de um profundo abismo estamental entre a cidade e o campo, um abismo que os séculos anteriores não haviam ainda testemunhado."

[96] "Könnte ein Neger in Indien ärger bedroht werden?", Ernst Moritz Arndt, *Versuch einer Geschichte der Leibeigenschaft in Pommern und Rügen*, p. 179 [1803], citado por Kaak, op. cit., p. 21.

[97] "wiederaufgegriffenen Entwichene [...] in Eisen arbeiten sollten – entweder auf dem Gutshof oder als '*Festungssclaven*' (Karrenstrafe) – [...]." Jan Klußmann, "'Wo sie frey seyn, und einen besseren Dienst haben solte'. Flucht aus der Leibeigenschaft in Schleswig-Holstein in der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts" in Jan Peters (Hrsg.), *Konflikt und Kontrole in Gutsherrschaftsgesellschaften*, p. 119; "os fujões recapturados deveriam [...] trabalhar em ferros – seja nas terras do senhor seja como 'Festungssclaven' (*Karrenstrafe*) – [...]."

[98] "Im Jahre darauf [1795] verlangten die Untertanen der Herrschaft Zülz im Zeichen der Menschlichkeit Aufhebung der Prügelstrafen und gemessene Fronden, um nicht in 'täglicher Sklaverei' zu leben." Franz, op. cit., pp. 248-249; "No ano seguinte [1795], os súditos da governança de Zülz [desde 1742 sob o domínio da Prússia; passou a fazer parte da Polônia em 1945, com o nome de Biała] requisitaram, em vista de razões humanitárias, a extinção das penas corporais e a limitação das corveias, a fim de não mais viver em um 'estado quotidiano de escravidão'."

por conta da transformação direta de trabalhadores, dos dois lados do Atlântico, em mercadoria. Claro está que o fenômeno ganhou (não por acaso) diferentes dimensões para cada um desses regimes de mão de obra. Enquanto o tráfico negreiro era uma parte fundamental do emprego do braço escravo e mesmo, segundo Alencastro, estruturante no caso brasileiro[99], a compra e venda de servos era negócio mais frequente em algumas regiões, ausente de outras, e contudo nunca um dos pilares da atividade agrícola a leste do Elba (ao menos nos territórios germânicos). Ou seja, não se vai ver nas terras controladas (ou a serem controladas) pela Prússia um Valongo de mão de obra branca. Diz Kaak: "Não é fácil determinar com exatidão desde quando e em que magnitude, na região alemã do leste do Elba, ocorreu a venda de camponeses sem a alienação concomitante de terras. Que isso ocorria, depreende-se, se não de outros indícios, do fato de os planos de reforma do rei prussiano terem de lidar com a situação dos camponeses como 're in commerci'. Parece que esse tipo de venda de camponeses, que indica a existência de uma servidão 'de verdade', ocorreu, no mínimo excepcionalmente, em todas as regiões alemãs do leste do Elba. Enquanto que, de fato, nas regiões central e oeste do Mark Brandemburgo a prática quase ou nunca se verificou, os casos dela no Uckermark e no Neumark, e nas demais regiões prussianas, mostraram-se mais frequentes; e nas repúblicas aristocráticas do norte da Alemanha, mais frequentes ainda"[100]. Segundo as palavras do conselheiro sueco Reichenbach, a compra e venda de servos era um "verdadeiro comércio negreiro"[101]. Em Mecklemburgo, na Nova Pomerânia Ocidental

---

[99] "[...] o trato negreiro não se reduz ao comércio de negros. De consequências decisivas, na formação histórica brasileira, o tráfico extrapola o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa." Alencastro, op. cit., p. 29.

[100] "Es ist schwer genau zu bestimmen, seit welcher Zeit und in welchem Ausmaß im deutschen ostelbischen Bereich Verkäufe von Bauern ohne ihr Land stattfanden. Daß sie vorkammen, wird nicht zuletzt dadurch bestätigt, daß sich die Reformplanungen der preußischen Könige mit der Stellung der Bauern als 'res in commercio' zu befassen hatten. Es scheint, daß derartige Bauernverkäufe, die auf die 'wirkliche' Leibeigenschaft hinweisen, in fast allen deutschen ostelbischen Gebieten zumindest in Einzelfällen vorkamen. Während sie jedoch in der mittleren und westlichen Mark Brandenburg kaum oder gar nicht praktiziert wurden, waren sie in der Uckermark und Neumark und den übrigen preußischen Gebieten wohl schon häufiger und wurden in den norddeutschen Adelsrepubliken sehr viel öfter vorgenommen." Kaak, op. cit., p. 406.

[101] "wahren Negerhandel", Carl Johannes Fuchs, *Der Untergang des Bauernstandes und das Aufkommen der Gutsherrschaften*, p. 179 (1888), citado in Nichtweiss, op. cit., p. 52.

e em Holstein, era comum a realização de negócios envolvendo servos como se esses fossem cavalos ou vacas, escreve Mevius pouco depois do término da Guerra dos Trinta Anos[102].

Lembrando em certa medida os africanos preados pelo tráfico negreiro, os servos tornavam-se peças de uma engrenagem responsável por privá-los de todos os seus direitos (ou de grande parte deles). Para Seidl, por exemplo, quase não se pode falar em uma estratificação dos camponeses a leste do Elba porque essa população não possuía direito nenhum (*rechtlos*[103]). O mesmo autor diz que essa privação de direitos manifestava-se no fato de os agricultores, com frequência, serem tratados e até oficialmente registrados como itens do inventário das propriedades rurais[104]. No leste, segundo Franz, os camponeses transformaram-se, diante dos senhores de terra, em súditos flagelados e sem direitos[105]. Outros autores preferem descrever a situação desses servos modernos como uma de precarização jurídica. Wehler diz que a implantação da *Gutsherrschaft* veio acompanhada de um "deterioramento da situação jurídica" dos camponeses[106]. Para Lütge, fragilizam-se os direitos de posse dos camponeses tragados pela *Gutsherrschaft*[107]. E outros exemplos poderiam ser aqui

---

[102] "In Mecklenburg, Neuvorpommern und Holstein war die Macht der Gutsbesitzer über ihre Untertanen so groß, daß sie Leibeigene wie Vieh zu verkaufen pflegten. 1645 schrieb David Mevius, daß 'es fast eine gemeine Gewohnheit sei, mit Leibeigenen als mit den Pferden oder Kühen Handel und Verkehrung zu treiben' [*Ein kurtz Bedencken vber die Fragen, so von dem Zustand, Abforderung und verwiederter Abfolge der Bawrsleute, zu welchen jemand Zuspruch zu haben vermeynet, bey jezigen Zeiten entstehen und vorkommen*, p. 37]." Nichtweiss, op. cit., p. 51; "Em Mecklemburgo, na Nova Pomerânia Anterior e em Holstein, o poder dos proprietários de terra sobre seus súditos era tão grande que eles tratavam de vender servos como se gado fossem. Em 1645, David Mevius escreveu que 'é quase um hábito realizar negócios e transações com os servos como se fossem cavalos ou vacas' [*Ein kurtz Bedencken vber die Fragen, so von dem Zustand, Abforderung und verwiederter Abfolge der Bawrsleute, zu welchen jemand Zuspruch zu haben vermeynet, bey jezigen Zeiten entstehen und vorkommen*, p. 37]."

[103] "Wiederum anders liegen die Verhältnisse im Gutsherrschaft geprägten Osten [no leste alemão]. Dort kann man von einer Abstufung innerhalb der bäuerlichen Schicht kaum sprechen, da sie insgesamt rechtlos war." Seidl, op. cit., p. 115; "Outra era a situação das relações no leste [alemão] marcado pela *Gutsherrschaft*. Ali, quase não se pode falar em uma gradação dentro da camada camponesa porque essa camada era, como um todo, desprovida de direitos."

[104] "Die Rechtlosigkeit drückte sich auch dadurch aus, daß sie [os camponeses] vielfach als Bestandteil des landwirtschaftlichen Inventars angesehen und registriert wurden." Seidl, op. cit., p. 113.

[105] "Der Bauer wurde im Osten wirklich zum rechtlosen und geplagten Untertan seiner Gutsherren." Franz,op. cit., p. 179.

[106] "Verschlechterung der Rechtslage". Wehler, op. cit., p. 40.

[107] "Neben der Erhöhung der Frondienstpflichtungen steht *die Verschlechterung der bäuerlichen Besitzrechte*, die sich weitgehend vorfindet." Lütge, op. cit., p. 145, itálico no original; "Ao lado do aumento das obrigações de corveia encontra-se *a degradação dos direitos de posse dos camponeses*, algo que ocorre de forma bastante disseminada."

enfileirados, como indicam algumas das notas de rodapé acima.

A narrativa da "escravização" dos servos é ainda mais convincente se se levar em conta que ambos os regimes de mão de obra compulsória efetivam-se pelo emprego sistemático da violência em um ambiente de submissão às veleidades de um senhor todo poderoso[108]. No caso brasileiro, o exercício constante da violência marca profundamente a vida nacional. Leia-se o que, carregando nas cores naturalistas, Manuel Bomfim diz sobre a punição reservada aos escravos fujões: "Em toda a fazenda, havia um quarto – uma prisão, aparelhado com dois ou três troncos, gargalheiras, cepos, correntes... Ali apodreciam, invariavelmente, um ou dois negros. Pela manhã, ao tempo em que se marcavam as tarefas aos outros escravos, esses que no *quarto do tronco* expiavam o crime de haver *fugido* ao trabalho devorador – esses recebiam a refeição quotidiana, de bolos ou açoites, quatro ou cinco dúzias, aplicadas com todo o requinte sobre as carnes doloridas, inflamadas, sensíveis como uma chaga muitas vezes magoada e renovada. Levantava-se o desgraçado, bambas as pernas pela abstinência, trôpegas, atormentadas, da posição contrafeita e dolorosa no *tronco*, pisados os músculos, emaciado o rosto, apagados os olhos pelo sofrer acumulado; as mãos, inchadas, não se fecham, túrgidas, luzentes; a sânie transuda por entre os dedos abertos; a pele rachou desde os primeiros dias; as unhas já caíram; as costas estão em carne viva... [e segue]"[109]. Essa violência extravazava os limites do eito, para manifestar-se dentro da casa grande, e nas cidades, e nas esferas do poder, resistindo a qualquer codificação. Gilberto Freyre dedica boa parte de sua obra principal, *Casa Grande & Senzala*, a discorrer sobre o sadomasoquismo característicos das relações pessoais mantidas pelos personagens do Brasil escravista, o que, estranhamente, não abala em nada sua defesa da "democracia racial" (um termo, ressalte-se,

[108] "Vielmehr gehörte Willkür in der Gutsherrschaft ebenso wie in der Plantagen-Sklaverei zum System der Machtausübung." Claus K. Meyer, "Ein zweischneidiges Schwert: Ordnung und Reglementierung auf Rittergut und Sklaven-Plantage" in Jan Klußmann (Hrsg.), *Leibeigenschaft. Bauerliche Unfreiheit in der frühen Neuzeit*, p. 266; "Na realidade, a arbitrariedade integrava, na *Gutsherrschaft* bem como nas *plantations* escravistas, o sistema de exercício do poder."

[109] Manuel Bomfim, *América Latina. Males de Origem*, pp. 164-165, itálicos no original.

que não consta da referida obra). "Mas esse sadismo de senhor e o correspondente mazoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica, tem-se feito sentir, através de nossa formação, em campo mais largo: social e político."[110] O mesmo, com termos mais comedidos, dirá Emilia Viotti da Costa quando constata a generalização do castigo corporal na sociedade brasileira: "A sociedade estava organizada em razão do domínio e da prepotência. A prepotência do pai sobre o filho, do marido sobre a mulher, do senhor sobre o escravo, das autoridades sobre o povo. A agressão física fazia parte integrante desse quadro que, em certos aspectos, persiste ainda em algumas regiões do país"[111]. O tema é conhecido e as referências a ele, inúmeras.

A leste do Elba, os camponeses deparavam-se igualmente com um regime de mando autoritário calcado no uso sistemático da violência. Já se aludiu a algumas das penas impostas aos servos que desobedeciam seus senhores. Sobre a banalização do uso da força, diz Meyer: "[...] os senhores de terra e seus subalternos tratavam os súditos e, em especial, os serviçais domésticos não raramente com pancadas e ameaças, as quais não ficaram sistematicamente registradas na tradição escrita. No entanto, não há dúvida de que a violência física permeava a vida nas *plantations* escravistas e nas terras da *Gutsherrschaft*"[112]. A quantidade de poder reunida nas mãos da nobreza convertida à produção de mercadorias era tamanha que a historiografia alemã não hesita em descrever essas propriedades rurais como um "pequeno reino"[113] ou "Estado dentro do Estado"[114] cuja população seria composta pelo "súdito particular"[115] de um "senhor quase absoluto"[116]. Contudo, diante dessa carga toda de violência,

---

[110] Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, p. 167.
[111] Emilia Viotti da Costa, *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos*, p. 292.
[112] "Aber die Gutsherren und ihre Bedienten begegneten den Untertanen und insbesondere den Hofdienern nicht selten mit Schlägen und Schikanen, die von der schriftlichen Überlieferung nicht systematisch erfaßt werden. Dennoch kann kein Zweifel daran bestehen, daß physische Gewalt das Leben auf Sklaven-Plantagen wie Rittergütern durchdrang." Meyer, op. cit., p. 246.
[113] "kleine Reiche". Kaak, op. cit., p. 68.
[114] "Staat im Staate". Lütge, op. cit., p. 50.
[115] "'Privatuntertan'". Seidl, op. cit., p. 113.
[116] "nahezu unumschränkte Herr". Otto Büsch, "Die Militarisierung von Staat und Gesellschaft im alten Preußen" in Manfred Schlenke (Hrsg.), *Preussen. Beiträge zu einer politischen Kultur*, p. 54.

o que se vê não é, como na sociedade brasileira, uma disseminação mais ou menos descontrolada de casos de agressão física (Viotti da Costa), ou coisa que o valha, e sim a instilação de um espírito de subserviência. Não por acaso, a propriedade rural do leste do Elba oferecerá a base para a futura militarização da sociedade prussiana[117] (e a criação de um ambiente, dentro das forças armadas, de degradação subjetiva, conforme Wehler) – ou seja, a sociedade prussiana ver-se-á permeada por uma lógica militar, ou, por *uma estrutura codificada de mando voltada ao exercício "racional" da violência*. Se não se pode negar que, na liderança tanto das unidades de produção escravistas quanto daquelas servis, instalava-se um senhor capaz de fazer valer seus caprichos, no caso desta última trata-se de um capricho, paradoxalmente, "codificado". Segundo um morador da Prússia Oriental crítico à *Gutsherrschaft*: "Depois de meditar honestamente, qualquer um chega à conclusão de que o poder tradicional do *Gutsherr* sobre os não-livres que nascem em suas terras nada mais é do que um direito de cometer injustiças"[118]. No original em alemão, fica mais evidente o caráter paradoxal disso que se descreveu aqui como a codificação do capricho: *ein Recht Unrecht zu tun*, ou seja, "um direito de fazer algo que é contra o direito" (ou, "um direito de fazer algo que é estranho ao direito"). A esse direito de concretizar o fato injurídico (a esse capricho paradoxalmente codificado) corresponderia, na versão brasileira da periferia capitalista, o capricho meio exterior à lei, ou um direito que não prevê exceção real e, por isso, confunde-se paradoxalmente com ela (é a "*dialética de norma e infração* – segundo a qual, [...] a infração, além de infração, é norma e a norma, além de norma, é infração"[119]).

A respeito do que ficou dito acima, não se trata tanto de analisar a letra da lei mas atentar para a relação que cada uma das formações de tipo periférico estabelece com a lei (ou

[117] "Im Agrarstaat Preußen [...] bedeutete die Militarisierung des Sozial- und Wirtschaftslebens hauptsächlich und ursprünglich die Militarisierung der Agrarverhältnisse [...]." Büsch, op. cit., p. 46; "No Estado agrícola da Prússia [...] a militarização da vida social e econômica significou a militarização, principal e originariamente, das relações agrárias."

[118] "'Bei unbefangenem Nachdenken muß es jedermann einleuchten', meinte ein zeitgenössischer Kritiker in Ostpreußen, 'daß die herkömmliche Macht des Gutsherrn über die unfreien Eingeborenen seines Gutes nichts anderes ist als ein Recht, Unrecht zu tun'. " Wehler, op. cit., p. 143.

[119] Arantes, op. cit., p. 74, itálicos no original.

a *Lei*). De um ponto de vista meramente documental, pode-se argumentar, contrariando o exposto até este ponto, que no Brasil havia normas regulamentando de modo eficaz a "exceção", ou seja, tratando do escravo e da relação dele com seu senhor[120], bem como argumentar que, na Prússia, havia regiões da "segunda servidão" que não conheceram, ao menos durante parte de sua existência, uma normatização positiva do fenômeno[121]. No entanto, a fim de identificar a postura fundamental mantida por cada uma dessas populações frente às leis, talvez baste este paralelo: enquanto de um lado, no Brasil escravista, a luta processual travada quase sempre por juristas brancos, na segunda metade do século 19, contra o cativeiro negro recorreu, muitas vezes, a um conjunto de normas nunca colocado em prática mas ainda em vigor (mais longinquamente ao alvará real de 10 de março de 1682)[122], de outro lado, na Prússia servil, os camponeses sempre, ou quase sempre, puderam recorrer (sem

---

[120] Ver, por exemplo, o rigoroso livro de Silvia Hunold Lara, *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. Deve-se observar que o caráter excepcional do trabalho escravo é aquele identificado acima, ou seja, o fato de o capital do trabalho livre criar, na periferia, o trabalho não-livre. Não se ignora que a escravidão nas Américas e a servidão na Europa eram fatos do dia a dia, e nesse sentido nada excepcionais. Hunold Lara é bastante clara a respeito: "A escravização dos africanos e de seus descendentes, tal como praticada pelos comerciantes portugueses e pelos colonos do Brasil, era um procedimento considerado lícito, válido, legítimo e justo diante das leis divinas, do direito natural e do das gentes" (Hunold Lara, op. cit., p. 27). Nada disso, porém, cala aquela contradição de fundo que tantas vezes se aventou aqui e que ignorar significaria incorrer no erro da incoerência histórica. O conceito moderno de lei pressupõe o sujeito autonomizado, o qual, por sua vez, não pode existir em um regime escravista. O escravismo capitalista, por isso, é sempre uma exceção. Aqui o conceito de exceção jurídica conforme a modernidade o criou, de suspensão do ordenamento jurídico com o objetivo de preservar esse mesmo ordenamento, coincide com o do escravismo. Em outro termos, sempre que um conjunto moderno de leis refere-se ao instituto da escravidão pressupõe, paradoxalmente, sua própria suspensão (ou a suspensão do fundamento último desse ordenamento, a subjetividade autônoma, o "trabalho livre"). No caso brasileiro, a exceção incorpora-se à lei pontualmente, a contragosto, mesclada a sua não incorporação – o efeito derradeiro é de que a lei desconhecerá a exceção.

[121] "Die Leibeigenschaft ist hier [em Schleswig-Holstein], seit dem späten 16. Jahrhundert, nachweisbar; allerdings ist sie im Gegensatz zu anderen ostelbischen Regimen nie per Gesetz festgeschrieben, sondern sukzessiv gewohnheitsrechtlich durchgesetzt worden." Klußmann, op. cit., p. 111; "Aqui [em Schleswig-Holstein], pode-se comprovar a existência da servidão a partir do final do século 16; no entanto, ao contrário do que ocorreu em outros regimes do leste do Elba, ela nunca foi codificada por lei, mas, ao contrário, imposta sucessivamente pela força do costume."

[122] Ver a respeito, Hunold Lara, op. cit., principalmente pp. 39-47. O referido alvará previa as condições de liberdade ou não para os negros envolvidos nos conflitos de Palmares e Cucaú. Essas comunidades negras, porém, acabaram sendo massacradas pelas forças coloniais, e a letra do alvará pouco se observou ("No século XVII, os efeitos do alvará de 1682 haviam sido poucos." Hunold Lara, op. cit., p. 46). Mas, segundo a historiadora, "o alvará de 1682 não ficou esquecido. [...] este texto legal parece ter sido muito importante para advogados e juristas que, na segunda metade do século XIX, lutavam contra a escravidão" (p. 46). Ou seja, recorreu-se a uma lei que nunca se fez lei e, porém, continuava a vigorar (e mais: também segundo a historiadora, a leitura que os juristas do século 19 faziam desse conjunto de normas, em muitos casos, era uma leitura deslocada, errônea; na contramão de Hunold Lara, pode-se afirmar que o desacerto interpretativo não decorreria exclusivamente do despreparo dos juristas ou de seu viés abolicionista, mas também, ou antes, de um desacerto fundamental entre a lei e o fato, ou a palavra e o mundo).

intermediários) à justiça para defender suas causas, mas a uma justiça patrimonial cuja autoridade máxima era o senhor de terras ao qual deviam obediência[123] – de um lado, uma justiça calcada em leis que não se cumprem realmente e nem por isso deixam de vigorar; de outro, uma justiça cujas leis cumprem-se rigorosamente, inclusive quando se trata de suspender-lhes o cumprimento.

Essa inadequação da periferia capitalista ao conceito moderno de lei, inadequação essa que, viu-se, conhece duas modalidades contraditório-complementares, é da natureza da nova era, porém ganhará evidência confessa quando da ascensão final da burguesia ao poder e a entrada em cena do liberalismo. Nesse momento, a Prússia e o Brasil resolvem seu impasse característico de formas diametralmente opostas mas com resultados semelhantes. Quando independente, o Brasil redige sua primeira Carta Magna (a Constituição de 1824) sem fazer uma menção sequer à escravidão. O texto fundante da recém-criada nação fala somente, e somente duas vezes, em "libertos", e nada mais[124]. Mesmo 30 anos mais tarde, quando da *Consolidação das Leis Civis* concluída em 1858 por Teixeira de Freitas, o tema "vergonhoso" continua quase totalmente ausente das letras da lei[125] (que, sendo assim, não se obedece de fato ainda que em vigor) – o excepcional fundamento último da sociedade brasileira (o regime escravo, que é uma exceção à modernidade capitalista) não consta dos principais documentos legais do país nascido sob o fulgor do liberalismo[126]. Já o Reino da Prússia faz aprovar em

---

[123] "Die Bauern waren völlig der Willkür der Gutsherren ausgeliefert, denn diesen stand die Patrimonialgerichtsbarkeit zu. Sie waren Ankläger, Richter und Exekutoren in einer Person." Nichtweiss, op. cit., p. 55; "Os camponeses estavam totalmente à mercê da arbitrariedade do senhor das terras porque a esses competia a jurisdição patrimonial. Eles eram acusadores, juízes e executores em uma mesma pessoa."

[124] O descompasso é tamanho que, segundo Joaquim Nabuco, a palavra "libertos" podia referir-se a uma "ordem anterior à Constituição e destruída por esta" (Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 35) – a escravidão, no entanto, perduraria quase que até o fim do império.

[125] Na "Introdução" à *Consolidação das Leis Civis*, diz Teixeira de Freitas, sintomaticamente: "Cumpre advertir que não ha um só lugar do nosso texto, onde se trate de *escravos*. Temos, é verdade, a escravidão entre nós; mas, se esse mal é uma excepção [!], que lamentamos; condemnado á extinguir-se em época mais, ou menos, remota; façamos tambem uma excepção, um capitulo avulso [!], na reforma das nossas Leis Civis; não as maculemos com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade: fique o *estado de liberdade* sem o seu correlativo odioso". Teixeira de Freitas, *Consolidação das Leis Civis*, p. XXXVII, itálicos no original. O citado alvará de 1682, porém, continuava a vigorar, conforme se viu.

[126] A escravidão é tema de leis secundárias ou remanescentes do passado ao mesmo tempo em que se ausenta dos códigos mais importantes e mais novos. Ou seja, há uma mistura de regulamentação e desregulamentação de

1794 o *Allgemeine Landrecht für die Preußischen Staaten* (ALR), um amplo conjunto de leis elaborado com o objetivo de consolidar a centralização de poder almejada pelo Estado prussiano em sua caminhada (bem-sucedida) para afirmar-se como uma potência do mundo moderno. Segundo Wehler, o ALR seria comparável ao *Code Civil* francês, de 1804, porém, ao contrário deste, um diploma jurídico marcado por "contradições e tensões internas"[127] entre as normas de inspiração burguesa e aquelas de inspiração antiburguesa. A respeito dos súditos, por exemplo, o ALR prevê que todos eles, tirante sua relação com a propriedade fundiária à qual devem obediência, são cidadãos livres do Estado[128]. A condição servil dos camponeses não prejudica seu estatuto de cidadão livre; o arcaísmo da dependência pessoal integra-se (como exceção: esse caráter extemporâneo infere-se até mesmo da formulação frasal dada à norma em foco) à modernidade do sujeito autônomo – o excepcional fundamento último da sociedade prussiana incorpora-se *in totum* à codificação legal moderna, que sendo assim não conhece exterioridade a si própria (o fato jurídico e o injurídico encontram-se legalizados).

Retomando. No caso brasileiro, os códigos legais ignoram e não ignoram a existência do escravo. São leis, intrinsecamente, quase por inteiro coerentes (quase indubitáveis, do ponto de vista da modernidade) mas sem dizer respeito ao mundo que deveriam normatizar. Há uma fratura entre a lei burguesa e o fato arcaizante, o que atribui àquela um caráter de exceção e, a este, um caráter normatizador. Repõe-se assim a dubiedade riscada quase por inteiro dos códigos e começa a pulsar a dialética malandra entre a ordem e a desordem (a lei e o reverso da lei confundem-se por falta de correspondência[129]; não há identidade possível). Nos termos prussianos, a mesma fratura de fundo (capital do trabalho livre que cria trabalho

---

modo que prevalece o elemento negativo, o da desregulamentação. A exceção reconhece-se mas não se reconhece, e o efeito final é de inevidência do fato evidente.

[127] "Die inneren Widersprüche und Spannungen des Landrechts treten in den verschiedenen Teilen des ALR klar zutage." Wehler, op. cit., p. 241; "As contradições e tensões internas do código civil tornam-se claramente visíveis em vários trechos do ALR."

[128] "§ 147 [da Seção IV]. Unterthanen werden, außer der Beziehung auf das Gut, zu welchem sie geschlagen sind, in ihren Geschäften und Verhandlungen als freye Bürger des Staats angesehen."

[129] A lei só é lei se disser respeito a algo externo a si própria; e o fato só se torna fato (apreensível) quando relacionado a alguma "lei". Ou seja, a correspondência da lei com o fato é da natureza deles, ainda que, como no caso da periferia escravista, não haja correspondência efetiva entre um e outro.

não-livre) resolve-se de forma oposta: a exceção adere por completo à lei, criando um código marcado por "dubiedades" a serem dirimidas e capaz de diminuir a zero um espaço que, se no Brasil, por excessivo, faz nascer um mundo em que a lei é ficção, precisa existir em alguma medida para garantir a diferenciação entre a lei e o fato (para garantir alteridade). Nesse encurtamento radical da distância entre a palavra e a coisa, ambos tendem à correspondência absoluta, à univocidade (a identidade é total). A dialética canhestra entre ordem e desordem que vive a pendular sem atingir uma síntese enfática transforma-se, na periferia prussiana, em movimento totalizante porque capaz de geminar positivo e negativo em uma unidade superior (a lei e o reverso da lei integram a unidade normatizadora, identificando-se porque absolutamente correspondentes: dialética?). No entanto, como no caso daquela dialética negativa, em que a síntese é demanda nunca realizada das unidades que deveriam guardar entre si algum grau de correspondência (o desengate entre escravo e capital é resultado de um processo universal, o do capitalismo), este movimento totalizante perfaz-se, paradoxalmente, na reposição da dualidade inicialmente suprimida (o processo universal que é o capitalismo cria o desengate entre o servo e o capital). A desidentificação almeja ser identidade ao passo que a identificação absoluta reverte em "desidentidade". Se, na periferia escravista, os esforços civilizatórios frustram-se na incompletude da barbárie (dualidade sem dualismo), na periferia servil a completude dos esforços civilizatórios desanda em barbárie (univocidade dual). Em ambos os casos, porém, o resultado final é o mesmo, é o da (con)fusão ou reversão (diuturna ou derradeira) entre a ordem e a desordem, *(con)fusão e reversão essas que se traduzem em barbárie*. Só que, lá e cá, o caminho desde o paradoxo fundamental até a manifestação fenomênica do retrocesso faz-se em sentidos opostos: o Brasil ignora a escravidão (vive a dualidade) e pretende ser moderno (sonha com a unidade); a Prússia confessa a servidão (vive a unidade) e chega racionalmente à modernidade, pela via do arcaísmo (tem pesadelos com a dualidade). Nos dois casos, adota-se uma estratégia para

acobertar o disparate fundamental que sustenta essas formações de tipo periférico: a incompatibilidade entre capital e trabalho não-livre.

Como explicar essas diferenças?

Servos e escravos – o trabalho e o trabalho

Quando, nas linhas acima, criticou-se o uso do conceito de "segunda servidão" (daí que esse conceito veio sempre grafado, neste texto, entre aspas), não se ignorou o fato de que há nele, todavia, algo de verdade, pois o leste do Elba reavivou um instituto medieval arraigado na tradição europeia, ou seja, nas tradições daquela região (ou na história dos povos que passaram a habitar aquela região), fazendo-o, no entanto, para objetivos que lhe eram originalmente estranhos. Operou-se o renascimento de um regime de trabalho há séculos "codificado", no direito consuetudinário e, em alguns casos, no direito positivo europeus, agora para fins de produção de mercadorias a serem exportadas. Esse arcabouço legal reinscreve-se na ordem jurídica moderna, e onde antes não havia contradição (na sociedade feudal, em que servos e senhores de terra são o que são) passa a haver – a força de efeito corrosivo para esses laços de dependência, e que funciona dessa forma nos países postados à frente da corrida ao "progresso", reaviva os tais laços nos que amargavam a rabeira. Nas áreas da "segunda servidão", porém, diferente do que ocorreu nas áreas da escravidão, a antiga ordem laboral integra-se à nova ordem social normativamente[130], ainda que como exceção (conforme se descreveu acima). Os trabalhadores rurais conheciam uma paradoxal autonomia dentro de sua condição servil, já que gozavam de alguma independência jurídica, econômica,

[130] "In der Gutsherrschaft war die jeweils spezifische Ordnung des Ritterguts fest in die Gesellschaftsordnung integriert. Im Gegensatz dazu blieb die Ordnung der Südstaaten-Plantage [dos EUA] von der sozialen Ordnung insgesamt isoliert." Meyer, op. cit., p. 270; "Na *Gutsherrschaft*, a regime específico do *Rittergut* integrava firmemente a ordem social. Em oposição a isso, o regime de *plantation* dos Estados do sul [dos EUA] mantinha-se totalmente isolado da ordem social."

social e mesmo política[131], algo totalmente estranho à condição de escravo. Não só levavam uma vida, em suas aldeias, até certa medida livre como, em muitos casos, controlavam uma porção de terra usada para seu sustento (e, mais raramente, para trocas mercantis)[132]. Essa sua autonomia, contudo, e por isso paradoxal, dependia da submissão a um senhor que lhes concedesse o estatuto de servo e, eventualmente, um quinhão de solo fértil. Logo, o trabalhador (rural) na Prússia só se tornava sujeito (de direitos) caso inserido em uma relação de vassalagem. Estranhamente, a subjetividade autônoma (um conceito nascido na modernidade) vem à luz mediante sua supressão (servil, arcaica portanto). O *Bauer* do leste do Elba caracterizava-se justamente por esse cisma com potencialidade integradora, e é o camponês germânico a matéria-prima original do que virá a ser conhecido como "o povo" (*das Volk*) da Prússia-Brandemburgo, do Reino da Prússia e, por fim, do Império Alemão. Quanto mais submisso, mais altivo; quanto mais legalista, mais transgressor; quanto mais conservador, mais afinado com o progresso; quanto mais objeto, mais sujeito.

Pouco antes, descreveu-se a nascente população rural do leste do Elba como "politicamente alienada, economicamente dependente, juridicamente incapaz, moralmente diminuída" (Rosenberg). É chegada a hora de problematizar essa definição. Porque a submissão, no caso dos camponeses daquela área, representava paradoxalmente a garantia de autonomia. Não que o agricultor das *Gutsherrschaften* oferecesse, pura e simplesmente, um caso de subjetividade complexa[133] marcada por traços contraditórios – o característico no caso dessa figura é que as unidades de cada um dos pares contraditórios dependem uma da outra para existir. A alienação política perfaz-se no ativismo político; a dependência econômica gera independência econômica; a menoridade jurídica é índice de maioridade jurídica etc. No

[131] "Although slaves had their own lives, which did not entirely conform to the ideal prescribed for them by their masters, they were rarely able to develop the kind of economic, social, and even political autonomy enjoyed by most serfs." Peter Kolchin, *Unfree Labor. American Slavery and Russian Serfdom*, p. 361.
[132] A palavra "camponês" (*Bauer*) em alemão sugere o controle sobre ao menos uma pequena porção de terra.
[133] Complexidade é algo estranho ao panorama que se vai desenhando aqui. Ainda que a aparência seja de variegada coloração, com uma infinita paleta de matizes, a essência resume-se a uma monótona combinação de preto e branco.

limite (ou além dele), é por meio da negação que se afirma (ou o contrário). Se esse diagnóstico estiver correto, conclui-se que a micro-história, a corrente historiográfica hoje predominante na Alemanha quando o assunto é a "segunda servidão", incorre no mesmo erro que a historiografia anterior (principalmente a do pós-Segunda Guerra) quando identificou no "servo do leste do Elba" um sujeito marcadamente submisso. Os partidários da micro-história, ao destacarem o potencial afirmativo do camponês das *Gutsherrschaften*, ao destacarem sua força modernizadora, ignoram que tal virtualidade progressista apoia-se justamente em potencialidades regressistas. E vice-versa.

Quando, então, os códigos legais das unidades administrativas do leste germânico do Elba começam a substituir a designação "servo" (*Leibeigener*) por "súdito" (*Untertan*), não se está a testemunhar pura e simplesmente uma operação ideológica como descrita pela crítica marxista[134]. De fato, a mudança visa disfarçar a miséria a que estava condenado o camponês, e a palavra "servidão" continuará a ser usada para falar francamente da situação de vida dos trabalhadores rurais[135]. No entanto, nesse mundo em que o conceito e o conceituado tendem a identificar-se plenamente, é preciso não ignorar o peso das palavras. A "segunda servidão" não é mais a servidão feudal e sim, agora, a servidão moderna, ou o laço de submissão que, contraditoriamente, libera a subjetividade moderna na sua versão prussiana, o *Erbuntertan* (o súdito cuja condição é hereditária, ou eterna). O código prussiano de 1794 explicita que a servidão deixou de existir e que não se confunde com a escravidão[136], o que chega mais perto

---

[134] Não há propriamente ideologia na periferia capitalista.

[135] "Das selten gemilderte Ausbeutungsverhältnis, das seit dem frühen 17. Jahrhundert auf Kosten der Bauern rücksichtlos verschärft worden war, ließ die Zeitgenossen bis ins 19. Jahrhundert unverschnörkelt von Leibeigenschaft reden. Tatsächlich änderte der neue, beschönigende Begriff der Erbuntertänigkeit nichts daran, daß Bauern [...] weiterhin wie Sachbesitz verkauft, brutal schikaniert, eben wie Leibeigene behandelt wurden." Wehler, op. cit., p. 162; "A relação de exploração, raramente atenuada e que, desde o começo do século 17, viu-se implacavelmente intensificada às custas do camponês, fez com que os contemporâneos dela, até o século 19, falassem sem meias palavras de servidão. Na verdade, o novo e edulcorante conceito de *Erbuntertänigkeit* [condição hereditária de súdito], não mudou em nada o fato de que os camponeses continuaram a ser vendidos como propriedade pessoal, a ser humilhados brutalmente e a ser, até mesmo, tratados como servos."

[136] "§ 148. [da Seção IV] Es findet daher die ehemalige Leibeigenschaft, als eine Art der persönlichen Sklaverey, auch in Ansehung der unterthänigen Bewohner des platten Landes, nicht statt."; "Portanto, a antiga servidão como forma de escravidão pessoal, também frente ao morador súdito das planícies [a referência é às terras planas do leste do Elba], não se dá mais."

do alvo do que a crítica de tipo ideológico. Do ponto de vista do código, que está a tratar dos direitos e deveres do súdito, o regime escravista nada tem em comum com os laços de dependência verificados na Prússia – ao contrário do que ocorrerá no Brasil, o trabalhador braçal prussiano integrará de modo positivo a base da subjetividade nascente. É da relação entre esse camponês súdito e seu senhor imediato que derivará o laço intersubjetivo característico da "via prussiana" de modernização, um laço marcado pela submissão ao capricho codificado, que por ser lei garante ao sujeito sua autodeterminação[137].

Por isso se escreveu, linhas atrás, que a Prússia chega mais próximo do que seria um caso clássico desse tipo de formação periférica. O historiador Nichtweiss, ao tratar da servidão moderna, concentra suas análises no território de Mecklemburgo, onde a constituição de um poder central precursor do aparato estatal capitalista deu-se apenas tardiamente. Ali, durante grande parte da nova era, os camponeses estiveram quase por completo à mercê dos senhores de terra, e como consequência viram seu padrão de vida estabilizar-se em um patamar ainda mais baixo quando comparado com o padrão de vida de populações rurais de outros territórios do leste do Elba, em especial com a população da Prússia-Brandemburgo, em que ocorreu desde cedo a estruturação de um Estado moderno. Para Nichtweiss, haveria entre os dois territórios uma diferença de grau, sendo mais típico o processo capitalista que se verificou em Mecklemburgo (e em Holstein e na Pomerânia)[138], porque ali os trabalhadores foram privados dos meios de produção de maneira mais radical. Contudo, na modernização de tipo servil, o traço central não é a despossessão da classe trabalhadora mas sua incorporação a uma ordem codificada de sujeição radical, ordem essa responsável por fazê-los sujeitos via subordinação normatizada, ou sujeitos *positivamente* objetificados. Na Prússia de Estado forte, os

[137] Uma modalidade de relação subjetiva, não seria necessário dizer, que perdurará para além da libertação dos camponeses (*Bauernbefreiung*) ocorrida no começo do século 19.

[138] "Der Unterschied zwischen Mecklenburg, Pommern und Holstein einerseits und Brandenburg-Preußen andererseits ist jedoch kein prinzipieller, sondern nur ein gradueller." Nichtweiss, op. cit., p. 52; "A diferença entre Mecklemburgo, a Pomerânia e Holstein, de um lado, e Brandemburgo-Prússia de outro não é, porém, uma diferença substancial mas uma de tipo gradual."

camponeses das terras controladas pelo governo, as chamadas *Domänen*, foram libertados mais cedo, sofreram menos com o *Bauernlegen* e gozaram uma condição de vida melhor[139]. Além disso, havia um número maior de agricultores vivendo em terras governamentais dentro da Prússia-Brandemburgo do que em outros territórios do leste do Elba[140]. E é o governo prussiano o grande patrocinador das medidas de proteção aos camponeses (*Bauernschutz*) no século 18, medidas essas que visavam não só garantir a perpetuação dos laços de vassalagem para fins de produção capitalista mas também garantir o fornecimento de braços para as forças armadas prussianas[141], de papel tão central na história do país[142]. De toda forma, ainda quando vivendo em terras governamentais, os camponeses continuavam a ser "súditos particulares" de um senhor determinado: nesses casos, apenas coincidem em uma mesma pessoa as figuras do governante (*Landesherr*) e do controlador das terras (*Gutsherr*), mas não se misturam. Quer dizer, a condição hereditária de súdito, que é a versão prussiana do sujeito autônomo nascido na nova era, completa-se sempre em uma relação de tipo pré-moderno inserida em um contexto de modernidade e não em uma relação de tipo propriamente moderno. O agricultor continuava a ser não o súdito imediato de um príncipe ou de um rei (formas embrionárias da modalidade de laço impessoal e universal existente entre o cidadão e o Estado moderno), não um proto-cidadão, mas o súdito do detentor das terras em que vivia; enfim, algo diferente de

---

[139] "Der aufgeklärte Reformabsolutismus konnte hier [nas terras governamentais da Prússia-Brandemburgo] einige Ziele der kameralistischen Agrarlehre ohne Rücksicht auf landadliges Eigeninteresse, das einer Verbesserung der gutsbäuerlichen Rechtslage im Wege stand, verwirklichen." Wehler, op. cit., p. 166; "O absolutismo reformista esclarecido conseguiu aqui [nas terras governamentais da Prússia-Brandemburgo] tornar realidade alguns dos princípios da teoria agrícola cameralística sem fazer concessões aos interesses da nobreza fundiária, que se colocavam no caminho da melhoria da situação jurídica dos camponeses das *Gutsherrschaften*."

[140] Segundo Wehler, os agricultores ligados às terras governamentais eram, em Mecklemburgo, 20%, na Silésia, 25%, na Pomerânia Oriental, 28%, em Brandemburgo, 35%, na Prússia Oriental, até 70% do total.

[141] "'Bauernschutz' war nicht zuletzt 'Soldatenschutz' im weitesten Sinne." Büsch, op. cit., p. 53; "A 'proteção aos camponeses' era, não por menos, a 'proteção ao soldado' em sentido amplo."

[142] Segundo o que se vem expondo aqui, a militarização da sociedade prussiana não é somente o resultado de uma política agressiva de expansão territorial dos Hohenzollern, mas uma das facetas de um mesmo fenômeno de fundo, o da "menoridade do súdito alemão". As outras facetas são o burocratismo e o autoritarismo prussianos. "Neben Bürokratismus, Autokratie und Militarismen steht die Vorstellung von der Unmündigkeit der preußischen Untertanen, personifiziert in der Figuren des leibeigenen Bauern." Heide Wunder, "Das Selbstverständliche denken. Ein Vorschlag zur vergleichenden Analyse ländlicher Gesellschaften in der Frühen Neuzeit, ausgehend vom 'Modell ostelbischen Gutsherrschaft'" in Jan Peters (Hrsg.), *Gutsherrschaft als soziales Modell. Historische Zeitschrift. Beiheft 18*, p. 30; "Ao lado do burocratismo, da autocracia e do militarismo, encontra-se a noção da menoridade do súdito prussiano, personificado na figura do camponês servil."

um cidadão, um contraditório servo cidadão.

O *Untertanengeist* (geralmente traduzido como "espírito de subserviência", mas cuja tradução mais literal seria "espírito de súditos") do "típico" alemão[143], um tema consagrado na produção intelectual do país, é apontado por uma corrente bastante sedimentada como um dos fatores centrais a explicar o desenvolvimento da Prússia desde seu nascimento até a Segunda Guerra Mundial. Esse seria um Estado moderno atípico porque resistente às reformas liberais verificadas em seus congêneres mais a oeste e um Estado de tradição autoritária cuja população estaria tomada pelo referido espírito de subserviência[144]. Do que vem sendo dito aqui, no entanto, depreende-se que essa mentalidade subserviente é também uma mentalidade de altivez. A figura do *Untertan* reúne o servo (feudal) e o cidadão (moderno), de modo tal que um carece do outro para existir e nenhum dos dois é em si o que era (ou virá a ser)[145]. Àquela resistência diante das reformas liberais une-se uma eficiente incorporação do que há de mais avançado no mundo, avanços esses que, na periferia servil, ganham uma outra cara ainda que não deixem de funcionar como mola do progresso. Eis aí o processo que alguns historiadores descrevem como "política defensiva de modernização"[146], a implantação pelo governo prussiano de reformas liberais para fins de autopreservação, algo que pode ser descrito também como a "revolução vinda de cima", outra expressão consagrada. Há nesse processo um sentido de "depuração": a Prússia vai se livrando gradualmente das marcas do atraso, vai incorporando com grande naturalidade conquistas (e territórios) da civilização

---

[143] "Politisch betrachtet war und ist der Deutsche in der Tat der spezifische ‚Untertan' im innerlichsten Sinn des Wortes [...]." Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, p. 751; "Do ponto de vista político, o alemão era e é, na realidade, o 'súdito' típico no sentido mais profundo da palavra [...]."

[144] "[...] the view persists of Prussia as an atypical early modern state and society which, instead of yielding to more liberal forms, robustly survived into the twentieth century, with highly unfortunate consequences. The long-prevailing explanation stressed perpetuation of the Prussian 'subject mentality' (*Untertanengeist*), which Junker authoritarianism, translated into state practice, instilled in the population." Hagen, op. cit., p. 17.

[145] A própria palavra *Untertan* guarda, etimologicamente, essa duplicidade: o termo deriva do alto alemão antigo (*Althochdeutsch*) *untartuon*, resultado da união de *untar*, "sob", e *tuon*, "fazer". O vocábulo *untertuon* deve ser traduzido como "submeter", "subjugar". Na forma verbal, a palavra perdeu-se no tempo, tendo se preservado somente na forma nominal (como particípio do verbo tornado substantivo e adjetivo), como *untartān* (depois *Untertan* e *untertan*), "submetido", "subjugado". O *Untertan* "passivo" (subjugado), sendo assim, sempre estará atrelado a sua raiz "ativa" (subjugar). Além disso, o termo continua a ser composto por uma unidade prepositiva ("inerte") e uma unidade deverbal ("animada").

[146] "defensive Modernisierungspolitik", Wehler.

burguesa, vai se tornando uma grande potência, tudo isso, no entanto, sem livrar-se da dualidade fundamental que é o motor mesmo desse processo, o garantidor, paradoxalmente, da eficiência dele (sua condição de existência): a unidade feita de dualidade (uma unidade que, entre outros nomes, pode-se batizar de *Untertanengeist*[147]). A univocidade dual, por natureza, progride rumo à coerência unívoca reforçando sua incoerente dualidade de fundo.

Ou seja, o país avança de forma a livrar-se dos passadismos, atualizando-se segundo os padrões dos novos tempos. Porém, o momento da completa depuração vira em total identificação do arcaico com o moderno, que não se confundem. A Prússia-Brandemburgo, quase toda circunscrita à região "atrasada" do leste do Elba, incorpora, ao longo de sua história, várias áreas germânicas do oeste do rio, áreas da *Grundherrschaft*, e isso principalmente no século 19 – o Reino da Prússia, em dado momento, se estenderá das margens do Reno até o rio Memel, abarcando as "progressistas" terras das pequenas e médias propriedades agrícolas do oeste do Elba e as "retrógradas" terras das grandes propriedades rurais do leste, qualificando-se para realizar, ainda que um pouco tardiamente mas com grande eficácia, a Revolução Industrial. O país, porém, não consegue concretizar a outra metade da *Doppelrevolution*, a revolução política complementar à econômica, típicas dos países mais a oeste (principalmente Inglaterra e França), onde o predomínio do capital produtivo (da indústria) fez-se acompanhar de conquistas liberais no campo político. A Prússia afirma-se na identidade do avanço econômico com o retrocesso político[148], ou da industrialização ocidental da *Grundherrschaft* com a autocracia oriental da *Gutsherrschaft*. O que se descreveu aqui de um ponto de vista econômico-político-geográfico poderia ser repetido em outras esferas da

---

[147] *Untertanengeist*, talvez fosse desnecessário dizer por óbvio demais, é um termo de sabor igualmente paroxístico. O *Geist* alemão, aquele da *Fenomenologia* hegeliana, corresponde à moderna subjetividade autônoma movida a dialética. Aqui, porém, essa autonomia vê-se cerceada desde o berço...

[148] Segundo Wehler, principalmente em *Deutsche Gesellschaftsgeschichte. Band 2. Von der Reformära bis zur industriellen und politischen 'Deutschen Revolution'. 1815-1845/49*, pp. 589-680. O historiador, que identifica no capitalismo uma força principalmente civilizatória (e "neutra"), tende a separar radicalmente atraso de progresso. Ainda que contemple alguns dos pontos de contato existentes entre avanço econômico e retrocesso político, Wehler não dá a esse imbricamento o destaque merecido, ignorando as dubiedades implicadas ali. O quadro se completaria se observadas as relações de fidelidade cruzada entre os elementos de atraso e progresso, algo que por si só serviria para questionar as noções de "atraso" e "progresso" na ordem do capital.

experiência prussiana (militar, social, cultural etc.). Aquela dualidade de fundo (a junção de capital e trabalho não-livre que na periferia servil traduz-se em univocidade dual, em *Untertanengeist*) marcará de cabo a rabo a história do país e persistirá, resistindo às reformas liberais (melhor: confirmando-se, paradoxalmente, nas reformas liberais). O *Untertanengeist*, a soma contraditória de um *untertaner Geist* (espírito subserviente) com um *geistiger Untertan* (súdito cheio de espírito), acompanha o país nesse seu constante progredir. Outra é a dinâmica do processo "formativo" da periferia escravista, a periferia não da "política defensiva de modernização" mas da "modernização conservadora".

Antes, porém, de ingressar em mais esse paralelo, voltem-se alguns passos em busca do corpo material em que encarna o "espírito de súdito". A unidade básica do regime produtivo instalado a leste do Elba, a junção de lógica capitalista e trabalho não-livre, manifesta-se fenomenicamente como total separação entre a sujeição e a subjetivação, ainda que aquela dependa desta para existir. O regime de corveia imposto ao agricultor servil pressupõe a clara diferenciação entre o tempo/espaço da produção para a subsistência e o tempo/espaço da produção para o mercado[149]. De um lado, encontra-se o servo que põe para rodar a economia natural (arcaica, anticapitalista); de outro, o trabalhador rural responsável pelos produtos que abastecerão os circuitos de troca internacionais (moderno, capitalista). Os dois, porém, são uma mesma pessoa, o eterno súdito (*Erbuntertan*), e apóiam-se um no outro para vir à luz. Paradoxalmente, a porção arcaica do súdito garante-lhe autonomia (da produção para fins de autodeterminação), já que é longe de seu senhor que o camponês utiliza a terra e os instrumentos agrícolas com vistas a atender seus desígnios, enquanto a porção moderna obriga-o à submissão do "trabalho compulsório" (da produção para fins heterogêneos), já que ali a atividade do camponês reduz-se a satisfazer necessidades que lhe são estranhas. O súdito

[149] "Bei der Fronarbeit unterscheiden sich räumlich und zeitlich, handgreiflich sinnlich, die Arbeit des Fröners für sich selbst und seine Zwangsarbeit für den Grundherrn." Marx, op. cit., p. 562; "No trabalho de corveia, diferenciam-se espacial e temporalmente, de maneira sensivelmente palpável, o trabalho do agricultor para si mesmo e o trabalho compulsório para o senhor de terras."

pode então ser descrito como a unidade formada por dois elementos contraditórios mas bizarramente interdependentes que, no entanto, não se confundem. É quando se submete à ordem de vassalagem (como servo) que garante para si uma esfera autonômica (como sujeito); e é quando adere à racionalidade da produção para o mercado (como trabalhador rural) que se vê atirado a uma atividade determinada desde fora (transformando-se em objeto) – quanto mais sujeitado mais sujeito. Mas o tempo gasto na lavoura do senhor de terras nunca se mistura ao tempo gasto na própria lavoura, ainda que o súdito seja um único e íntegro indivíduo: a univocidade dual referida acima concretiza-se no súdito (seu é o *Untertanengeist)*, como também, por espelhamento, no senhor de terras (o capitalista inovador da produção para o mercado[150] e o *Ritter* (cavaleiro) dos privilégios medievais[151]).

A operação por meio da qual o camponês insere-se como sujeito na nova era, torna-se súdito, transcorre *na esfera do trabalho*: é justamente por meio do trabalho que o *Untertan* exerce sua independência (no "manso servil") e sua dependência (nas terras do senhor). O trabalho garante que a porção servil do súdito não se misture com sua porção cidadã; e o trabalho garante a identidade entre essas duas esferas. O trabalho a fixar o limite é o mesmo a alinhavar as esferas apartadas que compõem o sujeito objetificado. A atividade laboral é a condição positiva de existência da subjetividade moderna na periferia servil. Nesse ambiente, a "ética protestante" conforme descrita por Weber alastra-se qual língua de fogo em rastilho de pólvora. O valor positivo que a modernidade confere ao trabalho, antes uma atividade a que eram condenados os escravos e outros integrantes das camadas mais baixas da população[152],

---

[150] "[...] sind die Gutsherren funktional professionelle Landwirte, aggressive Wirtschaftsunternehmer und innovative Wirtschaftsführer geworden [...]". Rosenberg, op. cit., p. 27; "os *Gutsherren* transformaram-se em agricultores profissionais, empreendedores agressivos e administradores inovativos [...]"

[151] Ver nota 64.

[152] A origem da palavra "trabalho" e congêneres nas principais línguas europeias revela esse caráter ignominioso da atividade produtiva na pré-modernidade: "trabalho", em português, *travail*, em francês, e *trabajo*, em espanhol, derivam do latim *tripalium*, um instrumento de tortura; o *labour* inglês e o *lavoro* italiano vêm do latim *labor*, que significa "esforço, fadiga, sofrimento, dor"; o alemão *Arbeit* possui origem mais controversa, mas, segundo alguns linguístas, adviria do indo-europeu *orbh-*, "criança condenada à realização de atividades físicas extenuantes" ou do eslavo *robota*, "sujeição", "escravidão". De toda forma, essa carga negativa apaga-se na modernidade, quando o trabalho (que valoriza o valor) torna-se unanimidade (da direita à esquerda, de

atinge alta (máxima?) voltagem na *Arbeitsfreude* (satisfação em trabalhar) germânica[153] – e voltagem quase nula no estranhamento brasileiro frente ao trabalho. Lutero, ao traduzir a palavra "trabalho" constante da versão grega da Bíblia, valeu-se do *Beruf*, o "chamado" vindo de uma instância superior e ao qual o súdito deve comprazer-se[154]. À noção luterana corresponde o "infinitamente eficiente, racionalmente moderado 'homem vocacional' (*Berufsmensch*) moderno, que não trabalha para viver mas vive para trabalhar"[155]. Essa idolatria absoluta do trabalho conheceu sua primeira manifestação nas grandes propriedades rurais do leste do Elba – ali, trabalhar significava tornar concreta a lógica da emancipação pela via da submissão. Ao camponês pleno (*Vollbauer*), que além de produzir para o controlador da propriedade rural detém terras suficientes para sustentar a si e a sua família, opõe-se, na outra ponta do espectro social obreiro, o diarista (*Tagelöhner*), que pode ou não gozar formalmente da condição de servo e que carece de terras próprias. O diarista, porque sem garantia do labor diuturno, terá dificuldades para afirmar-se sujeito, experimentando uma condição de vida muito mais precária do que o servo tradicional. Paradoxalmente, o camponês pleno, porque servo (submetido a um senhor e detentor de um quinhão de terra), gozará da autonomia de que carece o *Tagelöhner,* que nunca é livre (muito menos quando desprovido de laços oficiais de vassalagem). Portanto, no leste do Elba, ser acolhido pela ordem positiva estabelecida, submetendo-se de corpo e alma a um poder superior (a um *Leibherr*), consistia em precondição necessária para alçar-se ao status de sujeito, obtendo acesso a terras aráveis –

---

democratas a ditadores, dos magnatas aos miseráveis, todos querem trabalho).

[153] "The first, and central, notion is that of *Arbeitsfreude*, or 'joy in work'. While Germans hold no monopoly of this concept, nowhere else has it been given greater emotional content, nor has any other country made a more determined effort to explore its applicability to modern industrial society." Joan Campbell, *Joy in Work. German Work. The National Debate, 1800-1945*, p. 3, itálico no original.

[154] "Arbeit sollte demnach nicht mehr als Not, Mühsal, Last und Knechtschaft verstanden werden, sondern als eine Aufgabe, die sich durch Gehorsam gegenüber der Obrigkeit und durch Berufstreue auszeichne." Holger Schatz et Andrea Woeldike, *Freiheit und Wahn deutscher Arbeit*, p. 18; "O trabalho, então, não deveria mais ser entendido como necessidade, esforço, encargo e subjugação, mas como uma missão que se caracteriza pela obediência frente à autoridade e pela fidelidade à vocação [*Berufstreue*]."

[155] "[...] the ceaselessly efficient, rationally tempered modern 'vocacional man' (*Berufsmensch*), who did not work in order to live but lived in order to work." Hans Rosenberg, *Bureaucracy, Aristocracy, and Autocracy. The Prussian Experience. 1660-1815*, p. 89, itálico no original.

o "espírito de súdito" exerce-se no trabalho.

Essa concepção do trabalho, como atividade essencial positiva e atividade emancipadora/castradora, marcará a história da Prússia (e da Alemanha pós-1871), modulando a forma de o país "trabalhar". Nos primórdios da industrialização, diferentemente do que se passava por exemplo na Inglaterra, onde, confirmando as lições do liberalismo, o trabalhador era visto como alguém que apenas vendia o fruto de seu trabalho, os alemães encaravam o emprego de mão de obra como a apropriação da força de trabalho ao longo de um período de tempo e, consequentemente, o exercício de controle sobre o trabalhador[156]. A venda de trabalho, que implicava a existência de duas subjetividades formalmente autônomas, uma vendedora, outra compradora, identificava-se declaradamente, em terras prussianas, com o exercício do domínio sobre o trabalhador, com a sujeição do trabalhador a um patrão (as subjetividades compradora e vendedora passavam a conviver com o senhor feudal da fábrica e o correspondente servo proletário – ou, unificando esses dois tipos de laço interpessoal: de um lado, o *Junker* fabril e, de outro, o *Untertan* proletário)[157]. Como se vê, a Prússia continuava atrelada à herança da servidão moderna, e isso mesmo depois da libertação dos servos e do subsequente assalariamento dos trabalhadores. A persistência do modelo da *Gutsherrschaft* verifica-se também etimologicamente. Enquanto, na Inglaterra, popularizava-se a palavra *worker* (empregado de manufatura) para falar dos membros da classe trabalhadora, na Prússia/Império Alemão, o correlato *Werker* continuará limitado à produção manufatureira, ao passo que a palavra *Arbeiter*, de lastro pré-moderno, designará genericamente a mão de obra braçal[158]. De outro lado (e de forma necessária), os prussianos não se "iludiam" quanto à

---

[156] "German owners and workers viewed employment as the timed appropriation of workers' labor power and disposition over workers' labor activity. In contrast, British owners and workers saw employment as the appropriation of workers' materialized labor via its products." Richard Biernacki, *The Formation of Labor. Germany and Britain, 1640-1914*, p. 12.

[157] "The German view of employment as the command of 'labor power' made the exercise of authority over the execution of work an integral part of the process of earning a profit. The German view unified the relations of appropriation and domination." Biernacki, op. cit., p. 166.

[158] "In both languages the term [worker/Werker] originally applied to those in shop and craft work. In English the term came to refer to the entirety of wage earners, marking the centrality of small manufacture for the definition

potencialidade supostamente libertadora do trabalho na modernidade. Enquanto os operários ingleses insistiam em comportar-se como pequenos negociantes que vendiam ao dono da fábrica a mercadoria produzida nas máquinas patronais[159], os prussianos assumiam-se como vendedores de força de trabalho (*Arbeitskraft*)[160]. Por isso as classes patronal e trabalhadora prussianas, frutos de uma industrialização tardia, passaram a selar contratos de trabalho corriqueiramente muito antes de o mesmo "hábito" ser adotado pelos ingleses[161].

Mas a transformação das condições de trabalho em cláusulas contratuais representa somente um dos elementos pertinentes ao processo de legalização (ou processo de rigorosa escrituração) pelo qual passaram as relações trabalhistas prussianas desde cedo (ou desde sempre?): as regras de comportamento dentro das fábricas não somente eram afixadas nas paredes como distribuídas para os trabalhadores, batizadas de "leis", carimbadas por autoridades policiais e assim por diante[162]. A versão prussiana de relação trabalhista (em que, ao contrário da relação clássica inglesa, não há resto entre a autonomia da venda de trabalho e a submissão à ordem patronal) caminha *pari passu* com a adesão "consciente" de

---

of commercial labor. In German usage, the term *Werker* remained confined to the original context of handcraft production, marking the failure of craft work to provide the template for conceiving of capitalist wage labor. The generic term for worker that prevailed in Germany, *Arbeiter*, came from another domain, that of the serfs on feudal states." Biernacki, op. cit., p. 291, itálicos no original.

[159] Uma postura não de todo ilusória. O trabalhador inglês é, de fato, um dos precursores do operário padrão europeu, o sujeito potencialmente emancipado que um dia pareceu ser a esperança de redenção (captalista e comunista) pela via do trabalho.

[160] Segundo Biernacki, o termo *Arbeitskraft*, essencial para a crítica marxista do trabalho abstrato, seria moeda corrente entre os economistas alemães do século 19. Ou seja, Marx (que, diz Biernacki, não leu esses economistas já que precisou "redescobrir" o termo, ausente dos *Grundrisse*) concentrou suas análises no modelo mais avançado de capitalismo (o inglês) e não percebeu que os mecanismos recobertos pelo véu ideológico do liberalismo na Inglaterra desenrolavam-se de forma mais radical e confessa no quintal alemão. A resistência do operário inglês em tornar-se mão de obra contrastava com a entrega total do trabalhador alemão à condição de operário. De outro lado, o discurso liberal inglês disfarçava um mecanismo de exploração que, em uma versão mais alienante (e paradoxalmente mais emancipadora), o discurso alemão punha às claras.

[161] "Unlike their British counterparts, German workers signed written contracts when they began employment." Biernacki, op. cit., p. 447.

[162] "As early as midcentury [metade do século 19], most German mills had printed rules posted in the shop. After 1891 such posting became obligatory. Workers usually received a personal copy of the factory rules. These ordinances typically told workers how to carry out their work effectively, banned political or religious conversations on the shop floor, and specified the fines that would be levied for misbehavior. [...] The importance German employers attached to the posting of written rules as a means of enforcing their authority over the labor process can be judged from the composition of the rules. Before 1891, factory owners frequently entitled the factory regulations 'laws' (*Gesetze*). On their own initiative, employers had the local police stamp the rules before posting them. In some instances, they entitled their rules 'police regulations'." Biernacki, op. cit., pp. 447-448, itálico no original.

trabalhadores e empregadores a um regime paradoxal de garantia da liberdade por meio da sujeição (o contrato de trabalho é a relação trabalhista; esta não existe sem aquele). Trabalhadores e empregadores, na qualidade de sujeitos modernos, assinam contratos prevendo a tutela de uns pelos outros – no limite, o contrato, que para ser contrato carece da participação de ao menos duas partes dotadas de vontade própria, completa-se ao incorporar em suas cláusulas o cancelamento de sua condição de existência, ou seja, a supressão da autonomia subjetiva (a lei faz da exceção parte de si)[163]. A conscientização envolvida nesse processo, ou a ausência de ilusão como se disse mais acima, não significa o acesso pleno à verdade. A conscientização faz-se, contraditoriamente, pela via da alienação. Aqui, dar nome aos bois, atitude diante da qual a Prússia não vacila, implica promover a identidade absoluta entre a alcunha e a rês, que assim deixam de ser alcunha e rês, palavra e coisa, frustrando o intento inicial de esclarecimento – o esclarecimento prometido vira em total obnubilação. O contrato que promove à cena pública o cidadão é o mesmo que dá à luz o servo – o contrato assina-o o *Untertan*. A servidão moderna é, portanto, a aparente confirmação da liberdade prometida pelo capital, ou a radical afirmação dessa liberdade pela via da total supressão dela. No outro lado do Atlântico, a formação periférica conhecerá uma modalidade que é a inconfessa negação do potencial civilizatório da modernidade, a escravidão rediviva.

O servo moderno, como se disse, não alimenta ilusões quanto ao montante de exploração a que se submete. Segundo a teoria marxista da mais-valia, no modo de produção capitalista, a totalidade do trabalho realizado pelo proletário possui a aparência de trabalho pago. Ou seja, o proletário recebe o suficiente para sua reprodução mas trabalha para além disso, produzindo a chamada mais-valia, o montante de trabalho não-pago responsável pela

[163] Sabe-se que, por definição, um contrato implica algum tipo de limitação jurídica, implica que ao menos uma das partes contratantes assuma obrigações etc. No entanto, o caso prussiano é de dominação radical envolvendo o citado "espírito de súdito", portanto, uma dominação que não é pura e simplesmente dominação. De toda forma, segundo ressalva constante do início deste capítulo, o que se pretende aqui é não tanto apresentar um quadro estritamente realista dessa ou daquela formação histórica mas descrevê-las como tipos ideais em nada idealizados – a rigor, o realismo em sua versão tradicional não daria conta desta realidade.

valorização do valor. Mas subsiste a ilusão de que o proletário recebeu pelo que trabalhou[164]. No caso do súdito da porção oriental dos territórios germânicos, o mais-trabalho não se confunde com o trabalho para o próprio sustento[165]. À figura periférica marcada pelo cisma entre a esfera da exploração e a esfera da autoafirmação corresponde uma figura periférica em que se dá a confusão entre essas esferas. No caso do escravo moderno, toda a atividade laboral possui a aparência de trabalho não-pago. O escravo, mesmo quando trabalha para seu próprio sustento, trabalha para seu senhor[166]. Ou seja, ao trabalho assalariado, em que a aparência de trabalho pago *in totum* significa uma essência de trabalho *parcialmente* (não-)pago, contrapõem-se (correspondem) duas inversões periféricas, a de tipo prussiano, que aparentemente confirma ou aprimora o modelo vindo do centro, e a de tipo brasileiro, que basicamente o nega: no caso do trabalho servil capitalista, a aparência de trabalho não-pago *in totum* recobre uma essência de trabalho não-pago *in totum* (não há "ilusão"; o trabalho realizado para o senhor de terras capitalista não se confunde com o trabalho para o próprio sustento, mas guarda com este laços de interdependência – paradoxalmente, a submissão "consciente" do trabalhador ao senhor garante a esfera apartada da autodeterminação); no caso do trabalho escravo capitalista, a aparência (essência) de trabalho pago *in totum* (a peça

---

[164] É essa uma das chaves da crítica da ideologia, conforme seu modelo clássico. Na periferia do capital, essa crítica precisaria ser repensada, como vem sendo repensada. Mais sobre isso adiante.

[165] A princípio, analisar as formações periféricas recorrendo a um universo conceitual criado para falar da produção capitalista baseada no trabalho livre significaria incorrer no erro da incoerência. É o que diz, por exemplo, Cardoso: "[...] nada justifica que se analise a produção econômica escravista partindo de um quadro teórico de referência elaborado para analisar sistemas capitalistas nos quais a força de trabalho é uma mercadoria de propriedade dos trabalhadores" (Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, p. 186). O próprio A., contudo, recorre a esse quadro teórico para abordar a economia escravista do sul brasileiro, apontando as incongruências e deficiências dessa formação quando comparada com o padrão vindo do centro do capitalismo. O tipo periférico é uma variação do tipo central, não um elemento essencialmente outro, e ambos integram um mesmo sistema produtivo (um único todo dominado por uma mesma lógica de acumulação). A incongruência, sendo assim, é da natureza do objeto (e, portanto, da natureza da análise, que seria incongruente se não fosse incongruente...).

[166] "Bei der Sklavenarbeit erscheint selbst der Teil des Arbeitstags, worin der Sklave nur den Wert seiner eignen Lebensmittel ersetzt, den er in der Tat also für sich selbst arbeitet, als Arbeit für seinen Meister. Alle seine Arbeit erscheint als unbezahlte Arbeit. Bei der Lohnarbeit erscheint umgekehrt selbst die Mehrarbeit oder unbezahlte Arbeit als bezahlt." Marx, op. cit., p. 562; "No caso do trabalho escravo, até mesmo a parte do dia de trabalho em que o escravo limita-se a repor o valor de seus próprios meios de subsistência, em que ele, basicamente, trabalha para si mesmo, possui a aparência de trabalho para o senhor dele. Todo o trabalho dele possui a aparência de trabalho não-pago. No caso do trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou o trabalho não-pago possui a aparência de trabalho pago."

escravo está paga) recobre uma essência (aparência) de trabalho não-pago *in totum* (não há que "ilusão"; o escravo sempre é "explorado" porque nunca trabalha para si, nem mesmo quando o faz; seu sustento, então, é um favor do senhor não um pagamento resultante do esforço dele; nesse caso, a subjetividade moderna nunca trabalha e sua sobrevivência material nada tem em comum com o suor do rosto; essência e aparência misturam-se). Logo, rigorosamente, não há mais-valia na periferia (servil ou escrava), e isso porque nas franjas do sistema nunca se estabelece a ilusão efetiva necessária à exploração do proletário pelo capitalista: ou não existe ilusão nenhuma ou a ilusão é total (e, portanto, já que totalmente desconexa da realidade material a que se refere, deixa de funcionar como ilusão)[167]. De outro lado, há mais-valia porque os regimes de mão de obra compulsória subsistem, e subsistem até mesmo às revoluções burguesas que deveriam liquidá-los, com destaque para a substituição do capital comercial pelo capital produtivo no comando do processo histórico (no caso brasileiro, subsiste de forma oficial até 1888, depois disso como exército de mão de obra precária; no caso prussiano, a *Gutsherrschaft* só termina definitivamente no século 20, mas, mesmo após a libertação dos camponeses, o "espírito de súdito" continua a ser uma das forças a determinar os rumos do país, conforme se viu).

Faça-se um pequeno *détour*: o estatuto do trabalho compulsório n'*O Capital* revela certa carga de ambiguidade. Se, por um lado, Marx trata-o decisivamente como restolho do processo de modernização a ser, um dia, substituído pelo trabalho assalariado, uma das precondições da produção capitalista[168], por outro, não deixa de tecer comentários sobre o

[167] Essas são ambas disposições perversas, segundo certa teoria psicanalítica. O sujeito perverso tanto tem plena consciência da castração (não possui ilusão nenhuma quanto à incompletude da figura materna) quanto age como se não houvesse castração (ilude-se completamente a respeito da onipotência da mãe). Note-se que, no caso das periferias descritas aqui, a total falta de ilusão converte-se em ilusão total, e vice-versa (o servo crê-se sujeito quando não é; já o escravo não se ilude quanto a sua condição de objeto).

[168] Nestes tempos da pós-Queda do Muro e da consolidação sem sobra aparente da hegemonia capitalista, talvez se possa arriscar a hipótese de que o fracasso do "sentido histórico" vislumbrado por Marx (o da revolução proletária) não tenha sido tanto a não realização de uma sociedade igualitária (o consumo de massa é uma forma desvirtuada de igualitarismo) mas o fracasso do assalariamento em massa: dos primórdios da nova era até os dias atuais, o trabalho livre de tipo clássico sempre conviveu com variações de si próprio, variações que o negam ou o afirmam de forma a "desvirtuá-lo", e isso mesmo quando pareciam críveis as promessas sobre um mundo de

trabalho escravo e o servil valendo-se de conceitos criados para analisar o trabalho não-compulsório[169]. No mais, quanto à escravidão, Marx não ignora a presença decisiva dela em um dos pilares fundacionais do capitalismo, a acumulação primitiva, e, mais importante ainda, vale-se da escravidão, por inúmeras vezes, para referir-se ao trabalho formalmente livre, como se o espectro daquela estivesse a ameaçar a realidade material deste[170]. Por fim, ao analisar economicamente o fenômeno do escravismo, Marx aventa a hipótese de que se trata nesse caso da imobilização de capital na forma de capital fixo[171] e que, se o escravo for alugado, o locatário pagaria o equivalente a juros em cima do preço de compra do trabalhador mais um montante pelo desgaste periódico do bem[172]. Quanto à "segunda servidão", o autor é ao

---

pleno emprego. Se antanho o conjunto dos trabalhadores só ficaria completo quando, ao trabalhador livre, se acrescentasse seus reflexos invertidos: o servo e o escravo, hoje esse conjunto perfaz-se nas figuras do trabalho imaterial e do trabalho precário. O que Marx considerava resquícios pré-modernos a serem suprimidos (o escravismo e a servidão) revelaram-se partes essenciais de um processo de modernização impermeável a qualquer tipo de revolução transformadora. O proletário, então, não é somente operário mas também escravo e servo, o que descartaria, por princípio, qualquer hipótese de ética do trabalho moderno como elemento de uma luta libertária ampla.

[169] Ver notas 149 e 165.

[170] E, segundo Marx, está, já que o trabalho é só formalmente livre e não efetivamente livre. A ameaça, no entanto, promete às vezes, ao arrepio do ensinamento marxista, materializar-se. Em ao menos uma passagem d'*O Capital*, isso se dá: ao discorrer sobre o emprego de mulheres e crianças nas fábricas inglesas possibilitado pela mecanização, Marx diz que o operário pai de família transforma-se, então, em "mercador de escravos" (e a mulher e os filhos dele, em escravos). "Sie [a mecanização] revolutioniert ebenso von Grund aus die formelle Vermittlung des Kapitalverhältnisses, den Kontrakt zwischen Arbeiter und Kapitalist. Auf Grundlage des Warenaustausches war es erste Voraussetzung, daß sich Kapitalist und Arbeiter als freie Personen, als unabhängige Warenbesitzer, der eine Besitzer von Geld und Produktionsmittel, der andre Besitzer von Arbeitskraft, gegenübertraten. Aber jetzt [quando a mecanização da produção permite que se empreguem mulheres e crianças] kauft das Kapital Unmündige oder Halbmündige. Der Arbeiter verkaufte früher seine eigne Arbeitskraft, worüber er als formell freie Person verfügte. Er verkauft jetzt Weib und Kind. Er wird *Sklavenhändler*." Marx, op. cit., pp. 417-418, grifo acrescentado; "Ela [a mecanização] revoluciona, desde seu fundamento, a mediação formal da relação capitalista, o contrato entre o trabalhador e o capitalista. Com base na troca mercantil, a primeira precondição dela [da relação capitalista] era que o capitalista e o trabalhador ficassem um frente ao outro na qualidade de pessoas livres, de detentores independentes de mercadoria, aquele como proprietário de dinheiro e meios de produção, este como proprietário da força de trabalho. Agora, porém, [quando a mecanização da produção permite que se empreguem mulheres e crianças] o capital compra os incapazes e os relativamente capazes. O trabalhador antes vendia sua própria força de trabalho, agindo, dessa maneira, como pessoa formalmente livre. Agora, vende a mulher e os filhos. Ele se torna *mercador de escravos*."

[171] "Im Sklavensystem spielt das Geldkapital, das im Ankauf der Arbeitskraft ausgelegt wird, die Rolle von Geldform des fixen Kapitals, das nur allmählich ersetzt wird, nach Ablauf der aktiven Lebensperiode des Sklaven." Karl Marx, *Das Kapital. Band II*, p. 474; "No sistema escravista, o capital monetário usado na compra de força de trabalho desempenha o papel da forma monetária do capital fixo que, de maneira apenas gradual, será reposto ao longo da vida ativa do escravo."

[172] "Im Sklavensystem hat der Arbeiter einen Kapitalwert, nämlich seinen Kaufpreis. Und wenn er vermietet wird, hat der Mieter erstens den Zins des Kaufpreis zu zahlen und obendrein den jährlichen Verschleiß des Kapitals zu ersetzen." Karl Marx, *Das Kapital. Band III*, p. 484; "No sistema escravista, o trabalhador possui um valor de capital, a saber, seu preço de compra. E, se ele for alugado, o locatário tem de pagar primeiro o juro sobre o preço de compra e, sobre isso, repor a perda anual de capital."

mesmo tempo mais elaborado e mais lacônico. É mais elaborado porque discorre, ao longo de alguns parágrafos, sobre um caso de servidão moderna, o dos Principados Danubianos (hoje Romênia)[173]. É mais breve porque o termo "servo" e seus correlatos é muito menos comum na obra dele do que o conjunto terminológico que remete à escravidão.

Retomando. O regime de trabalho escravo na periferia capitalista existe, paradoxalmente, como negação (ou como negado). Enquanto na servidão moderna o trabalho é a condição positiva para o nascimento da subjetividade autônoma, no escravismo moderno, será a condição negativa: ninguém que vá ao eito é sujeito[174]. A mercadoria escravo é o objeto *negativamente* subjetivado, que se realiza como sujeito não ao trabalhar mas ao não trabalhar. É a inação que comprova seu estatuto de indivíduo pleno, mas pleno justamente na passividade: o sujeito que deixa soltas as rédeas do andar da carruagem recai outra vez na condição de objeto. E com ele se confunde. A *Arbeitsfreude* prussiana vira, na periferia escravista, ode à preguiça – porém, aqui, o divórcio entre o conceito e o conceituado manda que não se levem as palavras ao pé da letra. A ode à preguiça não se traduz em um mundo de ócio. A capacidade de escapar à lida agracia poucos já que os escravos (e a mão de obra barata do pós-Lei Áurea) exerciam em regra longas jornadas para garantir condições somente precárias de vida[175]. A ode à preguiça traduz-se, isso sim, no rechaço à "ética do trabalho", como não inserção do trabalho nos preceitos morais no país[176], ou em suas leis. O mundo em

---

[173] Marx trata principalmente do *Règlement organique*, um conjunto de leis imposto em 1831 e que normatiza, para fins da produção capitalista moderna, a relação entre os servos e seus senhores naquela região (Marx, *Das Kapital. Band I*, pp. 251-253). A "segunda servidão" será citada em outras passagens da obra, mas em notas de rodapé acrescentadas por Engels em edições posteriores à primeira. Engels, ao que parece, foi o primeiro a levantar a lebre da retomada da servidão a leste do Elba como um fenômeno disseminado, inclusive no oriente germânico. E o fez não só nas notas a *O Capital*, como em cartas a Marx e em outros textos curtos. De toda forma, o assunto nunca chegou a ser tratado com maior profundidade.

[174] "E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito de trabalho que se torna ocupação pejorativa e desalmadora." Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, p. 286.

[175] Na zona rural, durante o período do Brasil Colônia, os escravos trabalhariam em média 17 horas por dia. Ver Emilia Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, p. 294.

[176] Sérgio Buarque de Holanda identifica uma raiz genealógica para o fenômeno. De toda forma, identifica-o, o fenômeno: "Um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia desses povos [portugueses e espanhóis] é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho" (Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 38).

que os trabalhadores se esfalfam para garantir uma minguada sobrevivência recobre-se com símbolos de fartura (natural) e ganhos fáceis. Sendo imensa a distância entre, no ideário, o paraíso do alimento sempre à mão e, no chão batido, o inferno da labuta extenuante, as duas esferas, que necessariamente remetem uma à outra, confundem-se: a escravidão ganha ares amenos e o Jeca vira símbolo do atraso[177]. A repulsa ao esforço laborador traduz-se, na produção intelectual, em uma inteligência transformada em "princípio essencialmente antimoderno"[178]. A palavra é penduricalho e a matéria resiste à simbolização. Aqui, o trabalho, ao invés de integrar, ao invés de servir como veículo de identificação (por meio do qual, na periferia servil, forma-se "o povo", *das Volk*), desidentifica[179], atirando para fora do discurso (e do mundo) a massa trabalhadora – *le Brésil n'a pas de peuple*[180]. Nabuco diz o mesmo de outra forma: "[...] sem a escravidão não teríamos hoje em existência um povo criado fora da esfera da civilização"[181]. Ou ainda Faoro: "uma ficção, o povo"[182]. E de fato, o país importou sua mão de obra até pouco depois do primeiro quarto do século 20, mão de obra essa que só então passou a crescer em terras nacionais[183], mas nem por isso passou a integrar positivamente a nação[184]. A esse povo que ninguém integra corresponde, do outro lado do

---

[177] Neste caso, não há uma verdade material da exploração em estado puro que pudesse ser descrita pelo conceito justo. Como tampouco há uma dimensão ideológica puramente ilusória (que não fosse mais, portanto, ideologia) a ser desmascarada pela verdade dos fatos. O característico é o casamento do divórcio (entre o conceito e o conceituado, que se confundem). De onde, porém, se faz a crítica? Em que lugar funda-se a palavra capaz de identificar o jogo entre a ilusão feita matéria e a matéria feita ilusão? A resposta terá de ser dada mais adiante.

[178] Buarque de Holanda, op. cit., p. 86. Poder-se-ia dizer também: uma inteligência que não diz respeito ao mundo moderno. Afirma ainda o estudioso: "O trabalho mental [...] Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo – a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais – mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara." Buarque de Holanda, op. cit., p. 83. Ou seja, o trabalho intelectual quase nada tem de trabalho (e pouco tem de intelectual).

[179] "O trabalho que deveria ser o elemento de distinção e de diferenciação na sociedade, embora unindo os homens na colaboração, na ação comum, torna-se, no sistema escravista, dissociador e aviltante." Viotti da Costa, op. cit., p. 15.

[180] Louis Couty, *Le esclavage au Brésil*, citado em Caio Prado, op. cit.

[181] Nabuco, op. cit., p. 117.

[182] Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder. Vol. I*, p. 229.

[183] "Essa é a variável de *longue durée* que apreende a formação do Brasil nos seus prolongamentos internos e externos: de 1550 a 1930 o mercado de trabalho está desterritorializado: o contingente principal de mão-de-obra nasce e cresce fora do território colonial e nacional." Alencastro, op. cit., p. 354, itálico no original.

[184] "Conforme a historiografia e os estudos sociais não cessam de demonstrar – e a literatura figurou antes de todos –, as sucessivas modernizações conservadoras do Brasil, da Independência aos dias atuais, procederam sempre pela não-incorporação das massas populares. Mantidas à margem dos avanços, e apartadas das pretensões

Elba, a incorporação total ao povo – não há nenhum ator social que não integre *das Volk*.

Tendo em mente o que ficou dito, pode-se afirmar que a tese do Brasil feudalista é um erro não porque a mão de obra compulsória, nestas plagas, veio trazida pelo capital[185], mas sim porque, no feudalismo moderno, o nexo de vassalagem implicava inclusão positiva na ordem social – tornar-se servo significa tornar-se sujeito (positivamente objetificado). A condição de escravo nas Américas garantia a inclusão na ordem social, mas uma inclusão de tipo negativo – tornar-se escravo significava tornar-se objeto, ser incluído naquela ordem social como objeto (negativamente subjetivado), ou seja, não ser incluído. Enquanto no leste do Elba eram sujeitos os camponeses plenos (*Vollbauer*), diante dos quais experimentavam uma situação mais precária os diaristas (*Tagelöhner*) cujo vínculo servil, quando existente, mostrava-se de certa forma vacilante, no Brasil, estavam banidos do rol de sujeitos os escravos acorrentados a seus senhores e aos quais se opunham os chamados homens "livres" da ordem escravocrata, condenados estes a afirmar sua condição de não-escravo com a recusa ao trabalho[186]. Há nesse quadro comparativo um conjunto de linhas cruzadas: o trabalhador do leste do Elba é o *Untertan* (cidadão servo) clássico ao qual corresponde, nas bandas de cá, o homem "livre" da ordem escravocrata, que não possui laços de vassalagem formais mas que não pode trabalhar sob pena de igualar-se à condição do escravo – ambos ocupam a camada intermediária da pirâmide social; já a figura do trabalhador na América brasileira, o escravo (preso por laços de servidão mas em nada equiparável a um cidadão), reflete-se na do jornaleiro das terras germânicas, livre (ou quase livre) de obrigações servis mas sem conseguir trabalhar – ambos ocupam a camada mais baixa da pirâmide social.

Vistas no conjunto, porém, essas formações históricas fundadas na fratura sócio-

---

de universalização dos direitos, às classes populares faltou sempre a articulação indispensável à constituição de uma dimensão cumulativa da experiência, indissociável da reflexividade, base necessária da formação de uma identidade nacional-popular. O que não se constitui, assim, é propriamente essa mediação essencial à identidade do 'povo brasileiro'." José Antonio Pasta Júnior, "Prodígios da ambivalência. Notas sobre *Viva o povo brasileiro*" in *Revista Novos Estudos Cebrap. N. 64 (Nov/2002)*, p. 65.

[185] A servidão moderna é o feudalismo despertado do túmulo pelo estrondo da nova era.

[186] "Condenam-no, porque ele – o *trabalhador nacional* – não ia disputar a escravidão ao escravo!..." Bomfim, op. cit., p. 157, itálico no original.

econômica insanável (fundadas na "exploração") tendem, paradoxalmente, ao apagamento das diferenças de classe. Quando se extinguem, oficialmente, o regime servil na Prússia e o regime escravista no Brasil, instauram-se, lá e cá, totalidades sociais que, cumprindo o destino reservado a elas desde os primórdios, almejam à homogeneidade porque rechaçam a alteridade. Contudo fazem isso, como não poderia deixar de ser, por caminhos opostos: nas plagas prussianas cria-se uma identidade (positiva) capaz de traçar limites claros aos quais nada escapa – esse é o mundo da ode ao trabalho, do império rigoroso da lei, da eficiência a todo custo, da racionalidade inabalável, da marcha firme e reta; nas plagas brasileiras cria-se uma identidade (negativa) incapaz de traçar limites porque a ela nada diz respeito (e tudo diz respeito) – esse é o mundo do rechaço à ética do trabalho, da lei ideal que nunca se materializa de fato, da ineficiência a toda prova, da desrazão feita discurso, do ir e vir errático. A identidade do lado de lá cristaliza-se na figura do burocrata[187], que atravessa todo o espectro social, dos operários aos grandes industriais (todos são eficientes, trabalhadores e observadores da lei), colocando em um segundo plano o embate de classes[188]. A alteridade, o que escapa à lei, o que escapa à ordem, não se tolera e precisa ser reincorporada, no limite pela via da exceção. O embate não se dá entre os semelhantes, mas desses contra o outro, com método – a fratura social exporta-se. E a eficiência caminha lado a lado com o anquilosamento subjetivo. Já a identidade do lado de cá esboça-se na figura do malandro, que igualmente atravessa todo o espectro social[189] (todos rendem-se, cedo ou tarde, vez ou outra, ao jeitinho; a

---

[187] "Collectivist Prussia made a remarkable contribution to the creation of this new species of thoroughly disciplined man, activated by quasi-moral compulsion and chained to a large-scale apparatus and thus to the collective pursuit of objectified, utilitarian tasks. In line with the conception of the bureaucratic state as a machine, man himself was destined to become an automaton." Rosenberg, op. cit., pp. 89-90. Está-se aqui a extrapolar a noção weberiana de burocracia. O burocrata, essa a sugestão, não se limitaria ao integrante de uma rígida e racionalizada estrutura administrativa cujo funcionamento pauta-se pela observância fiel de leis escritas, mas, na qualidade de modelo idealizado, transforma-se no tipo social predominante.

[188] Talvez este seja o momento adequado para reforçar o que já ficou dito acima: não se está tentando, neste texto, descrever o processo histórico que deu à luz a Prússia e o Brasil levando em conta todas as suas peculiaridades. O que se faz é antes esboçar linhas de força da modernidade, que como tais não se materializam nunca. Não por menos porque é da natureza delas a abstração.

[189] "Salvo engano, creio que é preciso postular uma verticalidade verdadeiramente radical da conjunção de capitalismo e escravidão no Brasil, no sentido em que esta última modela, ao fim e ao cabo, a constituição de *toda* subjetividade, e portanto, de todos os níveis sociais. Creio que, assim fazendo, chegaremos talvez a

lei ou não se aplica ou se aplica de forma artificialmente rigorosa; a espontaneidade calorosa desconhece método e, logo, marca-se pela ineficiência). E "esboça-se" porque, a princípio, não há definição positiva para essa identidade que é uma "desidentidade", cuja forma de ser é um eterno pendular entre não ser (não trabalhar, não agir) e ser outro (viver do trabalho alheio, agir por interposta pessoa)[190]. A alteridade não se reconhece e insiste em confundir-se com a identidade[191], pois entre aquela e esta não se estabelecem limites minimamente definidos. A luta que prometia ser de classes transforma-se em congraçamento generalizado, congraçamento esse, no entanto, que vira a todo momento em seu contrário, pois a ausência de limites impede aos sujeitos interporem entre si a distância mínima necessária para uma convivência social pacífica – a fratura social não se nomeia e persiste. O embate é de todos contra todos (bem como a confraternização), e a violência dissemina-se sem método. O esfumaçamento subjetivo anda de braços dados com a ineficiência (que, no entanto, rebrilha, volta e meia, como o país cujo futuro encontra-se à mão, logo depois da primeira esquina). O malandro e o burocrata, das tantas e profundas diferenças expostas desde o início deste capítulo, chegam a este ponto a mirarem-se no espelho em que um reflete o outro.

Kleist e Alencar retratarão em suas obras o universo descrito aqui. Por motivos de clareza expositiva, escolheu-se apresentar antes o substrato histórico-material para depois destrinchar o emaranhado literário. O esforço, no entanto, inverteu a sucessão real da tentativa de elucidação que se expõe nesta tese: a leitura de Alencar e Kleist é que abriu as portas para as conclusões deste primeiro e, em certa medida, tedioso capítulo. Não o contrário.

À literatura, então.

---

compreender melhor as metamorfoses do conjunto de nossas personagens, assim como algumas outras questões que restam inexplicadas e mesmo um tanto misteriosas em nossa cultura." José Antonio Pasta Júnior, "Volubilidade e ideia fixa (o outro no romance brasileiro)" in *Sinal de Menos, Ano 2, N. 4 (2010)*, p. 18, itálico no original.

[190] "A penosa construção de nós mesmos [brasileiros] se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro." Paulo Emílio Salles Gomes, *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*, p. 88.

[191] Aqui surgem mais dois temas desenvolvidos, senão descobertos, por Pasta, temas esses a que esta tese muito deve e que serão novamente abordados: a fórmula do mesmo que é o outro e o regime da formação supressiva.

Dessemelhanças e indiferenças (1)

Cansei de ouvir abobrinhas
vou consultar escarolas
prefiro escutar salsinhas
pedir consolo às papoulas
e às carambolas

Itamar Assumpção

Quando se leem *Til* e "O Noivado em Sto. Domingo"[1], saltam aos olhos as semelhanças entre um texto e outro. Ainda que publicados com um intervalo de cerca de 60 anos (1872 e 1811, respectivamente), escritos por autores a princípio em nada semelhantes, integrando linhas formativas díspares, pertencentes a gêneros literários diversos, os pontos em comum entre uma obra e outra persistem. A justificar isso há duas ordens principais de fatores: uma ordem interna, na qual a novela e o romance revelam uma ampla gama de correspondências diretas, a começar pela configuração dos personagens, passando pela economia do enredo até chegar à estrutura dos textos propriamente: nessa dimensão, *Til* e "O Noivado", pode-se dizer sem medo de errar, são variações sobre um mesmo tema (mais especificamente, variações sobre uma mesma maneira de abordar um mesmo tema), e os

[1] Nas duas traduções para o português de que disponho, o título da novela ficou "Noivado em São Domingos" e "O Noivado em São Domingos". A ilha em questão, de fato, chama-se (também) São Domingos, mas, em alemão, a denominação mais comum é Hispaniola. A designação Santo Domingo pode referir-se, no entanto, à ilha como um todo (o que é mais raro), à colônia espanhola localizada ali e à capital da hoje República Dominicana, tudo isso em alemão inclusive. A colônia francesa existente na ilha chamava-se Saint Domingue (ou Saint-Domingue). A narrativa diz que os fatos desenrolam-se na "parte francesa da ilha de Sto. Domingo". No ano de 1803, data do enredo, a ilha era toda controlada oficialmente pelos franceses e, porém, na prática, controlada pelos escravos libertos: não mais era nem colônia da França nem da Espanha, e porém ainda não era um país independente. A designação usada por Kleist deixa entrever o cenário de crise (indefinição) retratado na novela, algo que a tradução do nome da ilha para São Domingos apagaria. Por isso, optou-se aqui por traduzir o título da obra como "O Noivado em Sto. Domingo", sem alterar tampouco a forma abreviada de "santo".

elementos de uma obra vão se repetir na outra; e há também uma ordem externa de fatores, em que o contexto sócio-histórico da produção dos textos, a configuração do olhar que se lança sobre um material quase idêntico (nos dois casos, o escravismo moderno) e o perfil dos dois escritores explicam por que essas obras guardam, além das correspondências diretas, correspondências invertidas (um tipo específico de diferença): nessa dimensão, a novela kleistiana e o romance alencariano desfilam uma série de elementos espelhados, que trocam de sinal ao transitar de uma ao outro. Essas duas ordens não pulsam isoladas, mantendo entre si relações de parentesco, entrecruzamento e contaminação: os elementos internos, a princípio correspondentes, também dão causa a inversões, e os elementos externos, a princípio espelhados, revelarão semelhanças diretas.

Conforme se percebe, ainda que de literatura comparada, esta análise não tratará da identificação de eventuais influências, um tema caro à crítica literária nacional. Nos estudos dedicados à produção alencariana, são encontradiços os que procuram nomear as fontes europeias do escritor brasileiro e a forma como este valeu-se daquelas. Destacam-se, entre as tais fontes, escritores franceses (Chateubriand, Bernardin de Saint-Pierre, Balzac, com ênfase no primeiro) e escritores de língua inglesa (principalmente Walter Scott e James Fenimore Cooper). Não há notícia de uma influência direta exercida por escritores de língua alemã sobre o autor de *Til*. No entanto, a influência não se descarta: pode ter se dado de forma direta e ainda não desvelada ou pode ter se dado de forma indireta (pela via de escritores europeus e pela via de escritores brasileiros). Como se disse, porém, esse não é um tema deste estudo. Aqui importa que o paralelo entre o romance de Alencar e a novela de Kleist impõe-se por força das obras, que figurarão em pé de igualdade. Ainda que separadas pelo tempo, pelo espaço, pelo meio em que nasceram e pelo gênero a que pertencem, *Til* e "O Noivado" demandam a comparação.

O Brasil (visto do Brasil) e o Haiti (visto da Prússia). Kleist e Alencar

No capítulo anterior, gastou-se um bom montante de páginas e energia a desfiar as razões pelas quais a escravidão e a servidão modernas assemelham-se e não se assemelham. Nada há que acrescentar, a não ser talvez isto: enquanto o tema da produção capitalista feita com base em mão de obra escrava é quase uma obsessão nacional, resistindo a ser esclarecido, regressando tal assombração a cada ciclo lunar e invadindo diversas áreas da produção intelectual do país (com destaque para a análise literária, o primeiro campo a levantar a lebre de forma, na medida do possível, coerente), o tema da servidão feita instrumento da acumulação de capital, ainda que objeto de ampla literatura historiográfica na Alemanha (o "amplo" precisaria ser relativizado, já que a produção intelectual alemã não se compara, em volume, profundidade, abrangência, rigor etc., à tíbia produção brasileira), possui pouca penetração para além dos espaços ocupados pelos especialistas no assunto. Não há notícia da presença do tema em empreitadas de crítica literária. Mesmo os germanistas afeitos aos estudos materialista-históricos ignoram-no. As análises destes, em geral, centram-se na identificação das remissões de Kleist a sua concretude material imediata, nunca, porém, à conjugação do capital da mão de obra livre com o trabalho da mão de obra compulsória. Um exemplo: a novela "Michael Kohlhaas", a mais "histórica" das novelas kleistianas, dá ensejo até mesmo a considerações sobre a persistência de estruturas feudais na Prússia do início do século 19, mas as análises não contemplam a especificidade reveladora identificada acima e, em geral, conferem ao servo, quando este chega a ser mencionado, o estatuto de um objeto em ocaso, pois são da época de Kleist algumas das medidas adotadas pelo governo prussiano com vistas a abolir oficialmente o instituto. No caso do "Noivado", os estudos de cunho materialista tratam fundamentalmente do choque entre escravistas brancos e escravos negros, das incongruências da França pós-revolucionária, do potencial destruidor da modernidade.

Sendo assim, o enfoque adotado nesta tese, é preciso que se diga, força a mão porque discrepa (conscientemente) da tradição crítica kleistiana. Por sua própria conta e risco.

O fundo material já identificado condicionará a forma como Alencar e Kleist verão o Brasil e o Haiti, ao mesmo tempo em que o olhar dos dois escritores determinará como aquela matéria histórico-social subirá à tona. No caso do escritor alemão, tratar-se-á de olhar para a (ex-)colônia francesa da América Central desde o massudo substrato da *Kultur* e do Idealismo, ou, em outros termos, desde um substrato do imperativo da identidade. No caso do escritor brasileiro, desde o etéreo pilar de um país em (eterna) formação, ou desde os vapores da impossibilidade identitária. Paradoxalmente, Kleist, postado a milhares de quilômetros de seu assunto, manipulará com familiaridade (uma familiaridade estranha, não há dúvida) a matéria narrada, ao passo que Alencar, vizinho de parede do universo que retrata, sofrerá com o constante estranhamento frente à matéria que lhe escapa familiarmente por entre os dedos.

Nobert Elias, em *Über den Prozeß der Zivilisation* (traduzido no Brasil como *O Processo Civilizador*), traça com argúcia as diferenças existentes entre, de um lado, o conceito fundamental para britânicos e franceses de "civilização" e, de outro, o conceito para alemães fundamental de "cultura". Diz o pensador que, para estes últimos, a ideia de "civilização", ainda que útil, possui um caráter secundário, suplantada que é pela de "cultura"[2]. "Civilização" diz respeito a uma ampla gama de manifestações humanas, englobando de fatores políticos,

[2] "Aber 'Zivilisation' bedeutet verschiedenen Nationen des Abendlandes nicht das gleiche. Vor allem zwischen dem englischen und französischen Gebrauch dieses Wortes auf der einen, dem deutschen Gebrauch auf der anderen Seite besteht ein großer Unterschied: Dort faßt der Begriff den Stolz auf die Bedeutung der eigenen Nation auf den Fortschritt des Abendlandes und der Menschheit in einem Ausdruck zusammen. Hier, im deutschen Sprachgebrauch, bedeutet 'Zivilisation' wohl etwas ganz Nützliches, aber doch nur einen Wert zweiten Ranges, nämlich etwas, das nur die Außenseite des Menschen, nur die Oberfläche des menschlichen Daseins umfaßt. Und das Wort, durch das man im Deutschen sich selbst interpretiert, durch das man den Stolz auf die eigene Leistung und das eigene Wesen in erster Linie zum Ausdruck bringt, heißt 'Kultur'." Norbert Elias, *Über den Prozeß der Zivilisation. I*, p. 2. "Mas 'civilização' não significa o mesmo para as diferentes nações do Ocidente. Principalmente entre, de um lado, o uso que franceses e ingleses fazem da palavra e, de outro lado, o uso que os alemães fazem dela, existe uma grande diferença: lá o conceito sintetiza em um único termo o orgulho frente à relevância da própria nação no progresso do Ocidente e da humanidade. Aqui, no uso que faz da palavra a língua alemã, 'civilização' significa certamente algo bastante útil, mas ainda assim algo com valor secundário, a saber, algo que diz respeito apenas à porção externa do ser humano, à superfície do ente humano. E a palavra por meio da qual o sujeito, em alemão, define a si mesmo, por meio da qual preferencialmente se expõe o orgulho a respeito das suas conquistas e do próprio caráter chama-se 'cultura'."

econômicos e sociais a fatores culturais, religiosos, artísticos e intelectuais – "cultura" abarca apenas estes últimos[3]; aquela designa um processo – esta, um estado[4]; aquela agrega – esta separa[5], segundo Elias. Por "cultura", no sentido atribuído ao termo por este pensador nascido além do Elba, depreende-se, tudo indica, um esforço identitário (exagerado). Se a "civilização" é um conceito capaz de agregar diferentes subjetividades sob o mesmo guarda-chuva de uma humanidade vária e em constante transformação, a *Kultur* riscará as linhas divisórias rígidas capazes de determinar o que dela faz parte e o que dela precisa ser excluído. Com a dimensão coletiva do esforço identitário alemão[6], cujo ponto de fuga é a formação do "povo", de uma subjetividade geográfica e cronologicamente determinada, dialoga uma dimensão individual, cujo ponto de fuga é a formação do "sujeito", da Subjetividade, assim, com maiúscula, e nada mais. Nesse quesito, igualmente, os alemães trilharão um caminho peculiar (um *Sonderweg*[7]). Quando começa a consolidar-se na Europa Ocidental a individualidade burguesa, que se manifestará em sua plenitude com o Romantismo, a cultura alemã logo dá azo a um "subjetivismo exacerbado, que não sem motivos é chamado de 'desvario agudo da burguesia'"[8]. Hauser refere-se nesse trecho ao movimento do *Sturm und Drang*, que, apesar de pré-romantico, conforme costuma ser classificado, já se pauta pelo

---

[3] "Der deutsche Begriff 'Kultur' bezieht sich im Kern auf geistige, künstlerische, religiöse Fakten, und er hat eine starke Tendenz, zwischen Fakten dieser Art auf der einen Seite, und den politischen, den wirtschaftlichen und gesellschaftlichen Fakten auf der anderen, eine starke Scheidewand zu ziehen." Elias, op. cit., pp. 2-3. "O conceito alemão de 'cultura' refere-se, basicamente, a fatores espirituais [intelectuais], artísticos, religiosos, e ele possui uma forte tendência a erguer uma barreira clara entre, de um lado, os fatores desse tipo e, de outro, os econômicos e sociais."

[4] "'Zivilisation' bezeichnet einen Prozeß oder mindestens das Resultat eines Prozesses. Es bezieht sich auf etwas, das ständig in Bewegung ist, das ständig 'vorwärts' geht. Der deutsche Begriff 'Kultur', wie er gegenwärtig gebraucht wird, hat eine andere Bewegungsrichtung: er bezieht sich auf Produkte des Menschen, die da sind, wie 'Blüten auf den Feldern' [Spengler], auf Kunstwerke, Bücher, religiöse oder philosophische Systeme, in denen die Eigenart eines Volkes zum Ausdruck kommt." Elias, op. cit., pp. 3-4. "'Civilização' designa um processo ou ao menos o resultado de um processo. Diz respeito a algo que está sempre em movimento, que caminha sempre 'para frente'. O conceito alemão de 'cultura', como usado atualmente, possui uma outra dinâmica: diz respeito a produtos da humanidade que se fazem presentes como 'flores no campo' [Spengler], diz respeito a obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos nos quais se manifesta o traço típico de um povo."

[5] "Der Begriff 'Kultur' grenzt ab." Elias, op. cit., p. 4. "O conceito de 'cultura' traça limites."

[6] Usa-se aqui o termo "alemão" porque é ele o utilizado por Elias, e por Hauser (o autor a ser citado logo em seguida). Mas seria preferível, pelos motivos expostos no capítulo anterior, dizer "prussiano".

[7] Esse é o termo usado por alguns historiadores para designar o caráter ímpar da história prussiana no contexto da Europa Ocidental.

[8] "Dieser überspitzte Subjektivismus, der nicht grundlos als 'akute Bürgertollheit' bezeichnet worden ist [...]". Arnold Hauser, *Sozialgeschichte der Kunst und Literatur,* p. 637.

desengate entre o espírito e a matéria característico da filosofia idealista que dentro em breve se imporia nos meios intelectuais germânicos. Segundo o historiador, que como Elias nasceu no Leste Europeu, essa é a corrente do pensamento alemão caracterizada por abrir mão completamente da realidade objetiva[9]. Hauser identifica aí um "irracionalismo" de viés específico, um que não se manifesta por meio de algum emocionalismo, mas que resulta de uma visão de mundo convencida de seu caráter infinito e absoluto[10]. Em outros termos, a visão de mundo de um sujeito capaz de identificar-se totalmente consigo mesmo, ou um sujeito para quem o mundo é ele próprio (o ser da palavra identifica-se, sem resto, com a alteridade)[11].

Kleist acusará o peso dessa herança, da forma mais consequente, em sua obra, mas da forma mais explícita, talvez, na chamada *Kant-Krise*. Este tópico, hoje em dia menos popular, já pareceu ser uma estação obrigatória da crítica kleistiana. Todo o caso decorre de algumas cartas do escritor, a mais importante aquela enviada, em 22 de março de 1801, a sua então noiva, Wilhelmine von Zenge, na qual relata o enorme abalo sofrido quando de seu contato com a filosofia kantiana. O trecho principal é este: "Se todos os seres humanos tivessem, no

---

[9] "Die deutsche idelistische Philosophie ging zwar von der antimetaphysischen, in der Aufklärung wurzelnden Erkenntnistheorie Kants aus, entwickelte aber den Subjektivismus dieser Lehre zu einem absoluten Verzicht auf die objetkitive Wirklichkeit und gelangte schileßlich zu dem entschiedenen Gegensatz des Realismus der Aufklärung." Hauser, op. cit., 630. "A filosofia idealista alemã partiu, é fato, da teoria do conhecimento kantiana, antimetafísica e com raízes no Iluminismo, mas transformou o subjetivismo dessa teoria na renúncia absoluta à realidade objetiva e tornou-se, ao fim e ao cabo, a completa oposição ao realismo iluminista."

[10] "Der Irrationalismus war wohl eine gesamteuropäische Erscheinung, er äußerte sich aber im wesentlichen überall als eine Form des Emotionalismus und erhielt erst in Deutschland das besondere Gepräge des Idealismus und Spiritualismus; hier wurde er erst zu einer die Empirie verachtenden, auf das Zeitlose und Unendliche, das Ewige und Unbedingte gerichteten, metaphysischen Weltanschauung." Hauser, op. cit., p. 629-630. "O irracionalismo foi certamente um fenômeno pertinente à Europa inteira, contudo se manifestou por todos os cantos, essencialmente, como uma forma de emocionalismo e só na Alemanha adquiriu o caráter peculiar do Idealismo e do Espiritualismo; aqui se tornou pela primeira vez uma visão de mundo metafísica indiferente à empiria, uma visão de mundo voltada para o atemporal e o infinito, o eterno e o incondicional."

[11] Elias e Hauser apresentam justificativas mormente sociológicas para as pecularidades germânicas que identificam. Nos dois casos (da *Kultur* e do Idealismo), segundo os autores, a burguesia alemã reagia a seu isolamento (em relação aos poderes político e econômico) imposto por uma aristocracia demasiadamente fortalecida no processo de modernização peculiar dos territórios germânicos. Como resultado desse distanciamento em relação à vida prática, desviou-se para a desrazão da *Kultur* ou para o irrealismo subjetivista. Os dois autores, que partem de preceitos opostos e, tendo atravessado esse núcleo teutônico "problemático", percorrem caminhos também opostos (Elias descreverá o poder civilizatório do capital; Hauser desembocará na crise do capital), tomam como algo superado (ou a ser em breve superado) o "caso alemão". O problema, no entanto, persiste (ou, para ser mais exato, é um problema caracterizado justamente por ser alvo de soluções que implicam a reposição dele, problema), e a explicação sociológica, ainda que correta, mostra-se insuficiente.

lugar dos olhos, lentes verdes, então seriam obrigados a sentenciar que os objetos, vistos através deles, *são* verdes – e nunca seriam capazes de decidir se seu olho lhes mostra as coisas como as coisas são ou se, às coisas, não se acrescenta algo que pertence, não a elas, mas ao olho. O mesmo acontece com a mente [*Verstande*]. Não podemos nos decidir se o que chamamos de verdade é a verdade verdadeira ou se isso apenas parece ser assim para nós"[12]. Kleist diz logo a seguir que, frente a essa indeterminação, a maior e única meta sua frustrou-se[13]. O autor, nos anos vindouros, não mais tocaria no assunto e é questionável que uma tal experiência filosófica tenha tido o peso determinante que alguns pretendem atribuir-lhe. No entanto, fica claro haver um sofrimento legítimo envolvido no contato com a substancialidade inacessível da coisa-em-si kantiana (Kleist tampouco especificou o ponto exato da filosofia kantiana que tanto o incomodou; infere-se que sejam as teses sobre *das Ding an sich*, que ele, aliás, não teria lido corretamente). O escritor exaspera-se frente à, na sua interpretação, impossibilidade de apreensão total do mundo pelo sujeito, o que implicaria a impossibilidade do conhecimento, do acesso à "verdade verdadeira". Tendo compreendido Kant corretamente ou não, tendo mesmo lido Kant ou não (há dúvidas sobre se o autor teria tido acesso direto às obras do filósofo da Prússia Oriental ou somente a obras de divulgadores da doutrina kantiana), a atribulação manifestada pelo escritor transporta à camada do discurso o gozo envolvido no imperativo identitário descrito acima e cujo correspondente material é, como se viu, a servidão moderna, abolida formalmente pelo governo prussiano no início do século 19, mas que perdura na qualidade de dinâmica sócio-histórica, marcando profundamente, esta a tese que se defende aqui, a produção intelectual de Kleist[14].

---

[12] "Wenn alle Menschen statt der Augen grüne Gläser hätten, so würden sie urteilen müssen, die Gegenstände, welche sie dadurch erblicken, *sind* grün – und nie würden sie entscheiden können, ob ihr Auge ihnen die Dinge zeigt, wie sie sind, oder ob es nicht etwas zu ihnen hinzutut, was nicht ihnen, sondern dem Auge gehört. So ist es mit dem Verstande. Wir können nicht entscheiden, ob das, was wir Wahrheit nennen, wahrhaft Wahrheit ist, oder ob es uns nur so scheint." Heinrich von Kleist, *Sämtliche Werke und Briefe*, p. 634; itálico no original.

[13] "Mein einziges, mein höchstes Ziel ist gesunken [...]" Sembdner, op. cit., p. 634.

[14] A cultura de expressão alemã, ao mesmo tempo tributária da produção vinda do centro (nesse começo de século 19 principalmente) e desviante em relação àquela, porque dotada de elementos estranhos a essa sua fonte de inspiração para a qual, a partir de dado momento, também serve de inspiração, não se reduz à dinâmica sócio-

É desde esse lugar que o autor discorrerá sobre o material a compor o núcleo narrativo de "O Noivado em Sto. Domingo". O enredo da novela transcorre durante um dia e meio do ano de 1803, quando as forças dos negros expulsavam de Saint Domingue as tropas enviadas por Napoleão a fim de reafirmar o controle da metrópole sobre a colônia francesa. Para se compreender como a situação chegou a esse ponto, recorra-se a um breve histórico da região. A ilha atualmente dividida entre o Haiti e a República Dominicana recebeu o nome de Hispaniola ao ser pisada por Colombo, em 1493, na excursão marítima responsável por detonar a inserção da América no mercado mundial. A colônia espanhola instalada ali dedicou-se principalmente à extração de minerais preciosos (ouro) e, porque a porção ocidental de Hispaniola carecesse de tais atrativos, limitou-se quase que somente a sua porção oriental (hoje, grosso modo, República Dominicana), relegando a um segundo plano a outra. Ainda assim, não houve espaço para a sobrevivência da população indígena, exterminada quase por completo, nas décadas seguintes, por ações de genocídio propriamente dito, pelas campanhas de escravização e o consequente excesso de trabalho e pelas doenças trazidas do mundo civilizado[15]. A preterida parte oeste de Hispaniola viu-se ocupada, principalmente nos anos de 1600, por flibusteiros e bucaneiros de origem francesa, atuantes na área e que conseguiram sempre resistir aos esforços espanhóis para expulsá-los dali. No século 17, o Reino da França reconheceu o território como uma de suas colônias e começou, seguindo o modelo de exploração vigente na região, a produzir mercadorias agrícolas de exportação com base em mão de obra escrava. Em Saint Domingue, esse o nome da colônia francesa, a empreitada rendeu excelentes frutos. Em 1789, o pequeno território, que, por sua exuberância econômica, recebera a alcunha de "Pérola das Antilhas" e importara um grande número de

---

histórica identificada, ainda que esta dinâmica marque aquela cultura de forma destacada. Na literatura, por exemplo, há os escritores mais e os menos embebidos dessa especificidade. É notável, de toda forma, que os mais permeáveis à servidão moderna e a seus desdobramentos sejam talvez os autores cujas obras guardem hoje a maior carga de urgência expressiva: a referência imediata é a Kleist, claro, mas a constatação valeria porventura para o mais ilustre herdeiro dele, Kafka. Dentre outros.

[15] Em 1520, viviam somente 16 mil dos 1 milhão de índios encontrados por Colombo quando de sua chegada à ilha. No final do século 16, todos os índios estavam mortos – números citados por Karin Schüller, *Die deutsche Rezeption haitianischer Geschichte*.

trabalhadores negros, respondia por um quarto do volume comercial total da França[16]. No ano da Revolução Francesa, a colônia contava com 500 mil escravos, 27 mil *affranchis* (escravos libertos, em grande parte mulatos) e 35 mil brancos[17], um cenário, conforme indicam essas cifras por si só, efervescente que os ventos de liberdade civil vindos da Europa contribuiriam para fazer explodir em revolta (no mês de agosto de 1791, sob o comando de Toussaint Louverture)[18]. O conflito que se seguiu atravessou várias fases e experimentou diversos arranjos de força, nos quais se opuseram ou se aliaram os governos francês, inglês e espanhol, os *grands blancs* e os *petites blancs* (grandes e pequenos proprietários de terra brancos), os mulatos mais ricos e os menos ricos, os escravos (dividos entre os nascidos na colônia e os nascidos na África). Em 1794, a Convenção Nacional aprovou a abolição da escravatura em todas as colônias francesas, acalmando os ânimos em Saint Domingue. O período de relativa estabilidade durou, no entanto, pouco, até 1801, quando Napoleão Bonaparte, insatisfeito com as manobras autonomistas realizadas por Louverture, decidiu restabelecer o controle direto sobre Saint Domingue, enviando para lá um contingente de 30 mil homens. A expedição desembarcou no território em dezembro daquele ano. Em maio de 1802, o governo francês revogava a lei responsável por abolir a escravidão nas colônias. No mesmo mês, Louverture acabaria preso e deportado para a França, onde, na detenção de Fort de Joux[19], morreria, em abril de 1803. No entanto, as forças napoleônicas, inicialmente superiores, começam a perder terreno para a renitência dos negros e, principalmente, para a febre amarela, que dizimou grande parte dos soldados, incluindo seu comandante, general Charles Leclerc, cunhado de Napoleão, morto em 1802 em virtude da doença. No lugar de Louverture, passa a encabeçar

[16] Os dados são de Hans Christoph Buch, *Die Scheidung von San Domingo. Wie die Negersklaven von Haiti Robespierre beim Wort nahmen*.
[17] Schüller, op. cit.
[18] Em declaração proferida na Assembleia Nacional da França, em 24 de setembro de 1791, disse o político Antoine Barnave, representante dos grandes latifundiários: "St. Domingue ist nicht nur die reicheste und fruchtbarste Kolonie der Welt, sondern auch diejenige, wo der Anteil der freien Bevölkerung im ungünstigsten Verhältnis steht zu dem der unfreien." Buch, op. cit., p. 50; "St. Domingue não somente é a mais rica e lucrativa colônia do mundo, como igualmente aquela em que a fatia livre da população encontra-se em uma proporção a mais desfavorável em relação aos não-livres."
[19] A mesma em que Kleist ficaria encarcerado, por algumas semanas, no ano de 1807.

os revoltosos Jean-Jacques Dessalines, que em 1º de janeiro de 1804, tendo derrotado em definitivo os franceses em meio a uma violenta campanha que incluiu o extermínio dos brancos, declarou a independência do país, agora batizado Haiti, o primeiro da história resultante de um levante de escravos vitorioso e o primeiro das Américas a abolir em definitivo a escravidão. A jovem nação vem à luz marcada por uma profunda ojeriza ao elemento branco (mas não às estruturas político-econômicas injustas), conforme mostra sua Constituição inaugural, de 1805, que transformou os brancos em anátema[20]. A novela kleistiana privilegiará esse binarismo de tipo "tudo ou nada", colocando para escanteio as dinâmicas mais complexas envolvidas no episódio.

Em 1811, quando Kleist publica pela primeira vez "O Noivado em Sto. Domingo", a situação no Haiti não mais ferve como alguns anos antes, mas o assunto segue em pauta, e isso por dois motivos principais: primeiro, a escravidão continua a ser uma questão premente para as potências européias; segundo, a Revolução Francesa (e a França de Napoleão, pouco antes vitoriosa diante da Prússia) é ainda tema de debates acalorados. Os franceses, que haviam abolido, para depois reinstalarem, a escravatura em suas colônias, perderam Saint Domingue para os negros em meio a um violento conflito armado, conflito esse em que o elemento branco viu-se suprimido (pela morte ou pela expulsão) – os mesmos franceses agora subjugavam a Prússia e empurravam o país na direção de reformas liberais capazes de livrá-la de elementos "pré-modernos", entre os quais a mão de obra compulsória. Ao paralelo entre a revolta dos escravos e a Revolução Francesa, que se apontava já nas obras contemporâneas a Kleist[21], faz-se acrescentar, de um ponto de vista alemão, o paralelo com o período

[20] "In der ersten Verfassung des unabhängigen Staates von 1805 wurden Weiße grundsätzlich vom Staatsvolk Haitis ausgeschlossen." Schüller, op. cit., p. 39; "Na primeira Constituição do país independente, de 1805, os brancos foram categoricamente excluídos da nacionalidade haitiana."

[21] "Der hohe Werth dieser Geschichte [do levante no Haiti] besteht eben darin, daß man in ihr den Geist der Französischen Revolution wie in einem Brennspiegel erblickt, concentriert und um so faßlicher fürs Auge!" Bryan Edwards, *Geschichte des Revolutionskriegs in Sanct Domingo,* p. XLIV (1798). Citado in Schüller, op. cit., p. 55; "O destacado valor dessa história [do levante no Haiti] consiste justamente no fato de que, nela, pode-se divisar, como em um espelho ardente, o espírito da Revolução Francesa concentrado e, portanto, mais facilmente apreensível para os olhos." O livro de Edwards, traduzido do inglês, foi o primeiro retrato amplo da

napoleônico[22]. Como era de se prever, esse é o país latino-americano que mais curiosidade despertou entre os pensadores de língua alemã naquele final de século 18 e início de século 19[23]. E a curiosidade fincava pé por um viés desfavorável aos escravos, descritos geralmente como traiçoeiros e terríveis. Entre os alemães, a imagem dos dois grandes líderes dos escravos, Louverture e Dessalines, cristalizou-se principalmente por meio das biografias de autoria de Louis Dubroca[24], que os descreveu, entre outras coisas, como "bárbaros", um epíteto popularizado também pela propaganda pró-napoleônica realizada então[25]. Ainda que minoritária, havia na época literatura defendendo os negros, como os textos de François d'Invernois, exilado em Londres, de onde publicou, entre outros, *Bonaparte's Fünf Verheißungen* (1802, traduzido para o alemão em 1805). No entanto, somente depois da morte de Kleist ocorreria a disseminação de análises mais equilibradas sobre a questão[26].

O autor do "Noivado", em seu texto, não defenderá uma postura racista como a disseminada na esfera pública da qual participava, ainda que os reflexos dela façam-se sentir de maneira clara na escrita dele – se confessamente racista, a obra de Kleist não despertaria o interesse que ainda hoje desperta. Nem tampouco se revelará na novela uma postura

---

revolução haitiana surgido em língua alemã.

[22] "Die Berichterstattung über Haiti ist zwischen 1791 und etwa 1815 in den deutschen historisch-politischen Zeitschriften eng mit der Auseinandersetzung um die Französische Revolution und die napoleonische Ära verbunden." Schüller, op. cit., p. 167; "Os artigos sobre o Haiti surgidos nos periódicos histórico-políticos alemães entre 1791 e 1815 relacionam-se estreitamente com as discussões em torno da Revolução Francesa e do período napoleônico."

[23] "Die Berichterstattung in den historisch-politischen Zeitschriften zeigte, daß Haiti im Durchschnitt in Deutschland mehr Beachtung fand als irgendein anderer lateinamerikanischer Staat in der ersten Hälfte des 19. Jahrhunderts." Schüller, op. cit., p. 283; "Os textos dos periódicos histórico-políticos mostravam que, na Alemanha, em média, o Haiti recebeu mais atenção do que qualquer outro país latino-americano da primeira metade do século 19."

[24] *La vie de Toussaint-Louverture, chef de noirs insurgés de Saint-Domingue* (1802) e *La vie de J.J. Dessalines : chef des noirs révoltés de Saint-Domingue, avec des notes très détaillées sur l'origine, le caractère, la vie et les atrocités des principaux chefs des noirs, depuis l'insurrection de 1791* (1804).

[25] "Die Machtübernahme Napoleons in Frankreich und die bevorstehende Expedition nach Saint-Domingue brachten eine schwarzfeindliche Propaganda mit sich, welche die haitianischen Revolutionäre mit dem traditionellen Topos der Barbaren belegte." Schüller, op. cit., p. 278; "A tomada de poder por Napoleão na França e a iminente expedição rumo a Saint Domingue trouxeram consigo uma propaganda avessa aos negros, propaganda essa que associava os revolucionários haitianos ao tradicional tópos dos bárbaros."

[26] "Mit zunehmendem zeitlichen Abstand von der Französischen Revolution begann man nach dem Wiener Kongress, im Zeitalter der Restauration die Ursachen für den Sklavenaufstand in den kolonialen Verhältnissen selbst zu suchen." Schüller, op. cit., pp. 108-109; "Com o crescente distanciamento temporal em relação à Revolução Francesa, começou-se, depois do Congresso de Viena, na época da Restauração, a procurar nas próprias relações coloniais as causas do levante dos escravos ."

decididamente igualitária, conforme deve ficar evidente na discussão constante das páginas vindouras. As duas disposições antagônicas e a princípio excludentes dividirão o mesmo espaço quando não deveriam conseguir fazê-lo, sem, contudo, provocarem indeterminismo, quando deveriam fazê-lo. Os paradoxos dessa prosa amalucada porque exageradamente racional prometem ser destrinchados a seguir. Por ora, frise-se o seguinte: a novela de Kleist mergulha na maçaroca histórica da revolução haitiana para sair dali conforme ingressou, confirmada em sua identidade, o que significa dizer, confirmada em sua capacidade de diferenciar entre o que diz respeito ao sujeito e merece ser mantido e o que não diz respeito ao sujeito e precisa ser extirpado: em outras palavras, identificar o outro ameaçador. Em um recorte sócio-econômico, essa alteridade materializa-se, dentro da Europa, na figura do proletariado tomando o poder e, fora da Europa, na figura dos "selvagens bárbaros" capazes de pôr tudo a perder[27]. A Revolução Francesa e a revolução haitiana, assim, guardam correspondências no ideário alemão principalmente no que diz respeito à ameaça representada pelo outro para o sujeito tomado do imperativo identitário (exacerbado)[28]. A novela kleistiana, que trata dos desdobramentos da abolição da escravatura na colônia dominada por um país lançado em convulsão quando da "subida do povo ao poder", fará remissões evidentes ao contexto prussiano do começo do século 19[29], então atravessado por discussões sobre não só a

---

[27] Uma outra materialização dessa alteridade desestabilizadora é a mulher, tanto europeia quanto não-europeia, "descontrolada" porque aparentemente livre do jugo masculino. Esse outro (ou essa outra), como se verá, também diz respeito ao "Noivado" e ao *Til*.

[28] "Die Verquickung der beiden Aufstände [Revolução Francesa e revolução haitiana] wurde besonders ausgeprägt nach 1793, als die Furcht vor 'blutdürstigen' Jakobinern und radikalisierten 'Horden' Assoziationen zwischen revolutionäre Massen und 'Kannibalen' oder 'Wilden' nahezulegen schien. *Sansculotte* reimte sich auf *Hottentott* [...] in der Phantasie deutscher Leser, für die 'Hottentotten' schon seit Jahren Inbegriff des bedrohlich anderen gewesen waren." Susanne Zantop, "Verlobung, Hochzeit und Scheidung in St. Domingo. Die Haitianische Revolution in zeitgenössischer deutscher Literatur (1792-1817)" in Sigrid Bauschinger et Susan L. Cocalis (Hrsg.), *'Neue Welt'/'Dritte Welt'. Interkulturelle Beziehungen Deutschlands zu Lateinamerika und der Karibik*, p. 33, itálicos no original; "A fusão dos dois levantes [Revolução Francesa e revolução haitiana] tornou-se especialmente marcada depois de 1793, quando o temor dos jacobinos 'sedentos de sangue' e das 'hordas' tomadas de radicalismo pareciam sugerir a associação entre as massas revolucionárias e os 'canibais' ou 'selvagens'. Na fantasia do leitor alemão, *sansculotte* rimava com *hotentote* [...], pois os 'hotentotes' eram havia anos o paradigma do outro ameaçador."

[29] "Sicher bietet die 'Verlobung' kein 'Preußen in Haiti'. Schwerlich aber kann man ihr [...] politische Aktualität abstreiten [...]." Wolfgang Wittkowski, "Gerechtigkeit und Loyalität, Ethik und Politik Kleists 'Verlobung in St. Domingo' und Goethes teilweiser Widerspruch in der 'Belagerung von Mainz'" in *Kleist-Jahrbuch (1992)*, p. 153;

influência francesa (e a superioridade militar francesa) mas também sobre a manutenção ou abolição do regime servil. A servidão moderna, sob esse enfoque, faz-se presente tanto como dinâmica social a marcar a história da Prússia quanto como assunto expresso. Em uma leitura quase alegórica, os escravos correspondem aos servos, e ambos opõem-se aos trabalhadores livres (e aos escravos livres), enquanto as periferias capitalistas (escravista e servil) igualmente se identificam, em oposição ao centro. A mensagem subliminar (e conservadora) é: se a libertação dos servos se fizer como a dos escravos, uma onda de instabilidade semelhante se seguirá. "O Noivado", contudo, não é unívoco (como dito anteriormente), e as remissões de tipo materialista (históricas, políticas, econômicas e sociais) feitas acima, ainda que demandadas pelo texto e, em grande parte, justificáveis[30], não dão conta do recado. Não menos porque uma interpretação historiográfica que veja no texto um libelo progressista tampouco pode ser descartada[31]. Como a palavra, na obra kleistiana, envolve o objeto de forma excessivamente rente, a distância a separar aquela deste tende a zero. O que se diz é o que é, e o que é é o que se diz. O discurso dá conta do mundo sem deixar resto, e a alteridade antes ameaçadora vira em identidade: o negro é sujeito pleno de direitos, cidadão civilizado, bom pai de família, enfim. Um inofensivo europeu de pele escura[32].

Se Kleist radicalizará o imperativo identitário cuja natureza é a radicalização, Alencar

---

"'O Noivado', seguramente, não oferece uma 'Prússia no Haiti'. No entanto, seria difícil negar-lhe [...] atualidade política [...]."

[30] Kleist enfrentou problemas por fazer oposição às reformas liberais implementadas pelo governo prussiano no final da primeira década do século 19 e início da segunda.

[31] Uma interpretação do tipo é feita por Wittkowski, no texto citado. O crítico, ali, identifica um paralelo entre os alemães e os negros, que se oporiam aos franceses e aos brancos. Em outros termos, a novela seria, em verdade, uma defesa dos escravos contra os escravistas (e, consequentemente, dos alemães contra os franceses).

[32] Perceba-se que o imperativo identitário, que não conhece parada (a radicalização inscreve-se nesse imperativo *ab ovo*), oferece um problema crítico fundamental: como realizar a crítica frente a um texto que incorpora em si, potencialmente, todas as opiniões? A correlação justa entre o conceito e o conceituado abre as portas para a criação de sistemas cognitivos rigorosos e abrangentes, e isso tanto pela via do investimento no intelecto (idealismo) quanto pela via do investimento no objeto (cientificismo). No dois casos, a palavra e a coisa encaixam-se firmemente, o que garante a coerência e a eficácia daqueles sistemas cognitivos. No entanto, a identificação total suprime aquilo que garantia ao sujeito seu estatuto próprio e ao objeto, idem. Do ponto de vista da crítica, o cenário fica assim: já que o texto literário diz tudo, nada do que se diga a respeito dele será inexato. Como todas as opiniões são igualmente válidas, todas são igualmente descartáveis. E a crítica perde-se em irrelevância, nesse caso por excessiva identificação com seu objeto. Em busca de impor um intervalo que o texto suprime, a crítica terá de ser realizada sem perder de vista o gesto de totalização positiva realizado pelo texto, intercalando entre si mesma e o alvo da análise um "não sei", intercalando aí um espaço de indeterminação.

torrará os cobres revolvendo uma matéria infensa à radicalidade, a diáfana matéria do travamento identitário. No magistral *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido descreve com a clareza e profundidade que lhe são peculiares o nascimento, no Brasil, de um sistema literário, algo definido pelo crítico como a conjugação sedimentada de três fatores: obra, público e escritores. Segundo o percurso traçado por Candido, entre 1750 e 1880, período que abrange basicamente o Arcadismo e o Romantismo brasileiros, uma sucessão de escritores acumulou experiência tal de modo a produzir um crescente número de obras direcionadas a um público cada vez mais consolidado. Os produtores, os textos e os consumidores influenciam-se reciprocamente: os autores, quanto mais lidos, mais escrevem; os textos, quanto mais numerosos, maior qualidade atingem; os leitores, quanto maior o número de bons livros disponíveis, mais exigentes ficam etc. Esse acúmulo de experiência, essa sistematização do campo literário, permitiu o surgimento do primeiro escritor brasileiro de qualidade inquestionável, o Machado de Assis da maturidade. Tudo segundo Candido. O percurso que levou das manifestações literárias esparsas (pré-arcádicas) ao estabelecimento do sistema literário nacional, percorreram-no os autores brasileiros, primeiro no período colonial e depois durante o império, animados por um "desejo de construir uma literatura"[33]. Esses autores, em busca de dar contornos claros a uma identidade vacilante, assumem conscientemente a missão formativa[34], o que lhes contaminará a produção, marcada por um incontornável abreviamento da potência imaginativa[35]. No entanto, essa sobriedade programática, de fundo racionalista, caminha lado a lado com um mergulho constante na fantasia[36]. Pode-se argumentar, como se argumenta, que o ingrediente quimérico resulte dos

---

[33] Antonio Candido, *A Formação da Literatura Brasileira. Tomo I*, p. 26.

[34] "[...] se atentarmos bem, veremos que poucas [literaturas] têm sido tão conscientes [como a brasileira] da sua função histórica, em sentido amplo". Candido, op. cit., p. 26.

[35] A necessidade formativa traduz-se também em nacionalismo, diz Candido, para acrescentar: "Este nacionalismo infuso contribuiu para certa renúncia à imaginação ou certa incapacidade de aplicá-la devidamente à representação do real, resolvendo-se por vezes na coexistência de realismo e fantasia, documento e devaneio, na obra de um mesmo autor, como José de Alencar." Candido, op. cit., pp. 26-27.

[36] A respeito de José de Alencar, por exemplo, diz Augusto Meyer: "[...] vejo uma poderosa imaginação que transfigura tudo, a tudo atribui sentido fabuloso e não sabe criar senão dentro de um clima de intemperança

ditames do Romantismo, o movimento artístico dominante na modernidade, que se anunciava muito antes de seu surgimento "oficial" no início do século 19: o investimento exacerbado do sujeito em si próprio desvencilha-o da realidade objetiva, dando asas a uma imaginação autonomizada. Em termos filosóficos, o campo é o do Idealismo, conforme descrito anteriormente. A explicação não erra e nem tampouco acerta. Na produção cultural brasileira, diferentemente do que ocorreu na cultura de expressão alemã, a autonomia subjetiva nunca se afirma plenamente como tal, misturando-se o tempo todo, de maneira indissociável, com seu contrário, a servidão subjetiva. Se na filosofia idealista, o sujeito identifica-se consigo mesmo sem deixar resto, fazendo do mundo material um elemento integral de si, no travamento identitário de aquém-mar, o sujeito plenipotenciário de extração divinal balança para ser também o seu contrário, mero joguete nas mãos de uma força incompreensível e desconhecida. Essa indecisão subjetiva vincará a cultura nacional. O Romantismo brasileiro, paradoxalmente, bebe nas fontes da retórica clássica, que o movimento deveria ter deitado por terra[37], ao passo que o Arcadismo serve para, contrariando as premissas universalizantes do racionalismo iluminista, dar voz a uma "identidade nacional"[38]. A oscilação, diga-se, não é resultado de uma eventual imaturidade pluriforme carente da síntese da experiência acumulada. O sujeito moderno da periferia escravista afirma-se e nega-se na sua afirmação-

---

fantasista. Poeta do romance, romanceava tudo." Augusto Meyer, "Nota Preliminar [a *O Guarani*]" in José de Alencar, *Obra Completa. Vol. II*, p. 11 – a partir de agora, designada pela sigla OC acompanhada de algarismo romano a indicar o volume da publicação.

[37] "Acresce ainda, no Brasil, a circunstância do Romantismo não ter aparecido como ruptura, mas, de um lado, como continuação; de outro, como início de um período auspicioso, logo incorporado à ideologia oficial, nas formas moderadas e transicionais com que surgiu. Só falta acrescentar o fato de não ter aparecido nenhum espírito crítico exigente ou capaz de reinterpretar a velha poética, adequando-a ao espírito novo." Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira. Tomo II*, p. 306; Falando ainda sobre os autores românticos, diz o mesmo Candido que esses carregavam "uma consciência dilacerada, que reconhece e ao mesmo tempo rejeita as normas que escravizam a palavra", sendo então "um misto, não raro desagradável, de românticos e clássicos, homens de imaginação livre e forma escrava – como podemos verificar abrindo as prosas de Álvares de Azevedo, aluno sempre consciencioso, que passou a curta vida obedecendo, de um lado, ao desvario vocabular do Romantismo, de outro, ao pedantismo gramatical do ensino." Candido, op. cit., p. 308.

[38] "Os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus; mesmo quando procuram exprimir uma realidade puramente individual, segundo os moldes universalistas do momento, estão visando este aspecto." Candido, *Formação. Tomo I*, p. 26. Um tanto artificialmente, seria talvez possível dizer que o Brasil deu à luz um (pré-)Romantismo *avant la lettre*, mas um de tipo, como não poderia deixar de ser, abastardado.

negação. Confusamente. A maturidade vibra na inconstância (na imaturidade, portanto). Estendendo o olhar para além do instante "formativo" da literatura brasileira, para além de Machado, e retomando a confrontação entre rasgo fantasista e sobriedade objetiva, note-se que, se os românticos nacionais não conseguiam livrar-se por completo das lições da boa medida retórica (o que lhes tolhia a imaginação), os escritores realistas, por fidelidade mimética, injetavam em seu retrato objetivo do mundo uma dose considerável de devaneio[39]. Uma "mestiçagem" semelhante pulsa no coração do primeiro esforço coletivo genuinamente brasileiro de manifestação artística, o Modernismo, cuja matriz sincrética espraia-se insuperável para aquém e para além da geração de 22. Em tese, fomos sempre e sempre seremos "modernistas". Mito e história. Autonomia e sujeição. Imaturidade e maturidade. Fantasia e realismo. Nada é o que diz que é. E o Brasil faz-se marcar pela vaporosidade, uma marca ausente, porque feita de uma definitiva indefinição.

Quando então a literatura brasileira forma-se, com Machado, forma-se na cristalização, em alto nível estético, da volubilidade. Em sua análise rigorosa e extensa do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Schwarz identifica na volubilidade "*o princípio formal do livro*"[40]. Essa forma literária, por sua vez, estiliza "uma conduta própria à classe dominante brasileira"[41]. O narrador machadiano, um representante da elite proprietária do século 19 na periferia do capitalismo, trafegará freneticamente pelos mais diferentes assuntos e registros, banalizando-os todos sem exceção, porque não os apresenta segundo seu valor intrínseco, e sim desvirtua esses elementos a fim de justificar o injustificável, os privilégios dos senhores de escravo no mundo pós-Revolução Francesa e Revolução Industrial, o mundo do

[39] A respeito de uma passagem crucial do romance *O Cortiço*, do realista Aluísio Azevedo, a passagem em que a personagem Pombinha finalmente menstrua, diz Candido: "É curioso observar como, mesmo mergulhado na objetividade naturalista, o escritor suspende o curso da mimese e recorre ao sonho carregado de conteúdo não apenas simbólico, mas alegórico: ao possuir figuradamente Pombinha, o Sol-Brasil, que escalda o sangue, dissolve os costumes, desencaminha os portugueses honrados é também força de vida. Aluísio põe entre parênteses a *explicação* determinista, encharcada de meio e raça, para recorrer à *visão*, que se interpreta na chave do símbolo e da alegoria." Antonio Candido, "De cortiço a cortiço" in Antonio Candido, *O Discurso e a Cidade*, pp. 127-128, itálicos no original.
[40] Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, p. 31, itálico no original.
[41] Schwarz, op. cit., p. 18.

Liberalismo, arrancando desse malabarismo conceitual prazer[42]. O capricho do protagonista-narrador, diz Schwarz, é uma desfaçatez de classe cujo resultado final é a nulificação generalizada[43]. Porém, conforme se tentou argumentar no capítulo anterior, o desengate radical-comezinho entre a indizível matéria brasileira e o discurso da modernidade, ou entre a periferia escravista e a "voz do capital" (ou, simplesmente, entre a coisa e a palavra nesse contexto sócio-histórico específico), não se inicia com o Liberalismo, ainda que ganhe maior expressividade nesse momento, e não se reduz a uma idiossincrasia autocomplacente de determinada fatia da sociedade nacional, ainda que, porque a voz do Brasil é a voz de sua elite, seja mais evidente na boca das "pessoas de bem". A identidade brasileira, que por definição não se define, escapa à simbolização. E o desvirtuamento do arsenal formativo do Ocidente operado, com desenvoltura e com obtenção de vantagens, pelo narrador machadiano é antes reflexo daquele desengate, não sua causa.

Quando o sistema literário do país forma-se, fá-lo em torno de um núcleo negativo-positivo, de uma ausência-presença avessa a determinações positivas e, logo, resistente a qualquer tipo de estabilização (de formação). O sistema literário forma-se de modo a não se formar. Em um recorte sociológico, isso significa relativizar o circuito produtor-obra-consumidor identificado por Candido, reconhecendo na versão sedimentada daquele circuito uma grande dose de artificialidade. A atividade literária, de intenção abrangente, nunca deixou de ser, quando se leva em conta a população brasileira como um todo, uma atividade de nicho e, portanto, uma atividade estranha ao meio em que viceja. No Brasil, o sistema literário, exigência de um modelo vindo do centro do capital e que é incontornável, faz água porque desconhece a penetração necessária capaz de transformá-lo em elemento ativo da vida nacional. Ainda hoje, os autores encontram dificuldade para viver da profissão, escrevem para

---

[42] "*Digamos então que no curso de sua afirmação a versatilidade do narrador faz pouco de todos os conteúdos e formas que aparecem nas* Memórias*, e os subordina, o que lhe proporciona uma espécie de fruição*." Schwarz, op. cit., p. 31, itálicos no original.

[43] "As *Memórias*, como os demais romances da maturidade de Machado, terminam em *nada*." Schwarz, op. cit., p. 65, itálico no original.

o mesmo e diminuto grupo de leitores a quem precisam agradar sob pena de caírem no ostracismo, mantêm com os críticos relações personalistas responsáveis por minar tanto a imparcialidade do juízo destes quanto a independência daqueles frente à recepção de sua obra etc. etc. etc[44]. E, no entanto, a literatura brasileira sistematizada está. Há um circuito de produtores, obras, consumidores. Há uma esfera pública com produção crítica cada vez mais volumosa. Há um crescente número de textos literários reagindo aos rumos do país. Em um recorte agora não mais sociológico mas estético, veja-se que uma indefinição do tipo atravessa o caso machadiano. Sem a tradição literária pregressa, sem Alencar, Gonçalves Dias, Manuel Antônio de Almeida, Macedo, os árcades e todos os demais, não existiria Machado, que, conforme Candido indica na *Formação*, bebeu profusamente dessas fontes. E, contudo, toda a experiência acumulada serviu para que Machado traçasse do Brasil um retrato no qual a somatória de experiência figura desimportante: é a citada formalização da volubilidade. Em termos de *Bildung*, o processo de ampliação do conhecimento caminha para que o sujeito inteire-se da inutilidade do conhecimento; o que não deixa de ser uma conquista do intelecto; mas que investe contra a capacidade intelectiva... e assim indefinidamente. O sujeito, a cada volta, recomeça o processo como se do zero. Mas angaria alguma experiência, que, porém, não funciona como deveria funcionar a experiência... Daí que não há, propriamente, um "desenvolvimento" literário pós-Machado, que continua a ser, no quesito alta cultura, a maior realização brasileira, em torno de quem o país executa variações mas o qual não consegue superar[45]. E, no entanto, já há uma boa fieira de autores nacionais a levar adiante a bagagem machadiana. O mesmo esfumaçamento dá-se no caso dos escritores que, nos dizeres de Candido, realizaram, conscientes de sua função histórica, esforços para formar uma nação. O caráter programado e dirigido daquela atividade concluiu-se na sistematização do que não

[44] O quadro, para ficar completo, careceria da inserção de um outro elemento, o mercado de consumo de massa, uma realidade das últimas décadas e que diz respeito também ao nicho livreiro. No entanto, neste ponto da discussão, tal elemento pode ser ignorado.
[45] O caso, como se vai percebendo, não é de superação no sentido enfático do termo, de *Aufhebung* dialética.

pode ser sistematizado, na volubilidade, algo que por definição desconhece programa ou direcionamento. Em outros termos, o esforço consciente faz-se para, ao fim e ao cabo, malbaratar as potencialidades da própria consciência. Se há aqui uma negatividade, e há, essa é de um tipo específico, um tipo malandro, porque nega sem negar, e os pares opostos convivem, entrelaçam-se, mantendo relações de oposição e também de solidariedade, tudo ao mesmo tempo, sem definições possíveis. A negatividade confunde-se com a positividade, ou o gesto arrasador é também conservador. O resultado final é de vacuidade, que é um resultado negativo sem força de negação, paradoxalmente – para se guardar: a convivência licenciosa entre os pares opostos traduz-se em conservação. Como se o esforço do espírito (o trabalho) se desfizesse em brumas, inútil frente a um objeto que resiste em ser transformado[46].

Logo, a construção de um sistema literário e a formação de uma literatura brasileiros, conceitos relacionados mas não idênticos – o primeiro guarda uma ênfase sociológica enquanto o segundo, uma ênfase estética –, descrevem com acerto a realidade referida e, ao mesmo tempo, descrevem-na incorretamente. O sistema literário, que conta com a tríade escritores-obras-leitores sedimentada, vê-se ameaçado pela irrelevância, pois não consegue avançar para além do grupelho que nele beberica questões em geral "metafísicas": o que deveriam ser temáticas literárias dissolvem-se em disputas intestinas mais próximas da fofoca do que do debate público. Já a literatura formada soma um bom número de obras excelentes, que, no entanto, arriscam cair na monotonia porque a retomar, continuamente, o(s) mesmo(s) tema(s): o martelamento da toada sobre o país (im)potência entrelaçado, aquele martelamento, com um arraigado espírito de subserviência/sobrançaria diante do que vem de fora[47]. Para retomar Paulo Emílio, vacila-se entre não ser (nada) e ser (outro). O que se chamou aqui de

[46] "Com efeito, transformada em regra, a volubilidade impossibilita a conseqüência nos atos e nas idéias, sem a qual a força subjetiva, que está no trabalho de transformar e transformar-se, não existe, como não existe também a dialética entre indivíduo e sociedade, já que a consciência individual não chega a se configurar como potência efetiva." Schwarz, op. cit., p. 52.

[47] O Brasil obseda e esvanece. Inexprimível, preenche todos os esforços de expressão, regressando como o outro que é como o mesmo, que é como o outro, que é como o mesmo, que é como o outro... Porque o país é indizível, o tema brasileiro é o mesmo e único, a indefinível impossibilidade de tematização, um tema que rende excelentes obras de arte mas não conhece desenvolvimento rigoroso, somente variações.

travamento identitário deve, por isso, ser lido em duplo sentido. Como atravancamento do processo de constituição de uma identidade, um processo, nesse caso, frustrado, abreviado, emperrado – o incipiente desenvolvimento formativo, mal bem começa, pisa nos freios. E como imobilismo cadavérico de uma identidade que é "desidentidade", para quem não há o decurso do tempo. Do ponto de vista da empreitada artística, a persistência da matéria na inconstância[48] pode ganhar potencialidade reveladora quando transfomada em elemento estético. É o caso do já citado Machado, mas também de Alencar, e de tantos outros escritores, pintores, músicos, cineastas, artistas populares etc. Do ponto de vista do esforço intelectivo, porém, a volubilidade resulta arrasadora. A crítica, para se fazer, carece da existência e elaboração de conceitos minimamente estáveis. À crítica impõem-se requisitos, tais como coerência, precisão vocabular, adequação do tom, capacidade de dedução lógica, exercício de uma razão sensível, requisitos que o clima de vale-tudo resultante do império da viração frustra. Feita essa constatação algo óbvia, apresenta-se a incontornável pergunta: como interpretar uma realidade objetiva que se manifesta em conceitos deslizantes (cambiantes, vaporosos, diáfanos)? O que o discurso racional poderá dizer sobre um substrato marcado justamente pela mistura indecomponível de razão e desrazão? Uma alternativa, adotada não por poucos expoentes da inteligência nacional, tanto inconsciente quanto, em menor número, conscientemente, apresenta-se na adesão cerrada ao revoltear errático do objeto a ser pintado. Qual o Mazepa citado por Alencar em *Cinco Minutos*, o crítico feito sombra de si mesmo fará o percurso atado a uma montaria cujo rumo não controla[49]. Do esforço intelectivo não resultará intelecção. O que o discurso interpretativo faz aí é adotar como ponto pacífico a definição do país em sua indefinição, reproduzindo a conhecida maçaroca dos conceitos, sem,

[48] A matéria persiste na inconstância e a matéria titubeia com método ("vacila na constância") – a "obstinação sem alvo (errática)" e a "errância com alvo (obstinada)": esses todos são termos intercambiáveis.

[49] O trecho diz respeito à desabalada carreira empreendida pelo protagonista-narrador do romance quando desce a serra de Petrópolis a cavalo em busca de falar com a amada antes de sua partida, na barca, para o Rio de Janeiro: "A minha viagem foi uma corrida louca, esvairada, delirante, novo Mazzepa, passava por entre a cerração da manhã, que cobria os píncaros da serrania, como uma sombra que fugia rápida e veloz." José de Alencar, *Cinco Minutos* in OC I, p. 211. A corrida não foi só louca, acrescente-se, mas também inútil. Quando o protagonista chega ao ponto da barca, essa já se afastava, com a amada a bordo.

no entanto, dispor da amarração rigorosa entre forma e conteúdo responsável por garantir às obras de arte seu valor elucidativo. A crítica constata o travamento identitário para nele insistir. Veja-se que, nesse caso, a mudança de nível não representa ganho de complexidade: o fato de a matéria brasileira oscilar constantemente, sem conseguir definir-se, significa a instalação de um estado de indefinição, ou a definição na indefinição, que a crítica "a cavalo", mal ou bem, capta. Essa definição do que não se pode definir, contudo, se o esforço interpretativo não rompe o círculo vicioso, é ela própria uma indefinição. E o par definição-indefinição, assim, repõe-se como estado de indefinição, confundindo a crítica sobre a matéria brasileira com a matéria brasileira pura e simples, a clamar por nova interpretação, por nova "definição" – *und wenn sie nicht gestorben sind, dann leben sie noch heute*[50]. Depara-se o leitor com um conceito, o da definição-indefinição, que é um não-conceito, porque inapreensível, porque simultaneamente absoluto e inexistente. Diante do impasse, à crítica cabe insistir na relevância do conceito (ou do conceito de conceito), ainda que, se em pauta está a matéria brasileira, a contragosto da matéria. Paradoxalmente, por respeito à primazia do objeto, o crítico ver-se-á premido a desrespeitar a primazia do objeto. Em outros termos, será premido a atribuir a um objeto resistente à definição conceitos minimamente rígidos. Será premido a agir, diante desse objeto, de maneira "artificial", ou, sob um certo ponto de vista, "errônea"[51]. Para que possa dizer algo de substancial, a crítica terá de romper o confusionismo

[50] A frase em alemão costuma servir de epílogo às fábulas. E quer dizer: "e se eles ainda não morreram, então vivem até hoje".

[51] Então, a clareza e profundidade de Candido são estranhos à matéria brasileira que, não obstante, o crítico descreve com clareza e profundidade. Paradoxalmente. O mesmo se pode dizer da amarração apertada de conceitos feita por Schwarz quando elucida o fenômeno da volubilidade. E, mais genericamente, de toda a produção intelectual brasileira resultante de um genuíno esforço interpretativo e que, portanto, não seja somente objeto de interpretação (como todo texto) mas que seja também interpretação ela própria. Neste ponto, apresenta-se uma dificuldade epistemológica cuja conformação só se pode esboçar pois a discussão aprofundada em torno dela ultrapassaria os limites e, mais importante, a faculdade elucidativa desta empreitada crítica. Trata-se da dificuldade sobre como verificar a adequação do conceito ao objeto se o tal objeto, por definição, foge à conceituação. Porque a artificialidade defendida aqui como necessária para uma análise fiel ao objeto redundaria, a princípio, em gratuidade dos conceitos, o que repõe o problema (da definição-indefinição) que se queria, de partida, superar. Um tanto bruscamente, responda-se: a verificação é feita com remissão às promessas emancipadoras da modernidade. Essas promessas da modernidade (capitalista) reafirmam-se cotidianamente, mas para serem frustradas. Na periferia escravista, a frustração fez-se primordialmente no apagamento das oposições, no esfumaçamento das ideias, na nulificação da existência – o malogro subjetivo e social, na periferia escravista,

infuso ao assunto sobre o qual se debruça e que é da natureza do assunto. *É uma artificialidade do tipo, um erro do tipo que esta tese persegue*[52]. E persegue ciente de que a tragará a barafunda da indiferença, responsável por transformar a dita artificialidade em naturalidade, e a intenção de repúdio em ato de acolhimento. Ciente de que realizar crítica, neste contexto, implica dois fatores: ser incoerente (com a matéria da coerência-incoerência) e ser inócuo (porque, no mencionado contexto, o "poder da palavra" é também impotência do verbo) – ciente, assim, do malogro de estar ciente. Mas sobretudo sabedor de não haver outra alternativa que o dessa irrelevância em busca de ser, ainda que extemporaneamente e em inopinado instante, relevância efetiva.

Antes de Machado transformar a máquina brasuca de moer símbolos em obra de arte, Alencar já havia plasmado esteticamente o assunto Brasil com vigor suficiente para manter-se atual ainda hoje e influenciar a literatura vindoura (e o ideário nacional). José de Alencar, cuja obra ao mesmo tempo fantasista e objetiva, poética e didática, palavrosa e feita de frases curtas almejou, a partir de um dado momento, traçar um amplo painel do país em formação, foi o primeiro escritor a elaborar uma prosa de ficção em estilo brasileiro, como constatam, entre outros, Cavalcanti Proença[53] e Manuel Bandeira[54]. O escritor integrou os esforços conscientes (Candido) realizados no intuito de instilar o amadurecimento da jovem nação e fez isso de maneira, em certa medida, programática[55]. Contribuir com a emancipação do país, em

---

subsiste por uma via negativa, por meio de uma negatividade estranha porque, no mesmo gesto, capaz de esvaziar as determinações positivas da vida e incapaz de verdadeiramente negar. A crítica, para fazer-se, terá de ir de encontro a esse complexo, estabelecendo oposições, definindo conceitos, afirmando o que, de outro modo, gira viciosamente como afirmação-negação (afirmando assim a potência negativa do "não" e a positividade do "sim", rejeitando a incapacidade de rejeitar e de afirmar, investindo contra aquele conúbio de diferença-indiferença cujo resultado final revela-se pernicioso desde um ponto de vista da alteridade enfática, um ponto de vista, neste momento histórico, calcado em lugar nenhum, uma utopia).

[52] Diante da matéria paradoxal-não-paradoxal, a crítica terá de ser paradoxal, impondo um limite na tentativa de dizer algo resistente à nulificadora vacuidade.

[53] "[...] a grandeza de Alencar reside na linguagem onde se nota, pela primeira vez, um estilo brasileiro, para usar a expressão de João Ribeiro [...]" M. Cavalcanti Proença, "Nota Preliminar [a *O Sertanejo*]" in OC III, p. 1014.

[54] "[...] e Alencar introduzia assim o valor estlístico em nossa prosa de ficção. § Conservador em política (foi adversário da emancipação dos escravos), iniciou no domínio literário e linguístico a reação nacionalista em favor das formas brasileiras, pelo que teve de sustentar vivas polêmicas com os irmãos Castilhos e com literatos nossos, fiéis às regras gramaticais portuguesas." Manuel Bandeira, *Noções de História das Literaturas*, p. 306.

[55] "Tendo a preocupação constante da formação duma literatura nacional, preparou-se convenientemente para

outros planos que não só o político, implicava elaborar-lhe uma voz própria. Das "Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*", com que o escritor lança-se na cena pública brasileira[56], já consta a defesa da brasilidade como manifestação específica a carecer de língua própria. Nesse conjunto de artigos de jornal[57] depois lançados em livro, o escritor ataca Magalhães por considerar que este apequenou, no poema épico que pretendia narrar as origens do país, as contribuições verdadeiramente originais do Brasil: a natureza e as raças indígenas[58], e isso porque não criou a linguagem estética necessária para expressá-las adequadamente. "Parece-me que o gênio de um poeta [brasileiro] em luta com a inspiração, devia arrancar do seio d'alma algum canto celeste, alguma harmonia original, nunca sonhada pela velha literatura de um velho mundo." (OC IV, pp. 864-865). Segundo o escritor, não bastam a essa tarefa os "adejos de uma musa clássica ou romântica" (OC IV, p. 865) e nem as "idéias de homem civilizado" (OC IV, p. 865), os quais precisariam ser colocados de lado momentaneamente a fim de que o poeta conseguisse apreender o que é totalmente novo. No entanto, quando se despisse dos padrões estéticos e, mais ainda, de toda a carga civilizatória vindos da Europa, o artista se depararia com uma natureza inapreensível e com índios que já não há. E teria então de valer-se novamente das lições da civilidade para ser capaz de divisar a natureza e teria de

---

contribuir para ela." Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira. Tomo V*, p. 1464.

[56] As "Cartas" são de 1856. Desde 1854, Alencar escrevia na imprensa carioca. Mas é com as "Cartas", que antecedem a publicação de seu primeiro romance de peso, *O Guarani*, que Alencar desperta atenção de seus pares. E faz isso, não de forma atípica, atacando ferozmente o mais renomado poeta de então, Gonçalves de Magalhães. Ao longo da vida, Alencar se envolveria, como alvo ou atirador, em outras contendas desse quilate, contendas nas quais a violência da investida armada com vistas a anular o adversário é inversamente proporcional à clareza e profundidade dos argumentos expostos. De toda forma, sobram dos embates posições críticas relevantes que serão aqui contempladas.

[57] Que não se assumem como artigos de jornal, já que o escritor pede ao editor não conferir aos textos "os foros de artigo. O estilo epistolar presta-se pouco à gravidade e erudição de uma crítica de imprensa". José de Alencar, "Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*" in OC IV, p. 868. E, acrescente-se, o autor tampouco assume a autoria dos textos (que assina com o pseudônimo de "Ig."), não assume que se trata de crítica literária ("Não é um juízo crítico que pretendo escrever sôbre o poema do Sr. Magalhães [...]" OC IV, p. 865) e nem mesmo assume, explicitamente no caso da primeira carta, um tom sério, grave, rigoroso ou público ("[...] desculpe o tom familiar em que é escrita [a primeira carta]" OC IV, p. 868) – todas as cartas são endereçadas a "Meu amigo". Alencar faz crítica literária negando estar fazendo crítica literária.

[58] Elementos esses, observe-se, que tendem à (con)fusão, porque ligados umbicalmente um ao outro (os índios, em certa medida, são a natureza, e esta é aqueles).

valer-se dos registros históricos a fim de conhecer os índios[59]. Diz Alencar: "Talvez isto [as roupagens da arte e da civilização] seja necessário. O Brasil, em tôda a sua beleza natural, ofusca o pensamento do homem como a luz forte, que deslumbra a vista e cega; é preciso que essa luz perca um pouco de sua intensidade para que olhos humanos possam se habituar a ela" (OC IV, p. 865). E a respeito dos índios: "Demais, o autor [Gonçalves de Magalhães] não aproveitou a idéia mais bela da pintura; o esbôço histórico dessas raças extintas, a origem dêsses povos desconhecidos, as tradições primitivas dos indígenas [...]" (OC IV, pp. 865-866). Primeiro afirmando e depois negando a possibilidade da apreensão direta do que, no Brasil, seria de fato desviante em relação aos padrões europeus, o texto realiza um giro paradoxal que, porém, não ressoa como incoerência, passando desapercebido. O furo lógico dilui a força crítica da análise alencariana e, simultaneamente, atribui-lhe potência reveladora. A carga mimética do texto mascara-lhe a impropriedade argumentativa[60]. A crítica malemolente[61] diz respeito a um país malandro. E a "denúncia" do paradoxo soa estrangeira. A análise feita por Alencar guarda um quê de escorregadio, de indefinível, semelhante ao objeto sobre o qual se debruça (o Brasil): como o texto constrói-se por meio de conceitos vaporosos, que se dissipam a qualquer tentativa de agarrá-los com firmeza[62], esse texto seria, intrinsecamente, avesso a qualquer paradoxo (não há paradoxo que se possa estabelecer se a marcação das posições faz-se por esfumaçamento). Na "Carta Primeira", o conceito fundamental de natureza refere-se, de início, a um ente grandioso a demandar uma linguagem específica para não ser, como Alencar acusa Magalhães de ter feito, rebaixado; alguns parágrafos depois, a mesma natureza torna-se entidade inexprimível que a civilização, ao mesmo tempo, ameaça e faz acessível, porque

[59] Como, diga-se, fez Alencar, cujo índio resulta da sua leitura de cronistas, principalmente de cronistas da época da colonização.
[60] A impossibilidade mimética da matéria brasileira faz de barro o pé do empenho crítico.
[61] Quase confessamente malemolente, já que endereçada ao "amigo", escrita em "carta" e adotando tom "familiar". E, porém, o crítico não abre mão das pretensões mais graves: o ataque faz-se contra a mais conhecida obra do mais renomado poeta de então, que além de tudo era protegido do imperador D. Pedro II.
[62] Se, na servidão moderna, o conceito cola rente ao conceituado, agarra-o, com unhas e dentes, como *Begriff* que é (a palavra em alemão para "conceito" deriva do verbo *greifen*, "agarrar"), na escravidão moderna, o conceito aparta-se do conceituado, desgarra-se – como *Unbegriff* que é (a palavra *Unbegriff* não existe).

dilui; nos parágrafos finais da carta, a natureza ressurge não mais grandiosa ou inapreensível, mas algo banalizada, sem mistério, tendo mudado do registro do selvagem (que remete ao Romantismo) para o do bucólico (que remete ao Arcadismo), como "livro [...], onde todos os dias encontro um novo pensamento, uma nova criação" (OC IV, p. 868). O movimento guarda algo de dialético, de uma dialética, porém, o que é singular, frouxa e redutora – à natureza grandiosa contrapõe-se a inexprimível, e desse "choque" (que é quase um esbarrão) resulta uma natureza nem grandiosa e nem inexprimível, mas transformada em coisa do dia a dia, uma natureza enfim "civilizada". O texto que criticava a banalização conclui-se ao realizá-la. O hiato entre intenção e gesto é da matéria e, por isso, vem à luz emaranhado na pá de cal responsável por tampá-lo. A coerência argumentativa da crítica mistura-se com sua incoerência. A dialética roda sem realizar o esperado movimento de síntese e ameaça, malparada que está, ser paradoxo, que, no entanto, esfumaça-se porque os pares contrapostos, em vez de rivalizar, ajeitam-se em colorida dança, o que não deixa de ser um tipo de movimentação (de laivos dialéticos?). O texto pretende ser rigoroso e pede para não ser levado a sério, meta dúplice que consegue realizar, pois quase não há leitura minuciosa da produção crítica do autor, um tipo de leitura que essa produção, paradoxalmente, rejeita e, ao fazê-lo, rejeita a si própria como crítica – o esforço crítico, para completar-se, careceria de uma recepção em alguma medida, diga-se assim, sisuda. A definitiva indefinição, que nos romances alencarianos renderá bons frutos, frustra a intenção crítica (como já ficou dito linhas atrás), que, porém, se realiza. Em outros termos, o esforço crítico feito na tentativa de interpretar a obra do escritor não pode ignorar-lhe as contradições, ainda que apontá-las com rigor, sublinhando o incontornável fracasso (para o país e para a crítica, não para a ficção) que dessas contradições ressuma, soe "germânico" (e não "brasileiro").

Já nessa "carta primeira", Alencar arma a célula básica que reproduzirá *ad nauseam* em seus esforços genuínos para dar voz à terra natal. O Brasil é a mistura entre algo por

completo estranho a qualquer esforço intelectivo (no caso de Alencar, esse algo são principalmente a natureza, os índios – subsidiariamente os negros – e, de uma forma diferente, a mulher[63]) e a civilização "estrangeira" responsável por, ao mesmo tempo, suprimir a alteridade vazia de determinações positivas e dar-lhe expressão – a civilização e a não-civilização mantêm uma relação ao mesmo tempo dialética (havendo uma "síntese") e não-dialética (a pareação dos elementos contraditórios vira em pareação de elementos afins). Do processo de mestiçagem entre aquele elemento e o outro, resultam uma natureza, índios e mulheres "civilizados" (exprimíveis) e uma civilização "nossa" já que afeita aos trópicos. E, porém, do processo de mestiçagem entre aquele elemento e o outro, resultam uma natureza, índios e mulheres inexprimíveis (porque, do contrário, segundo a lógica alencariana, não seriam a natureza, o índio e a mulher) e uma civilização "estrangeira", porque potência ameaçadora responsável por diluir e, no limite, anular a contribuição verdadeiramente original do país à humanidade. Ao que tudo indica, conviverão, eternamente, um *je ne sais quoi* incontrolável mas estranhamente familiar e a planificação típica da civilidade, que, no entanto, resulta imprevisível[64]. O exdrúxulo é do dia a dia (para o bem e para o mal: as "riquezas naturais" são inesgotáveis e os "desastres naturais" idem) e o dirigismo só funciona de quando em vez (os planos elaboram-se, quase sempre, para se descumprirem). A mestiçagem de que nascerá o Brasil perfaz-se na reposição daqueles termos iniciais, que regressam modificados (em nova "síntese") mas ainda os mesmos, sob pena de não haver Brasil. O país nasce pronto, dispensando a empreitada formativa, mas totalmente dependente do "progresso" que de fora lhe chega (dependente que é de uma injeção periódica de "dialética"), alterando-se continuamente sem mudar em nada, fazendo-se no revolucionar de um processo de

[63] Isso como tema explícito. Implicitamente, porém, anuncia-se uma alteridade que atravessará toda a obra alencariana, a fatia dos não-proprietários. O tema regressará.

[64] Não bastaria dizer, então, que, para o romântico Alencar, "a natureza é algo supremo que o poeta procura exprimir e não consegue: a palavra [é] o molde estreito de que ela transborda, criando uma consciência do desajuste [...]" (Candido, op. cit., p. 29). Se a obra alencariana exibe esses traços típicos do Romantismo (a natureza como mistério – "nova marca da natureza na sensibilidade romântica: o sentimento do mistério", Candido, op. cit., p. 29 – e a insuficiência da palavra – "sentimento de inferioridade da palavra ante seu objeto", Candido, op. cit., p. 32), tais traços manifestam-se ao mesmo tempo intensificados e banalizados.

modernização conservadora, conforme o termo consagrado. A indiferenciação entre avanço e imobilismo, entre alterar e preservar, entre dialética e paradoxo/não-paradoxo, entre história e mito resulta conservadora (desde um ponto de vista "artificial").

Alencar retomará o quadro, de forma mais elaborada[65] do que na "Carta Primeira", em "Bênção Paterna", texto publicado como introdução ao romance *Sonhos d'Ouro* (1872). Uma vez mais, Alencar faz crítica literária negando fazer crítica literária: o texto é assinado por pseudônimo (o mesmo que assina o romance, dessa vez Senio) e declara-se incapaz de tratar do assunto (o caráter nacional da literatura brasileira) que, no entanto, forma a espinha dorsal dele[66]. Já esses traços indicam um elemento central da obra alencariana que essa "Bênção" riscará da forma talvez a mais clara, um elemento já sugerido anteriormente mas só agora expressamente nomeado: o gozo do travamento identitário, em tudo o que o gozo proporciona

---

[65] O adjetivo "elaborado", nesse contexto, precisa ser lido com desconfiança, já que, ficou dito antes, a mudança de nível não implica aqui aumento de complexidade – a matéria, a rigor, resiste à sistematização.

[66] "Bem vês, livrinho, que uma questão desta monta [o caráter nacional da literatura brasileira] não é para o teu modesto topête, e sim para algum prólogo campanudo, obra de bom punho." José de Alencar, "Bênção Paterna [introdução a *Sonhos d'Ouro*]" in OC I, p. 696. O recurso à petição de modéstia é conhecido e poderia bastar como explicação para a postura adotada pelo autor: Alencar alega incapacidade diante de um assunto que em teoria lhe supera as forças para, ironicamente, dizer o contrário. A explicação não está incorreta, mas chega pela metade. Pois, no prólogo a *Sonhos d'Ouro*, o autor uma vez mais elabora um texto crítico incoerente e pouco rigoroso, no qual os conceitos deslizam escapando ao domínio de seu "pai" (da lei paterna). A confissão de incapacidade mostra-se mais verdadeira do que suporia o escritor e, porém, resulta em um texto, ainda que fruto da incompreensão desse autor frente a seu objeto, revelador. É como se a ironia, que deveria ser do autor frente à matéria (o autor diz "eu não sei" querendo dizer "eu sei"), se transformasse em ironia do objeto diante do sujeito (a matéria responde "você sabe", porque o autor confessa uma ignorância real, querendo dizer "você não sabe", porque o autor ignora que ignora) – o pai abençoa o filho e o filho amaldiçoa o pai, e vice-versa. Note-se, complementarmente, que a dificuldade em marcar posições torna problemático o recurso à ironia. Uma indefinição do mesmo tipo vale para o uso constante dos pseudônimos da parte de Alencar. O pseudônimo, que serve para proteger o autor de ataques pessoais e conferir ao texto um acolhimento liberto de eventuais preconceitos havidos contra o mesmo autor, no acanhado mundo intelectual brasileiro (mais acanhado ainda na metade do século 19), tem efeito também contrário. No caso das "Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*", mal concluída a publicação delas no *Diário do Rio de Janeiro*, em agosto de 1856, saíam as cartas em livro acompanhadas de um prólogo, datado de agosto de 1856 e assinado por... "J. d'Alencar" (conforme a primeira edição da obra, disponível em http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00175800#page/125/mode/1up – consultada em março de 2012). O segredo de Polichinelo atiça as ojerizas personalistas e torna ainda mais improvável uma recepção equilibrada do texto. E faz mais do que isso. Se todos sabem (ou logo saberão) quem é o responsável pelo texto assinado com pseudônimo, por que insistir na estratégia? A intenção é meramente provocativa ou há desejo de diferenciar as opiniões do autor real daquelas do autor fictício? A princípio, as duas respostas aceitam-se (quando deveriam excluir-se) – o próprio escritor diz, em pequeno texto constante das páginas iniciais de *O Gaúcho*, que o pseudônimo "Senio" (com assonância na palavra "senil", pois Alencar a escreve sempre sem acento circunflexo) designa um homem envelhecido de alma, ou seja, um outro escritor. No caso de Alencar e sua obra, é impossível dizer claramente quais opiniões pertencem ao homem de carne e osso, quais aos pseudônimos, quais ao autor projetado por suas obras, quais ao responsável pelas notas e paratextos didáticos a acompanhar quase todos os seus romances, quais aos narradores em si (e, por vezes, a confusão envolve também um ou outro personagem). Todos são um único sujeito e são vários.

de prazer e sofrimento. É desde esse ponto que Alencar olhará para o país cuja identidade na desidentificação tenta fixar. O prólogo a *Sonhos d'Ouro* visa ser, principalmente, uma resposta às acusações de que o autor praticava um condenável "estrangeirismo", o que nesse caso significava acusá-lo principalmente de usar vocábulos de origem não-portuguesa, em especial os de origem francesa – o galicismo representaria a prova da inconsistência do projeto nacionalista de Alencar. Defendendo-se, Alencar esboçará uma história da literatura nacional que é, concomitantemente, uma classificação de suas obras. Para o escritor, o "período orgânico desta literatura [a brasileira] conta já três fases" (OC I, p. 697): "A primitiva, que se pode chamar aborígine, são as lendas e os mitos da terra selvagem e conquistada [...] são as tradições que embalaram a infância do povo" (OC I, p. 697), e a qual pertence *Iracema*; "O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dêle recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido" (OC I, p. 697) – a essa fase pertencem *O Guarani* e *As Minas de Prata*; "A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gôsto nacional [...]" (OC I, pp. 697-698). Essa fase, que é a vivenciada pelo escritor, desenrola-se sob a ameaça verbalmente declarada de algo que ao mesmo tempo conspurca a pureza original do país e garante-lhe a existência: a civilização europeia. O terceiro estágio da literatura contaria com dois momentos, um "infantil", em que o país manifesta sua "pureza original" – essa é a fase dos romances ditos "rurais", *O Tronco do Ipê*, *Til* e *O Gaúcho* –, e um "adolescente"[67], na qual o país adquire perfil indefinido – essa é a fase dos romances ditos "urbanos"[68], *Lucíola*, *Diva*, *A Pata da Gazela*, *Sonhos d'Ouro*[69]. A respeito

[67] A "infância" divide-se, incoerentemente, em "infância" e "adolescência". Essa é uma leitura possível. A outra é de que à terceira fase (da "infância") segue-se uma quarta fase, não nomeada (da "adolescência"). Uma vez mais, não será possível decidir o que exatamente pretendeu dizer o autor feito, neste texto, crítico.

[68] Alencar não usa os termos "rural" e "urbano". Candido diz que o escritor inaugura, com o *O Tronco do Ipê* e *Til*, o "romance *fazendeiro*" (Candido, op. cit., p. 201, itálico no original).

[69] O autor não retomaria as considerações sobre a classificação de sua obra. Depois de *Sonhos d'Ouro*, no

do momento da "infância" da literatura nacional, diz o autor: "Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a côr local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, êsse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há, não sòmente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na côrte, dêsses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado" (OC I, p. 698). A respeito da "adolescência": "Nos grandes focos [centros urbanos], especialmente na côrte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera; e também do amálgama de elementos diversos" (OC I, p. 698).

Novamente, aqui, um movimento de ares dialéticos: uma fase primitiva, nega-a uma fase de contato com invasores (portugueses), ao que advém a estabilização em uma "pureza original" "com um sainete todo brasileiro"; em um momento posterior, a essa "síntese" opõe-se nova "antítese", a da civilização urbana (e industrial) feita principalmente de influência francesa e portuguesa, mas também inglesa, italiana, espanhola, americana e alemã[70]. É este último momento histórico – um "período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade" (OC I, p. 699) – que Alencar vê com os próprios olhos e vê com maus olhos, porque sabedor da urgência, segundo os padrões da modernidade, de o país desenvolver uma voz autêntica, voz essa que as influências mais recentes chegadas do estrangeiro vinham turvar ainda que fossem inevitáveis, pois se trata de "sociedade nascente, naturalmente inclinada a receber o influxo de mais adiantada civilização" (OC I, p. 698). Na concepção alencariana, percebe-se, a sociedade apenas *por enquanto* é nascente, vivendo fase ambígua,

---

entanto, Alencar ainda escreveria *Guerra dos Mascates*, *Alfarrábios*, *Ubirajara*, *O Sertanejo*, *Senhora* e *Encarnação*, além de textos inacabados.

[70] "Notam-se aí [na sociedade atual], através do gênio brasileiro, umas vêzes embebendo-se dêle, outras invadindo-o, traços de várias nacionalidades adventícias; é a inglêsa, a italiana, a espanhola, a americana, porém especialmente a portuguêsa e a francesa [...]" OC I, pp. 698-699; logo adiante, Alencar citará a "língua do progresso" falada pela sociedade fluminense, língua essa atravessada de termos também "alemães" (OC I, p. 699). Uma observação: o autor menciona uma nacionalidade adventícia "americana". Quase sempre, "americano", na obra de Alencar, designa o que os povos originais das Américas legaram ao novo país. Aqui, porém, a remissão seria, ao que tudo indica, aos EUA. De toda forma, o uso da palavra com esse sentido gera uma certa dose de nebulosidade.

que superará, pois o país deve chegar um dia à virilidade do amálgama sedimentado em uma "nova e grande nacionalidade brasileira"[71], uma nova "síntese". Contudo, paradoxalmente, o esforço consciente de Alencar por descrever o processo de surgimento e maturação daquela identidade acabará por vazar, nesse movimento que sabe a dialética, um travo de imobilismo. Como ocorrera nas "Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*", o que deveria ter sido resultado do trabalho demandante da experiência, a formação de uma identidade nacional, integrava desde os primórdios o quadro pátrio, um quadro no qual a dinâmica de afirmação-negação-negação da negação confunde-se com a pareação de opostos cujo choque nunca se dá e tampouco se dissipa. No estágio primitivo da literatura idealizado por Alencar, o índio virá às falas por meio de lendas, mitos e tradições "da terra selvagem e *conquistada*" (grifo acrescentado) – esse, então, já é um cenário de mestiçagem no qual um elemento estranho à civilização (a "raça extinta" dos índios) ganha voz quando se submete ao europeu conquistador, deixando de ser o que supostamente era, pois diluindo-se ou apagando-se. O índio é lenda, mito e tradição não do ponto de vista do próprio índio, mas do ponto de vista do europeu. O elemento nativo sobrevive não como algo em si, mas como registro europeizado do que deveria ser totalmente diferente do europeu[72], e no entanto não é. Sobrevive, enfim, no caso de Alencar, como cavalheiro romântico de inspiração medieval[73], como toponímia e antroponímia e, principalmente, como "língua primitiva"[74]. O romance dessa fase é *Iracema*, no qual o personagem branco, ainda que passivo e único europeu do enredo, obseda os índios

---

[71] "[as nacionalidades adventícias] a pouco e pouco vão diluindo-se para infundir-se n'alma da pátria adotiva, e formar a nova e grande nacionalidade brasileira." OC I, p. 699.

[72] A idealização do índio é traço característico do Romantismo ("O indianismo dos românticos [...] preocupou-se sobremaneira em equipará-lo [o índio] qualitativamente ao conquistador, realçando ou inventando aspectos do seu comportamento que pudessem fazê-lo ombrear com este – no cavalheirismo, na generosidade, na poesia." Candido, *Formação. Tomo II*, p. 19). Mas, no caso de Alencar, ganha nova reverberação.

[73] "Crede-me, Álvaro, [Peri] é um cavalheiro português no corpo de um selvagem!" José de Alencar, *O Guarani* in OC II, p. 70. Diz também Meyer: "Peri é a versão de um cavaleiro *sans peur e sans reproche*" Augusto Meyer, "Nota Preliminar [a *O Guarani*]" in OC II, p. 8. Na obra de Alencar, há índios que ameaçam ser verdadeiramente selvagens, porque totalmente avessos ao elemento europeu. Esses, no entanto, não deixam herdeiros para o país.

[74] O caráter primitivo da fala dos índios em Alencar, que por sua vez desdobra-se em uma "poesia primitiva", não possui valor etnográfico nenhum ou quase nenhum. As línguas indígenas só são primitivas para um olhar etnocêntrico e só dessa forma podem ser descritas como mais abertas a uma "poesia natural". No entanto, a criação línguística do autor, principalmente em *Iracema*, guarda beleza e verdade.

menos ou mais cavalheirescos[75]. E, todavia, desse primeiro passo na criação de uma literatura nacional, que é a incorporação do país ao concerto das nações (ocidentais), sobra algo não assimilado pela civilização, um algo que garantirá ao país sua feição única – o Brasil não é um pedacinho da Europa na América – e que ao mesmo tempo não possui expressão positiva – trata-se de um algo resistente à "aculturação" europeizante, que escapa à palavra, que vacila na simbolização. É um estranhamento, uma falha, uma ruptura, uma indeterminação diante da qual a civilização buscada vira em artificialidade importada. A mestiçagem realiza-se entre a civilização e a não-civilização e subsiste na dialética/no pareamento desses dois elementos, dando à luz um ente híbrido que, portanto, não se define (já que resultado da união entre algo dizível e algo indizível, uma mistura tanto uniforme, cujos elementos são indistinguíveis entre si, quanto desuniforme). Moacir é filho do contato entre a índia europeizada e o europeu civilizador, mas também é filho da separação entre uma mãe cujo nome não se pronuncia[76] e um pai ausente porque estrangeiro. Fruto do prazer advindo da mistura (desidentificação) que aproxima e fruto da dor causada pela pureza (identidade) que afasta, Moacir, o "primeiro cearense" (OC III, p. 303), o primeiro brasileiro, é filho da "terra selvagem" (OC III, p. 237), que não há, e é emigrante da própria "terra pátria" (OC III, p. 303), a terra em que pisou o pai estrangeiro. Um eterno alienígena de si mesmo e, paradoxalmente, à vontade onde quer que esteja. Um sujeito nascido de um processo cíclico, nascido pronto, e, porém, resultado de uma e aspirante a uma acumulação histórica, que se dá e não se dá. Na periferia escravista, o sujeito faz-se por meio da desidentificação, que buscará prazerosamente, como maneira de

[75] Alencar comporá um único romance em que abre mão por completo do elemento branco, *Ubirajara*, publicado depois de "Benção Paterna". Nele, porém, os índios são tão europeizados como em todos os outros textos alencarianos. Ou seja, os índios de Alencar que deixam marca constitutiva no país são europeizados.

[76] A jandaia deixa de cantar o nome da virgem dos lábios de mel ("A jandaia cantava ainda no ôlho do coqueiro; mas não repetia já o mavioso nome de Iracema." José de Alencar, *Iracema. Lenda do Ceará* in OC III, p. 304). O romance conclui-se igualmente por seu apagamento e por sua inscrição: no fim, o enredo regressa a seu ponto de partida, quando Martim, Moacir e o cão Japi partem do Ceará a bordo de uma canoa e quando, paradoxalmente, a jandaia não mais cantava o nome/título da narrativa que está a nascer uma vez mais. E a jandaia é, segundo Alencar, a "verdade" (etimológica) da terra que a lenda canta: Ceará (que é o Brasil) significa, diz o autor na primeira das várias notas de rodapé do romance, "*canto de jandaia*" (OC III, p. 237, itálico no original). O que é típico à nova terra inscreve-se na formação dessa por meio de seu apagamento vocabular, fazendo-se então presente por meio de sua ausência. Paradoxalmente.

identificar-se, identificação essa, no entanto, que, por intimidar o jogo de máscaras, causa desprazer. E, contudo, sujeito não há se não experimentar alguma estabilidade identitária, fonte de prazer, estabilidade essa que a desidentificação corrói, provocando dor. Repõe-se, assim, o eterno pendular entre definição e indefinição, que é definição, mas com expressão indefinida... e assim indefinidamente. Esse o referido gozo do travamento identitário.

Na "segunda fase da literatura orgânica" do Brasil, repõem-se esses elementos, modificados mas iguais. Agora em um ambiente predominantemente português (e não predominantemente nativo, como na fase anterior), o índio europeizado mistura-se ao europeu conquistador, submetendo-se, mas de modo a resguardar algo de irredutível ao verbo vindo de além-mar. Como acontecera anteriormente. E, no entanto, nessa fase histórica, ao contrário do que se esperaria, a troca determinante não se dará entre os indígenas e os portugueses, mas entre estes e a natureza, que assim assume, no lugar dos "povos primitivos", o papel de contribuição típica brasileira à miscigenação que é o Brasil[77]. O europeu concede à natureza a cultura, e a natureza proporciona àquele "eflúvios" e "reverberações": "Ao aconchego desta pujante criação [a natureza], a têmpera se apura, toma alas a fantasia, a linguagem se impregna de módulos mais suaves; formam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo" (OC I, p. 697). Do índio, nada... A lenda fundacional (da primeira fase) transcorre no contato entre um povo não-civilizado e outro civilizado, e de seu entrecho brota um grande número de personagens históricos: o mito faz-se por meio da história. Já a história colonial (é Alencar que identifica essa "fase histórica" da literatura com o período colonial – OC I, p. 697) desenrola-se no contato do português com a natureza, e os personagens, aqui, são quase todos fictícios – a história faz-se recorrendo ao mito. No caso d'*O Guarani*, por exemplo, a mistura entre os elementos indígena e português, que em *Iracema* gerara um rebento, esvanece-se em indefinição: não é possível dizer se o índio Peri e

[77] Isso segundo a "Bênção Paterna", que é o foco da análise neste momento. Em certa medida, os romances alencarianos negam a sistematização feita pelo escritor naquele texto. De um ponto de vista das obras, faria mais sentido dividi-las em três categorias: romances histórico-míticos; romances rurais; romances urbanos.

a caucasiana Ceci, no final, rumam para o horizonte de uma nova nação ou para o limiar da morte[78]. No romance, porém, a união entre a civilização portuguesa e a natureza americana apresenta-se desde o início concluída: a famosa abertura d'*O Guarani* descreve primeiro o rio Paquequer, "filho indômito desta pátria da liberdade" (OC II, p. 31), depois a casa dos fidalgos da família Mariz e, então, a "síntese", "uma coisa que chamaremos jardim, e de fato era uma imitação graciosa de tôda a natureza rica, vigorosa e esplêndida, que a vista abraçava do alto do rochedo" (OC II, pp. 32-33). De novo, um movimento de feição dialética (com efeito vulgarizante) conviverá com a pareação de elementos contraditórios/afins: o rio indomável encontra a casa nobilíssima e, desse choque, resulta um jardim[79]. No entanto, o rio esteve desde o princípio domado ("vassalo" que era do rio Paraíba), e a casa, desde sempre fusionada à natureza incontrolável. A "síntese", então, nada mais faz do que repetir a célula formativa (o travamento identitário) que, com potência priônica, ameaça preencher todos os espaços[80].

Quando finalmente desponta, na terceira fase da literatura nacional, segundo a divisão riscada por Alencar, o "gênio brasileiro", ele ocupa a ribalta para ser a síntese (ainda provisória) daqueles elementos díspares (o europeu e o não-europeu) e para repetir a pareação diferenciadora-identificadora (entre o europeu e o não-europeu). Em mais essa volta do

---

[78] Em sua primeira edição (1857), o texto é ainda mais indefinível do que na edição que costuma servir de base para a versão consagrada do romance e que teria sido a última revisada pelo autor (a quarta edição, provavelmente de 1873). Naquela primeira edição, quando Peri diz: "Tu viverás!....", Ceci responde: "Sim?... murmurou ella; viveremos?!... lá no céo, no seio de Deus, junto daquelles que amamos?!..." José de Alencar, *O Guarani* [1857], pp. 167-168 – esta edição, antes considerada raríssima, está agora disponível em http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00177500#page/705/mode/1up – consultado na primeira metade de 2012. Nas edições atuais, Ceci responde: "Sim?... murmurou ela; viveremos!... lá no céu, no seio de Deus, junto daqueles que amamos!..." José de Alencar, *O Guarani* in OC II, p. 399. Os pontos de interrogação, a reforçar o esfumaçamento do quadro, suprimiram-se.

[79] O "jardim" é tema importante nas artes e não implica rebaixamento. Basta pensar n'*As Afinidades Eletivas*, de Goethe. No caso de Alencar, porém, essa formação é uma "coisa" indefinível sem deixar de ser "imitação graciosa de tôda a natureza". Por isso se diz que, nesse caso, há um movimento que banaliza a síntese – para ser mais exato, a síntese surge banalizada porque indefinível entre a grandiloquência e o corriqueiro.

[80] A célula básica, que é dialética com/sem síntese e, simultaneamente, pareação paradoxal/identitária, reproduz-se de nível em nível, sem mudar, ainda que impossível de ser fixada. Como se tem repisado, não há ganho de complexidade, e o cenário, ainda que agitado, tende à monotonia. Sendo assim, essa célula tanto preenche cada uma das fases alencarianas da literatura brasileira como descreve também a passagem de uma fase a outra e, em um nível abaixo daquele primeiro, explica o funcionamento de cada um dos elementos que integram essas fases. Veja-se este exemplo, caminhando de um nível mais específico para um mais genérico: o índio é resultado da dialética/pareação entre ser primitivo e ser civilizado; a fase lendária da literatura, resultado da dialética/pareação entre o índio e o português; a "síntese" provisória da terceira fase, resultado da dialética/pareação entre a fase lendária e a fase histórica. E assim por diante.

parafuso, o que a civilização, nos períodos primitivo e histórico, nomeou perde relevância – o índio e a natureza apagam-se um tanto mais, aquele transformado em *bugre* (e nos escravos negros), esta feita campos de cultivo, jardins e mata. A fatia não-civilizada da natureza e dos índios, porém, que faz deles natureza e índios, continua a vibrar, só que agora como nicho ou exclusivamente como potência antagonista na economia do enredo. É essa a fase em que o presente estudo se concentrará, pois é a fase à qual pertence o *Til*. E a discussão aprofundada a respeito dela ocorrerá nas páginas vindouras. Por ora, diga-se somente que, na concepção de Alencar, o ambiente correspondente a essa terceira fase é aquele em que "não se propaga com rapidez a luz da civilização", ou seja, é o local de uma civilização diferente de seu modelo europeu, porque resistente aos avanços vindos de fora, ainda que não se trate, propriamente, de outra civilização – a "luz da civilização", como reconhece Alencar a contragosto, seguirá propagando-se e é preciso que assim seja. Depois da infância "infantil" há ainda a infância "adolescente", em que a civilização, como fora o caso da segunda fase, choca-se declaradamente artificial com um todo nacional miscigenado – desenrola-se então uma "luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira" (OC I, p. 699). Essa é a fase dos romances urbanos e, destacadamente, dos perfis de mulher: duas obras identificadas como "perfis de mulher" haviam sido escritas até aquele momento e uma terceira se seguiria três anos mais tarde (*Senhora*), mas os outros romances atribuíveis à fase, *Sonhos d'Ouro* e *A Pata da Gazela*, principalmente o primeiro deles, também se desenrolam em redor de figuras femininas. O elemento não-simbolizável, que antes fora os índios, a natureza e a dupla bugre/mata, será agora a mulher, presente em todos os romances do escritor, mas só nesta fase elevada à condição de núcleo central da obra[81]. Os esforços formativos de caráter

[81] Nos romances urbanos, a mulher feita "rainha do lar" (em potencial) tende a ser um personagem, com alguma profundade psicológica, desenvolvimento pessoal, individualidade etc.; nos romances histórico-míticos, a mulher feita "potência da natureza" tende a ser um tipo (a feminilidade eterna), igual e o mesmo do começo ao fim dos enredos. Naquelas obras, a mulher tende a ser sexuada e sensual; nestas, não (Martim, quando livre do efeito da droga jurema, afasta-se de Iracema, que continua "virgem" mesmo depois de ter se deitado com o português). No caso de *Til*, Berta mistura um pouco desses dois modelos (que não são modelos puros), mas prevalece o segundo,

predominantemente público (dos primeiros contatos com os índios, da empresa colonizadora e da manutenção da unidade agrícola), transformam-se, no instante em que o país teoricamente mais se aproxima de sua maturação, em esforços formativos de caráter privado (os jogos de amor) – quando o país prometia ser determinante na qualidade de nação, torna-se secundário, e o autor afasta os olhos do "espírito (público) brasileiro" para concentrar-se na "alma (privada) brasileira"[82]. Por fim, Alencar, como dito antes, projeta para uma etapa derradeira o nascimento da "nova e grande nacionalidade brasileira", a definitiva formação do país. Esse momento, no entanto, continua a evadir-se. O Brasil visto do Brasil será sempre algo estranho e familiar, indefinido e definido[83].

Antes de passar ao confronto propriamente dito entre a novela kleistiana e o romance alencariano, resta um breve comentário sobre a biografia dos dois autores. Alencar e Kleist tiveram experiências de vida marcadas por disparidades evidentes. Mas há traços comuns que contribuem, não decisivamente, mas contribuem, para entender a aproximação realizada entre as obras de um e de outro. Kleist e Alencar são membros de grupos sociais lançados em atitude defensiva. O autor de "O Noivado em Sto. Domingo" pertence a uma família tradicionalmente ligada às forças militares prussianas e à *Junkerschaft* (a classe de nobres proprietários rurais do leste do Elba que usava mão de obra servil). O próprio Kleist, filho de um oficial proprietário de um *Rittergut* (em tradução literal, o bem agrícola de um cavaleiro da nobreza), integrou as forças prussianas (entre 1792 e 1799) e participou, entre outros, de

---

o de viés mítico. Não por menos, a personagem exclui-se, ao final, dos jogos de amor e, ainda que transbordando sensualidade, chega ao fim do enredo mergulhada em castidade.

[82] Dispensável notar que o escritor não elaborou seus romances observando a sequência das fases cronológicas da literatura brasileira conforme as teorizou. Os romances das três fases alternam-se ao longo da vida de Alencar.

[83] O leitor talvez tenha notado que a ilha de Saint Domingue vista pelo olhar prussiano, conforme descrito aqui, faz-se atravessar por uma série de determinações sócio-históricas. O "Noivado" dialoga com seu momento histórico de maneira enfática (mas não se esgota nesse diálogo, ou talvez seja o caso de dizer, o principal do texto kleistiano vai além do contexto material imediato sem deixar de ser "material"). Já o olhar brasileiro sobre o Brasil, conforme plasmado em *Til*, esvanece-se na generalidade da malfadada formação do país. Seria possível traçar relações entre o romance e o ambiente ao qual reagia e do qual nasceu: o Segundo Reinado, as pressões abolicionistas, o jogo político de indiferenciação entre as forças liberais e conservadoras. No entanto, como o texto alencariano é feito de indefinição e definição, as correlações diretas tornam-se também vacilantes. O que sobra de substancial, paradoxalmente, é a vacuidade envolvida no gesto formativo que se tentou descrever.

combates na região de Pfalz em meio à Primeira Coligação, enfrentando as tropas da França pós-revolucionária. Dois aspectos destacam-se na instável vida pública de Kleist: sua dificuldade para estabelecer-se profissionalmente (algo que o autor nunca conseguiu realizar, não obstante os contínuos esforços) e a resistência frente às chamadas Reformas de Stein-Hardenberg, as medidas liberalizantes responsáveis por modernizar, sob a influência napoleônica, a Prússia – Kleist nem tanto criticou de maneira direta as reformas e sim permitiu a divulgação de tais críticas, principalmente através da pena de Adam Müller, um defensor dos interesses da nobreza[84] e figura influente na vida do escritor. Alencar, a seu turno, aliou-se às forças conservadoras do Império e lutou, entre outras refregas, contra a emancipação dos escravos. Ao contrário de Kleist, o brasileiro conseguiu notoriedade com sua produção literária e ocupou cargos importantes na cena política, chegando a ser ministro. Ainda assim, Alencar viveu sentindo-se acuado, seja na seara artística, em que reclamou constantemente da recepção de suas obras, seja na política, com a qual se desiludiu de forma definitiva após D. Pedro II ter preterido o nome dele a uma cadeira vitalícia no Senado. Kleist e Alencar, então, escrevem desde uma posição de dupla reação (ou duplo recuo): uma desconfiança frente aos avanços liberais (no caso do prussiano, às reformas liberalizantes do início do século 19; no caso do brasileiro, principalmente às pressões pela libertação dos escravos feitas pela Inglaterra); e uma inadequação à cena pública que frequentam. De certa forma, será um olhar crítico o lançado pelos dois autores às coisas de seu mundo.

[84] Cf. Hans-Ulrich Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte. Band 1*, p. 458.

Indiferenças. Um romance e uma novela sobre a escravidão nos trópicos

A novela "O Noivado em Sto. Domingo" e o romance *Til* descrevem, ambos, formações do escravismo moderno ameaçadas pela dissolução. No primeiro caso, pela dissolução apocalíptica e declarada do levante dos escravos, no segundo, pela dissolução radical-comezinha e (in)consciente do assassinato do patriarca. As crises, como se vê, possuem características díspares, mas não há como negá-lo: é a crise do sistema escravista de produção o que está em pauta. Em Saint Domingue, as "medidas desarrazoadas"[85] da Convenção Nacional francesa (da França pós-1789, portanto), diz o narrador, deflagraram a insurreição responsável por substituir, no comando das unidades agrícolas, os brancos pelos negros e por colocar em fuga os ruralistas e sua *entourage*. É esse momento agônico da luta entre a camada proprietária e a não-proprietária que a narrativa retrata, um momento de luta, pela liberdade, da fatia da população identificada negativamente com os valores da civilização moderna e de luta, pela sobrevivência, da fatia da população identificada positivamente com os valores da civilização moderna. Esses valores civilizacionais retrocedem para sobreviver, ainda que, conforme se verá, reafirmem-se onde pareciam estar sendo negados. O embate entre um pólo e outro estrutura a narrativa, determinando como se dividem personagens, tempo e espaço[86]. No interior paulista, cena do romance alencariano, o contrato de morte assumido por um assassino de aluguel coloca em risco a vida de um fazendeiro. Em torno desse núcleo de conflagração, enrolam-se outros fios narrativos a reproduzir o embate básico entre proprietários e não-proprietários, repercutindo em lutas pela liberdade (e pela autoafirmação) da parte dos homens "livres" da ordem escravocrata (e subsidiariamente dos

[85] "unbesonnenen Schritte des National-Konvents" Heinrich von Kleist, "Die Verlobung in St. Domingo" in Heinrich von Kleist. *Sämtliche Erzählungen, Anekdoten, Gedichte, Schriften*, p. 222, identificado a partir deste ponto como KSE.

[86] "Neben der Handlung, deren Antriebskraft der Konflikt zwischen Schwarz und Weiß darstellt, werden Personen, Ort und Zeit gleichermaßen durch die Opposition von Schwarz und Weiß strukturiert." Stefanie Marx, *Beispiele der Beispiellosen*, p. 24; "Além do enredo, cujo desenvolvimento constitui o embate entre negros e brancos, serão igualmente estruturados por meio da oposição entre negros e brancos os personagens, o espaço e o tempo."

escravos) e em uma luta pela sobrevivência da parte dos senhores de escravo. Os valores civilizacionais identificam-se primordialmente com estes, que são brancos, europeizados e ricos. As potências ameaçadoras para a civilidade abrigam-se do outro lado, que é negro, mulato, índio e pobre, quase exclusivamente. O cenário, porém, revela-se confuso. Aqui o confronto, como ocorrera no caso da novela, estrutura a narrativa, ainda que de forma nebulosa (em oposição ao pareamento de elementos marcados em Kleist).

As duas narrativas, conforme indica o parágrafo anterior, desenrolam-se desde o ponto de vista dos partidários da escravidão, dos proprietários, e logo um ponto de vista também branco e masculino. A fim de confirmar essa avaliação, basta atentar para o tom dominante em ambos os textos, cuja camada mais aparente não nega a filiação deles ao discurso de uma certa classe dominante, neste caso a porção mais conservadora das elites de que se sentiam próximos Kleist e Alencar, a nobreza prussiana e os grandes donos de terra brasileiros. O retrato que se desenha dos brancos proprietários é imensamente favorável. O dos não-proprietários, em sua maioria não-brancos, desfavorável. No "Noivado", o patriarca branco é sempre chamado de "senhor Strömli" ao passo que o líder (patriarca?) dos negros, simplesmente Congo Hoango, ou "o preto Congo Hoango" ou ainda "o velho preto". Em *Til*, a figura dominante da esfera dos heróis é Luís Galvão, com nome e sobrenome, ao passo que a figura dominante da esfera antagonista é simplesmente Jão (corruptela de João), Jão Fera ou Jão Bugre, e nada mais. A mulher de Luís Galvão chama-se sempre D. Ermelinda, ao passo que a mulher de Congo Hoango é Babekan (sem qualificativo), a quem o narrador, no entanto, geralmente se refere como "a velha". E assim por diante[87]. Nas duas obras, enquanto que dos donos de escravo não se cobra nada ou quase nada pela violência necessariamente exercida

[87] Segundo S. Marx, as figuras que integram a novela de Kleist são divididas em duas facções: a dos negros e "die Partei der Weißen, auf deren Seite sich Gustav und seine Familie, die wiederum durch Erzählungen in die Haupthandlung einbezogenen Figuren des Herrn Guillaume von Villeneuve, der Mariane und des Marseiller Kaufmanns Bertrand sowie zweifellos der Erzähler gruppieren". S. Marx, op. cit., p. 24; "a facção dos brancos, dentro da qual reúnem-se Gustav e a família dele, os personagens, incluídos na ação principal novamente por meio de narrativas, do senhor Guillaume von Villeneuve, de Mariane e do comerciante marselhês Bertrand bem como, sem sombra de dúvida, o narrador".

contra as peças humanas que degradaram à condição de objeto, dos não-proprietários exige-se o rigor de uma conduta ilibada e fidelidade canina a seus donos e ex-donos – a fidelidade daqueles (especialmente Congo Hoango e Jão Fera) a estes, observe-se, é outro tema comum às duas obras. Logo, a luta dos proprietários brancos por sobreviver tudo justifica e a morte (potencial ou concretizada) de um integrante dessa órbita traduz-se em um grande abalo na economia da narração. Já a luta dos não-proprietários não-brancos por viver (um esforço em busca de liberdade ou autoafirmação) vale quase nada e a morte de negros, mulatos, índios ou homens livres da ordem escravocrata pouco significa. Ainda, tanto no romance quanto na novela, as potencialidades positivas e negativas da natureza dividem-se desigualmente: os de baixo mantêm forte identificação com a porção não-civilizada do mundo que frequentam e, principalmente, identificação com que há de violento, irracional, abjeto, desumano, lúbrico, insubmisso nessa natureza – Jão é fera e Congo Hoango carrega no nome a força e a incontrolabilidade de dois rios caudalosos[88]; já os de cima mantêm com a natureza uma relação de ou distância ou domínio e, quando das poucas identificações diretas, associam-se a ela por características superficiais ou ligam-se a elementos naturais quase civilizados ou inofensivos – o rosto de Afonso (filho de Luís Galvão), em dado momento, fica "vermelho como um chichá"[89] e a família Strömli, quando se abriga no meio selvagem, fá-lo à beira do "laguinho das Gaivotas, em um descampado que faz fronteira com a mata da montanha"[90]. Por fim, as figuras femininas ocupam um lugar especial nessa distribuição de qualificativos porque a mulher, na modernidade, restou ligada tradicionalmente à natureza, enquanto o

[88] Os rios seriam o Congo, na África, e o "Hunghé", o rio Amarelo da China, segundo Urs Strässle, *Die keilförmige Vernunft*, p. 248.

[89] José de Alencar, *Til. Romance brasileiro*, p. 222, identificado a partir daqui como TIL. Uma observação: utiliza-se como referência o texto editado pela Livraria José Olympio Editora (mais detalhes na bibliografia), e isso porque esse texto, além de mais bem cuidado, respeita algumas idiossincrasias alencarianas eliminadas, por exemplo, da *Obra Completa*, de responsabilidade da Editora José Aguilar – uma delas chama especial atenção: as vírgulas que Alencar usa para separar, muitas vezes, sujeito de verbo foram em grande parte "limpadas" na edição da Aguilar. No entanto, por motivos de praticidade, usou-se para todos os demais textos de Alencar citados aqui a referida *Obra Completa*, que cumpre relativamente bem a função de condensar em um mesmo espaço a produção do escritor.

[90] "zunächst dem Möwenweiher, in der Wildnis der angrenzenden Gebirgswaldung" KSE, p. 227.

homem, à cultura. Na economia dos textos alencariano e kleistiano, as mulheres do núcleo proprietário relacionam-se, no entanto, superficialmente com os elementos naturais ou, quando o fazem, fazem-no com a porção grácil, delicada, tocante deles – Linda, filha de Luís Galvão, tem olhos de "pomba-rôla" (TIL, p. 28), por exemplo. Essas também são mulheres em grande medida castas, pudicas e não muito belas, ou seja, mulheres desprovidas da capacidade de sedução, um recurso tradicionalmente descrito como "naturalmente" feminino e capaz de minar a supremacia masculina, invertendo as posições na hierarquia dos sexos. As figuras mulheris do pólo dos proprietários são antes figuras inócuas desse ponto de vista: D. Ermelinda, a mulher de Luís Galvão, é "não formosa" (TIL, p. 44), Linda tem dificuldades para conquistar Miguel, Mariane, a noiva morta de Gustav/August, é descrita apenas como "fiel" ("treuen", KSE, p. 238) e a mulher do senhor Strömli é uma senhora que já não consegue caminhar sem a ajuda de terceiros. Na outra ponta do espectro, as mulheres funcionam como forças da natureza, ainda que a identificação com elementos naturais não ocorra sempre explicitamente. Essas mulheres, quando jovens, são extremamente sensuais (prostitutas) e, quando encanecidas, traiçoeiras e/ou loucas (bruxas). Besita, a mãe de Berta, é a sedução em pessoa, colocando os homens a perder; Zana, a negra que perdeu a razão, come barro e guarda, como ente insondável, um terrível segredo; as escravas do "Noivado" vivem a seduzir seus (ex-)senhores brancos (Babekan e a negra doente de febre amarela) ou vivem a enganá-los (a mesma Babekan, agora velha). Em resumo, a mulher do pólo dos não-proprietários é ameaçadora porque, como certa natureza, incontrolável, enquanto a mulher do pólo dos proprietários não representa perigo porque "civilizada", reduzida ao que a natureza contém de inofensivo e transformada, dessa forma, em personagem secundária no enredo (da modernidade) cujo protagonista é sempre o masculino.

Não obstante a clareza do preconceito com que esses narradores encaram as camadas inferiores da pirâmide social, os dois manifestam, por falta de um termo melhor (neste

momento), uma certa carga de "empatia" pelos desfavorecidos. A questão aqui não é tanto saber se os narradores kleistiano e alencariano são racistas mas saber por que, diante de narradores claramente racistas, há dúvida a respeito do que sejam ou não[91]. Parte da resposta é isso que se disse: ainda que, em sua camada mais superficial, adotem as razões da elite branca e escravista, esses textos não deixam de contemplar os motivos do lúmpen negro/mestiço/índio e escravo/quase-escravo/ex-escravo. Conforme se verá, no caso do "Noivado", a violência que arrancou Congo Hoango da África está dita explicitamente[92], bem como as 60 chicotadas a que o teoricamente bondoso senhor Villeneuve condenou Babekan porque essa engravidou de um rico comerciante de Marselha ou a baixeza com que agiu o senhor de escravos diante da negra renitente em ceder a suas investidas sexuais. No caso do texto alemão, há até mesmo a exposição, pela boca de Gustav/August, do argumento (antirracista) segundo o qual o ódio dos negros em relação aos brancos deve-se à violência exercida em primeiro lugar por estes contra aqueles[93]. Em Alencar, as razões dos de baixo surgem principalmente pelo olhar dos homens "livres" da ordem escravocrata, o que se traduz no problemático estatuto do trabalho nessas formações sociais. Os não-proprietários que não são escravos habitam um lugar inexistente porque, para garantir o sustento, vivem sob a

---

[91] A dúvida diz mais respeito à novela. A respeito do romance, há poucas análises tratando do assunto, não por menos porque o elemento não-branco nele é marginal – Jão Fera é um índio aculturado e os negros quase não participam da trama. No entanto, sabe-se que Alencar não destoava do consenso imperante em sua época segundo o qual o elemento negro era inferior ao branco, e sabe-se que o autor idealizou os índios (já "extintos", nas palavras dele), o que não deixa de ser uma postura racista. Por outro lado, foi o primeiro romancista brasileiro a buscar um retrato autêntico do país, o que implicou valorizar a mestiçagem e, por tabela, a contribuição do elemento não-branco à jovem nação. Voltando à novela, há os que veem nela um texto elitista (Lukács e Mehring identificam em Kleist um membro da *Junkerschaft* e, logo, um representante dessa nobreza decadente e, como toda nobreza, preconceituosa), um texto só aparentemente ou desde um certo ângulo elitista a demandar uma leitura desveladora (Bay, Galarza, Rosenfield), um texto abertamente antirracista (Häker) e um texto resistente a qualquer tipo de definição (Müller-Salget, Reuß).

[92] "[die] Tyrannei, die ihn seinem Vaterlande entrissen hatte" KSE, p. 222; "[a] tirania, que o arrancou de sua pátria".

[93] "– Toni fragte: wodurch sich denn die Weißen daselbst [em Sto.Domingo] so verhaßt gemacht hätten? – Der Fremde [Gustav/August] erwiderte betroffen: durch das allgemeine Verhältnis, das sie, als Herren der Insel, zu den Schwarzen hatten, und das ich, die Wahrheit zu gestehen, mich nicht unterfangen will, in Schutz zu nehmen; das aber schon seit vielen Jahrhunderten auf diese Weise bestand!" KSE, p. 233; "– Toni perguntou: como então os brancos teriam se transformado, nesse mesmo lugar [em Sto. Domingo], em alvo de tanto ódio? – O forasteiro [Gustav/August] respondeu desconcertado: por meio da prevalecente relação que eles, na condição de senhores da ilha, mantiveram com os negros, e que eu, para confessar a verdade, não desejo incumbir-me de defender; a qual, no entanto, já permanecia assim havia muitos séculos!".

constante ameaça de serem igualados aos da mão de obra compulsória – trabalhar, nesse contexto, significa ser escravo, e, no entanto, o trabalho interpõe-se inescapável porque essa camada da população carece de capital e terras. A mais emblemática dessas figuras em *Til* é Jão Fera, sobre quem o narador diz explicitamente: "Afora êstes [meios de sustento; são citados: o jogo de azar, o assassinato por encomenda e a caça a uma onça], não imaginava Jão Fera outros meios de ganhar dinheiro, sem humilhação. O trabalho, êle o tinha como vergonha, pois o poria ao nível do escravo" (TIL, p. 145). Tanto no romance quanto na novela, porém, esse olhar que vai de encontro à mirada das classes dominantes surge diminuído porque ou é relativizado ou figura na camada menos aparente do texto. No caso de Alencar, leia-se como continua a citação iniciada acima: "Prejuízo êste [prejuízo contra o trabalho], que desde tempos remotos dominava a caipiragem de São Paulo, e se apurava nesse homem [Jão Fera], cujo espírito de sobranceira independência havia robustecido a luta que travara contra a sociedade" (TIL, p. 145). O valor negativo atribuído ao trabalho seria, para o narrador, resultado de "prejuízo da caipiragem de São Paulo" e não fruto necessário da produção capitalista baseada na mão de obra escrava, o que desmerece uma crise que é legítima e malbarata eventuais esforços contestatórios. No caso de Kleist, conforme se viu na citação transcrita pouco antes, Gustav/August, logo após reconhecer a responsabilidade dos brancos pela violência generalizada, diz que o estado de opressão perdurava havia séculos e, deduz-se, seria algo a ser aceito. As justificativas antirracistas do personagem para o "frenesi da vingança" ("Taumel der Rache", KSE, p. 222) em que mergulharam os negros acabam por deixar o plano mais evidente da narrativa, perdendo força de convencimento. De toda forma, a "empatia" pelos de baixo, ainda que não predominante, aí está, nos dois textos, enfática o suficiente para borrar-lhes o viés conservador.

Quando, em parágrafo anterior, falou-se das personagens femininas, não houve menção às figuras centrais do romance e da novela, Til e Toni. Essas ocupam uma posição

singular dentro do lugar especial destinado às mulheres, por isso não foram simplesmente incluídas no rol daquelas, e uma posição, em dois aspectos centrais, semelhante: em seu caráter metamorfoseante e em seu papel mediador. A "Mestize" (KSE, p. 223) do texto kleistiano e o "*anjo-demônio*" (TIL, p. 26, itálico no original) do texto alencariano são o que essas denominações por si só revelam: entes híbridos, de impossível definição, a transitar continuamente entre os pólos de oposição – entre proprietário e não-proprietários, entre branco e não-brancos, entre cultura e natureza, masculino e feminino, atividade e passividade. O tema da inconstância das personagens femininas criadas por Alencar já foi apontado pela crítica[94], e o próprio autor é explícito, em seus textos, a esse respeito, e particularmente explícito no caso de Til. A personagem possui uma porção de nomes (Besita, Berta, Inhá e Til), é o citado "anjo-demônio" que surge, já nas primeiras páginas do romance, como aquela cujo "gênio é ser e não ser" (TIL, p. 26), é como "virgem cristã" (TIL, p. 202) e também mulher de quem as "formas encantadoras" (TIL, p. 210) despertam o desejo de vários dos personagens masculinos, entre os quais Jão Fera, Miguel e Afonso, é o ente capaz de assumir a conformação de Linda para seduzir Miguel ("Ela [Berta] era a própria cera, da qual a sua mímica ia esculpindo a estátua formosa de Linda [...]", TIL, p. 228) e capaz de unir-se a uma cascavel em transe hipnótico (cf. Capítulo "Letargo", TIL, pp. 195-198), é o ser cuja "alma tem facêtas como o diamante; iria-se e acende uma côr ou outra, conforme o raio de luz que a fere" (TIL, p. 26) e o ser cuja "existência tem a constância da volubilidade" (TIL, p. 27). Berta, não por menos, carrega a indefinição em suas raízes, calcadas essas em uma união sexual de tipo "miscigenado", porque união entre o integrante do pólo dos proprietários (Luís Galvão) e uma integrante do pólo dos não-proprietários (Besita, de quem a filha herdou o

[94] Carlota, de *Cinco Minutos*, possui caráter "flutuante e vário como sua aparição". Araripe Jr., "José de Alencar – Perfil Literário" in Araripe Jr., *Obra Crítica de Araripe Jr. Vol. I*, p. 156. "Carolina, na *Viuvinha*, não se ressente menos desse gênio *versátil*". Araripe Jr., op. cit., p. 157, itálico no original. "*Lucíola* e *Diva* são, pelo menos, criaturas indefiníveis [...]" com as quais Alencar incorre em "flagrante delito de incoerência". Araripe Jr., op. cit., pp. 184-185. De um viés assumidamente feminista, Moraes Pinto diz que "Aurélia vive a dualidade característica de muitas personagens femininas de Alencar, sobremaneira acentuada, como venho dizendo, nos *perfis*." Maria Cecilia Queiroz de Moraes Pinto, *Alencar e a França: perfis*, p. 226, itálico no original.

nome) e porque uma união na qual o representante característico da ordem cometeu um crime de consequências funestas: a relação sexual não foi consentida e acabou desencadeando o assassinato de Besita nas mãos do marido dela. Toni, a seu turno, resulta também da união entre um representante da ordem dos proprietários, nesse caso Bertrand (como dito antes, um rico comerciante de Marselha), e uma representante da desordem dos não-proprietários, a mulata Babekan. Conforme o característico gesto kleistiano de radicalização, Toni é mais que mestiça, ela é *Mestize*, vocábulo que, em alemão, designa não o filho de brancos com negros mas o filho de brancos com índios. Com frequência, aponta-se esse "erro" de Kleist, que não deixa de ser isso (os tais "erros" são uma marca dos textos do escritor) sem, no entanto, ser apenas isso. A palavra, de origem latina, vem de *mixtus*, particípio passado do verbo *miscére* ("misturar")[95]. Toni é uma mistura da mistura, não somente filha de uma mulata ("Mulattin", KSE, p. 222) com um branco (e não de uma negra com um branco) como também uma mistura de, potencialmente, quatro etnias: índia (conforme indica a palavra *Mestize*), asiática (já que sua pele é de cor amarelada[96]), negra (porque filha de Babekan) e branca (porque filha de Bertand) – ou seja, a personagem é branca, negra, amarela e vermelha[97]. A jovem de 15 anos, além disso, nasceu na Europa, porém, não é europeia; carrega um sobrenome francês (Bertrand), mas vive em meio aos negros e mulatos de Saint Domingue contribuindo com a campanha para exterminar da ex-colônia os brancos; mal ingressou na adolescência e, no entanto, demonstra grande maturidade e tirocínio; é a virginal "bela alma" ("schöne Seele", KSE, p. 259) do final da narrativa e, além disso, a isca sexual usada inúmeras vezes para atrair viajantes caucasianos à morte certa; é a mulher capaz de provas de ternura e sensibilidade ao ouvir a narrativa sobre a noiva morta de Gustav/August e, ao mesmo tempo, a mulher que não vacila em tomar como reféns e entregar aos brancos, que os ameaçarão de morte, os irmãos

[95] Cf. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.
[96] "die junge Toni, die, wegen ihrer ins Gelbliche gehenden Gesichtsfarbe" KSE, p. 223; "a jovem Toni, que, por causa da cor, tendente ao amarelo, de seu rosto".
[97] Strässle, op. cit., p. 248.

pequenos de criação; é tanto a fiel defensora de Gustav/August e da família dele quanto a desleal traidora de sua mãe, do padrasto (Congo Hoango) e de todos os demais negros e mulatos. Til e Toni, que habitam mundos marcados pelo choque de elementos opostos, reúnem em si, paradoxalmente, traços contraditórios sem conseguir realizar uma síntese. Essas são identidades ameaçadas pela dissolução e que, no entanto, subsistem (até certo ponto).

O caráter miscigenado de Toni e Til ganha contornos evidentes e fundamentais quando se trata de definir a identidade sexual das personagens. Como indicado acima, as duas possuem características tipicamente femininas (são sensuais e virginais) e características tipicamente masculinas, o que faz delas mulheres masculinizadas. Na economia do enredo, agem de maneira ativa, assumindo papéis tradicionalmente atribuídos ao homem, de forma a monopolizar os fios narrativos – tudo o que acontece no romance e na novela atravessa essas duas personagens. A constatação, menos surpreendente no caso da novela, gênero do qual se espera a concentração (e, logo, não é surpresa que uma figura domine a trama), afeta em especial o romance alencariano, que centrado dessa forma em sua protagonista feminina perde complexidade e ganha ares novelescos. Til e Toni obsedam seus narradores, ainda que de maneira diferente (a primeira, como panaceia capaz de tudo resolver; a segunda, como Pandora e sua caixa, responsáveis por tirar do eixo o mundo), e esse poder encantatório alimenta-se em grande parte da identidade sexual híbrida das duas. O nome Toni é abreviação de Antonius e de Antonia (em alemão), ao passo que *Mestize* é substantivo masculino[98] de declinação fraca[99] que Kleist, porém, utiliza como substantivo feminino. Berta, a dos muitos nomes, possui um dentre eles que é masculino, justo o que batiza o romance, Til. No caso da

[98] "Während die alte Babekan grammatisch korrekt als Mulattin bezeichnet wird, ist ihre Tochter grammatisch inkorrekt als Mestize geführt, was eine männliche Endung ist." Marianne Schuller, "Verpassen des Geschlechts. Kleists 'Die Verlobung in St. Domingo'. Lektüre und Literaturwissenschaftliche Reflexion" in Bettina Gruber et Gerhard Plumpe (Hrsg.) *Romantik und Ästhetizismus: Festschrift für Paul Gerhard Klussmann*, p. 292, destaques no original; "Enquanto a velha Babekan é denominada, de forma gramaticalmente correta, como mulata [Mulattin], a filha dela é apresentada, de forma gramaticalmente incorreta, como mestiça [Mestize], palavra com uma terminação masculina."

[99] Na língua alemã, há substantivos masculinos que possuem a chamada "declinação fraca", que é o tipo de declinação à qual pertencem quase todos os substantivos femininos. Ou seja, os masculinos de declinação fraca alteram-se, quando no plural e/ou no acusativo, dativo e genitivo, de forma semelhante aos femininos.

novela, a protagonista inicia a trama na condição passiva de engodo para os viajantes brancos, papel esse que cumpre também frente a Gustav/August, mas logo toma as rédeas da ação, determinando a partir daí o rumo dos eventos. Esse papel ativo assumido por uma mulher[100], Toni o exercerá investindo em qualidades reservadas, tradicionalmente, à masculinidade: a personagem possui um enorme autocontrole, sendo capaz de, tal como os heróis de filmes de ação hollywoodianos, continuar impassível mesmo na iminência desesperadora da catástrofe; Toni age de forma racional, destrinchando a sequência dos fatos em etapas lógicas que se sucedem como uma equação matemática; a personagem exerce um amplo domínio sobre o mundo à sua volta, o qual submete a seus desígnios; e, por fim, a jovem não titubeia em recorrer a ações violentas (o sequestro dos próprios irmãos de criação) quando isso, segundo acredita a personagem, faz-se necessário. Berta, de maneira semelhante, pautará o caminhar do enredo conformando-o a suas metas. Para tanto, consegue manter a serenidade quando confrontada com uma ameaça em aparência inevitável, avalia racionalmente os fatos que se lhe apresentam, domina os objetos, os animais e os sujeitos em redor de si e, finalmente, não vacila em servir-se da força (quando, por exemplo, impede que Jão Fera salte sobre Luís Galvão agarrando aquele, no momento da investida, pelos cabelos[101]) – uma vez mais, autocontrole, racionalidade, planificação, domínio e exercício "instrumental" da violência, todas características masculinas de que a personagem se serve naturalmente. Berta, em dado momento, prefere as "afoutezas de um traquinas" às "cintilantes vivacidades da mocinha faceira" (TIL, p. 24) e então transforma-se de "fada gentil [...] em um capetinha de mil

[100] "Was für die Analyse der Texte Kleists wichtig werden wird, sind Momente, in denen seine Figuren nicht mehr der 'natürlichen' Ordnung der Geschlechter zufolge ihre zugeteilten Rollen erfüllen, kein 'sicheres' Geschlecht mehr haben, sondern, 'Mißgriffe' der Natur, in Bewegung geraten und sich, wie Amphibien, vom Element der einen in das des anderen begeben können." Erika Berroth, *Heinrich von Kleist. Geschlecht – Erkenntnis – Wirklichkeit*, p. 20; "O que será importante para a análise dos textos kleistianos são momentos nos quais seus personagens não cumprem mais o papel que lhes cabe segundo a ordem 'natural' dos gêneros, quando não possuem mais um gênero 'definido', mas quando, na qualidade de 'erros' da natureza, colocam-se em movimento e, como anfíbios, podem passar do elemento de um gênero para o elemento do outro."

[101] "Colhendo o lombo como o tigre para distender o salto, Jão Fera arrancou. A nuca, porém, vergara contra os ombros, ao impulso de mão invisível que lhe travara dos cabelos. [...] O capanga voltou-se rábido e feroz como um tigre picado pela vespa. Estava em face de Berta." TIL, p. 79.

pecados" (TIL, p. 24) – como a "cobrir-se com a máscara do rapazinho estouvado, que ela teria sido sem dúvida, se a natureza não lhe trocasse o destino" (TIL, p, 26). A mesma Berta a quem metiam "inveja o pala e as calças de brim do companheiro [Miguel]; mas sobretudo a clavina de caça que êle trazia ao ombro" (TIL, p. 25). Toda essa virilidade, porém, não apaga os encantos feminis de Inhá e Toni, cujas conquistas amorosas se revelarão, como talvez fosse o caso ter ficado previsto, homens afemeados[102].

O oficial suíço que tenta proteger a família Strömli passará a parte decisiva do enredo em atitude totalmente passiva, ausente porque amarrado, e amarrado a uma cama, de onde só sairá para, agindo de forma intempestuosa, matar aquela responsável por salvá-lo. O personagem, que é militar, não luta e, mais do que isso, sofre de uma insuperável "falta de orientação"[103], possui uma estrutura sentimental semelhante à de Toni[104], é chamado pela jovem e pelo narrador de "Jüngling" (adolescente)[105] apesar dos supostos cerca de 30 anos de idade (pois já era noivo pouco depois do início da Revolução Francesa) e, quando confrontado com situações limítrofes, desmaia (é o que ocorre depois da execução de Mariane, noiva dele)

---

[102] Pasta chama atenção para o entrelaçamento de características femininas e masculinas em personagens centrais da literatura brasileira. "Nessa tendência ao regime do limite seria preciso notar, porém, mesmo *en passant*, a troca de identidade sexual que se produz invariavelmente nesses romances [*Senhora*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *O Ateneu*, *Macunaíma*, *Grande Sertão: Veredas*]. Em todos, vê-se o homem afeminar-se, e, em contrapartida, vê-se uma masculinização, às vezes clamorosa, da mulher." Pasta, op. cit., p. 21, itálico no original. A respeito especificamente de Alencar, diz Wasserman: "In the same process [de casamento miscigenado; a autora refere-se neste ponto a *Iracema* e *O Guarani*], the lines between masculine and feminine become blurred: specifically, the men become feminized." Renata R. Mautner Wasserman, "The Red and the White: The 'Indian' Novels of José de Alencar" in *Publications of the Modern Language Association, Vol. 98, No. 5 (Oct., 1983)*, p. 823. No mesmo texto, a pesquisadora havia feito constatação semelhante a respeito de *A Pata da Gazela*: "Reversing social and literary gender roles, Alencar accords her [Amélia] more power than any of the male characters [Horácio e Leopoldo]." Wasserman, op. cit., p. 816.

[103] "Orientierungsnot". Hansjörg Bay, "'Als die Schwarzen die Weissen ermordeten'. Nachbeben einer Erschütterung des europäischen Diskurses in Kleists 'Verlobung in St. Domingo'" in *Kleist-Jahrbuch (1998)*, p. 104. Segundo Bay, é essa falta de orientação que põe Gustav-August a apertar continuamente a mão daqueles com quem conversa, que explica sua cegueira para as intenções traiçoeiras de Babekan e (inicialmente) de Toni, que justifica também a forma como o narrador quase sempre se refere ao personagem: "der Fremde". *Fremde* significa "estranho", "estrangeiro", "forasteiro", "alienígena", "desconhecido". Já que em português não há uma palavra capaz de cobrir esse campo semântico com a mesma abrangência, optou-se nesta tese por, em vários momentos, manter o termo original, em alemão.

[104] "Des weiteren hat Gustav eine intensive Gefühlsstruktur, die derjenigen des Mädchens Toni in einige Momenten ähnelt." Bernhard Rieger, *Geschlechterrollen und Familienstrukturen in den Erzählungen Heinrich von Kleists*, p. 51; "Adicionalmente, Gustav possui uma estrutura sentimental de tipo intensiva, uma estrutura que se parece, em alguns momentos, com aquela de Toni."

[105] Para esse fato, chamou atenção Rieger. Note-se ainda que o texto designa também de "Jünglinge" (plural de *Jüngling*) os filhos mais velhos do senhor Strömli, Adelbert e Gottfried, que possuem 17 e 18 anos de idade.

ou submerge em um estado semelhante ao desmaio (o que ocorre quando Gustav/August é desamarrado)[106]. Um crítico chega mesmo a comparar Gustav/August à "substância passiva" no sentido hegeliano[107]. Um sujeito, enfim, de traços femininos, que de tão submisso nem mesmo um nome definido possui: o personagem começa a trama chamando-se Gustav, depois vira August e, antes do fim, regressa a Gustav. Não por acaso, o sobrenome dele é "von der Ried", "junco", cujo constante dobrar-se à força dos elementos o oficial parece mimetizar, pois o tempo todo jogado de lá pra cá como objeto a que se reduz. E não por acaso será chamado pelo narrador, quase sempre, de *Fremde* – o "estranho", o inominável, aquele que, afeminadamente, não sabe o que quer. A masculinidade adamada constrasta com a masculinidade viril dos outros homens adultos da trama, Congo Hoango, o senhor Strömli, Guillaume de Villeneuve, Bertrand, Adelbert e Gottfried. Apesar disso, é Gustav/August o sujeito que seduzirá ativamente Toni, transformando-a de inimiga em aliada. Uma passividade do tipo atingirá, de forma semelhante, os homens do romance alencariano. Miguel, o par romântico de Berta, não se configura nem mesmo como par romântico: o jovem declara, ainda que de maneira sempre vacilante, seu amor à protagonista, mas deixa-se convencer, pela própria, de que em verdade ama Linda[108]; nos dois primeiros capítulos do romance, quando surge ameaçadoramente Jão Fera, cabe a Til dominar a situação, à qual Miguel assiste impotente; ainda nessa cena, é contrastante a delicadeza do traje e da arma do personagem quando em confronto com o assassino de aluguel, cuja brutalidade animalesca reverbera em macheza[109]. A passividade característica do homem desejado por Til valerá também para os

---

[106] "[...] wollte Adelbert sich erheben, und ihm [Gustav/August] im Wahn, daß ihn [Gustav/August] eine Ohnmacht anwandle, einen Trunk Wasser herbeiholen [...]" KSE, p. 257; "[...] Adelbert quis levantar-se e, acreditando que o [a Gustav/August] acometia um desmaio, buscar-lhe [para Gustav/August] um gole d'água [...]"

[107] "passive Substanz". Gerhard Gönner, *Von 'zerspaltenen Herzen' und der 'gebrechlichen Einrichtung der Welt'. Versuch einer Phänomenologie der Gewalt bei Kleist*, p. 101.

[108] A incoerência de Berta, que entrega à outra o objeto de seu desejo, será discutida mais adiante.

[109] Miguel porta clavina, um pala e calças de brim, conforme se viu. Leia-se, em comparação, como surge em cena o "facínora" (assim costuma chamá-lo o narrador): "À orla do mato assomara o vulto de um homem de grande estatura e vigorosa compleição, vestido com uma camisola de baeta preta, que lhe caía sobre as calças de algodão riscado. Apertava-lhe a cintura rija e larga faixa do couro mosqueado da cascavel, onde via-se

demais personagens masculinos da trama. Luís Galvão, maior representante do pólo da ordem, atravessa todo o romance inconsciente do perigo que lhe ronda os caminhos, não se responsabiliza (ou, para ser mais exato, assume e não assume a responsabilidade, o que significa desresponsabilizar-se) pelo crime que detonou o quiprocó a ser deslindado no romance e, logo, nunca se configura como sujeito ativo. Afonso, cuja participação na trama é menor, tampouco escapa das manipulações a que o submete Berta. De outro lado, Jão Fera, mesmo pulsando como representante, à primeira vista, típico do macho, igualmente sucumbe à força decisória da protagonista. Observe-se que os antagonistas de *Til*, em especial o assassino de aluguel e Barroso, parecem ser figuras masculinas sem meios tons. No entanto, trata-se nesse caso de uma macheza antes animalesca, ou seja, feita da proximidade que esses sujeitos guardam das forças naturais incontroláveis. Jão Fera e Barroso agem com suposto desígnio mas movidos, essencialmente, por impulsos que escapam à consciência deles. Sob esse ponto de vista, estão mais próximos do alienado Brás do que de uma masculinidade moderna. Brás caminha sobre o limite entre ser humano e ser bicho, rendendo-se muitas vezes ao universo dos baixos instintos, da ferocidade, do desgoverno de si, mergulhando então em um estado de indiferenciação que é um estado pré-cultural, ou o estado da natureza, identificado com a feminilidade. Jão Fera e Barroso, a princípio machos inquestionáveis, também não renegam as incursões frequentes pelo domínio do que não tem domínio. Ou seja, o exercício da masculinidade, no caso desses dois personagens principalmente, lança-os em um estado de animalidade que desconhece a diferenciação (cultural, "masculina") entre masculino e feminino. Daí que seu destino será a doma (Jão Fera e Brás) ou o extermínio (Barroso).

Alguns parágrafos acima, quando se descreveu a posição singular ocupada por Til e Toni, ficou dito que essa posição era semelhante em dois aspectos: em sua carga metamorfoseante, já discutida, e em seu papel mediador, que agora se passa a analisar. O

---

atravessada a longa faca de ponta com bainha de sola e cabo de osso grosseiramente lavrado." TIL, p. 19.

deslize contínuo entre as esferas da civilidade e da não-civilidade, realizam-no as duas personagens cumprindo uma função mediadora incomum: a *Mestize* e o *anjo-demônio* não somente separam as facções em conflito de modo a evitar um choque arrasador como, paradoxalmente, mantêm em contato aquelas facções, garantindo que o mecanismo de oposição-confluência entre os pólos (proprietário e não-proprietários, branco e não-brancos) perdure, já que um mecanismo baseado na separação do que mantém laços de dependência, ou baseado na aproximação do que se repele. Isso que se pode descrever como uma mediação conservadora de conflitos executam as protagonistas, contudo, de forma diferente e com objetivos diversos. Por enquanto, abordem-se os traços em comum. Til e Toni são a causa principal dos conflitos imediatos que colocam em perigo seus mundos. No "Noivado", é Toni que, por ter a pele clara e por ser atraente, faz Gustav/August confiar nela e em Babekan e, assim, cair na armadilha montada pelos negros. A jovem repete nesse começo de enredo a estratégia tantas vezes praticada com sucesso anteriormente[110]. O militar, por sua vez, quando em justificada dúvida a respeito da fidelidade de mãe e filha, direcionará seus esforços de convencimento para esta última, demorando-se então na casa delas. Por fim, Toni amarrará Gustav/August, prorrogando o estado de embate não belicoso entre negros e brancos. No romance de Alencar, é Berta quem provocará a parte fundamental dos conflitos surgidos durante o tempo da narrativa. A existência dela, ainda criança pequenina, sela a convicção de Barroso sobre ter sido traído pela mulher, traição essa que provocará o assassinato de Besita e a tentativa de assassinato de Luís Galvão. A presença de Berta leva Jão Fera a permanecer na

[110] Em um momento posterior, quando Toni decide proteger o oficial suíço e pergunta de que seria ele culpado para merecer a morte, ouvirá da mãe, em forma de questionamentos, a seguinte resposta: "Sie [Babekan] fragte, was der junge Portugiese verschuldet, den man unter dem Torweg kürzlich mit Keulen zu Boden geworfen habe? Sie fragte, was die beiden Holländer verbrochen, die vor drei Wochen durch die Kugeln der Neger im Hofe gefallen wären? Sie wollte wissen, was man den drei Franzosen und so vielen andern einzelnen Flüchtlingen, vom Geschlecht der Weißen, zur Last gelegt habe, die mit Büchsen, Spießen und Dolchen, seit dem Ausbruch der Empörung, im Hause hingerichtet worden wären?" KSE, p. 241; "Ela [Babekan] perguntou, de que seria devedor o jovem português que, há pouco, foi derrubado ao chão com golpes de porrete? Ela perguntou, qual crime teriam cometido os dois holandeses que, três semanas atrás, caíram no pátio atravessados pelas balas dos negros? Ela queria saber, o que se imputou aos dois franceses e a tantos outros refugiados solitários, do gênero dos brancos, que com carabinas, lanças e punhais foram executados dentro da casa?"

região de Santa Bárbara[111] ao mesmo tempo em que realimenta no capanga a sua sede de vingança contra Luís Galvão e contra Barroso (Ribeiro). Berta faz a profunda repugnância que Brás sentia por todos transformar-se em ódio (o que detona os ataques que o desmiolado realiza ou tenta realizar contra, por exemplo, Linda e Jão Fera)[112]. E, por fim, Berta desestabiliza o jogo amoroso de cartas marcadas entre Miguel e Linda. De outro lado, a personagem é quem brecará o choque decisivo entre as partes em conflito, sendo então a principal responsável pela relativa sensação de inércia com que se depara o leitor desse romance: é ela que impede Jão Fera de matar Luís Galvão, evita a separação de Linda e Miguel, impede a morte de Luís Galvão no incêndio, reativa para Zana, reiteradamente, a cena do assassinato de Besita, anula as tendências destruidoras de Brás, impede a morte da galinha sura e do burro estrupiado, suspende a sequência de assassinatos praticados por Jão e, principalmente, impede a dissolução via incesto ao detonar (indiretamente) a revelação do mistério da trama. Todo esse esforço para preservar um conflito que não se dá e nem se dissipa cobra um preço: o sacrifício de Til. O embate em Saint Domingue, por sua vez, nunca ocorre diretamente, apesar das escaramuças em que morrem, sem abalo da narrativa, alguns integrantes do lado negro e ficam feridos integrantes dos dois lados[113]. Funcionando como "zona de segurança", Toni garante o afastamento entre, de uma parte, Congo Hoango e seus homens e, de outra, Gustav/August e a comitiva dos Strömli. A estratégia de interposição é tão eficiente que, ao ser libertado, o *Fremde* canaliza seu ódio não contra o patriarca negro mas contra a própria noiva quase branca[114]. Noiva essa que sofrerá ataques de todos os lados por

---

[111] "Era Besita que lhe [a Jão Fera] deixara em legado [...] proteger sua filha." TIL, p. 181.

[112] "Depois que o desvelo da menina [Berta] lhe [a Brás] inspirara a fúria amorosa, transformara-se em profundo rancor a profunda repugnância que ele sentia por todos; e tal fora o choque produzido por estas paixões, que acendeu uma centelha nas trevas daquele espírito embrutecido. § Desde então houve nessa animalidade um impulso que não era idiota; e foi o ódio." TIL, p. 155.

[113] Ao analisar uma das frases centrais da novela, diz Reuß: "[...] so zeigt dies [a conformação da frase sob análise], daß die Entgegensetzung zwischen 'Negern' und 'Weißen' keine unmittelbare ist." Roland Reuß, "'Die Verlobung in St. Domingo' – eine Einführung in Kleists Erzählen" in Anton Philipp Knittel et Inka Kording (Hrsg.), *Heinrich von Kleist. Neue Wege der Forschung*, p. 72; "[...] isso [a conformação da frase sob análise] mostra então que a contraposição entre 'negros' e 'brancos' não é direta."

[114] "Als sich die beiden gegenüberstehen, vermag 'der Fremde' 'der Neger' nicht als Gegenspieler wahrzunehmen,

ocupar esse lugar de intermediação e de ameaçadora, no caso de Kleist, indefinição[115]. O sacrifício será igualmente o destino de Toni.

Antes de passar ao capítulo das dissonâncias entre o romance e a novela, que promete ser mais interessante do que este, das assonâncias, um comentário breve sobre mais dois aspectos comuns às obras. O enlace amoroso e a "mestiçagem". Em *Til* e no "Noivado", o encontro sexual entre o homem e a mulher domina o enredo, contaminando o que sucedeu antes dele e determinando o que virá depois. Esse é o evento-chave que, como mistério e/ou charada, clama por ser admirado e/ou solucionado a fim de que as histórias façam-se ler. O caráter inacessível desse encontro entre as diferenças surge evidente na obra de Kleist, que o marca com o famigerado "lies't"[116]: por detrás do verbo conjugado de maneira estranha (como *lieset*, uma forma arcaica de *liest*, terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *lesen*, "ler") e com um apóstrofe fálico[117] a marcar a elisão do "e", esconde-se o mundo em que se uniram o homem à mulher, o branco à negra, o germano[118] à *Mestize*, a cultura à natureza, a razão à emoção etc., e que, porém, está à disposição para ser lido (e é "ler" o verbo fundamental aqui já que se trata de um texto literário). No episódio narrado por Alencar, nada

---

da sein Bewußtsein in der narzisstischen Kränkung durch die vermeintlich untreue Frau gefangen ist und bleibt." Wolfgang Struck, "Schwarz-Weiß-Rot, oder: 'Lernt des Verräters Mitleid in Domingo'. 'Die Verlobung in St. Domingo' zwischen Befreiungskrieg und Kolonialismus" in *Kleist-Jahrbuch (1999)*, p. 212; "Quando os dois colocam-se frente a frente, 'o Fremde' não consegue perceber 'o negro' como oponente, já que sua consciência encontra-se aprisionada e continuará aprisionada na ferida narcísica provocada pela mulher supostamente infiel." Como se verá mais adiante, esse não é o motivo central do assassinato e do subsequente suicídio cometidos por Gustav/August. Mas não deixa de ser um motivo relevante.

[115] "Sie [Toni] steht im Kreuzfeuer, gerade weil sie die grundsätzlichen Unterscheidungen zwischen den Rassen und zwischen Wahrheit und Lüge, Redlichkeit und List, Licht und Dunkel, Gut und Böse verwischt und sich einer eindeutigen Zuordnung der Kategorien verwehrt." Alison Lewis, "Der Zwang zum Genießen. Männliche Gewalt und der weibliche Körper in drei Prosatexten Kleists" in *Kleist-Jahrbuch* (2000), p. 221; "Ela [Toni] mantém-se no fogo cruzado, exatamente porque faz desaparecer as diferenças básicas entre as raças e entre a verdade e a mentira, a honestidade e a falsidade, a luz e a escuridão, o bem e o mal, e ela resiste a ser encaixada inequivocamente nas categorias." Note-se, porém: ainda que trafegando entre os pólos e, portanto, exercendo uma ação responsável por provocar indiferenciação, o esforço de Toni, paradoxalmente, é por separar negros de brancos, a luz da escuridão, os bons dos maus etc.

[116] Quando Gustav-August deita-se com Toni, diz o narrador: "Was weiter erfolgte, brauchen wir nicht zu melden, weil es jeder, der an diese Stelle kommt, von selbst lies't." KSE, p. 238; "Não precisamos relatar o que aconteceu em seguida porque qualquer um consegue, chegado a este ponto, lê-lo por si só."

[117] "O ato de amor é marcado no texto pela ausência de uma letra e a inclusão de um sinal fálico de apóstrofe [...]" Ulrich Beil, "A subversão da História pela Literatura: Considerações sobre *O Noivado de São Domingos* de Heinrich von Kleist" in *Pandaemonium germanicum (11/2007)*, p. 9.

[118] "Germano" significa também "puro", "genuíno".

há de claro, nem mesmo a ignorância registra-se claramente, mas ainda assim, quando Luís Galvão estupra (e não estupra) Besita, o leitor ficará também sem saber o que de fato ocorreu. Se não se configura como encontro de raças, a união do filho de rico fazendeiro com a filha de "pobre velho" (TIL, p. 168) é fusão entre o homem e a mulher e, principalmente, entre o proprietário e a não-proprietária. Dessa "mestiçagem" nasce Til (a personagem) e nasce *Til* (o romance), como da mestiçagem entre o oficial suíço e a mulata ex-escrava nascera um noivado e "O Noivado em Sto. Domingo". No texto kleistiano e no alencariano, o núcleo fusional é problemático e por isso demanda solução, mas não só isso. Esse núcleo conforma-se em um ato sexual entre homem e mulher – é o encontro das diferenças que a sexualidade, um conceito perpassado por determinações culturais e naturais, materializa e coloca em xeque. Não é de se estranhar, portanto, que o assunto do amor-paixão (um sentimento da modernidade[119]) marque profundamente a obra de Alencar e de Kleist, escritores que, para fazer literatura, viram-se instados a plasmar as relações entre o mesmo e o outro na periferia do capital. Quase sempre, é no encontro entre um homem e uma mulher que se materializa a diferenciação/indiferenciação entre as esferas da ordem e da desordem, da lei e da ausência da lei, da cultura e da natureza, do agir racional e do descontrole sentimental que marca as obras desses dois autores. Quase sempre.

[119] Cf. Jurandir Freire da Costa, *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*.

Dessemelhanças e indiferenças (2)

Eu atirei, ele atirou, e nós trocamos tanto tiro
Que até hoje ninguém sabe quem morreu
Eu garanto que foi ele, ele garante que fui eu

Moreira da Silva e Miguel Gustavo

Quando se leem *Til* e "O Noivado em Sto. Domingo", saltam aos olhos as diferenças entre um texto e outro, e isso logo às primeiras linhas: os narradores kleistiano e alencariano, não obstante os traços em comum, adotam estratégias opostas e com intenções divergentes ao apresentar suas histórias, ainda que, no final, cheguem a resultados semelhantes. No romance, o empenho do narrador consistirá em retratar um mundo nascido da mestiçagem entre os europeus civilizados, que nunca deixam de ser estrangeiros, e os povos e a natureza primitivos, que nunca chegam a ter voz como tais, ou seja, delinear uma subjetividade de tipo inédito porque com resultado último desidentificador. Como se viu, Alencar enxergava nas formações rurais o primeiro bafejo da identidade brasileira. Nem a natureza puramente selvagem (e inacessível) nem a cidade por demais europeia (e estranha), o campo representava um lugar (in)definível capaz de servir de assunto à "infância" literária do país, a primeira manifestação autêntica de uma linha formativa original, pois uma formação que, ao completar-se, pulveriza-se sem desaparecer. Essa subjetividade moderna afirma-se por meio de um esforço de apreensão negativa do mundo, que se torna palpável só quando evanescente, que não pode ser nomeado sob pena de tornar-se outro, e que, no entanto, nomeia-se,

materializa-se – esse o gozo do travamento identitário. A palavra e a coisa vivem um divórcio drástico e, porém, vivem a corresponder-se; a confusão modulará o tom do cenário. Já na novela, o empenho do narrador consistirá em retratar, e solucionar, um mundo ameaçado pela "mestiçagem", ou, em outros termos, ameaçado pela mistura que apaga distinções das quais a subjetividade carece a fim de afirmar-se como tal. A identidade nacional (da Prússia e da Alemanha) é uma questão, mas colocada a certa distância, em um segundo plano ao qual se sobrepõem, em primeiro plano, os percalços da identidade moderna[1]. Kleist escreve no mundo sublevado pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, cujos efeitos nunca deixou de acusar. Nascia naquele final de século 18 e início de século 19, o mundo burguês da *Entzauberung*, em que o sujeito vê-se ao mesmo tempo desamparado, porque privado da segurança dos laços comunitários, das crenças religiosas, do pertencimento a um estrato social, e onipotente, porque livre das amarras cerceadoras do acanhado ambiente rural (no caso germânico, os *Dörfer* habitados pelos (ex-)servos), das mitificações da fé irracional, dos preconceitos de ordem pessoal. Ainda que pertencente à pequena nobreza e vindo de um ambiente agrícola, Kleist não adota uma postura saudosista. O narrador kleistiano, ao invés de lamentar o que perdido está (como faz certa literatura antiburguesa), coloca à prova a capacidade afirmativa da nova subjetividade livre de acanhamentos: a nova subjetividade é esforço identitário. Para tanto, percorre ambientes "exóticos" e tempos históricos remotos[2] nos

---

[1] Se, como ficou dito no capítulo anterior, o Brasil evanesce e obseda, pode-se compará-lo a uma lente difusa e opaca a misturar-se ao objeto e ao sujeito que, através dela, é visto e vê (o olhar brasileiro não sabe dizer ao certo o que é do objeto e o que é do sujeito; e sempre que olha para o outro olha também para si mesmo porque a lente tupiniquim em tudo está: o Brasil é o único assunto). Já a "Prússia" divisa e transluz; é a lente ideal da física teórica, porque de dimensão concreta nenhuma e totalmente permeável à luminosidade (o olhar "prussiano" diz com precisão o que é do objeto e o que é do sujeito porque a separar os dois há uma película ideal que está em lugar nenhum e através da qual nada resta do objeto que o sujeito deixe de subsumir: a Prússia nunca é o assunto). Quando, então, conforme ficou dito no capítulo anterior, Kleist explicou o desespero advindo da leitura de Kant com a metáfora da "lente verde" responsável por impedir o acesso à "verdade verdadeira", fez um diagnóstico prussiano (porque preciso) de um problema brasileiro – a lente seria, em verdade, verde-amarela. De outro lado, quando o olhar prussiano ganha voz, fá-lo aparentemente livre de condicionamentos histórico-materiais (a metafísica e as ciências exatas caem como uma luva; o acesso ao "sujeito universal" completa-se naturalmente); quando o olhar brasileiro fala, não consegue falar de outra coisa que não da impossibilidade de dizer-se, e então está a definir-se, mas sem definição etc. (o discurso cognitivo funciona de maneira deslocada; e a "subjetividade universal" resta inacessível e, porém, tornada coisa do dia a dia).

[2] A novela kleistiana que mais se aproxima da realidade histórica do artista é o "Noivado", cujo enredo é quase

quais planta enredos de embaralhamento na busca por saber se nessas lonjuras e sob a ameaça da desidentificação[3] também conseguirá fazer valer-se – algo que, antecipe-se, logra realizar, mas pagando um preço. Essa subjetividade moderna existe ao perfazer um movimento de apreensão positiva da realidade, calcado no gozo do (exagerado) imperativo identitário. A palavra é a coisa; e a radicalização dará as cartas.

No "Noivado", o imperativo identitário obriga o narrador a uma prosa instada ao impossível: apreender por completo a realidade. O esforço totalizante constitui-se na árdua caminhada de identificação do sujeito com aquilo que não é ele próprio. O constante avançar alimenta-se do penoso trabalho do espírito (*Geist*), que no outro nega a si para, em um segundo momento, regressar a si modificado pela subsunção daquela alteridade[4]. No caso de Kleist, esse processo (o processo de uma fatia da modernidade) plasma-se em versão condensada, redundando na exposição da fratura que, em sua versão "oficial", aquele esforço identitário recalca. Na trama textual kleistiana, o caráter absoluto da voz narrativa assenta pé sobre uma estrutura feita de pares contraditórios que se relacionam entre si passando um ao outro pela via da radicalização. É no embate dos elementos opostos que o sujeito faz-se sujeito – e, sendo assim, a síntese nunca se dá como síntese pura e simples, porque significaria o definhamento da força motriz do processo, que, não obstante linear, ganha um laivo circular[5]. Redunda da admirável empreitada kleistiana um texto construído de unidades dicotômicas

---

contemporâneo ao tempo da publicação (1803 e 1811, respectivamente). No entanto, mesmo aí, os fatos passam-se no distante Haiti e dizem respeito a um, para os de língua alemã, invulgar conflito entre escravos e seus senhores.

[3] O afastamento geográfico e cronológico marca a distância que, como petição de princípio, o narrador impõe entre si próprio e o risco do esfacelamento subjetivo. O ambiente "exótico" e/ou o tempo de "priscas eras" andam de par em par com um núcleo problemático feito de misturas de várias espécies. Só lá longe ou só lá atrás, as identidades vacila(va)m. O espaço e o tempo presentes, do narrador, são de determinação, o que garante a essa voz a segurança com que trafega pelos cenários inóspitos sem se deixar abalar, peregrinações essas, no entanto, que não pode deixar de realizar, já que tomada pela sanha de buscar a si mesma em tudo.

[4] Descreve-se aqui, de forma um tanto desajeitada, o movimento dialético conforme definido por Hegel. O processo em sua versão kleistiana, contudo, não se perfaz de maneira propriamente hegeliana, porque a síntese "falha". Daí que a referência à dialética do filósofo idealista surge somente nesta nota de rodapé, quase a pedir ser ignorada. De toda forma, a discussão filosófica consequente sobre a questão, que muito promete, foge ao escopo desta tese, menos por razões ligadas à conformação do objeto em si e mais por razões ligadas à ignorância do sujeito autor.

[5] No ensaio "Sobre o Teatro das Marionetes", Kleist projeta que o homem, no final dos dias, regressará ao paraíso de onde, no início, havia saído.

cujos constituintes se negam mas nunca se confundem. Os pares antagônicos são o próprio texto[6]. Esse panorama cindido o leitor vê desde o chão da prosa, que, no entanto, é uma só, uma única voz, a daquele narrador totalizante. Se transpira desse cenário um justificado sentimento de ambiguidade, paradoxo, indefinição, esses são ambiguidades, paradoxos e indefinições peculiares porque feitos da coabitação de unidades contraditórias claramente definidas. A voz narrativa, que é a síntese, realiza-se na dinâmica contrastiva dos pares antagônicos, que são analíticos (assintéticos) – ou seja, quanto mais contraditórios os choques, mais unívoca a voz, quanto mais análise, mais síntese. É assim que os textos kleistianos são ao mesmo tempo ambíguos, paradoxais, indefinidos, fraturados enfim, e o resultado/a garantia da "validade incondicional do absoluto"[7]. Nesse ambiente, não cabe falar em multiplicidade ou no surgimento de um "terceiro" capaz de superar a dicotomia entre os elementos opostos sem ser deles a síntese. O cenário formado por vários pares de elementos contraditórios não se confunde com um panorama de fato plural – se um elemento passa a seu antitético quando radicalizado, então nada sobra de realmente "outro"; por isso se diz aqui, preferencialmente,

---

[6] "Das undurchschaubare Netz [do texto] entspinnt sich durch Spuren gegensätzlicher Wortpaare, die in einer gespannten Beziehung zueinander stehen und über den gesamten Text verstreut sind." Saskia Herrath, "Schwarz auf Weiß – Simultaneität der Gegensätze bis an den Rand der Sprache" in Klaus Jeziorkowski (Hrsg.), *Kleist in Sprüngen*, pp. 55-56; "A rede impenetrável [do texto] desfia-se através dos rastros de pares contraditórios de vocábulos, que mantêm entre si uma relação de tensão e que se espalham por todo o texto." Além disso: Stefanie Marx, conforme nota 81 do Capítulo "Dessemelhanças e Indiferenças (1)", defende que, no "Noivado", o embate entre negros e brancos possui valor estrutural. A constatação de que o texto kleistiano atravessa-se por oposições é relativamente comum entre os críticos. Kleist possui um "kontrapunktischer Darstellungsstil". Elke Heckner, "Zur Ambivalenz kolonialer Mimikry in Kleists 'Verlobung in St. Domingo'" in *Kleist-Jahrbuch (2001)*, pp. 229-230; Kleist possui um "estilo de apresentação contrapontístico". "Dem Text der Erzählung ["Michael Kohlhaas"] liegt ein System von Oppositionen und Äquivalenzen zugrunde, das sowohl auf Makro- als auch der Mikroebene als strukturiendes Prinzip fungiert." Erika Fischer-Lichte, *Heinrich von Kleist. Michael Kohlhaas*, p. 28; "Ao texto da narrativa ["Michael Kohlhaas"] subjaz um sistema de oposições e equivalências, que, tanto na camada micro quanto na macro, funciona como princípio estruturante." "Kleist läßt nun das Reich des Gegensatzes vornehmlich als Strukturprinzip gelten, geht aber darüber hinaus zu der Bildung neuer Absolutheiten in der Imagination vor." Lilian Hoverland, *Heinrich von Kleist und das Prinzip der Gestaltung*, p. 19; "Kleist faz valer, como princípio estrutural, principalmente o reino das oposições, mas avança para além disso rumo à construção de novas totalidades na imaginação."

[7] "[D]ie unbedingte Gültigkeit des Absoluten". Ditmar Skrotzki, *Die Gebärde des Errötens im Werk Heinrich von Kleists*, p. 54. O autor refere-se, nesse trecho, à demanda do personagem Michael Kohlhaas por justiça. "Immer strebt Kleist so ein Absolutes, das ihn leiten soll: unbedingte Erkenntnis, unbedingtes Gefühl, unbedingte Unterwerfung, um schließlich in absoluter Verzweiflung zu enden." Bernhard Blume, "Kleist und Goethe" in Walter Müller-Seidel (Hrsg.), *Heinrich von Kleist. Aufsätze und Essays*, p. 183; "Kleist sempre almeja, dessa forma, a um absoluto que deve guiá-lo: conhecimento absoluto, sentimento absoluto, submissão absoluta, para, ao final, terminar em desespero absoluto."

que os pares são contraditórios (como o branco e o não-branco) e não contrários (como o branco e o negro). De outro lado, os entes opostos tampouco se fundem dando à luz algo totalmente "diferente"[8]. Ainda que haja um ar de confusão na obra kleistiana, essa advém da convivência do que não deveria conviver, e mais, advém da relação que esses elementos antagônicos guardam entre si – eles não somente passam um ao outro pela via da radicalização[9] como comparecem ao texto em pé de igualdade[10], sem nunca se unirem. Toni, por exemplo, será tanto mais fiel (a Gustav/August) quanto mais infiel for (a sua mãe e ao padrasto), será tanto mais pacífica (evitando o choque entre negros e brancos) quanto mais violenta for (amarrando Gustav/August e raptando os irmãos de criação) etc.

Se o texto kleistiano é totalizante porque capaz de atribuir valor idêntico a um conceito e a sua negação, colocando os dois a dividir um único espaço, a totalização depende também de essa convivência dos contraditórios dar-se sob o domínio de uma só voz apta a trafegar pelas divergências sem fragmentar-se. Observado esse panorama, ao invés de do chão da

---

[8] Neumann, Beil e Földényi são alguns dos críticos a defender o surgimento desse elemento "terceiro" capaz de escapar ao embate entre afirmação e negação. O húngaro Földényi, por exemplo, cuja excelente e inspiradora, também para esta tese, análise guarda muitas revelações, insiste que a prosa kleistiana atinge seu ápice nesses momentos de fusão dos pares antagônicos. Sobre a discussão, por exemplo, em torno de o escritor ser ou não partidário do racionalismo: "Kleist als Dichter is keinesfalls *Anti*rationalist [...]. Höhepunkte seiner Dichtung sind Momente der Verschmelzung dieser beiden Elemente [razão e emoção]. Er ist fähig grenzenlose Leidenschaft mit Hyperrationalismus zu verschmelzen." Lásló F. Földényi, *Heinrich von Kleist. Im Netz der Wörter*, p. 278, itálico no original; "Como artista da palavra, Kleist não é, de forma nenhuma, *anti*rracionalista [...]. Os pontos altos de sua escrita são momentos de fusão desses dois elementos [razão e emoção]. Ele é capaz de fundir uma incomensurável e imensa emoção com o hiperracionalismo."

[9] Sobre uma cena de "Michael Kohlhaas": "Aber der Erzähler läßt die Ereignisse nicht ausarten [trata-se do momento em que Kohlhaas, revoltado com a injustiça de que é vítima, decide vender seus bens, para desespero de sua mulher]. Seine *Behutsamkeit* und *Selbstbeherrschung* sind jedoch so *maßlos*, daß die Szene dadurch erst recht ausartet. Noch erschreckender als die Uferlosigkeit der Leidenschaften ist ihr *ungeheures Gehemmtsein*." Földényi, op. cit., pp. 282-283, itálicos no original; "Mas o narrador não permite que os acontecimentos [trata-se do momento em que Kohlhaas, revoltado com a injustiça de que é vítima, decide vender seus bens, para desespero de sua mulher] degenerem. Sua *circunspecção* e seu *autodomínio* são, porém, tão *descomedidos*, que a cena, por isso, degenera de fato. Mais assustador do que a ausência de limites das emoções é a *desmesurada contenção* delas."

[10] "Die für Kleist so charakteristische Ambiguität, Widersprüchlichkeit, ja Paradoxie entsteht immer dann wenn Oppositionen äquivalent gesetzt werden." Fischer-Lichte, op. cit., p. 28; "A ambiguidade, a contraditoriedade, o paradoxo até, tão típicos no caso de Kleist, surgem sempre quando as oposições são colocadas em equivalência." Algo semelhante diz Skrotzki: "Ständig wechseln die Perspektiven [do narrador]; man achte z.B. nur auf die verschiedenen Adjektive, die Kohlhaas gelten: rechtschaffen, heillos, entsetzlich, seltsam, billig, bescheiden, arm etc. Das heißt aber, daß keine einzelne Partie als Schlüsselstelle herausgegriffen werden darf." Skrotzki, op. cit., p. 54; "A perspectiva [do narrador] muda constatemente; vejam-se, por exemplo, os diferentes adjetivos atribuídos a Kohlhaas: justo, sagrado, terrível, estranho, modesto, humilde, pobre etc. Isso significa, porém, que nenhuma dos partidos adotados pode ser tomado isoladamente para funcionar como ponto determinante."

prosa, agora das alturas do "eu lírico", isso significa dizer que, tendencialmente, prevalecerá, na camada mais superficial do texto e para cada um dos pares antitéticos, um dos elementos que os formam, elemento esse cuja negação, no entanto, surgirá se o leitor raspar mesmo que de leve o invólucro semântico. No caso do "Noivado", a leitura imediata manda ver no narrador um representante dos escravocratas; contudo, não é preciso ir fundo para identificar nas declarações dele, igualmente, uma postura crítica em relação a esse regime de mão de obra compulsória. As duas interpretações justificam-se e não se excluem, sendo impossível então, para o leitor, decidir qual adotar[11]. Multiplicada essa constatação para todas as camadas do texto, para todos os interstícios frasais, para todos os conceitos, percebe-se que cada obra kleistiana contém, potencialmente, todas as suas interpretações. Nada que se diga a respeito dela é incorreto (e irrelevante) e, logo, nada que se diga a respeito dela é relevante (e correto) – porque é excessivamente relevante, a crítica torna-se irrelevante. Para retomar um assunto tratado poucas linhas atrás: no caso do personagem kleistiano, a sua descrição desde pontos de vista díspares preserva-o íntegro porque não há relativização de nada[12]; a respeito do personagem kleistiano, nada se pode dizer com certeza porque há uma relativização radical das posições[13]. Essas são opiniões diametralmente opostas e, no entanto, igualmente válidas, de forma que escolher entre uma e outra implicaria uma falsa escolha. A respeito do

---

[11] Pode-se dizer, neste ponto, que o caso é de "dubiedades insuperáveis"; "unaufhebbare Doppeldeutigkeiten". Michael Wetzel. "Geben und Vergeben. Vorüberlegungen zu einer Neudeutung der Ambivalenzen bei Kleist" in *Kleist-Jahrbuch (2000)*.

[12] "Die Unvereinbarkeit der Perspektiven führt nicht dazu, daß seine [de Kohlhaas] Persönlichkeit wie die der Helden Hoffmanns auf romantische Weise zerfällt. Das erreicht Kleist dadurch, daß er die enzelnen Perspektiven niemals *relativiert*: wie Shakespeare [...] oder Dostojewski [...] nimmt er im gegebenen Moment und in der gegebenen Situation alle Personen gleich ernst." Földényi, op. cit., p. 292; "A irreconciliabilidade das perspectivas não faz com que a personalidade dele [de Kohlhaas] esfacele-se, romanticamente, como a dos heróis de Hoffmann. E isso Kleist consegue fazer porque nunca relativiza as perspectivas individuais: como Shakespeare [...] ou como Dostoiévski [...], ele, em um dado momento e em uma dada situação, encara todos os personagens com a mesma seriedade."

[13] "Eine andere, weitergehende Funktion der Kleistschen Perspektivenkunst ist die grundsätzliche Relativierung. Sie läßt die Ambivalenz eines Geschehens hervortreten, das einmal so einmal anders erscheinen kann und sich damit jeder gültigen Feststellung, jedem 'Sinn' entzieht; [...] schließlich die Relativierung der Menschen und der 'Welt' [...]" Jochen Schmidt, *Heinrich von Kleist. Studien zu seiner poetischen Verfahrensweise*, p. 149; "Uma outra função importante da arte perpectivística de Kleist é a relativização radical. Ela faz com que venha à tona a ambivalência de um acontecimento, que pode manifestar-se de uma forma e depois de outra, fugindo assim de qualquer fixação válida, de qualquer 'sentido'; [...] enfim, a relativização dos homens e do 'mundo' [...]"

"Noivado", dizer que o narrador é racista ou dizer que não é racista significa render-se a um mecanismo de anulação das diferenças que, no limite, impede a tomada de posição. E, no entanto, a escolha impõe-se – o texto demanda ser decifrado e, ao mesmo tempo, banaliza esses esforços, indiferente que é diante deles. O caráter inabalável do narrador kleistiano pressupõe a ineficácia da crítica, que se torna um elemento funcional do universo semântico da obra, não uma contraposição como necessário seria. De maneira semelhante à matéria brasileira, o texto de Kleist resiste à interpretação. Mas faz isso por um caminho reverso daquele: se, no caso do Brasil, a crítica faz água porque a matéria é (in)dizível, e o conceito corresponde e não corresponde ao conceituado, no caso de Kleist, a crítica perde relevância porque o conceito, tendencialmente, sempre corresponde (por inteiro) ao conceituado: tudo está dito e a interpretação dispensa-se; a decifração que o texto demanda já estava desde o princípio concluída, realizada que foi pelo próprio texto[14]. No entanto, a tradição crítica em torno dos textos kleistianos avoluma-se sem cair, de fato, na insignificância. E isso porque toda interpretação digna do nome impõe o grão de parcialidade (de insuficiência da palavra) que a obra kleistiana ameaça suprimir, e suprime. Se, diante de Alencar, o crítico precisa garantir a rigidez mínima do conceito a fim de resguardar-lhe uma positividade que a (in)definição nulificadora corrói, derradeiramente, por inteiro, diante de Kleist, o crítico terá

[14] Vários são os críticos a identificar esse excesso de interpretações radicalmente díspares no caso kleistiano. Dois exemplos: "Wenige Dichter wurden so widerspruchsvoll beurteilt wie Kleist, wobei die Tendenz überwog, stets nur *eine* Seite seines Wesens herauszuarbeiten, nicht selten bis zur absurden Verzerrung." Ernst Fischer, "Heinrich von Kleist" in Walter Müller-Seidel (Hrsg.), *Heinrich von Kleist. Aufsätze und Essays*, p. 461, itálico no original; "Poucos escritores foram tão contraditoriamente avaliados como Kleist, o que fez predominar a tendência de destacar somente *um* lado do caráter dele, não raramente até uma distorção absurda." "So konnte es geschehen, daß dieser Dichter [...] wie kaum ein zweiter bis in unsere Tage 'umstritten' geblieben ist, und zwar nicht bloß als Objekt des ideologischen Kampfes in Hinblick auf den weltanschaulichen und politischen Gehalt seiner Werke, sondern auch bei deren ästhetischer Bewertung." Peter Goldammer, "Der Mythos um Heinrich von Kleist" in Peter Goldammer, *Schriftsteller über Kleist. Eine Dokumentation*, p. 9; "Então se deu, que esse escritor [...], como quase nenhum outro de nossa época, permanceu 'polêmico', e isso não apenas como objeto de disputas ideológicas referentes ao conteúdo discursivo e político de sua obra, mas também quanto à qualificação estética dela." Ou seja, pode-se sustentar potencialmente qualquer opinião a respeito do texto kleistiano, o que é o retrato cabal da riqueza exegética transformada no seu contrário, a gratuidade (ou irrelevância) das interpretações. Mesmo a constatação de que o texto seria impossível de ser interpretado porque toparia qualquer interpretação, ou seja, mesmo a constatação da falta de sentido do texto é também incluída nessa exegética que a tudo abarca. No gesto de banalização dos conceitos pelo excesso de relevância, o acúmulo de experiência (positiva) realizada pelo Ocidente torna-se inócuo. Algo que a periferia escravista já anunciava, mas pelo outro lado da moeda: nessa periferia, não há experiência (positiva) acumulada; a experiência confunde-se com a inexperiência, e a interpenetração delas resulta em vacuidade (impossibilidade de formação).

de resguardar no conceito sua parcela de negatividade (sua insuficiência) que a superdefinição suprime[15]. Somente deste lugar é possível dizer, por exemplo, como se disse acima, que o texto kleistiano desconhece uma mulitiplicidade verdadeira ou que não cria um "terceiro" radicalmente diferente do entrechoque entre afirmação e negação. A discussão crítica sobre a obra kleistiana começa, esteja o crítico ciente disso ou não, quando a palavra confessa-se lacunar (mas não totalmente lacunar).

Se o que se afirmou até aqui a respeito do texto de Kleist estiver correto, então o narrador dele, ainda que um só, sempre conta duas histórias ao mesmo tempo, ou melhor, conta sempre uma história sob dois pontos de vista antagônicos[16] que convivem sem sobrepujarem um ao outro, que dependem um do outro para existir mas que não se confundem. Leia-se parte do primeiro parágrafo de "O Noivado em Sto. Domingo":

> *Zu Port au Prince, auf dem französischen Anteil der Insel St. Domingo, lebte, zu Anfange dieses Jahrhunderts, als die Schwarzen die Weißen ermordeten, auf der Pflanzung des Hrn. Guillaume von Villeneuve, ein fürchterlicher alter Neger, namens Congo Hoango. Dieser von der Goldküste von Afrika herstammende Mensch, der in seiner Jugend von treuer und rechtschaffener Gemütsart schien, war von seinem Herrn, weil er ihm einst auf einer Überfahrt nach Cuba das Leben gerettet hatte, mit unendlichen Wohltaten überhäuft worden. Nicht nur, daß Hr. Guillaume ihm auf der Stelle seine Freiheit schenkte, und ihm, bei seiner Rückkehr nach St. Domingo, Haus und Hof anwies; er machte ihn sogar, einige Jahre darauf, gegen die Gewohnheit des Landes, zum Aufseher seiner beträchtlichen Besitzung, und legte ihm, weil er nicht wieder heiraten wollte, an Weibes Statt eine alte Mulattin, namens Babekan, aus seiner Pflanzung bei, mit welcher er durch seine erste verstorbene Frau weitläuftig verwandt war. Ja, als der Neger sein sechzigstes Jahr erreicht hatte, setzte er ihn mit einem ansehnlichen Gehalt in den Ruhestand und krönte seine Wohltaten noch damit, daß er ihm in seinem Vermächtnis sogar ein Legat auswarf; und doch konnten alle diese Beweise von Dankbarkeit Hrn. Villeneuve vor der Wut dieses grimmigen Menschen nicht schützen. Congo Hoango war, bei dem allgemeinen Taumel der Rache, der auf die unbesonnenen Schritte des Nationalkonvents in diesen Pflanzungen aufloderte, einer der ersten, der die Büchse ergriff, und, eingedenk der Tyrannei, die ihn seinem Vaterlande entrissen hatte, seinem Herrn*

[15] Neste caso, observar a primazia do objeto também implicará ignorar a primazia do objeto, mas pela via inversa da brasileira: deste lado do Atlântico, tratou-se de conferir a um objeto vaporoso algum grau de definição; lá, trata-se de borrar no objeto, em alguma medida, os contornos superdefinidos. A esse respeito, diga-se isto: esse preceito não se configura em um suposto caminho do meio, uma "terceira via" da boa medida, mas sim em olhar para cada objeto com a especificidade demandada por cada objeto, o que significa garantir ao conceito uma relação com o conceituado de outra natureza que não a da total subsunção (positiva ou negativa) de um no outro.

[16] "In dieser komplexen Inszenierungpraxis [adotada pelo narrador kleistiano] werden verschiedene Perspektive ineinandergeschoben und agieren gegeneinander, so daß zugleich aus einer kolonialistischen und kolonialkritischen Perspektive erzählt wird." Heckner, op. cit., p. 226; "Nessa complexa prática de encenação [adotada pelo narrador kleistiano], diferentes perspectivas serão encaixadas uma na outra e agirão uma contra a outra, de forma que a narrativa seja feita, simultaneamente, desde um ponto de vista colonialista e desde um ponto de vista crítico ao colonialismo."

die Kugel durch den Kopf jagte.[17]

O tom dominante dessa cena inicial é racista: ao branco, dono de escravos capaz de uma ampla gama de "provas de gratidão", contrapõe-se o "preto velho e terrível", cuja fidelidade não passava de aparência e cuja verdadeira natureza, soube-se depois, era a de um "homem colérico" incapaz de moderar sua "fúria". Não bastassem os qualificativos explícitos, o proprietário chama-se "senhor Guillaume de Villeneuve", com nome e sobrenome europeus que remetem à civilidade incorporada nessa figura ("Guillaume" é a versão francesa de "Wilhelm", como se chamava o governante prussiano então, e "Villeneuve" é a "cidade nova", a "nova civilização" em processo de fixação na colônia[18]), enquanto "Congo Hoango", duas palavras assonantes a lembrar o batuque repetitivo de uma música "selvagem", transborda a potência destruidora que tomará conta da agora ex-colônia – as palavras não formam uma dupla de nome e sobrenome mas são antes dois nomes semelhantes (de rios[19]) a indicar o caráter incivil do personagem, que nem possui filiação e nem fundamenta uma estrutura familiar. A figura corporifica a natureza incontrolável, e por isso ameaçadora, que se traduz em violência, fúria e cólera, mas não dispensa um traço da boa natureza, domesticada, pois exibiu pela maior parte de sua vida a aparência de um "temperamento fiel e justo"[20]. Note-se

[17] KSE, p. 222; "Em Porto Príncipe, na parte francesa da ilha de Sto. Domingo, vivia, no começo deste século, quando os negros os brancos matavam, na plantação do sr. Guillaume de Villeneuve, um preto velho e terrível, de nome Congo Hoango. Esse homem, vindo da Costa do Ouro africana, que em sua juventude parecia ser de temperamento fiel e justo, viu-se cumulado por seu senhor, porque, certa vez, havia-lhe salvado a vida durante uma viagem a Cuba, de inúmeros benefícios. O sr. Guillaume não apenas presenteou-o imediatamente com sua liberdade e a ele, no regresso a Sto. Domingo, concedeu casa e um pouco de terra; ele até mesmo fez dele, alguns anos mais tarde, contrariando o costume local, o intendente de sua considerável propriedade e atribuiu-lhe, porque não desejava casar-se novamente, como parceira uma velha mulata, de nome Babekan, de sua plantação, com a qual ele, por meio de sua primeira mulher, já morta, mantinha uma relação distante de parentesco. Sim, quando o preto chegou aos seus sessenta anos de idade, estipulou-lhe uma remuneração respeitável na qualidade de aposentadoria e ainda encimou seus benefícios com isto, com o fato de ter-lhe atribuído em seu testamento até mesmo um legado; e no entanto todas essas provas de gratidão não conseguiram proteger o sr. Villeneuve da fúria desse homem colérico. Congo Hoango foi, durante o generalizado frenezi de vingança que se deflagrou nessas plantações junto com as medidas desarrazoadas da Convenção Nacional, um dos primeiros que pegou da carabina e, sem esquecer a tirania que o havia arrancado de sua pátria, enfiou a bala na cabeça de seu senhor."

[18] Com intenção oposta a adotada aqui, Horst Häker, em *Heinrich von Kleist. Prinz von Homburg und Die Verlobung in St. Domingo. Studien, Beobachtungen, Bemerkungen*, ressalta o paralelo entre os nomes do personagem e do governante prussiano e chama atenção para o significado da palavra "Villleneuve".

[19] Cf. observação do capítulo anterior.

[20] Esse um esquema que se repetirá nas obras de Kleist e de Alencar: a natureza é tanto negativa quanto positiva.

ainda que o escravo pertencente à esfera da natureza aproxima-se daquela da civilização pelas mãos escravistas, que o tiraram da África e que, por gratidão, atulharam-no de benesses cada vez maiores: a liberdade, a propriedade e a união com a mulher meio branca. O próprio potencial inato do africano para a civilização (o tal do temperamento fiel e justo) depende do pólo civilizador para fazer sentido: a fidelidade e a justiça exercem-se em relação aos brancos... Cumprindo o destino que a prosa desde o início lhe atribui, Congo Hoango, o terrível, assassina seu inquestionável benfeitor de forma, por inteiro, gratuita. No entanto, imediatamente antes do tiro fatal, a voz narrativa executa o gesto que obrigará a um regresso para o início do parágrafo a fim de ler o negativo do que acabara de ficar dito – o narrador revela que o escravo, ao invés de simplesmente "originário" (*herstammende*) da Costa do Ouro africana, havia sido arrancado da sua pátria pela "tirania". A constatação, aparentemente singela, coloca de pernas para o ar a mesa posta: Congo Hoango, frente a um poder autoritário do qual nunca consegue evadir-se, é a vítima, não o algoz. O negro veio trazido da África à força, transformado em mercadoria como o metal precioso da Costa do Ouro; as benesses conferidas não são simples ato gratuito mas paga por algo impagável (a preservação da vida do senhor Villeneuve); ainda sobre as benesses, essas não simplesmente se avolumam mas sufocam, oprimem, subjugam[21]; o senhor branco liberta Congo Hoango e faz dele o administrador de suas terras, sem, no entanto, suprimir o regime de mão de obra compulsória – o ex-escravo continua a ser negro em um mundo de escravos negros; livre, Congo Hoango vê-se pareado com uma velha mulata escrava atribuída a ele por seu ex-dono, como se ainda escravo fora; tendo trabalhado inúmeros anos gratuitamente para seu senhor, o negro precisa dar-se por contente com a "Haus und Hof", a aposentadoria "respeitável" e a promessa de

A parte negativa dela manifesta-se como afeto ou acontecimento "irracional" porque sem controle e, no limite, inclassificável (indizível). A parte positiva, como qualidades e eventos úteis para a civilização, e, logo, submetidos aos desígnios desta (pacificados em sua denominação).

[21] Segundo o *Langenscheidts Großwörterbuch. Deutsch als Fremdsprache*, o verbo "überhäufen" significa "j-m von etw. sehr viel oder zu viel geben <j-n mit Geschenken, mit Ehrungen, mit Arbeit ü.>"; "dar algo a alguém em grande quantidade ou em demasia <acumular alguém de presentes, honrarias, trabalho etc.>".

herança quando da morte de Villeneuve, cuja vida ele salvara (mas, agora, salvaria de novo?). Quando então o africano pega "da carabina" e dispara "a bala" contra Villeneuve, fá-lo como o ingrato e terrível ex-escravo e como o justo e infeliz trabalhador cuja condição de escravo perpetua-se. Os artigos definidos que, estranhamente, acompanham a arma e a munição (quando o esperado seria ler "uma carabina" e "uma bala") tornam explícita a totalização feita pela via do pareamento de contraditórios mantidos em equivalência.

O quadro, no entanto, não é estático, e o movimento realiza-se pelo caminho da radicalização. Os elementos opostos de cada duo dependem da negação um do outro para vir a ser, em um processo que, não obstante linear, possui um sentido último circular, pois o momento de afirmação total é de negação total (a negação da paridade responsável por garantir a existência): negação e afirmação, nesse fim de percurso, equiparam-se, repondo a coabitação que parecia ter sido abolida, e o ciclo recomeça. Veja-se o que ocorre com Congo Hoango, o negro fiel e terrível. A fidelidade crescente alimenta-se da negação cada vez mais intensa da fatia terrível (não-fiel) dele – a aparência de temperamento fiel e justo confirma-se quando Congo Hoango salva seu senhor, a quem poderia ter deixado morrer se terrível fosse; mais fiel ainda se tornará o africano quando, livre, continuar ao lado de Villeneuve, a administrar-lhe as propriedades e a morar na casa dada por este, os quais teria abandonado se realmente terrível fosse; a fidelidade intensifica-se um ponto mais quando Congo Hoango cumpre os desígnios de seu senhor e funda uma "família" com a mulata Babekan, o que não seria capaz de fazer se radicalmente terrível fosse; o ponto final dessa "carreira civilizacional" perfaz-se na aposentadoria do ex-escravo e sua inclusão no testamento do rico proprietário branco, o que não ocorreria se Congo Hoango fosse incorrigivelmente terrível[22] – mas é justo

[22] Zantop chama atenção para o "exagero retórico" adotado pelo narrador: "Die Empörung des Erzählers [do "Noivado"] äußert sich in der rhetorischen Übersteigerung (Nicht nur... sogar... ja... krönte... und doch), mit der er diese 'Undankbarkeit' des schwarzen Fast-Sohnes, diesen 'Verrat' am paternalistischen Traum, schildert." Susanne Zantop, "Verlobung, Hochzeit und Scheidung in St. Domingo. Die Haitianische Revolution in zeitgenössischer deutscher Literatur (1792-1817)" in Sigrid Bauschinger et Susan L. Cocalis (Hrsg.), *'Neue Welt'/'Dritte Welt'. Interkulturelle Beziehungen Deutschlands zu Lateinamerika und der Karibik*, p. 43; "A

nesse momento, quando todo o caráter terrível do negro parecia ter sido extirpado (quando o bárbaro torna-se por completo um cidadão), que a fidelidade vira em seu contrário, em traição. A fidelidade existia em função da negação crescente de seu contraditório (da negação de sua negação), que, tendo sido totalmente anulado, não mais oferece o contraponto essencial para a afirmação daquela. A total negação do contraditório, que é a total afirmação do idêntico, vira em negação do idêntico, que então se transforma no contraditório (a negação do idêntico é o contraditório)[23] – de um ponto de vista lógico: se o idêntico é o (cada vez mais) não-contraditório, então a supressão derradeira do não-contraditório (o não não-contraditório) é a supressão do idêntico (o não idêntico[24]), e o processo reverte-se: o idêntico é o (cada vez mais) contraditório[25]. A fidelidade absoluta (ao senhor representante da civilização do imperativo identitário) é a traição absoluta (frente ao senhor representante da civilização do imperativo identitário), e quanto mais infidelidade mais fidelidade – no caso do enredo em foco, Congo Hoango torna-se cada vez mais sujeito quanto mais afunda na esfera de domínio do proprietário; a fidelidade "degenera" em traição. Esse o paradoxo do sujeito que, para autonomizar-se, precisa submeter-se[26]. O caminho da crescente "fidelização" descrito acima pode ser percorrido desde o ponto de vista oposto: desde o caráter cada vez mais alienante do processo, que, a cada volta, reafirma a condição objetal do sujeito candidato à emancipação. Nesse caso, Congo Hoango se tornaria cada vez mais terrível (infiel ao projeto de autonomização e, logo, cada vez mais "bárbaro") até virar em um sujeito totalmente fiel (à subjetividade, à civilização e, portanto, a seu senhor, cujo assassinato é uma demanda da

---

indignação do narrador [do "Noivado"] manifesta-se no excesso retórico (não apenas... até mesmo... sim... encimou... e no entanto) com o qual descreve essa 'ingratidão' do negro quase-filho, essa 'traição' ao sonho paternalista."

[23] Adiante-se: não há uma "fidelidade" essencial capaz de subsistir sem a negação de seu contraditório, a "não-fidelidade", sem a negação, enfim, de sua própria negação. No mundo do imperativo identitário (exagerado), o ser é a negação do "não-ser", e nada mais. Nada há de substancial que resista a essa dinâmica. Aqui impera a razão abstrata dessensibilizadora.

[24] Esse "não-idêntico" não instaura uma alteridade enfática, ou seja, não se confunde com o *Nichtidentische* (não-idêntico) conforme discutido por Adorno.

[25] No imperativo identitário (exagerado), a identificação é a desidentificação, e todo processo de afirmação do idêntico é um processo de negação do idêntico, de maneira que, ao final do ciclo, o sujeito é o objeto.

[26] Eis aí a figura do servo moderno, conforme identificada no Capítulo "O malandro e o burocrata".

ordem). Esses dois pontos de vista básicos desde os quais se narra o "Noivado" têm peso idêntico, mesmo que um deles seja mais aparente, e dependem um do outro para vir a ser, de forma que nunca se confundem. Sendo assim, a leitura da novela como um libelo imediatamente antirracista, ainda que o antirracismo, no texto, seja menos evidente, é tão errônea quanto a leitura dela como uma defesa do regime escravocrata. A narrativa banaliza a luta antiescravista com a mesma veemência com que põe por terra o discurso escravocrata, e, no entanto, seu saldo final é conservador, e não neutro, porque mantém intacto o mecanismo de conservação por meio do choque radicalizante dos contraditórios[27].

Antes de passar ao próximo ponto, acrescente-se ainda: o texto kleistiano realiza uma enormidade de façanhas, mas a maior delas (a fundamental, da qual todas as demais dependem) é a de retratar essa dinâmica em que os elementos antagônicos pareados convivem sem se misturarem – e, logo, não há fusão (ainda que haja um momento pontual de identidade absoluta) – ao mesmo tempo em que vivem por meio da negação recíproca e cada vez mais intensa, de modo que um passa ao outro no instante da "síntese", que é a reposição assintética da pareação – e, logo, não há confusão. A estática equivalência (entre as posições antagônicas) faz-se pelo movimento de negação radicalizadora (do antagonismo), e vice-versa. Aquele momento de "revelação" identificado antes (o momento em que o narrador finalmente desvela que Congo Hoango é vítima da tirania) estava desde sempre posto. É o que indica a frase: "als die Schwarzen die Weißen ermordeten" ("quando os negros os brancos matavam"), do início do parágrafo. A frase pode ser lida tanto como "quando os negros matavam os brancos" quanto como "quando os brancos matavam os negros", e isso porque nenhuma das duas duplas formadas por artigo-substantivo ("die Schwarzen", "die Weißen") conta com declinações a indicar incontestavelmente qual delas é sujeito e qual é objeto[28]. O efeito de equiparação entre

[27] Como obra de arte, o efeito da novela é emancipador, pois consegue plasmar o funcionamento do mecanismo identificado acima.
[28] A leitura mais natural é aquela consagrada na interpretação tradicional do texto, a de que "os negros matavam os brancos". Mas a segunda leitura faz-se necessária.

as duas possibilidades intensifica-se um ponto mais se se levar em conta que o narrador usa "Schwarzen" ao invés do pejorativo "Neger" com que qualificará Congo Hoango logo adiante[29]. As duas leituras convivem sem que se possa decidir qual é a correta. Ainda, cada uma das possibilidades compõe-se de um par de elementos antagônicos a negar um o outro (os negros matam os brancos, e os brancos matam os negros); porém, quando da completa negação do outro, estaria também negado o mesmo, de maneira que a dualidade reapareceria (dentro da novela, a potência emancipadora da luta dos escravos haitianos esgota-se, quase que por inteiro, na eliminação dos brancos; quando a sociedade haitiana vê-se composta exclusivamente de sujeitos de cor, não se instala um regime igualitário formado por semelhantes, mas uma nova autocracia, agora a opor os "negros mais negros" aos "negros menos negros"; do ponto de vista dos escravistas, se os negros fossem eliminados, os brancos teriam de sair à cata de um outro critério de recorte populacional a fim de preencher o lugar agora vago da mão de obra compulsória, e logo aos "mais brancos" se oporiam os "menos brancos", ou algo semelhante). Uma vez mais: a equivalência dos elementos antagônicos faz-se na radicalização do confronto intestino (de um ponto de vista lógico, o paradoxo advindo da simultaneidade de congruência e contraposição vira em convergência, a cada final de ciclo, entre contraposição e congruência[30]).

O romance alencariano, a seu turno, transcorre sob o mandamento frouxo do travamento identitário. Nesse caso, também marcará presença o embate dos contraditórios, mas não mais um embate de tipo rigoroso, de intensidade crescente, com sentido "histórico" e uma síntese em mira, mas um de tipo lasso, no qual os elementos antitéticos negam-se e,

---

[29] O português usa "negro" (uma palavra originada do latim) com carga positiva no confronto com o "preto". Em alemão, inglês e francês (também em italiano e em espanhol? Todas essas línguas incorporaram o vocábulo), "negro" (*Neger*, *nigger* e *nègre*) é pejorativo e a utilização preferencial é pelo "preto". Pode-se especular que, no Brasil, como a alteridade é invisível, o vocábulo mais comum, "preto", soa ofensivo porque torna presente demais o que é esquivo, ao passo que o vocábulo mais raro, "negro", mantém em uma esfera quimérica o que ao sonho pertence. Interessante notar também que, ainda no caso do português, o embate declarado entre "pretos" e "brancos", dois vocábulos equivalentes, sofre um deslocamento de modo a impedir o choque direto: os brancos opõem-se agora aos negros, que são de pele escura mas não são pretos...

[30] Cf. antecipado na Nota 5 do Capítulo "O malandro e o burocrata".

porém, não se negam, em que há avanço e retrocesso e não há nenhum dos dois, em que a síntese realiza-se confusamente, porque misturada com seu negativo assintético. Alencar foi sempre "muito amigo dos contrastes"[31], tendo legado uma variedade de textos marcada pelos mais diferentes tipos de oposição. Candido diz que a obra do escritor é atravessada por três modalidades básicas de contraposição: as diferenças sócio-econômicas[32]; o confronto entre passado e presente[33]; e o contraste entre um elemento tido como normal e outro tido como discordante[34]. O choque entre componentes antitéticos marca também a voz narrativa criada pelo artista. Segundo Schwarz, trata-se de um narrador que adere simultaneamente a duas ideologias impossíveis de serem unificadas, aquela do liberalismo clássico conforme o discurso vindo do centro do capital e aquela do favor[35]. Segundo Sandra Vasconcelos, o narrador alencariano é ao mesmo tempo fantasista e realista, alternando entre os registros da linguagem rebuscada e da linguagem baixa[36]. Segundo Mirhiane de Abreu, há um narrador propriamente romanesco e um outro de tom didático, divididos os dois entre o corpo do texto

---

[31] Araripe Jr., "José de Alencar – Perfil Literário" in Araripe Jr., *Obra Crítica de Araripe Jr. Vol. I*, p. 225, em nota de rodapé. O mesmo crítico havia dito algumas páginas antes que o escritor era um "Amante dos contrastes" (Araripe Jr., op. cit., p. 158).

[32] "A diferença de situação [sócio-econômica], como elemento dinâmico na psicologia e na própria composição literária é, aliás, peculiar a toda a sua [de Alencar] obra, ultrapassando os limites dos romances urbanos e da fazenda." Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira. Tomo II*, p. 206.

[33] "A este desnível da situação [sócio-econômica], vem juntar-se outro, na concepção literária: o do presente e do passado." Candido, op. cit., 206.

[34] "Outro fator dinâmico da obra de Alencar é a desarmonia, o contraste duma situação, duma pessoa ou dum sentimento normal, e tido por isso como bom, com uma situação, pessoa ou sentimento discordante." Candido, op. cit., p. 208.

[35] A respeito de Aurélia, protagonista do romance *Senhora*: "[...] embora seja boa moça, compassiva e desprendida, Aurélia despede chispas de fulgor satânico e aplica rigorosamente a moral do contrato. Alguém dirá que é a dialética, Shylock e Portia num só personagem. Não é, pois se há movimento entre os termos, movimento até vertiginoso, o processo não os transforma – Alencar adere aos dois, a um por sentimento dos costumes, a outro por apreço pela modernidade, que saem puros do livro, tais como entraram." Roberto Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas*, p. 45.

[36] "*As Minas de Prata* é produto de uma 'imaginação feérica', mas ainda assim abre espaço para uma representação realista da vida popular na Salvador de inícios do século XVII, o que produz uma tensão muito interessante, do ponto de vista crítico, entre dois procedimentos que constrastam e se alternam ao longo de todo o romance. A contraposição é particularmente visível no registro do narrador, que oscila entre dois tipos de linguagem. O efeito mais saliente da prosa de Alencar são as idealizações e o estilo elevado e grandiloqüente, utilizados para tratar os protagonistas, os enamorados, a gente de mando e as 'pessoas de condição'. Outro, porém, é o tratamento destinado ao que o narrador caracteriza como 'súcia', 'turbamulta', 'gentalha'. Para esses, é notável o rebaixamento." Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, "Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar" in *Terceira Margem. Literatura e História, Ano XII, N. 18, Jan/Jun-2008.*

e as notas de rodapé[37] (essas que são, em algumas obras, abundantes e em outras menos, mas quase sempre presentes, ainda quando não explicitamente). E a lista das contraposições poderia estender-se longamente, difícil que é de ser esgotada.

Porém, não obstante essa enorme carga antagonística, a obra alencariana revela-se profundamente "fusional". Conforme os planos manifestados pelo próprio autor, trata-se, no caso dele, de realizar um esforço para dar voz a e retratar a realidade mestiça, feita da aproximação entre, como se expôs anteriormente, elementos "primitivos" indizíveis e elementos da civilização mais avançada. O amálgama dos fatores díspares espraia-se por todos os níveis da obra: desde o plano vocabular, em que se misturam primeiro os termos portugueses com os tupis-guaranis e, depois, os termos "brasileiros" com palavras francesas, inglesas, italianas etc.[38]; passando pelo nível frasal[39]; pelo das personagens, que, vindas de mundos apartados, se encontram para dar à luz o "mestiço"[40]; do enredo[41]; até chegar ao do metaenredo[42] e do sentido geral da obra (que é, ficou dito isso há pouco, retratar e fazer falar o

---

[37] "[...] dois tipos de narrador: um 'contemplativo' e outro 'histórico'. O primeiro cumpre a função de narrar os acontecimentos do romance, responsabilizando-se, pode-se assim dizer, pelo enredo; e o segundo, manifesto nas notas, encarrega-se de aprofundar o que já foi dito pelo anterior. Ambos trabalham de 'mãos dadas', têm noção exata de suas atribuições: o primeiro, a de contar um fato; e o segundo, a de nele intervir, aprofundando-se naquilo que interessa da narração. Cada um é dono de sua 'visão', do seu 'ponto de vista'." Mirhiane Mendes de Abreu, *Ao pé da página. A dupla narrativa em José de Alencar*, p. 7.

[38] Cf. constatação do próprio autor no citado "Bênção Paterna".

[39] Em termos da economia da frase, o hibridismo alencariamo mais conhecido e comentado é aquele entre prosa e poesia realizado de maneira ímpar em *Iracema*. Veja-se, por exemplo, o que diz Candido a respeito: "[...] *Iracema*, em [18]65, brota no limite da poesia, como o exemplar mais perfeito da prosa poética na ficção romântica [...]" Candido, op. cit., p. 200. Esse hibridismo dito frasal, no entanto, mantém-se presente em toda a produção alencariana, principalmente quando o autor mistura a prosa romanesca tradicional com o estilo de marcações frouxas característico dos personagens de extração social mais baixa: surge aí o que Schwarz chamou de uma prosa próxima "da oralidade e talvez do 'causo', estrutura mais simples que a romanesca, mas afinada com as ilusões – também elas individualistas – de nosso universo social". Schwarz, op. cit., p. 43.

[40] O caso mais típico, aqui, é o do já referido Moacir, filho da índia Iracema e do branco Martim. Mas todas as obras alencarianas fazem-se no encontro entre ricos e pobres, bons e maus, primitivos e civilizados, encontro esse do qual resulta (efetiva ou potencialmente) um ente híbrido. No caso de *Til*, Berta.

[41] Como ficou dito no Capítulo "Dessemelhanças e indiferenças (1)", o mundo mestiço dos romances rurais já constava dos romances histórico-míticos e constará dos romances urbanos. O amálgama, de toda forma, encontra-se expressamente sedimentado nas obras sertanejas e fazendeiras. José Veríssimo considera essas narrativas como pertencentes à linhagem do "romance da vida mestiça brasileira" (José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, p. 185).

[42] Como fusão de mitos e como fusão de mito e história. A respeito do primeiro: "A aliança das duas raças [n'*O Guarani*], entendida como aliança entre sábios, constitui o eixo do projeto civilizador projetado na narração do mito indígena do dilúvio que é idêntico ao cristão. O amálgama dos mitos expressa a mestiçagem das raças como característica estrutural do Brasil." Valeria De Marco, "O romance histórico de José de Alencar", *Revista de Letras da Universidade Federal do Ceará. N. 29(2), vol. 1, jan./jul.-2009*, p. 109. A respeito do segundo: "Lenda

mundo mestiço) – para Alencar, "a chave para pensar a evolução do povo, da língua, da literatura, está na idéia de fusão"[43]. A aproximação das unidades díspares, no entanto, nunca resulta em um ser íntegro, mas em um ser sempre mestiço, ou seja, feito da mistura de elementos que não se identificam e que, portanto, nele subsistem separados, impedindo a derradeira fusão – da mesma forma que ocorrera no texto kleistiano, não há o surgimento de um ente "terceiro". No caso da miscigenação alencariana, a integração convive com a separação, em um estado que se poderia descrever como de (con)fusão: em que há e não há fusão, ao mesmo tempo.

Os elementos contraditórios negam-se, entram em choque, e desse atrito surge o enredo quase sempre agitado das obras alencarianas, que, porém, contam com fecho mormente acomodatício. Realiza-se um movimento de feitio dialético, cuja síntese não é propriamente uma síntese, mas um "acordo de cavalheiros" responsável por calar o conflito em uma acochambração de efeito redutor. Para Araripe Jr., Alencar possuía "esse defeito. Facilitava muito as soluções nas últimas páginas de seus livros"[44]. A identificada banalidade, contudo, já constava dos textos desde seu início, porque os pares contraditórios cujo embate alimentará o enredo, além de se negarem, também se davam as mãos, solidariamente. Em outros termos, a tal banalidade não é somente uma impressão legada pelas "últimas páginas", mas um traço do próprio enredo, que não é banal. Logo, o afrouxamento, que pode ser descrito como defeito a partir de um ponto de vista "exigente" (europeu), perpassa todo o enredo e constitui-se na mistura de dialética com pares de elementos paradoxais e, ao mesmo tempo, não-paradoxais. Ou, em outros termos, o enredo faz-se dessa junção entre um movimento de síntese e uma síntese que dispensa o trabalho do conceito porque composta de unidades congruentes e, simultaneamente, divergentes. Convivem, portanto, uma dinâmica

---

e história fundiram-se na poesia de Gonçalves Dias e mais ainda no romance de Alencar, pelo esforço de suscitar um mundo poético digno do europeu." Candido, op. cit., p. 20.

[43] Maria Cecilia Queiroz de Moraes Pinto, *Alencar e a França:* Perfis, p. 257.

[44] Araripe Jr., op. cit., p. 227.

definidora e um agitação travada na paralisia da indefinição. De um lado, um processo de identificação amplificadora, por meio do qual o sujeito apreende o mundo; de outro, um vai e vem incessante diante do qual o mundo dissipa-se em irrealidade. Essa mistura de definição e indefinição redunda em indefinição, conforme se viu. Os conceitos, diante dessa matéria, escorregam na falta de fixidez. E da dialética confundida com o paradoxo unívoco sempre sobrará algo que resiste à simbolização porque nomeá-lo significaria suprimir o núcleo negativo-positivo responsável por garantir a subsistência da identidade desidentificadora que se forma nesse e que alimenta esse processo. O resultado final é de vacuidade, mas não exclusivamente banal, pois subsiste do panorama algo de inefável, algo de, em certo aspecto, sublime. Um sublime transformado em coisa corriqueira, e no entanto avesso à simbolização, mas de perfil familiar, e porém nunca menos terrível, ainda que não cause espanto, e, contudo, tanto desespero etc. etc. etc.

Quando se disse linhas atrás que a obra alencariana busca dar voz a e retratar o mundo da miscigenação, a miscigenação referida é essa de um não ser com um ser (outro). A mestiçagem realiza-se entre, de um lado, a indefinição a pendular da contradição à congruência e, de outro lado, a definição do caminho afirmação-negação-negação da negação, de modo que dessa (dis)junção resulta uma cópula identitária desidentificadora que se pode traduzir na fórmula: o mesmo é como o outro (e o outro é como o mesmo)[45]. De um ponto de vista da crítica da ideologia, o teórico a descrever com maior profundidade o caráter "mestiço" do escritor brasileiro foi Schwarz, no conhecido capítulo de *Ao Vencedor as Batatas* intitulado "A importação do romance e suas contradições em Alencar". Conforme já dito, o escritor, para Schwarz, principalmente nos romances urbanos dele (mais próximos do modelo realista;

[45] A dialética penosa entre não ser e ser outro desemboca na síntese do mesmo que é como o outro. A esclarecedora fórmula "o mesmo é o outro" é de autoria de Pasta. Mais adiante, tenta-se explicar o motivo da adição do advérbio "como". Aproveite-se o ensejo para frisar, talvez desnecessariamente, o quanto esta tese deve à crítica materialista dialética iniciada no Brasil por Candido e da qual Schwarz e Pasta são continuadores fundamentais (mas não os únicos). E, se deve a todos eles, a tese deve principalmente a este último, cujas elocubrações teóricas, sem deixarem de ser rigorosamente materialistas e dialéticas, incorporam, salvo engano, o fracasso, em terras brasileiras, do materialismo e da dialética.

Schwarz concentra-se na análise de *Senhora*), adere com a mesma seriedade a duas ideologias incompatíveis, o liberalismo importado e o regime do favor nativo. Enquanto, no centro do romance, Alencar retrata um conflito de tipo elevado, pois calcado na escala de valores vinda do centro do capital, na qual se afirmava de forma minimamente coerente a subjetividade autônoma, na periferia da obra, por fidelidade mimética à sociedade escravista, na qual o ideário do liberalismo pouco correspondia à realidade material, promove um rebaixamento generalizado: "As soluções [na borda do romance] não são de princípio, mas de conveniência, e conformam-se à relação de forças do momento. Arranjos que no mundo burguês seriam tidos como degradantes, nesta esfera são como coisas da vida"[46]. Na periferia, as ideologias de primeiro grau importadas do centro tornam-se de segundo grau, mero adereço para o jogo do favor praticado pela elite proprietária e pelos homens livres não-proprietários. Alencar, segundo o crítico, capta o desacerto mas não o inclui na urdidura formal da obra – o desacerto comparece ali na qualidade de erro. Schwarz concentra sua análise no período pós-Independência e nas camadas sociais que, segundo ele, conheciam vida ideológica no Brasil imperial; ou seja, todo mundo menos os escravos. Conforme já ficou dito, porém, o favor não se disseminou com o grito do Ipiranga, e nem os escravos, ainda que sujeitos ao domínio da violência direta, encontravam-se livres do peculiar regime[47], cuja definição mais exata não é a de uma ideologia diferente do liberalismo mas de uma (não-)ideologia por meio da qual "fala" o mundo do (não-)trabalho[48]. O império do favor caracteriza-se pelo personalismo das

---

[46] Schwarz, op. cit., p. 43.

[47] Pelo contrário, eram os escravos os que viviam única e exclusivamente do favor dos seus senhores. Ver "O malandro e o burocrata".

[48] Trabalho, no Brasil escravista, não há, ainda que os trabalhadores esfalfem-se em troca de minguados caraminguás. Segundo Gorz, "o essencial [na definição de trabalho] é que o 'trabalho' preenche uma *função socialmente identificada e normatizada na produção e na reprodução do todo social*. [...] Ele deve [para ser trabalho], em outros termos, ser um 'ofício', uma 'profissão': isto é, uma mobilização de *competências institucionalmente atestadas segundo procedimentos homologados*. Nenhuma dessas condições é preenchida pela mulher no lar: seu trabalho não se integra no processo de trabalho social; não está submetido a procedimentos homologados, institucionalmente controlados (ou controláveis) em conformidade com normas profissionais; não está sujeito a critérios publicizados, em matéria de horário e de eficiência. Em suma, não se situa na esfera pública, não responde a *necessidades socialmente definidas*, socialmente codificadas. Como o trabalho do escravo ou do serviçal à disposição dos desejos pessoais de seu amo. Como o trabalho da criação, artístico ou teórico." André Gorz, *Misérias do Presente. Riqueza do Possível*, p. 11, itálicos no original.

relações profissionais, a substituição da meritocracia pela qualificação do "quem indica", a ingerência de fatores emocionais em práticas que deveriam ser pautadas pelo frio racionalismo, o exercício do poder que foge à lei capaz de frear os desmandos do mais forte diante do mais fraco, a confusão entre a esfera pública e a esfera privada – tudo isso sem que noções como impessoalidade, meritocracia, racionalidade, império da lei, separação das esferas pública e privada caiam em desuso ou mesmo percam prestígio. Em resumo: no regime do favor, subsiste um núcleo de desmando, imprevisibilidade, volubilidade, capricho, desmesura, um núcleo inefável, renitente, mas nem tanto, à simbolização, que se opõe e não se opõe ao que deveriam ser exclusivamente práticas codificadas pela esfera pública. À vigência da lei combina-se uma fuga da lei, de forma a resultar, o quadro final, em uma inconstância diante da lei (a dialética da ordem e da desordem), o que é uma definição, mas na indefinição, e o ciclo recomeça. Schwarz procura explicar o renitente prestígio, em um mundo supostamente outro, das ideias importadas recorrendo ao mecanismo da influência: porque a Europa é o centro, então a periferia necessariamente terá de copiá-la, inclusive na elaboração do discurso ideológico. Daí que, diz o crítico, não há no Brasil um "Kant do favor"[49]. O

[49] "No fastígio em que estava ela, Europa, e na posição relativa em que estávamos nós, ninguém no Brasil teria a idéia e principalmente a força de ser, digamos, um Kant do favor, para bater-se contra o outro." Schwarz, op. cit., p. 17. Schwarz exageraria artificialmente a autonomia do objeto ao analisar o cenário nacional – dizer que o crítico rende-se, nesse ponto, a um certo "cientificismo" materialista-histórico soa como sacrilégio, mas que se taque pedra na cruz. Inspirado na leitura feita por Candido do romance *Memórias de um Sargento de Milícias* ("Dialética da Malandragem"), Schwarz tentará identificar a correlação entre a forma da matéria histórica e a forma da matéria artística. O fundo concreto pré-formado poderá ser desvendado se plasmado esteticamente. É isso o que o crítico diz expressamente aqui: "[...] a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada – em que imprevisível dormita a História – que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados." Schwarz, op. cit., p. 25. No entanto, o que fazer quando a matéria histórica, como no caso do Brasil, desconhece fixidez formal, escapa à simbolização, é por definição indefinível? De um ponto de vista crítico, será preciso realizar um corte artificial em relação a essa matéria. O artificialismo consta da análise de Schwarz, mas o crítico faz esse corte a partir da crítica do discurso ideológico. A ideologia em terras nacionais, porém, não se articula como no centro (é de segundo grau, como diagnostica o próprio Schwarz), e logo não há "ilusão convincente" (como na ideologia de "primeiro grau") a ser denunciada (e a crítica da ideologia faz água). O Brasil é como o discurso sobre o Brasil, volúvel. Aquela forma brasileira que Schwarz busca como se fora dada é, em verdade, uma forma impalpável, que não está nem na matéria e nem no sujeito, pois trafega constantemente, em frequente mutação – o Brasil é a "lente verde-amarela" que obseda e evanesce. Tendo dito isso de forma um tanto açodada (o confronto com a crítica schwarziana mereceria um espaço muito maior do que o conferido por esta tese; e mais: nada do que vem sendo dito aqui seria possível sem a seriedade, o rigor e o empenho do crítico, ao longo de sua vida intelectual, em desvendar o "mistério Brasil" – a contribuição

próprio Schwarz, no entanto, ao descrever o que seja exatamente esse regime do favor, identifica como elemento central dele a volubilidade, que é, por definição, algo indefinido, resistente à simbolização, que foge à fixação conceitual (e que foge, portanto, à lei), volubilidade essa que o sujeito só consegue exercer, porém, valendo-se do arsenal crítico e valorativo da modernidade clássica, o ideário liberal, que funciona como o outro do qual aquele núcleo oco não consegue desvencilhar-se[50]. Não há um "Kant do favor" porque o favor é a indefinição que, para vir a ser, mistura-se à definição, e um tal cenário desconhece sistematização, ainda que dê azo a uma discurseira sem fim e, no geral, inútil na qualidade de ganho intelectivo. O regime do favor é tanto a indevida mistura da vigência com a ausência da lei – e daí que um sujeito depende do favor do outro para fazer valer-se – quanto o malogro dos esforços para direcionar os rumos do país (e formá-lo) – nos termos adotados aqui, o favor é o desengate entre palavra e coisa, de maneira que as duas se apartam sem deixar de guardar certas correspondências (o saldo último, uma vez mais, é negativo sem poder de negação, é de carência formativa). A supressão de limites entre os sujeitos autônomos (o regime do favor)

---

de Schwarz, ainda que hoje "famosa", não tem a penetração merecida; no caso de suas considerações sobre Alencar, isso fica evidente), tendo dito isso de forma um tanto açodada, seria preciso repensar a crítica feita por Schwarz a Alencar. Se é fato que o escritor cearense, em sua obra, aderia a duas ideologias com igual sisudez sem atentar para o paradoxo da situação, a estratégia é resultado de um esforço mimético bem-sucedido (até certo ponto) e não de um erro de forma – o paradoxo não-paradoxal é da matéria brasileira, algo que Machado também incorporará a sua produção. A diferença entre Machado e Alencar é que, neste último, a fratura está exposta, pois a obra alencariana carece da unidade necessária para fazer grande literatura, ao passo que, no primeiro, a fratura surge apagada já que presente em tudo, e então há grande literatura. Se do ponto de vista estético, Machado eleva-se acima de Alencar, de um ponto de vista "discursivo", Alencar faz, em certa medida, menos estragos porque não alimenta de maneira tão convincente as ilusões sobre a "síntese brasileira". A união sintética dos contrários, demandada por Schwarz em relação a Alencar e identificada pelo crítico em Machado, é ela própria artificial em relação à matéria tratada. Se há de fato uma dimensão ideológica na dualidade brasileira (e há), o que se traduz em desfaçatez das elites, em instrumentalização do cabedal moderno para fins de manutenção de relações arcaicas, essa dualidade não se limita ao "discurso dos poderosos". A dualidade rasga a sociedade de cima abaixo, significando que a cada "união sintética de contrários" corresponderá um desengate: à crítica ideológica conforme realizada por Schwarz opõe-se a vertente mulata de progresso, o jogo de cintura no confronto com a lei, conforme Candido. A crítica ideológica, que possui uma dimensão real, não dá conta do processo porque vai além dele (identificando uma coerência discursiva que não se realiza exatamente como coerência discursiva, já que se trata de uma coerência "malandra"); a crítica de tipo ufanista tampouco o faz, mas porque fica aquém dele (ignorando que o eterno jogo de contrários se faz não de modo a "democratizar" o país mas a preservá-lo estratificado, pois, gingando, todos se incluem, mas só ilusoriamente, na elite...).

[50] No mundo do capital totalizante, não há um discurso de fato alternativo. Na periferia, como se vai observando, pode haver, porém, uma versão negativa (o escravismo) sem força de negação ou uma versão (super)positiva (a servidão), que aparentemente o confirma. – A respeito da famosa classificação de Schwarz sobre estarem as ideias liberais "fora de lugar" no Brasil escravista, a constatação erra e acerta. Porque as ideias de fato soam artificiais aqui, mas não há ideias "autênticas" capazes de substituir aquelas, de forma que a ideologia vinda do centro do capital é também "coisa nossa" e, porém, estranha, mas incontornável etc.

exerce-se no deslizamento conceitual (a ideologia de segundo grau[51]). Ou, o conceito de favor (o personalismo da lei que deveria ser impessoal) é o favor do conceito (a palavra nunca diz o que é e dobra-se) – o conceito de favor é como um conceito, mas não um conceito propriamente dito.

Alencar inicia seus romances com "aberturas triunfais que cruzam de maneira brusca e quase ingênua a história e o mito, de um modo que faria corar seus ilustres modelos europeus"[52]. E de fato, os textos do autor exibem, logo nas primeiras linhas, o mecanismo característico de sua prosa conforme descrito acima: o texto atravessa história e mito, que nele surgem juntos porém separados (surgem miscigenados), atravessa-os de forma ao mesmo tempo "brusca" (inesperada, deslocada, inefável) e "quase ingênua" (banalizada, diminuída). A dialética que resulta em síntese mistura-se a um cenário de paradoxos não paradoxais desde sempre postos, de forma que a um caráter triunfal une-se certa confissão de fracasso (aquele algo responsável por corar "os modelos europeus"). Esse será também o caso de *Til*, que se inicia com uma cena de idílio amoroso entre uma jovem de traços sedutores e um jovem de ares principescos. A cena é interrompida com o aparecimento do assassino de aluguel Jão Fera. Leiam-se os dois primeiros parágrafos:

> *Eram dous, êle e ela, ambos na flor da beleza e da mocidade.*
> *O viço da saúde rebentava-lhes no encarnado das faces, mais aveludadas que a açucena escarlate recém-aberta ali com os orvalhos da noite. No fresco sorriso dos lábios, como nos olhos límpidos e brilhantes, brotava-lhes a seiva d'alma.* (TIL, p. 17)

O idílio dá-se na imagem de fusão entre um "ele" e um "ela" primordiais, um ente masculino e outro feminino que só surgem apartados para bem de mais perfeitamente se unirem. A cadência lírica e musical das frases alencarianas nesse início de romance garante a

---

[51] A ideologia de segundo grau é a mistura da ideologia de primeiro (da vigência da lei) com a negação/afirmação daquela ideologia (a vigência/suspensão da lei). Lembrando a célula taxonômica exposta no começo desta análise, a síntese "ideologia de segundo grau" faz-se no (des)acerto de dois elementos: ela própria e sua aparente negação. O mesmo vale para o favor: resultado da junção da impessoalidade pública com algo que, simultaneamente, acata e não acata esse preceito. O favor é a síntese assintética de liberalismo e favor.

[52] José Antonio Pasta Jr., "O romance de Rosa. Temas do *Grande Sertão* e do Brasil" in *Revista Novos Estudos Cebrap. N. 55 (Nov/99)*, p. 66.

esses dois entes não apenas a irmanação perfeita entre si como também sua absorção pela natureza edênica que os cerca. Há uma sibilina assonância em "s" no descerrar de metáforas (especialmente na forma de comparações) que apagam a distância entre o "ele/ela" e as manifestações do mundo exterior, todas manifestações da natureza. A partir de um dado momento, os pronomes pessoais desaparecem e os verbos conjugam-se como se denotassem um sujeito indeterminado. O olhar é o reflexo perfeito da alma. Trata-se de uma cena de fato paradisíaca, pré-histórica, mítica. E que se abre ao leitor com o verbo "ser" conjugado na terceira pessoa do plural do pretérito imperfeito ("Eram"), conforme convém aos contos de fada (aos quais, da mesma forma que nesse início de romance, não costuma faltar um "príncipe", TIL, p. 17). Esse tempo verbal continuará a ser o predominante no entrecho ora em foco, o que tende a suspender a duração do tempo. Os dois "caminhavam", "andavam", "estavam", "iam", "volviam" desde sempre e para toda a eternidade. Aos dias seguem-se as noites, ciclicamente ("os orvalhos da noite" abrem a açucena pela manhã), sem que haja o acúmulo de experiência responsável por fazer do ontem o passado, do hoje o presente e do amanhã o futuro. O mundo vibra na "flor da beleza e da mocidade" que parece eterna.

Porém, em meio a essa irmanação plena, anuncia-se um horário marcado, ainda que, nesse ponto, em gesto renitente, como indicam o tempo do verbo "haver" e a inversão da ordem natural dos elementos desta frase: "Sete horas da manhã haviam de ser" (TIL, p. 17)[53]. Mais do que isso, surge um rio específico, com nome conhecido (o que situa geográfica e historicamente todo o entrecho mítico, antes já maculado pela cronologia mecânica dos ponteiros) e com uma aposição de caráter didático (o rio "Piracicaba, que leva ao Tietê o tributo caudal de suas águas", TIL, p. 17). À poesia em prosa do enlace primordial entre o feminino e o masculino misturam-se determinações temporais (imediatamente cronológicas mas também históricas), geográficas (a cena mítica desenrola-se no interior de São Paulo) e

[53] Interessante notar o que se poderia descrever como um "falso hipérbato", já que a ordem natural dos elementos da frase não seria a ordem usual sujeito, verbo e complemento. Alencar desnaturou a frase dispondo seus elementos na ordem usual (sujeito e verbo), um movimento de sabor paroxístico que não é gratuito.

propositivas (o texto que se inicia não servirá somente à contemplação romântica de viés ontológico mas também se mostrará útil como material formativo segundo os valores iluministas), determinações essas estranhas ao que se apresentava até então. Um universo de ordem metafísica, frequentado pela atemporalidade, pelo mito, pelas efusões supostamente eternas da masculinidade e da feminilidade, faz-se atravessar por um de ordem "física" (material), feito de temporalidade, história e os valores da civilização moderna. O inegavelmente fantasista Alencar convive com o Alencar racionalista[54], nunca abrindo mão de enxertar em suas obras, contínua e expressamente, lições sobre moral, etimologia, etnografia, geografia, história, biologia e por aí vai[55]. O acréscimo faz-se no corpo do texto, mas também no chamado paratexto, em advertências, prólogos, notas de rodapé, pós-escritos e pós-pós-escritos, que se acumulam espantosamente ao longo dos romances. Para Silviano Santiago, trata-se de um esforço do autor para dirigir a interpretação das obras[56], um esforço, então, de fundo racionalista. No caso de Alencar, contudo, não há tanto um empenho para "cercear o caminho livre do texto", mas de parear o que não conhece pareação, nesse caso, a fantasia do mito e o didatismo da razão – para lançar mão dos termos que se vêm adotando aqui: trata-se de juntar algo da categoria do indefinível (o mito/a fantasia)[57] com algo da categoria do definível (a história/a razão), de forma que esses dois elementos realizem um movimento dialético com síntese (o próprio romance) e, simultaneamente, mantenham uma relação de contraposição-congruência a instilar imobilisimo. Instaura-se um estado de (con)fusão. O empenho no sentido de tornar didáticos os arroubos fantasistas, ou tirar lições práticas da

[54] Alencar "não foi tão instintivo como muita gente imagina. O espírito crítico nele despertou cedo, correndo parelho com o romancista, e nunca, durante toda a carreira literária, o escritor deixará de criticar e justificar os próprios romances, em prefácios e notas de apêndice." Brito Broca, "Introdução Biográfica" in José de Alencar, *O Guarani*, p. 24.
[55] Esse viés marcadamente didático do escritor, destacou-o Pasta.
[56] "Esse cuidado extremo pela sorte do texto [...] resulta numa característica excepcional de Alencar; é o escritor brasileiro onde mais claro fica o desejo de sempre cercar, cercear o caminho livre do texto, precedendo-o e seguindo-o de prefácios e posfácios, bem como protegendo-o com notas explicativas." Silviano Santiago, nota de rodapé in José de Alencar, *Iracema*, p. 11.
[57] Para ser mais exato, algo em que se misturam a definição (da palavra que nomeia) e a indefinição (do mito e da fantasia inomináveis), o que resulta em um todo indefinido.

poesia, dizendo o que significam ou derivando deles ilações pedagógicas, esse empenho nunca se realiza plenamente, porque sempre sobra na ponta fantasista ou poética algo de irredutível ao conceito esclarecedor, e no entanto esse algo, que serviu ao didatismo, torna-se corriqueiro, sem, contudo, aproximar-se de ser anulado, e frequenta o dia a dia da obra, mas como elemento exótico, e assim vai.

O caso mais explícito dessa miscigenação entre fantasia e didatismo é *Iracema*. O romance indianista, no qual Alencar plasmou "o exemplar mais perfeito da prosa poética na ficção romântica" (Candido), não se completa sem o prefácio, o "argumento histórico", as infindáveis e muitas vezes longas notas de rodapé e os dois posfácios (o segundo deles publicado a partir da segunda edição da obra). A prosa poética (a mistura de prosa e poesia, que já é uma mistura entre um elemento de feitio "racional", "didático" e outro de feitio "irracional", "imaginoso") encaixa-se declaradamente entre o prefácio, dirigido a "meu amigo" e interrompido para dar lugar ao enredo[58], e a "Carta ao Dr. Jaguaribe", a continuação daquele prefácio[59] – além desses, há também a cercar o texto o "Argumento Histórico", que situa a narrativa na historiografia brasileira, o "Pós-Escrito", em que o autor defende-se dos ataques lançados contra ele depois da primeira edição, e finalmente as numerosas notas. Se é crível extirpar o texto dos paratextos autônomos, livrá-lo das notas não se pode fazer porque isso o tornaria, em várias passagens, totalmente incompreensível tal a interpenetração dessas com o enredo. E, porém, em sua edição original, as notas constam do final do livro, sem que haja, no corpo dele, remissão a essas[60]. Como se o leitor desavisado pudesse lê-lo de cabo a rabo, meio atordoado pelo grande número de vocábulos indígenas desconhecidos, quase a se sentir um estrangeiro em sua terra, para então deparar-se com a chave interpretativa, e percorrer novamente o livro, agora armado dessa ferramenta didática responsável por diminuir o brilho

[58] O "Prólogo" termina com a seguinte promessa: "Na última página me encontrará de novo [...]". OC III, p. 234.
[59] Cujas primeiras palavras são: "Eis-me de novo, conforme o prometido." OC III, p. 305.
[60] A edição do romance na *Obra Completa* trouxe as notas para o rodapé das páginas, com remissão direta, deturpando o original. E fez mais ainda: incluiu entre as notas de Alencar ao menos uma nota do editor.

misterioso do que antes não conhecia expressão[61] e que agora, porém, soa tíbio. As notas, sendo assim, quebram (e não quebram) o ritmo poético da prosa em forma de "lenda", como se Alencar só conseguisse dar vazão à magia e ao mito se os colocassem lado a lado com o ordinário e o histórico, de modo a, confusamente, relacioná-los – não se sabe ao certo se a história dá sustentação ao mito ou o contrário[62]. Quanto mais explícita a carga "primitiva" do enredo (quanto mais evidente o que não se pode evidenciar), mais destacado o esforço conceitualizador. Por isso o outro romance assumidamente indianista de Alencar, *Ubirajara*, de cujo enredo o elemento branco não participa, possui um acúmulo quase proibitivo de notas, ao passo que, n'*O Guarani*, o número de intervenções didáticas havia sido menor.

No entanto, como se disse, o didatismo não se resume aos paratextos. No caso de *Til*, há algumas poucas notas (dez somente, publicadas, na primeira edição do romance, no rodapé mesmo das páginas, com remissão feita por meio de asteriscos), mas o esforço didático consta desse texto como de todos os demais de Alencar. É o que se viu, logo acima, no caso dos rios Piracicaba e Tietê e é o que já se disse no capítulo anterior: a missão de constituição de uma sociedade nascente implicou "certa renúncia à imaginação ou certa incapacidade de aplicá-la devidamente à representação do real, resolvendo-se por vezes na coexistência de realismo e fantasia, documento e devaneio, na obra de um mesmo autor, como José de Alencar"

---

[61] Conforme preconizava Alencar na "Bênção Paterna".

[62] Mirhiane de Abreu, em seu estudo sobre a "dupla narrativa" de Alencar, diz que as notas dão sustentação e respaldo às idealizações de caráter nacionalista do corpo do texto. O didatismo, no entanto, compareceria aqui para dar sustentação ao que é da ordem do ideal, algo que, por si só, embaralha os termos. O próprio Alencar diz que, no romance "*O Guarani*, o selvagem é um ideal que o escritor intenta poetizar" (José de Alencar, "Como e porque sou romancista" [1873] in OC I, p. 149). A constatação vale para outras figuras heroicas e anti-heroicas do autor, todas marcadas por uma grande dose de idealização, a qual, porém, clama por considerações de ordem materialista para completar-se – daí a estranha convivência, por exemplo, da virgem idealizada do entrecho narrativo com as notas a explicar "cientificamente" o que significa a palavra "Iracema". Esses elementos (a idealização e o didatismo) não só convivem como há ainda uma contaminação recíproca a turvar ainda mais o cenário. O narrador, e não apenas as notas, incorre também nos esforços explicativos, quando, por exemplo, destrincha o significado desse ou daquele termo indígena. Por outro lado, as notas não contam com a sistematização que um esforço didático do tipo suporia. Há termos que poderiam ser alvo de esclarecimento (exemplos: "anajê", OC III, p. 261 – o esclarecimento só virá quando a palavra regressar à p. 264; "andira", OC III, p. 262; "untanha", OC III, p. 262) e não são; há outros para os quais o apostrofar etimológico é excessivo – o termo ganha explicação na nota e no corpo do texto. É a sistematicidade da falta de sistema.

(Candido)[63]. Em verdade, trata-se, a respeito disso como a respeito dos demais pares antitéticos da obra alencariana, do embate-acerto entre um elemento positivo e outro positivo-negativo, de modo que o conjunto repõe-se como positivo-negativo – ou, um elemento (con)fusional junta-se a outro não-fusional, desembocando em um todo (con)fusional. A mistura, então, não resulta neutra. Prevalecerá o elemento da pareação que, sem ser somente vazio, contém em si o núcleo de vacuidade da experiência nacional. Por isso Alencar, que é tanto didático quanto imaginoso, costuma ser classificado como um escritor romântico de tipo idealista – *Iracema* é a conjugação de uma prosa poética (indefinível) com a prosa didática (definível), conjugação essa na qual soa mais alto o caráter poético-prosaico; por isso, da obra dele, atravessada por um sem número de documentos ou supostos documentos, ressoa com mais intensidade o viés de devaneio – que é também o descompasso com que o autor serve-se daquelas fontes materiais[64]; por isso que da mistura entre mito e história, que é uma marca profunda da produção alencariana, guarda sobredeterminação o primeiro elemento[65] – na exegese alencariana, a referência é sempre a um "mito fundador" capaz de retratar o ideal de um país feito também de história. Sob um outro enfoque: o ente dúbio mistura-se ao ente unívoco, e desse enlace apartador prepondera a dubiedade. Essa a forma como comparecerá, à obra alencariana, a natureza em seu confronto com a civilização.

No primeiro capítulo de *Til*, que aqui se discute, o cenário edênico enche-se de componentes da "natureza luxuriante" (TIL, p. 17) – a açucena escarlate, o orvalho da noite (capaz de fazer desabrochar as flores), a relva, o campo, a borboleta, a rechã, as ilhas de mato, o verde gramado, a ramagem frondente das árvores e renovos, um grande manancial. Tudo isso só nos primeiros cinco parágrafos do romance, para não citar as metáforas que se valem de figuras da natureza também brilhantes, como "a flor da beleza" ou a "seiva d'alma". Em

[63] Citado à nota 35 do Capítulo "Dessemelhanças e indiferenças (1)".
[64] "A documentação histórica é um estimulante como qualquer outro, em suas leituras preparatórias, e não chega a valer como estrutura dos romances." Augusto Meyer, "Nota Preliminar [a *O Guarani*]", OC II, p. 19.
[65] Na conservação modernizadora, ainda que se testemunhem inescapáveis avanços, prevalece o atravancamento.

todas essas imagens, a natureza surge como algo positivo porque delicada ainda que pulsante, bela ainda que desordenada, grácil ainda que saltitante – uma natureza que não ameaça porque contida, em certa medida controlável. Uma natureza, enfim, que está identificada, cujo nome a esgota: uma borboleta é uma borboleta é uma borboleta é uma borboleta. Eis que, porém, por "entre as crepitações da brisa nas fôlhas" ouve-se, "como um tom opaco dêsse arpejo da solidão", o "múrmure soturno do Piracicaba" (TIL, p. 17). A cena de congraçamento entre o feminino e o masculino em que tudo vibrava clareza e felicidade vê-se maculada por um murmúrio tristonho que ressoa com opacidade e remete à solidão. A natureza, antes luzente em determinação, agora surge ameaçadora porque a soar um indefinido "múrmure soturno", revestido de opacidade, e a ecoar "êsse arpejo da solidão" (Qual é "êsse" arpejo? Qual "a" solidão?). A indeterminação não se limita aos termos expressos nesse trecho mas diz respeito também a dois aspectos mais: ao caráter inoportuno da imagem, porque o leitor há de se perguntar o que, nesse momento da narrativa, justifica tal deriva pelo indizível (ameaçador, penumbroso) que não deixa maiores consequências; e ao fato de tal dubiedade vir à tona por meio do que deveria ser somente determinação, o gesto didático de nomear o Piracicaba e relacioná-lo com o Tietê. O abalo, de tão impalpável, parece feito para ser esquecido, pois no parágrafo seguinte a "luz de um sol esplêndido" passa a fluir "no éter" (TIL, p. 17). Mas, paradoxalmente, o fugidio ruído logo retorna para não retornar, agora como uma imagem que é marcante na obra alencariana: o céu (de azul) diáfano. Leia-se a frase toda em que surge a tal imagem: "O céu arreava-se de um azul diáfano, onde a fantasia se embebe com a voluptuosidade casta da criança a conchegar-se dentro, tão dentro do grêmio materno" (TIL, p. 18). Se não houver erro na contagem, em 11 das 18 obras ficcionais em prosa de Alencar, o leitor encontrará uma imagem em que se mistura o céu, a diafaneidade e, em quase todas elas, o azul[66]. Alencar, como bem o notou Meyer, repete a si mesmo excessivamente, em vários

[66] E se não há a imagem do céu (de azul) diáfano, então há o adjetivo associado à figura feminina. Somente em dois dos livros (*Alfarrábios* e *Ubirajara*), o "diáfano" faz-se ausente. Na maioria dos outros, há ao menos uma

aspectos[67]. No entanto, no caso da imagem do "céu (de azul) diáfano", a repetição não é somente um defeito mas também reveladora. Regressando ao *Til*: o trecho é por si só estranho, para não dizer de mau gosto, pois que fantasia é essa de uma criança com "voluptuosidade casta" encolhida no colo da própria mãe? Só pode ser uma nesga de fantasia, uma fantasia envergonhada de si, algo que o "arrear" antecipava, já que significa tanto "ataviar", sentido que corresponde à leitura imediata, quanto "colocar arreio" – ou seja, o céu de amplitude infinita é também cerceado. No entanto, é a construção "céu (de azul) diáfano" (e suas variações) que retrata com mais fidelidade a parcela indefinível do olhar alencariano, a misturar, desordenadamente, clareza e obscuridade. Veja-se cada um dos três elementos primeiro em separado: o "céu", que envolve toda a criação mas é inapreensível, mantém-se imediatamente presente, porque é éter, e impossivelmente ausente, porque é o firmamento (divino) ou o horizonte (distante); o adjetivo "diáfano" quer dizer "transparente", "límpido" e, igualmente, "que não possui substância", "vago", "indefinível"; por fim o "azul (do céu)" denota limpidez, largueza de visão, ausência de obstáculos e, no entanto, na construção de Alencar, esse "azul" borra-se de seu contraditório: se o céu azul é translúcido, a cor é parte dele? Se o céu é colorido, por que tudo ao nosso redor não se pinta também de azul[68]? Esses três elementos, que designariam clareza, limpidez, amplitude, misturam-se a sua negação, sem que haja decisão sobre o que é o que. A indeterminação só aumenta quando os três conjugam-se: o céu azul é diáfano (límpido ou indefinido?), o céu diáfano é azul (vazado em cor quando deveria ter cor nenhuma? Ou de azul cerúleo, que identifica os dias claros?), o azul diáfano toma conta do céu (que será de almirante ou de cerração?). Esse céu translúcido e vaporoso é o elemento dúbio que, para completar-se, carece de um elemento unívoco com o qual entrará

menção referente ao céu ou uma referente à mulher diáfanos – em geral, constam ambos.

[67] "Note-se, aliás, em Alencar uma tendência para a repetição e o paralelismo, seja quanto a aspectos formais ou de conteúdo. [...] No caso de Alencar, deliberada ou inconsciente[mente], há repetição de personagens, motivos, situações ou episódios, sem contar os caracteres formais de estilo que se repetem." Meyer, op. cit., p. 15.

[68] Como queria Kleist ao referir-se à lente de cor verde. Cabe notar que as considerações acima fazem sentido de um ponto de vista literário. Pelas leis da física, o azul do céu nada tem de misterioso ou dúbio.

em choque e em acerto: a luz do sol (que rebrilhara pouco antes de surgir o tal céu)[69] – ao instante de claridade segue-se um de obscuridade misturada à claridade, de forma que o resultado último é de indefinição. A luz do sol e o céu (de azul) diáfano formam a lente verde-amarela referida anteriormente e pela qual olhará o narrador alencariano: uma lente que engolfa a subjetividade como uma solução, um meio tênue o suficiente para tornar-se impalpável e opaco o suficiente para nublar a visão, que ainda assim vê e apreende. O mundo que se divisa através desse céu banhado de sol é tão diáfano quanto o sujeito que mira – o mundo, o céu/o sol e o sujeito confundem-se paradoxalmente (e não) porque transparentes, e faltos de determinação. Talvez tenha sido em *Sonhos d'Ouro* que Alencar mais perto chegou de dizer isso explicitamente: "O que porém dava a essa perspectiva [Guida olha o Rio de Janeiro desde o alto da serra da Tijuca] um aspecto fascinante, era sobretudo a diáfana limpidez do ar, e uma plenitude da luz que estofava os objetos, cobrindo-os com uma espécie de áurea expansão. Não se podia chamar resplendor, porque não reverberava nem deslumbrava os olhos; era antes uma pubescência, doce e aveludada, onde se engolfavam os olhos com delícia" (OC I, p. 823). Sob a "diáfana limpidez" atravessada de "uma plenitude de luz", os objetos adquirem uma "áurea expansão", "uma pubescência" (que, nesse contexto, significa os pêlos curtos e macios presentes em estruturas de certas plantas) – os objetos tomam um contorno fantasmático, bruxuleante, e fica impossível dizer onde terminam e começam, e, portanto, onde terminam e começam o sujeito e o céu e a luz, uma indefinição que é causa de prazer (e dor).

No caso de *Til*, esse jogo de determinação-indeterminação marca a narrativa por inteiro, mas é especialmente pulsante quanto à natureza[70], que é a natureza orgânica e inorgânica dos bichos, matas, morros, rios etc. mas igualmente a natureza introjetada nos

[69] Na sua crítica ao poema épico "A Confederação dos Tamoios", Alencar cita, como uma das características típicas do Brasil da qual a literatura deveria tratar, "o sol de nossa terra, êsse astro cheio de esplendor e de luz" (José de Alencar, "Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*" in OC IV, p. 864).

[70] No caso dos romances urbanos, em que a presença da natureza é menor, a dinâmica de dubiedade-univocidade dirá respeito principalmente às figuras femininas, às quais então se cola preferencialmente o adjetivo "diáfano".

personagens na forma de índole. A natureza que se opõe à civilização constitui a principal força antagonista do enredo e, ao mesmo tempo, sua potência redentora. Já se disse que Berta é, do romance, o ser dúbio por definição, e nela vai se misturar de tudo um pouco. No entanto, é o assassino de aluguel Jão Fera o principal repositório da porção ameaçadora, incontrolável e indefinível da natureza, uma porção que a narrativa simultaneamente repele e busca, suprime e conserva, impossibilitada que está de defini-la sob pena de deixar de ser ela própria a narrativa daqueles fatos[71]. No primeiro capítulo, esse fator desestabilizante insinua-se discretamente, de forma a ganhar força até a corporificação derradeira. Depois do "múrmure soturno" e do céu de "azul diáfano", há um outro trecho contendo uma imagem meio misteriosa e meio desconjuntada, com um toque de *déjà vu*: "O céu, essa imensa tela azul, que foi cúpula de um berço, o da luz, e será mais tarde véu de um leito, o da vida; a alma só o procura, só o contempla, quando a dor a prostra. Mas para aquela que sorri e folga, o firmamento é uma terra por descobrir, e debuxa-se vagamente na imaginação, como a *montanha azul* dêsse vale de lágrimas" (TIL, p. 18, itálico no original). O narrador explica, nesse parágrafo, por que o jovem e a jovem continuam folgando pela natureza terrena sem se darem conta do céu de potências dúbias. Novamente, o abalo à cena edênica anuncia-se para sumir, não deixando rastro, ainda que se eleve o grau de determinação quanto ao que é indefinível (nessa prosa): nomeiam-se a "dor" que prostra e esse "vale de lágrimas". O abalo a exigir uma intervenção enérgica ocorrerá alguns parágrafos adiante, quando se materializa, no caminho dos jovens, a tal natureza dúbia e, por isso, ameaçadora – o citado Jão Fera, que, no entanto, dá nome ao capítulo (intitulado "O Capanga") e, assim, esteve presente desde o início.

De rosto parcialmente coberto pela aba do chapéu mineiro, a figura perturbadora usa

[71] O esforço formativo (civilizatório) que Alencar toma a peito implica separar a "boa" natureza da "má" a fim de incorporar aquela última à civilização original porque feita também dessa natureza "exuberante". Ou seja, o esforço consiste em separar do ente dúbio aquilo que é controlável (definível) do que é incontrolável e criar, porém, não um ente novo mas um outro dúbio, esse feito de civilização (unívoca) e natureza "boa" (da qual, mesmo que controlável, não pode ter totalmente apagada sua incontrolabilidade, sua dubiedade, porque então não seria mais natureza). A civilização que preconiza a planificação serve de metro ao escritor para tirar da natureza o que pode ou não servir ao projeto civilizatório. E, no entanto, o resultado final não é somente civilização mas uma mistura dela com a natureza, que se repõe como elemento resistente à planificação. E a dubiedade regressa.

uma camisola de baeta preta (pano felpudo que lembra os pêlos de um animal) e uma faixa de couro mosqueado de cascavel. Daqui até quase o final da narração, o assassino de aluguel, cujo nome carrega a animalidade, será associado a imagens de bichos ferozes e a outras potências inatas destruidoras. E, no entanto, o bugre (o índio desnaturado) figurará na trama, igualmente, como seu personagem de índole heróica mais autêntica. Jão Fera é a mistura da natureza boa com a natureza má, mistura essa que é a própria natureza, um elemento cuja determinação plena significaria seu anulamento e, todavia, cuja parcela misteriosa surge, apesar da prosa grandiloquente de Alencar, diminuída pois ao mesmo tempo inexistente (já que totalmente divorciada do discurso) e transformada em evidência (em outro que não si mesma, já que feita presente pela via de seu contraditório, a determinação). Jão Fera, que é João, Jão, Jão Bugre e Bugre, aparece pela primeira vez como "vulto de um homem" (TIL, p. 19), envolto em pêlo e couro de animal, a carregar uma faca com cabo de osso mais um bacamarte "como a face de um dragão que lhe servisse de rafeiro" (TIL, p. 19) e usando calçado de couro cru – um ente meio homem meio bicho, cuja fisionomia mantinha-se não de todo tampada e o avançar fazia-se em sentido oblíquo "ao caminho dos dous jovens" (TIL, p. 19). Um ser, enfim, avesso a qualquer tipo de definição, ou cuja definição significaria suprimir-lhe a vital parcela de indefinição. Por isso que, ao longo da narrativa, Jão Fera será associado a muitos elementos (principalmente da natureza incontrolável, ameaçadora) mas raramente será alguma coisa diretamente. O personagem quase nunca "é" isso ou aquilo e quase sempre "é como" isso ou aquilo. Eis então esse traço que talvez seja a figura de linguagem mais característica de *Til*: a comparação.

O fuzuê da similitude e o olhar da totalidade vaga

A figura de linguagem marca presença destacada nos dois romances assumidamente indianistas de Alencar, *Iracema* e *Ubirajara*, mas consta, também com peso decisivo, de *O Guarani* e de várias outras obras, entre as quais a que se analisa aqui. Como afirma Maria Cecilia de Moraes Pinto em um de seus estudos sobre os textos nativistas alencarianos, os críticos sempre acusaram em Alencar um excesso de imagens formadas, no caso dele, por comparações[72]. A explicação mais comum para o suposto abuso desse tipo específico de metáfora[73] é o empenho do escritor em retratar o "pensamento primitivo"[74]. O caso, porém, não é exatamente esse, e por dois motivos. Primeiramente, a identificação do "pensamento primitivo" com algo menos elaborado do que o "pensamento moderno" não se justifica. A concepção de que os índios falavam uma língua mais rústica ou mais poética só faz sentido para o olhar etnocêntrico lançado às culturas autóctones desde a Europa – ou seja, somente se a escala de valores for a europeia, a língua indígena é "menos" (menos moderna, menos racional, menos abstrata), e então já não é a língua indígena. Compreendida como algo em si, nada há de propriamente poético ou primitivo no tupi-guarani, uma cultura que desconhece as noções modernas de primitividade e lirismo[75]. Ou seja, se Alencar pautou-se por essas concepções ao emular o "pensamento selvagem", sua prosa tem força ainda hoje não porque conseguiu reproduzir algo da língua dos nativos, ou mesmo retratar uma concepção mais tarde

[72] "A crítica sempre censurou, em Alencar, as demasias da imagem. [...] Ora, em se tratando de Alencar, o termo [imagem] refere-se sobretudo às comparações." Maria Cecilia de Moraes Pinto, *A Vida Selvagem: Paralelo entre Chateubriand e Alencar*, p. 242.

[73] "Assim, a metáfora não resulta – como tradicionalmente se diz – de uma comparação abreviada; ao contrário, a comparação é que é uma metáfora explicitada." Evanildo Bechara. *Moderna Gramática Portuguesa*, p. 398.

[74] "Recorrer às comparações é, como já ficou assinalado, tendência de uma época que acreditava ser a analogia característica básica do pensamento selvagem." Moraes Pinto, op. cit., p. 225.

[75] Alencar mais acertou do que errou ao dizer que os indígenas brasileiros são "raças extintas" e mais errou do que acertou ao identificar a língua indígena com uma prosa poética. A herança indígena integrou-se, no Brasil, como toda alteridade aqui se integra: de modo, ao mesmo tempo, totalmente estranho (e, daí, inexistente) e feito coisa corriqueira (e daí evidente), ou seja, de modo a apagar-se na sua especificidade. Cabe notar, porém, que a alteridade sobrevive como tal na cultura brasileira, principalmente em suas manifestações populares ou nas manifestações delas derivadas, e, no entanto, sobrevive na defensiva, em constante recuo.

superada sobre o que seria essa língua, e sim porque conseguiu reproduzir algo do Brasil. Em segundo lugar, o uso que Alencar faz da comparação possui uma especificidade que o mero decalque da suposta "primitividade linguística" não explica. O cotejo entre as comparações criadas por Chateubriand (nos seus romances indianistas) e as comparações alencarianas bastaria para mostrar o quão mais secas e truncadas são estas, e o quão mais longas e excessivas são aquelas: no caso do escritor francês, as comparações, porque às vezes complexas demais, pendem para a metáfora propriamente dita[76]; no caso do brasileiro, o uso reiterado da figura de linguagem marca um ritmo meio monótono meio hipnotizante no qual comparante e comparado permanecem apartados. A comparação alencariana mantém estanques os dois elementos que, contudo, por meio dela se relacionam sem nunca chegarem a uma identificação suficientemente enérgica para desaguarem em uma metáfora. O ar de primitivismo que inegavelmente assoma desse procedimento não se deve a qualquer paralelismo com a língua de nações indígenas. "Primitivo", nesse contexto, é a subjetividade moderna que não consegue, como se esperaria dessa subjetividade, definir em definitivo o que é o que[77]. A comparação é, no caso de Alencar, o resultado de um movimento reflexivo abortado – o sujeito, que deveria identificar-se com o objeto para depois regressar a si enriquecido dessa experiência formativa, não chega a apreendê-lo, detendo-se no gesto comparativo[78]. Nesse gesto, o objeto guarda em relação ao sujeito algo de inefável e, porém,

---

[76] "Chateubriand prefere as comparações longas nas quais o elemento analógico desempenha um papel secundário. O comparante em si é rico e complexo. Permite ao olhar traduzir sua emoção ou curiosidade por uma palavra que ostenta sua esplendida gratuidade. Por vezes, não ficará nítida a diferença entre a descrição propriamente dita e a descirção contida no comparante. Em Chateubriand, procedimentos desse tipo [....] levam a *Atala* na qual a imagem, liberada do comparado, incômodo e obrigatório no esquema comparativo, ganhará a amplitude da metáfora." Moraes Pinto, op. cit., p. 262. No caso de Alencar, há uma "concisão de formulações comparativas precisas". Moraes Pinto, op. cit, p. 262.

[77] "A literatura moderna tem uma preferência para a metáfora oposta à comparação explícita. É a fusão imediata do mundo pessoal e do objetivo, do espiritual e do concreto, que levam a uma identificação direta, sem elos de ligação que intermedeiem a passagem dum plano para outro". Harri Meier, *Ensaios de Filologia Românica* (1948) citado in Bechara, op. cit., p. 398.

[78] Pasta defende que, na literatura brasileira, o aparecimento do duplo, figura que na Europa decorre do excesso reflexivo do sujeito, advém do contrário, da carência de reflexão. "Cependant – et là commence à apparaître la singularité du cas brésilien – le double, au Brésil, se constitue par des raisons tout à fait opposées à celles du double romantique allemand ou européen. Si en Europe le double se constitue, comme l'on veut, par un excès ou par une démesure de la réflexion, au Brésil il se produit par un manque de réflexion ou, si l'on veut, **par la**

uma inefabilidade atravessada por determinações, uma inefabilidade de potência negativa diluída. Na comparação, o comparado que não é si mesmo almeja ser o outro. Logo, a comparação pode ser descrita como a síntese daquela dialética entre não ser e ser outro que volta e meia pipoca nesta tese. Nessa dialética, quando a identidade constitui-se, fá-lo não como algo que é mas como algo que é semelhante a alguma outra coisa. E se o mesmo é como o outro e o outro é como o mesmo, então o mesmo é como o mesmo: o sujeito parece-se com o sujeito, mas nunca é sujeito ele próprio[79], e o objeto parece-se com o objeto[80] – o conceito sai dos eixos. Essa identidade desidentificadora redunda na profusão dos duplos[81], que se encontram a cada esquina[82], e se encontram para, confusamente, travarem um duelo de morte na qualidade de sujeitos cuja identidade está a perigo e confraternizarem na qualidade de semelhantes que buscam no outro aquilo que é si mesmo[83]. Instaura-se um fuzuê da similitude, e "fuzuê" precisa ser lido aqui na dupla acepção da palavra: como festa de arromba e como conflito generalizado, eventos dos quais participa a subjetividade deficitária. Nesse fuzuê, a violência sem método permeia-se de gestos de afeto legítimo, em um furdúncio de morde-e-assopra no qual não se sabe mais ao certo o que é dente e o que é vento. Seria desnecessário frisar: o entrelaçamento da concórdia com a discórdia não resulta neutro (e nem

---

suspension de la réflexion au beau milieu de la jolie courbe qui lui était prescrite par l'Idéalisme allemand." José Antonio Pasta Jr., "Singularité du double au Brésil" in *Cahiers de l'Association lacanienne internationale (2003, v. ?*), p. 42, destaque no original.

[79] O Brasil é como o Brasil. Do que ficou dito até este ponto, depreende-se não ser correto cravar que se trata de um país indefinido. Há, sem dúvida, um resultado prevalente de indeterminação, mas essa é tal que o conceito "indeterminação" não chega para dela dar conta. Pode-se dizer, então, que o Brasil não é uma indefinição. O que seja, porém, não se sabe dizer.

[80] A alteridade evanesce. O efeito é ainda mais pronunciado se se levar em conta que, no caso das comparações alencarianas, o comparante é geralmente um elemento concreto (da natureza). O lastro material que deveria servir para conferir substância ao comparado acaba, ele próprio, perdendo peso, e a concretude não é mais a concretude mas é *como* a concretude, e logo se deixa penetrar por seu contraditório, o abstracionismo.

[81] "Le double y [na literatura brasileira] apparaît partout, c'est-à-dire dans toutes les périodes de l'histoire, dans toutes les écoles et dans tous les genres littéraires." Pasta, op. cit., p. 40.

[82] Cavalcanti Proença sugere que, no caso de *Iracema*, como as comparações são muito frequentes, a narrativa desenrola-se ao mesmo tempo que uma cópia dela vai se formando. "Trata-se [*Iracema*] de uma epopéia romântica, em que o mundo da narrativa contínua e constantemente se vai refletindo no espelho das comparações." M. Cavalcanti Proença, "Transforma-se o amador na coisa amada" in José de Alencar, *Iracema. Edição crítica*, p. 219.

[83] Essa dinâmica está retratada sociologicamente, por exemplo, em Maria Inês Caetano Ferreira, "A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade" in *Revista Novos Estudos Cebrap. N. 63 (Jul/99)*, no qual se mostra como os mecanismos de ajuda mútua criados em ambientes de ausência/presença da lei (no artigo, a periferia de grandes cidades) descambam frequentemente para confrontações violentas resultantes em morte.

dá à luz um "elemento terceiro"), prevalecendo o efeito nulificador do par, nesse caso, a violência (que se repõe misturada à mão estendida para o acolhimento, o qual vira em gesto de agressão, e assim por diante – o diagnóstico do saldo cabal de violência exige o rompimento artificial (finalmente violento?) com o círculo vicioso formado pela mistura de afirmação-negação e afirmação)[84].

Em *Til*, a irmanação penetra-se constantemente de estranhamento sem impedir que o romance alinhave também um fio narrativo de tipo previsível, no qual um conflito entre potências do "bem" e do "mal" termina com a vitória daquelas primeiras. Em termos de estrutura, convivem o entrechoque-acordo de personagens (o fuzuê) e o embate de antagonistas com resultado concreto (o conflito narrativo propriamente dito). No primeiro caso, o exemplo mais típico seja talvez o de Til e Brás. Este último é o sobrinho meio alienado de Luís Galvão, que, dentro (e também fora) da casa grande, corporifica as potências destruidoras da natureza. Quando Brás surge pela primeira vez em cena, na refeição que antecede a partida do patriarca, é o único a ser descrito por meio de comparação: o "idiota" (assim o chama o narrador volta e sempre) estava "curvado como arco sôbre a mesa" e alimentava-se "como se estivesse rilhando um couro" (TIL, p. 46). A figura de linguagem, que marca a subjetividade de contornos insondáveis, regressará por diversas vezes a fim de cercar esse ser carente, quase por completo, de "espírito"[85] ou "consciência"[86]: Brás rasteja "como um réptil" (TIL, p. 121), possui "a belfa caída sempre como a mandíbula de um animal" (TIL, p. 127), espreita "como um cão de fila" (TIL, p. 137); Brás é, enfim, uma "bestialidade" na

[84] Está-se diante da luta de morte conforme concebida por Pasta: "A partir dessa luta de morte, eu poderia dizer que vivemos a relação com o outro, no Brasil, na ordem da *iminência:* seja enquanto ocasião de gozo absoluto, seja enquanto ameaça mortal, o outro é sempre *iminente* nessa estrutura que busco compreender." José Antonio Pasta Jr., "Volubilidade e ideia fixa (O outro no romance brasileiro)", p. 25, itálicos no original. Observe-se, porém, que a luta de morte é o resultado final da mistura dela mesma, luta de morte, com uma "luta de vida". Ou a iminência do outro convive com a eminência do outro (há eminência quando a alteridade é buscada na qualidade de algo capaz de conferir autencidade e prestígio à vida do sujeito, conferindo-lhe o complemento de que carece para ser sujeito), mistura essa de que resulta um caráter predominantemente iminente da alteridade.
[85] "As feições [de Brás] de ordinário balordas e flácidas, como abandonadas à sua materialidade pela ausência do espírito, [...]" TIL, p. 127.
[86] Brás é "consciência vedada ao mundo". TIL, p. 124.

qual há um "único vestígio humano", o "ódio" (TIL, p. 155). O personagem atravessa quase todo o enredo desferindo ataques reais ou planejando e imaginando ataques contra figuras as mais variadas, da escrava Florência a Jão Fera e Afonso. Pode-se dizer que Brás, um ente feito quase exclusivamente de corporeidade, transformou-se em cavalo de um espírito rixoso. Berta, de outro lado, é o avesso do desvairado. A jovem não faz outra coisa que distribuir cuidados ao redor de si, zelando para que todos fiquem bem. Conforme se espera de uma personagem identificada como "a flor da caridade, *alma sóror*" (TIL, p. 303, itálico no original), Til parece não conhecer limites diante dos que carecem de ajuda. Berta cuida do burro estrupiado, da galinha sura e de Zana, salva (direta ou indiretamente) a vida de Luís Galvão, ajuda Linda a conquistar Miguel, garante a redenção de Jão Fera etc. A personagem, pode-se dizer, vive a dispender favores, realizando-se por meio da realização de terceiros – a ponto de, em benefício de Linda, abrir mão do homem que deseja. O fuzuê entre Brás e Til é de alta voltagem. Quando se encontram, os representantes de dois mundos opostos, o do conflito e o do congraçamento, misturam os papéis (como misturam os mundos). Brás, diante de Til, pretende ajudar. Til, diante de Brás, pretende "ensiná-lo" (o que, no caso do "idiota", significa torná-lo outrém, matá-lo[87]). Se, na ausência um do outro, Brás trava embates de diversos tipos em busca de alguma superioridade, será Til que, ante Brás, entra em luta a fim de superá-lo. Já se Til, em regra, experimenta o mundo por interposta pessoa, por meio dos favores que distribui, será Brás que, diante de Berta, procurará favorecer outros que não si mesmo. O fuzuê (de similitudes) é tamanho que será impossível dizer claramente quem ensina o que a quem na relação entre os dois. E são duas as "lições" principais. A primeira, de caráter positivo, consiste no esforço pedagógico propriamente dito, o intento de alfabetização por

[87] Sob esse aspecto, Til não é diferente do professor Domingão, que aplicara diversas surras em Brás tentando inculcar-lhe lições básicas. Ainda a respeito, leia-se isto: "Só de tal sorte conseguira ela [Berta] inserir nessa bruta animalidade algumas idéias, que aí permaneciam como inscrições lapidárias abertas em lousa." TIL, p. 128. O "lapidar" refere-se tanto a lousa de pedra que marca túmulo quanto àquela que marca evento histórico. A palavra, ainda, tem sentido de perfeito, conciso etc. Tudo aí se mistura. O conhecimento é tanto marca do instante mortal, faz-se no desaparecimento do sujeito (Brás, que não é sujeito, deixa de ser Brás se puder ser educado, civilizado), quanto é marca da mais perfeita manifestação do sujeito (na conquista do momento histórico, na perfeição do dito conciso e definitivo, lapidar).

meio do qual Brás aprenderá algo, o nome de Berta, que é Til ("til", "~", o sinal diacrítico). Antes de Berta dizer o revelador "Eu sou Til!..." (TIL, p. 133), porém, Brás já havia feito a associação, que, sendo assim, "ensinou" a Berta – o que deveria ser um ganho da experiência confunde-se com uma revelação presciente (que existia na "razão sopita" da besta antes de Berta ter atinado com o fato). A segunda "lição", de caráter negativo, consiste no ódio que, a princípio, é instilado no "homúnculo" pelo ciúme que este sente de Berta. O narrador é explícito ao dizer que o ódio era o único vestígio humano de Brás até este conhecer Berta. No entanto, linhas depois, afirmará que o ódio nascera em função da "fúria amorosa" dele por ela[88] – o ódio que permite ao "sandeu" dispor da "sagacidade do guará" (TIL, p. 155), e era-lhe inato, passará a ser algo inspirado desde fora, e fruto/motivo de irracionalismo (os furores da suposta paixão). O esforço didático embrenha-se na desrazão, e quem deveria ensinar aprende ou deseduca, e o que deveria ser claro é nebuloso. A irmanação banha-se em peleja – e não por menos, a relação entre Brás e Til não é somente uma relação de amor maternal desta por aquele mas também uma relação de amor-paixão daquele por esta (e vice-versa?)[89].

Esse mecanismo de des(avença)[90] vale, potencialmente, para todas as inteirações pessoais constantes do livro. E a ele, como se disse anteriormente, une-se um outro tipo de

---

[88] Veja-se o trecho todo:

"Até conhecer Berta, o único vestígio humano que havia nessa bestialidade [Brás], era o ódio. Aborrecia a tôda a criatura racional, talvez por uma confusa percepção de sua deformidade e estupidez.

"Depois que o desvêlo da menina lhe inspirara a fúria amorosa, transformara-se em profundo rancor a profunda repugnância que êle sentia por todos; e tal fôra o choque produzido por estas paixões, que acendeu uma centelha nas trevas daquele espírito embrutecido.

"Desde então houve nessa animalidade um impulso que não era idiota; e foi o ódio." (TIL, p. 155)

[89] Paula Maciel Barbosa observa que a união dos nomes desses dois personagens, Brás e Til, resulta em "Bras(T)il" (Paula Maciel Barbosa, (*O idílio degradado: um estudo do romance Til, de José de Alencar*, p. 152). Se o que se expõe aqui está, em alguma medida, correto, então esse Brasil é somente uma parte do país

[90] O leitor deve ter percebido que, na descrição do tal mecanismo de des(avença), surgiram referências a dois regimes de interação subjetiva: o regime do favor (Schwarz) e o espírito rixoso (Edu Teruki Otsuka, que tratou do assunto em, por exemplo, "Espírito rixoso: para uma reinterpretação das *Memórias de um sargento de milícias*" in *Revista do IEB. N. 44 (fev.2007)*). O que se tentou fazer foi reinterpretar esses regimes partindo-se do pressuposto de que a identidade desidentificadora marca igualmente (mas com consequências diversas) todo o espectro social do país. Sendo assim, o favor, além de ser desfaçatez de classe, é principalmente favor genuíno, porém nunca sem estar entrelaçado com seu contraditório, o desfavor (ou rixa); já a rixa, essa vale não somente para caracterizar as relações entre os homens livres da ordem escravocrata impossibilitados de recorrer a uma figura influente capaz de favorecer-lhes e sim para caracterizar as relações sociais de um modo genérico, relações essas que nunca são meramente rixosas mas também amigáveis (envolvendo uma dose de favor, de doação mútua). Sendo assim, favor e rixa vivem em fuzuê, ou, instaura-se um fuzuê do favor-rixa.

contato subjetivo, aquele do embate consequente (e que também, potencialmente, abarca todas as relações pessoais retratadas na obra). O principal confronto do tipo travado em *Til*, e que formará a linha narrativa central dele, é o que opõe Luís Galvão (e Berta) a (Jão Fera e) Ribeiro-Barroso. Se fosse um romance "europeu", *Til* poderia ser resumido desta maneira: o filho mimado de um fazendeiro rico estupra e engravida a moça pobre e bonita; o marido dela, quando descobre o fato, mata a moça e foge; o companheiro e protetor do filho do fazendeiro, um índio também pobre que amava a donzela, revolta-se com o crime e, a partir de então amargurado, transforma-se em assassino de aluguel a remoer futuras vinganças; o tempo passa, o rebento gerado no estupro cresce para ser uma moça encantadora, o marido traído volta para contratar o assassino de aluguel a fim de matar o moço mimado feito hoje fazendeiro; a moça que virou mulher intervém e garante o final feliz: o fazendeiro, arrependido de seu crime, sobrevive, o assassino de aluguel, apascentado em civilidade, deixa a vida de mortes por encomenda, e o iracundo marido traído, cuja sanha é insaciável, morre – o segredo da trama revela-se. O romance alencariano, que não é europeu, estrutura-se sobre essa linha narrativa cujo modelo importou, mas que, conforme se viu, não é o único movimento narrativo da obra, implicando a problematização do quadro, que de puro passa a mestiço – o travamento identitário embaralha os papéis antes claramente distribuídos de forma que, em última instância, a dinâmica do enredo torna-se estática. O patriarca arrependido, em verdade, nunca se penitencia pelo crime cometido (para não falar dos demais crimes que igualmente perpetrou e que a narrativa cita somente de passagem[91]); Ribeiro, ao contrário do que deixa entender a narrativa, nada mais fez do que agir segundo os valores morais de sua

[91] "Luís Galvão era magano e fragueiro; gostava de bulir com as raparigas e pregar peças aos caipiras. Daí resultavam constantes desavenças, em que Jão, para defender o moço, tinha necessidade de desancar os assaltantes, pagando em muitas ocasiões com a pele as aventuras galantes do jovem patrão.

"Uma vez travou-se tão renhida a luta, que o Bugre prostrou morto a seus pés um arrieiro com quem Luís Galvão puxara briga [...].

"Com algum dinheiro tapou-se a bôca aos parentes do morto e acomodou-se tudo [...]." (TIL, p. 166)

época e ambiente ao matar a mulher infiel e procurar a eliminação do comborço[92]; o confronto entre as forças do bem e as forças do mal nunca se dá diretamente, pois os representantes de cada um desses pólos, vergonhosamente, comparecem ao ringue na pessoa de intermediários que são uma menina-mulher e um bugre animalizado; o verdadeiro herói da trama revela-se o assassino de aluguel; a figura feminina de imagem inocente e delicada funciona, na realidade, como o pólo ativo do enredo, direcionando-lhe os rumos. O conflito com resultados mensuráveis (a redenção da ordem, a punição da desordem) mistura-se a uma situação de conciliação-desavença que não conhece desenvolvimento (o quadro do início do romance será o mesmo do final, com algumas alterações) – o embate entre Luís Galvão e Ribeiro resume-se, quase exclusivamente, a um des(acordo)[93] entre Berta e Jão Fera.

O antagonista ativo da trama é, como se disse, seu maior herói. Na figura do bugre[94], Alencar plasmou algumas das dificuldades envolvendo o indianismo brasileiro e, portanto, alguns dos percalços da formação de um país marcado pela "desidentidade". Quando começa a surgir o Brasil e, com ele, os esforços programáticos para dar-lhe uma autêntica voz[95], a nação elege como figura mítica fundadora o indígena. A exaltação do índio, segundo Candido, era instrumento para a afirmação do país: no Arcadismo, provando a viabilidade da nação por meio de sua inclusão em uma tradição estética europeia já formada[96]; no Romantismo,

---

[92] Como se trata de um estupro não-estupro, o adjetivo "infiel" precisa ser relativizado. De outro lado, a cólera de Ribeiro é ainda mais justificada se se levar em conta que a esposa era ainda virgem quando da traição.

[93] Na inusual formulação de um conceito "mestiço", o esperado talvez fosse que a partícula negativa viesse entre parênteses, ficando então assim: (des)acordo. Todavia, na inapreensível realidade que se tenta apreender, prepondera o elemento negativo, de modo que a existência transcorre entre parênteses: in(existência).

[94] Tem-se cravado que Jão Fera é um índio. Alencar, porém, nunca diz isso claramente, pois só o chama de "bugre". O *Houaiss* [consultado via internet] e o *Novo Dicionário Aurélio* [1986] registram um outro significado para a palavra: indivíduo rude, incivilizado. Já o *Michaelis* [consultado via internet], o *Caldas Aulette* [1948], o *Figueiredo* [1947] e o *Lello* [s/ data] registram apenas o significado de "índio", que, de toda forma, consta nos seis dicionários como significado preferencial. Além disso tudo, o índio alencariano, conforme se verá, é membro destacado do mundo do travamento identitário, logo, exibe uma identidade vacilante – como será o caso também das figuras rústicas normalmente pertencentes à esfera dos homens livres da ordem escravocrata.

[95] Esses esforços antecedem à independência oficial do país, em 1822, já que o pensamento "brasileiro" nasce, como desejo e projeto, antes da autonomização da ex-colônia.

[96] Com os árcades, que buscavam inserir o local na tradição clássica do Ocidente, havia a "tendência para dar *generalidade ao detalhe concreto*. Com efeito, concebido e esteticamente manipulado como se fosse um tipo especial de pastor arcádico, o índio ia integrar-se no padrão corrente do homem polido; ia testemunhar a viabilidade de incluir-se o Brasil na cultura do Ocidente, por meio da superação de suas particularidades."

ressaltando nossa individualidade e nossa autonomia estética e política[97]. No primeiro caso, os árcades surrupiavam o índio de suas particularidades e faziam-no um tipo (europeizado); no segundo, idealizavam-no com dotes medievalísticos e tornavam-no um cavalheiro (europeu) aborígene. A passagem, diz Candido, realiza-se do índio-signo para o índio-personagem. A diferença entre o indígena de Basílio da Gama e o de Gonçalves Dias soa em altos brados; porém, nos dois casos, o elemento autóctone do futuro povo brasileiro é a mesma mistura de elementos europeus com, e isto faz dele típico, elementos não(-europeus)[98]. O senso comum manda que se preencha essa negatividade com determinações positivas: a língua (principalmente a tupi-guarani), as lendas, os hábitos etc. No entanto, importada essa bagagem cultural para dentro das obras literárias, percebe-se claramente que não bastam as palavras, as narrações, as vestimentas ou as armas "primitivas" para fazer do índio um índio – são um "pastor árcade" os indígenas do Arcadismo e um "cavalheiro medieval" os do Romantismo. Todavia, Peri, por exemplo, um quase europeu que anda descalço e usa arco e flecha, não é um europeu *sans phrases* travestido de índio. Mesmo idealizado como personagem de capa e espada, algo resta do personagem a garantir-lhe a "brasilidade", e esse algo não são seus penachos ou a borduna. Esse algo é algo indefinível, algo postado aquém do simbolizável e, porém, algo que não é nada em si, não é nem mesmo uma ausência enfática. Peri resulta da miscigenação de algo que é (europeu) e algo que não é[99]. É justamente a inefabilidade

---

Candido, op. cit., p. 20, itálico no original.

[97] "[...] O indianismo dos românticos, ao contrário [do indianismo dos árcades], denota tendência para particularizar os grandes temas, as grandes atitudes de que se nutria a literatura ocidental, inserindo-as na realidade local, tratando-as como próprias de uma tradição brasileira." Candido, op. cit. p. 21.

[98] "Este [o projeto romântico] almejava expressar por meio da literatura a autêntica nacionalidade, compreendida como o cerne – e também a semente – não europeizados do homem e da vida brasileira, meta realizável tão-somente pela regressão ao plano natural e selvagem, o único espaço ainda não transformado pelo colonizador." Regina Zilberman, "Natureza e Mulher: Uma Visão do Brasil no Romans Romântico" in *Modern Language Studies, Vol. 19, No. 2 (Spring, 1989)*, p. 53.

[99] O Brasil, mesmo antes da chegada dos portugueses, era já miscigenado, paradoxalmente. No caso da obra alencariana, essa mestiçagem primordial é aquela entre a natureza boa e a natureza má. Será preciso que Martim chegue à costa brasileira para separar, de um lado, o mel (desejável) dos lábios da virgem (Iracema, diz Alencar, significa "lábios de mel") e, de outro, o mel (indesejável) da abelha guerreira (Irapuã, diz Alencar, significa "mel redondo", uma alusão ao inseto). Em uma deriva formalista (afeita ao pensamento nacional), pode-se dizer que Iracema e Irapuã, sendo ambos "mel", são ambos "ira", mas no caso da primeira é "ira" tranquila, feminil, delicada, controlável; no caso do segundo, a ira conforme se espera seja, incontrolável e ameaçadora.

(abastardada) seu traço característico[100]. Chegado a este ponto, está-se a um passo do mito sacrificial do índio, conforme apontado por vários críticos[101], mas aqui um sacrifício de baixo impacto, porque vazado em seu contrário, a preservação de uma carga positiva que, mesmo variando, não se pode apagar por completo (sacrificar), e porque um sacrifício desde sempre concluído, pois o índio nunca deixou de ser um não ser (sacrificado desde o útero). O indígena, conforme o retratou a literatura nacional, representa a soma de positivo e negativo que o país tenta definir sem consegui-lo, persistindo daí algo de in(dizível) que é simultaneamente inexistente e banal, em um processo que se lê como a versão da periferia escravista para os intentos formativos. Em termos materiais, todas as contribuições legadas pelas nações indígenas ao país (a toponímia, a antroponímia, a farinha de milho, o fumo, a rede, o banho contumaz etc.) não bastam para definir a fatia índia do Brasil – esses elementos só se tornam ativos na identidade nacional quando pareados com uma carga negativa de indefinição[102], a qual, por sua vez, carece de seu contraditório para vir a ser. Ou seja, no caso

---

[100] Mesmo quando a literatura brasileira consegue traçar do indígena uma imagem mais próxima da realidade material dos povos "primitivos", faz isso como estratégia para afirmar aquilo que não é europeu. O elemento autóctone nunca comparece à equação como elemento em si pois está sempre em função de negar o elemento importado. "[...] o neo-indianismo dos modernos de 1922 (precedido por meio século de etnografia sistemática) iria acentuar aspectos autênticos da vida do índio, encarando-o não como gentil-homem embrionário, mas como primitivo, cujo interesse residia precisamente no que trouxesse de diferente, contraditório em relação à nossa cultura européia." Candido, op.cit., p. 19.

[101] Entre os quais: Alfredo Bosi, Zilberman (em certo sentido), Vagner Camilo e Renato Janine Ribeiro. Este último chega, pela via do sacrifício, à formulação de uma identidade nacional com núcleo vazio. "O ameríndio morre sempre. Noé às avessas, porque sem barco, sem terra a avistar, Peri só lega uma lenda. Iracema, com a lenda, lega o Ceará a seu primeiro senhor, a seu fundador. Mas o custo disso é deixar, ao povo mestiço seu descendente, uma perda irreparável, uma dor maior que a 'saudade' de que os portugueses tanto se gabam – enfim, uma identidade acentuada, mas que bloqueia ou obtura as possibilidades de agir. Isso aliás vale também para a imagem republicana de Tiradentes, sua constituição, com cem anos de atraso, como herói nacional, como o maior dos heróis da nacionalidade. As questões que se colocam a nosso imaginário são mais da identidade do que do fazer, da nação mais do que da ação. Vivemos em luto. Somos – somos uma perda –, agimos pouco." Renato Janine Ribeiro, "*Iracema ou* a Fundação do Brasil" in Renato Janine Ribeiro, *A sociedade contra o social. O alto custo da vida pública no Brasil. Ensaios*, pp. 61-62.

[102] Segundo a lógica que se tenta descrever, não é a mera positividade o que define o elemento autóctone da personalidade nacional – seja esse elemento o índio, o negro, o caipira, o mulato ou o que for. Por isso, o idealismo romântico que transformou Peri em um cavalheiro medieval não está tão distante, como se suporia, das obras modernistas em que os índios comparecem mais afinados com a descrição que deles oferecem os estudos antropológicos. E, em certa medida, Alencar retrata o índio de forma mais realista do que os modernistas. Quando incorporados à identidade nacional, os indígenas são a mistura de uma potência definidora (estrangeira) e uma carga de indefinição, de modo que essa mistura resulta em indefinição. Aquela potência definidora pode ser o tipo pastoril dos árcades, o valoroso fidalgo dos românticos ou o índio antropológico dos modernistas – toda essa positividade é estrangeira e só se tornará elemento da identidade nacional quando acompanhada de uma negatividade que não se define. Sob essa ótica, o índio fidalgo é mais real do que o índio do Xingu.

do complexo nacional, não há uma negatividade em si que se possa definir, apreender ou delimitar: a negatividade é o resultado da pareação de positividade (estrangeira) com negatividade; esta negatividade, por sua vez, é a pareação de positividade e negatividade; e esta negatividade, a seu turno, é de novo a pareação de positividade e negatividade, e assim indefinidamente. Olhado esse mecanismo por outro ângulo, a mestiçagem é feita da mistura de um elemento "puro" e outro mestiço (e este, por sua vez, é feito da mistura de um elemento puro e outro mestiço etc.). O índio brasileiro é sempre a mistura de algo que é com algo que não é – e da mistura, com o europeu, desse saldo indefinível, nascerá o brasileiro, que, por sua vez, é uma mistura de saldo indefinível (a soma de não ser e ser – outro) a carecer de definição. O Brasil é a mistura do Brasil com algo estrangeiro (com uma definição[103]), ou, conforme ficou dito páginas atrás, o Brasil é como o Brasil, a cuja identificação anseia-se e, ao mesmo tempo, cuja identificação ameaça transformá-lo em outro que não o Brasil.

Logo, o ente mestiço é a potência desagregadora que o país sonha extirpar, fixando assim, de uma vez por todas, uma identidade, e é o *quid* sem o qual o país desaparece. Na literatura, a dubiedade da "alma mestiça" manifestou-se também no indianismo. Este fez do elemento autóctone, quando incorporado ao panteão nacional, um paradoxalmente honorável colaboracionista[104] e, portanto, um suicida (disposto a apagar-se em nome de interesses que

---

[103] Toda definição é, frente à identidade brasileira, estranha. Quando então Paulo Emílio diz que o Brasil constroi-se na penosa dialética entre não ser e ser outro, esse "outro" não seria alguma alteridade específica (o europeu, ou o norte-americano, ou que seja) mas é a própria positividade (ser outro, nesse caso, é "ser qualquer coisa", "ser alguma coisa", ou, simplesmente, "ser"). Toda vez que o Brasil é, já não é o Brasil. Os brasileiros, "somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra." Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 31. Buarque de Holanda remete imediatamente ao fato de o país constantemente importar suas formas de convívio, ideias, instituições. Meyer diz mais ou menos o mesmo ao analisar a obra de Alencar: "[...] éramos uns estrangeiros em nossa terra, sentíamos as nossas coisas como exilados da fantasia". Meyer, op. cit., p. 22

[104] "Segundo esse desenho de contrastes [o momento de emancipação dos países americanos em relação às metrópoles européias], o esperável seria que o índio ocupasse, no imaginário pós-colonial, o lugar que lhe competia, o papel de rebelde. Era, afinal, o nativo por excelência em face do invasor; o *americano*, como se chamava, metonimicamente, *versus* o europeu. § Mas não foi precisamente o que se passou em nossa ficção romântica mais significativa. O índio de Alencar entra em íntima comunhão com o colonizador. Peri é, literal e voluntariamente, escravo de Ceci, a quem venera como sua *Iara*, 'senhora', e vassalo fidelíssimo de dom Antônio." Alfredo Bosi, "Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar" in Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*, p. 177, itálicos no original. O crítico acrescenta ainda que Peri é batizado cristão, como Poti em *Iracema* e Arnaldo, "o sósia rústico de Peri de *O sertanejo*". Bosi, op. cit., p. 178. No caso de *Iracema*, há até mesmo a consciência inconsciente da eliminação da raça que a invasão portuguesa provocará. O narrador do

não os seus), o portador da "boa natureza" ou do "bom primitivismo" que se forma suprimindo a si próprio[105]; de outro lado, o ingrediente inimitável da receita nacional conheceu também o enfrentamento de tipo consequente (são os antagonistas da obra alencariana), quando então esse elemento termina calado, mas não de todo – os portadores da "índole má", os verdadeiramente primitivos ou os verdadeiramente sanhudos, ainda quando aniquilados, deixam congêneres (Barroso, no caso de *Til*, é estraçalhado, mas Luís Galvão, coautor do crime praticado por aquele, continua a circular belo e faceiro como de praxe), e sua supressão é sua formação[106]. Eis aí o paradoxo unívoco da identidade desidentificadora: um núcleo mestiço – a soma de definição e indefinição cujo resultado é in(definição) – carece da importação de algo positivo para vir a ser, de modo que da mistura do mestiço com o "puro" resulta outro elemento mestiço – de novo, a soma de definição e indefinição cujo resultado é in(definição); e essa dinâmica, que não tem começo ou fim, mescla-se de rigidez. A fixação de uma identidade que, por definição, não se define significa manter uma relação de amor e ódio consigo mesmo, já que a incerteza a ser rechaçada em caso de formação é a mesma que o sujeito precisa conservar para ser ele próprio[107]. Entre incorporar o núcleo de dúbia vacuidade e rechaçar a negatividade dúbia, alteridade e identidade confundem-se em des(acordo) – é o caso da incorporação do elemento autóctone-mestiço – e negam-se para fins de síntese – é o caso do embate com aquele elemento.

---

romance diz, a certa altura, que o deus tupi da guerra (Aresqui) concedeu as terras (do futuro Brasil) aos brancos portugueses. Esse é um gesto suicida, já que os portugueses não o reverenciavam, suicida como o são outros atos praticados pelos índios de Alencar, condenados à "purificação".

[105] "Portanto, já na gênese de nossa suposta identidade encarnada por esse primeiro mestiço [Moacir], sintomaticamente sem rosto ou feições nítidas no romance, o encontro e a união das raças e culturas formadoras apóiam-se em um descompasso estrutural entre a influência hegemônica do branco e a escamoteação, o sacrifício e, mesmo, a *supressão* da *alteridade* indígena: é a lógica da *formação supressiva*, argutamente definida por Pasta Júnior como constitutiva de nossa história." Vagner Camilo, "Mito e História em Iracema. A recepção crítica mais recente" in *Revista Novos Estudos Cebrap. N. 78 (Jul/2007)*, p. 182, itálicos no original.

[106] A formação supressiva (conforme a definiu Pasta) anda, é o que aqui se sugere, de par com uma supressão formativa, e as duas mantêm o tipo de relação complexa característico dos pares antagônicos que constituem o universo nacional.

[107] No *Til*, Alencar manifesta simultaneamente uma profunda admiração pelo mundo fazendeiro, que elege como o Brasil autêntico em seu primeiro sopro de vida, e uma profunda ojeriza pelo caipira (o homem livre que não pode trabalhar sob pena de tornar-se escravo). No Capítulo "A Pousada", o escritor desenha um quadro crítico a respeito de Chico Tinguá, um típico representante da caipiragem paulista, que, como diria o próprio Alencar, tem "prejuízo" com o trabalho. Chico Tinguá, nesse trecho, lembra o Jeca Tatu que Lobato criaria anos mais tarde.

Jão Fera, que é bugre[108], fala como branco, veste-se como branco, arma-se como branco, ama como branco; todavia, não é branco (e isso para além de sua aparência, que o narrador quase não descreve). O personagem preserva em si uma carga de mistério como os habitantes e a natureza selvagens das Américas, conforme indica o "nascimento" dele para o enredo – Jão "vem à luz" aparentando ser um macaco, montado a pêlo em cavalo, com pouco mais de 1 ano de idade, de origem desconhecida[109]. Jão Fera assemelha-se aos protagonistas indígenas de Alencar não só por sua carga de indeterminação mas também por sua carga de determinação, que no caso deles é um conjunto de atributos dos citados cavalheiros medievais. Somente que, no caso do assassino de aluguel, a mistura desnaturou-se. Para Araripe Jr., o escritor, nos livros que escreveu depois de deixar a política[110], recorreu constantemente ao personagem do revoltado, que é "a degenerescência do cavalheirismo medieval de Estácio, Peri, Álvaro e Paulo"[111]. O "facínora", contudo, não é tanto a degenerescência de Peri, mas o destino daquela figura quando transplantada para um ambiente civilizado[112] (uma civilização ainda na infância, como era o caso do Brasil rural alencariano, mas, de toda forma, uma civilização nos termos do escritor), um ambiente, à diferença do que ocorria naqueles ocupados somente por índios (*Ubirajara*) ou naqueles em que o elemento branco não era ainda predominante (*Iracema* e *O Guarani*), um ambiente no qual vigora o imperativo do trabalho que não há (e há). Já se disse no capítulo anterior: o próprio autor, em *Til*, declara a impossibilidade da situação de Jão Fera[113], que, tendo entrado em conflito com o

---

[108] Designação pejorativa de índio, associando-o a herege e/ou sodomita. "A denominação de *bugres* dada pelos portugueses aos indígenas do Brasil em geral e a uma tribu de S. Paulo em particular talvez exprimisse o horror teológico de cristãos mal saidos da Idade Media ao pecado nefando [a sodomia], por eles associado sempre ao grande, ao máximo, de incredulidade ou heresia. Já para os hebreus o termo *gentio* implicava idéia de sodomita; para o cristão medieval foi o termo *bugre* que ficou impregnado da mesma idéia pegajosa de pecado imundo." Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, p. 258, itálicos no original.

[109] Obedecendo à lógica do livro, a ignorância sobre a origem de Jão cerca-se de elucidações, entre as quais uma que, por excessivamente detalhada, soa como verdadeira. Essa ficará sendo e não sendo o passado desse filho da natureza sem história. Ver o Capítulo "O bugrezinho", principalmente as pp. 164-165.

[110] Amargurado. Serão livros, costuma-se argumentar, marcados pelo pessimismo e a degradação.

[111] Araripe Jr., op. cit., p. 231.

[112] "O sertanejo [o homem rústico] é um indígena em fase de eclipse [processo de eliminação ou muda do exoesqueleto]." M. Cavalcanti Proença, "José de Alencar na Literatura Brasileira" in OC I, p. 56.

[113] Para lembrar: "Afora êstes [meios de sustento; são citados: o jogo de azar, o assassinato por encomenda e a

proprietário[114] de cujo favor dependia para sobreviver, vê-se obrigado a declarar sua independência no mundo da dependência pessoal, ou perfazer um processo de formação subjetiva na ausência do conceito (de formação). Em termos materiais, Jão Fera precisa trabalhar sem trabalhar, o que faz por meio dos contratos de morte. Quando mata por encomenda, o bugre realiza o impossível, porque trabalha sem aderir à ética do trabalho (ou, nesse caso, o trabalho é como o trabalho). O contrato de morte, Jão o executa não na qualidade de funcionário de uma empresa de execuções, com método, planificação, racionalidade, seguindo as normas procedimentais que garantem a maior eficiência possível, buscando o máximo de lucro etc. O assassino atira-se contra seus alvos de "peito descoberto" e nunca "de emboscada" (TIL, p. 81): "Se mato é porque sou valente e mais forte; mas arrisco minha vida, e umas quantas vêzes, bem mais do que êsses a quem despacho, pois sou um só contra muitos" (TIL, p. 81). No entanto, age por ordem e mediante paga de alguém, e logo está a trabalho. Há e não há trabalho. Como há e não há o resultado do trabalho, que é a morte, uma negatividade atravessada, nesse contexto, de positividade, confundida com a vida. Se no mundo moderno, o sujeito afirma-se por meio do trabalho, Jão Fera afirma-se e nega-se, reiterada e desordenadamente, assumindo a condição de um morto-vivo, que faz da morte um meio de vida e cuja vida significa a morte. A condição dúbia característica do personagem, o travamento identitário, impede-o de acumular experiência e, logo, formar espírito crítico. O bugre, que rejeita veementemente a condição de escravo e tem consciência clara de não dever fidelidade cega aos Galvão só porque esses o acolheram quando menino órfão[115], adere sem peias à "ética" do dinheiro. A honra que Jão Fera mais de uma vez afirma orgulhosamente possuir é também o seu contraditório, a honra da palavra empenhada em troca de uma paga. O

caça a uma onça], não imaginava Jão Fera outros meios de ganhar dinheiro, sem humilhação. O trabalho, êle o tinha como vergonha, pois o poria ao nível do escravo". TIL, p. 145.

[114] Mais exatamente, com o filho do proprietário e futuro proprietário.

[115] "Não me torno, porém, escravo de um homem [Afonso Galvão, pai de Luís Galvão], que nasceu rico, por causa das sobras que me atirava, como atiraria a qualquer outro, ou a seu negro. Não foi por mim que êle fêz isso; mas para se mostrar ou por vergonha de enxotar de sua casa a um pobre diabo." TIL, pp. 82-83.

assassino comprometeu-se a matar Luís Galvão sem saber que era o fazendeiro o alvo pretendido por seu contratante. Tendo, porém, gastado todo o dinheiro recebido, não consegue se desvencilhar do acerto. A palavra empenhada admite-se que seja desempenhada se houver dinheiro suficiente para tanto. Aqui há uma confusão entre a honra pessoal e a "honra" do contrato de compra e venda (a "honra" da propriedade privada[116]), de modo que o herói Jão Fera da retidão de espírito a toda prova entrelaça-se com o venal bugre que, em troca de alguns caraminguás, dispõe-se a cometer o mais grave dos crimes[117]. Aquele que pretendia, a todo custo, afastar de si a condição de escravo termina por igualar-se à mão de obra compulsória, pois rejeita o trabalho ao mesmo tempo em que adere de corpo e alma ao consumo – o escravismo pode ser descrito como a "ética" do consumo (que não existe sem propriedade privada) desengatado do trabalho, uma "ética" a ocupar todos os espaços pois o que deveria ser trabalho humano desaparece no dispêndio de energia de peças (animais de carga com forma humana) compradas no Valongo[118]. Sob outro enfoque, ao aderir à escala de valores (do escravismo) que pretendia rechaçar, Jão Fera cumpre o destino dos sujeitos (do trabalho)[119] condenados ao travamento identitário. Como, nessas formações, a identidade

[116] Quando Berta o inquire sobre por que, ao invés de matar Luís Galvão, não rouba e desempenha a palavra, Jão responde "com a voz estrangulada por dores cruentas": "Jão Bugre é um homem de honra!" TIL, p. 83.

[117] A adesão à ética do dinheiro é tamanha que Jão Fera chega às raias da autoimolação para conseguir o montante necessário a fim de desvencilhar-se do contrato envolvendo o assassinato de Luís Galvão.

[118] Do ponto de vista da teoria marxista da valorização de valor, que pressupõe a mais-valia, cabe perguntar, no caso de formações em que o trabalho se realiza sem realizar-se: qual a diferença, por exemplo, entre uma moenda puxada por parelhas de bois e outra movida a força humana? Na primeira, não haveria acúmulo de capital porque não há mais-valia. Na segunda, sim. No frigir dos ovos, porém, uma cena mistura-se à outra, de modo que a presença e a ausência de mais-valia redunda em um todo de sentido negativo. A mais-valia tende a desaparecer, e com ela toda a fundação sobre a qual assenta-se a ética do trabalho e, consequentemente, os movimentos de defesa do trabalhador (não se forma a identidade do trabalhador, não se forma o povo). O valor produz-se como se por magia e ninguém está a trabalhar. Em outros termos, a consciência a ser iludida, a consciência necessária para a existência de mais-valia (que é o resultado concreto da ideologia – o trabalhador acredita estar trabalhando para si quando, em verdade, está trabalhando para o capitalista) mistura-se à ausência de consciência (ninguém trabalha porque ninguém trabalha para si, e todos só consomem graças aos favores de uma instância outra, superior), em um estado de ilusão desmesurada mas feita de normalidade, porque existente somente pela via do amálgama com sua contraditoriedade, a clareza confessa. Desse amálgama, prevalece o ingrediente ilusório (o céu azul é diáfano).

[119] A subjetividade autônoma conforme só a modernidade conheceu existe exclusivamente mediante o trabalho moderno (que gera acúmulo de capital, sempre). No entanto, o capital carece do consumo para completar seu ciclo de autovalorização, que é ele próprio (O capital é um "devir tautológico". Ruy Fausto. *Marx: Lógica e Política. Tomo III*, p. 212). Quando o mercado de massa, que sempre existiu ao menos embrionariamente (o açúcar brasileiro era consumido em massa na Europa e a peça escravo era consumida em massa nas Américas)

desidentificadora busca definir-se e ao mesmo tempo foge a uma definição, a alteridade nunca se constitui de forma enfática, sendo igualmente um lugar vazio e o lugar de todos os sujeitos. O que deveria ser a pedagógica oposição entre funcionários e patrões, entre a elite e o povo, entre Jão Fera e Luís Galvão torna-se um des(acerto) no qual desaparecem os que trabalham e no qual todos integram, potencialmente, a classe de cima (os brasileiros são como os brasileiros)[120]. Jão Fera forma-se sem propriamente se formar, pois não realiza um processo de acúmulo de experiência, amadurecimento e, ao fim, autonomização. O assassino de aluguel foi, é e será sempre o mesmo, ainda que assumindo diferentes roupagens. No bugrezinho com aparência de macaco e força descomunal já estavam contidos o assassino de aluguel facinoroso e honrado bem como o caipira de enxada na mão e existência esvaziada do final da narrativa. Jão Fera identifica-se com Luís Galvão, de quem se sente mais próximo do que distante, ao mesmo tempo em que se dispõe a matá-lo em um duelo de igual para igual. Por isso, quando o segredo da trama finalmente vem à tona, isso acontece em um momento no qual o povo efetivamente desaparece (quando o povo entra em desconstituição), na festa do Congo, que se realiza na cidade da Constituição[121].

Nessa celebração, os proprietários continuam a ser proprietários e os escravos transformam-se em reis, rainhas e demais integrantes da corte (ou seja, membros da elite) –

---

torna-se hegemônico, um novo modelo de sujeito começa a fazer-se sentir, um sujeito que é um não-sujeito, porque enraizado na passividade deglutidora do consumo (e não mais na atividade do trabalho formador). Trata-se de um sujeito cuja identidade é uma não-identidade. Pode-se afirmar, então, que o escravismo moderno, paradoxalmente, antecipa uma realidade vazada na ausência do trabalho e na onipresença do consumo, ainda que, no caso do escravismo, a quase totalidade dos sujeitos sejam consumidores sem poder de consumo, ou com quase nenhum poder de consumo, que esgotam a vida, quase inteiramente, na lida.

[120] A formação escravista, perversamente, esvazia de partida os esforços de defesa dos "desprovidos" porque não há ninguém que se identifique com tal posição – todos, potencialmente, integram a elite de um país sem povo. De outro lado, como todo mundo pertence à elite, então só há no país o povo, mas um povo evanescente porque sem identidade, ainda que evidente nas ruas e semáforos, onde, porém, não se ouve sua voz, a qual, de toda forma, não "desiste nunca" etc. O povo é ao mesmo tempo ameaçador, porque é o outro rixoso da ordem da iminência, e é a confirmação da ordem, porque vê a si próprio como o outro eminente a distribuir favores. O efeito derradeiro desse mecanismo é profundamente conservador. E para integrar na história do país o imenso sofrimento dos de baixo e a descomunal desfaçatez dos de cima, será preciso um corte artificial daquele tipo preconizado linhas atrás, um corte que implica uma escolha ética capaz de balizar a distribuição justa de responsabilidades, mas uma escolha alimentada por uma aposta utópica, e como tal, sem consequência prática imediata (quase) nenhuma. À indefectível pergunta: "O que fazer, então?", a resposta terá de ser: "Não se sabe (por enquanto)".

[121] "A cidade da Constituição, outrora vila de Piracicaba [...]" TIL, p. 285. Em 1877, ano da morte de Alencar, o local voltaria a se chamar Piracicaba, nome que mantém até hoje.

mesmo os negros fantasiados de índios caiapós não mancham a ordem do exclusivismo elitista, pois fantasiam um elemento que já não existe, um elemento da fidalguia mítica do país. É então que a verdade-mentira de uma nação sem povo torna-se visível de modo a evanescer. O momento em que caem todas as máscaras para que se revele, por detrás delas, outra máscara é aquele em que se inicia o processo responsável por colocar às claras o segredo fulcral do enredo e, paradoxalmente, velá-lo para todo o sempre sob o véu do mistério – trata-se de tornar evidente a lei da ausência da lei, algo que, por definição, não conhece evidência. Esse mistério consiste na relação sexual mantida por Luís Galvão e Besita e da qual nasceu Berta. Nesse encontro miscigenaram-se a ordem do proprietário com a desordem da moça pobre de forma a fazer nascer o "anjo-demônio" que é Til. As circunstâncias exatas dessa mestiçagem primordial, no entanto, ficarão ao mesmo tempo expostas e vedadas, de modo que o resultado final é de mistério. Sabe-se que Luís Galvão, que mantinha antigo e lúbrico desejo por Besita mas não se casaria com a moça[122], chega à casa dela, é confundido com Ribeiro, introduz-se naquela moradia e acaba por deitar com a jovem, casada havia pouco mas ainda virgem. A princípio, houve um estupro facilitado pelo fato de a serviçal da casa, Zana, haver confundido Luís Galvão com o "sinhô" (Ribeiro). No dia seguinte, Besita dirá: "Tu me perdeste, Zana! Não era meu marido!" (TIL, p. 172). E o fazendeiro, quando confessou a D. Ermelinda a mancha de seu passado, "referiu tudo", incluindo "a cilada de que serviu-se para surpreender a fidelidade de espôsa" da mãe de Berta (TIL, p. 295). No entanto, a cena é precedida por um momento no qual Besita acalenta sonhos de ventura povoados pelas carícias de Luís Galvão[123]. No dia seguinte, a moça diz que a serviçal a "perdeu", não o filho do

[122] O motivo da recusa dele em contrair núpcias com a jovem tampouco é claro. Inicialmente, Luís Galvão diz que não poderia fazê-lo por ordens de seu pai (TIL, p. 170); depois, narra a D. Ermelinda "sua [dele] repugnância de casar com Besita por ela ser pobre" (TIL, p. 295).

[123] "Encostada à rótula da janela, com os olhos engolfados no azul [!], bebendo a cintilação das estrêlas como um orvalho de luz, sentia-se arrastada para aquêle passado recente, e deleitava-se com as reminiscências das carícias de Luís e dos seus ternos protestos, que ela sabia mentidos, mas que não obstante a embeveciam." TIL, p. 171. Em uma primeira leitura, os "ternos protestos" mentidos e que a embevecem são os elogios feitos por Luís Galvão à moça com o intuito de seduzi-la. No entanto, a frase também pode ser lida em negativo: os protestos, então, seriam de fato contestações, reclamos ternos feitos pela moça (o artigo possessivo "seus" não veta essa

fazendeiro. E o estupro em si, narrado no Capítulo intitulado "Bebê", não se faz acompanhar de tentativas de protesto da moça, que, a princípio, não grita, não resiste ou nem tenta uma coisa ou outra. Zana estava presente na casa e só ficará sabendo do ocorrido na manhã seguinte. Por fim, e mais importante, o pai de Besita, cuja mão ela beijara antes de se recolher à alcova, dormia ao lado. O pai dela ausenta-se desse momento decisivo e também para todo o restante da trama, pois morre meses depois sem nunca tomar ciência do fato. O estupro-sedução, que é a mestiçagem fundadora, transcorre na presença-ausência da figura paterna, ou sob a *lei da ausência da lei*.

O encontro de Luís Galvão com Besita dá-se não só na presença diáfana do pai dela, mas no igualmente fugidio comparecimento à cena de outras três figuras paternas: Afonso Galvão (cuja palavra veta o casamento mas não tem poder suficiente para impor uma lei da boa conduta ao filho), Ribeiro (que viajou para cuidar de seus negócios e não teve tempo, ou interesse, nem mesmo de concretizar o laço nupcial) e Jão Fera (então Jão Bugre, que "suspeita do ocorrido", TIL, p. 172, mas a respeito do qual, por instância de Besita, não tomará atitude nenhuma). Essas quatro figuras paternas cuja passividade e impotência minam-lhes a competência mas não são suficientes para lhes surripiar o papel, prenunciam o lugar reservado à lei (paterna) no romance alencariano. Em *Til*, todas as figuras paternais fazem-se ao mesmo tempo presentes e ausentes: além dos quatro citados, há Luís Galvão (que não participa ativamente da trama e que já surge no início do romance redimido do crime que não obstante ainda carece de redenção[124]), "pai Quicé" (o negro "inválido, curvado como um arco de pipa, com a cabeça lisa como um quengo, e o queixo fino como uma faca desdentada", TIL, p. 156[125]), "o Pai Zumbi" (da cantiga de ninar a que Zana alude insistentemente; a figura, que leva o nome do chefe dos Palmares, figura ali como um monstro, ou um pai primordial

leitura), que ela sabia mentidos mas que ainda assim a embeveciam (pois a confirmavam no papel de donzela).

[124] Redimido porque, na viagem dele que inaugura a ação propriamente dita de *Til*, o fazendeiro já porta o testamento no qual reconhece a filiação de Berta. Ou seja, Luís Galvão atravessa o enredo sem nada apre(e)nder ou experimentar, ainda que seja o detonar primeiro do enredo.

[125] Notar a profusão de comparações que definem esse *pater familias* de modo a torná-lo indefinível.

diferente do pai da lei paterna – de novo, portanto, um pai ausente e presente), o Chico Tinguá (cuja pousada ergue-se meio derreada e cuja figura não estrutura uma família: na venda dele, está Nhanica, que não se sabe o que seja do Tinguá) e, por fim, o pai de Miguel, compadre de Luís Galvão e morto desde há algum tempo. Essas são figuras paternas que se assemelham a figuras paternas sem que sejam isso propriamente. Luís Galvão, o principal patriarca da trama e representante mais lídimo da ordem, é como um pai mas não é *o* pai, pois, quando jovem, viveu a espalhar desordem e deitou-se com a pobre Besita; quando chefe de família, mantém-se ausente dos fatos e tolerante com a desobediência da lei. Se o pai é como o pai, então a lei é como a lei. Nesse caso, uma vez mais, a lei e a inexistência da lei (con)fundem-se em um fuzuê de similitude cujo resultado derradeiro é uma anarquia instalada para fins de conservação. No fuzuê da similitude impera a lei da ausência da lei[126]. Se a lei faz-se atravessar confusamente por sua própria negação, então o mundo em que aquela lei vigora é o resultado da síntese assintética entre não ser e ser outro[127] – essa lei é a lei da mestiçagem conforme praticada no escravismo moderno. A lei da ausência da lei determina o travamento identitário, de modo que a subjetividade congela-se em um estado de definitiva indefinição. De um ponto de vista intelectivo, o panorama redunda na im(possibilidade) de simbolização, que se realiza, mas sem realizar-se etc. A palavra perde o chão e o conceito torna-se

[126] Diferentemente do que se possa supor a uma primeira vista, não se trata aqui de um estado de exceção conforme o definiu modelarmente Carl Schmitt. Em verdade, trata-se de um estado que desconhece exceção efetiva porque a lei da ausência da lei é totalmente íntegra e, ao mesmo tempo, só conhece buracos. Não há, como no caso prussiano, que se analisará logo mais quando Kleist for o assunto, uma derradeira identificação entre a lei e a exceção, já que uma depende da negação da outra para vir a ser. No caso da lei brasileira, opera-se um divórcio entre o fato e a norma, sem que a norma deixe de regular o fato. Como consequência, o mundo real e o mundo legal autonomizam-se (até certo ponto), e a lei é observada sem nunca ser observada, continuando a vigorar; já o mundo, esse segue seu rumo meio que por conta própria, sem prestar satisfação a quem quer que seja. Uma vez mais, o des(acerto) entre a lei e a não-lei convive com uma dinâmica de tipo dialético na qual a lei funciona conforme se esperaria. A mistura desses dois movimentos (entre o des(acerto) e a dialética) resulta em um efeito predominante de des(acerto), que é, nesse caso, o elemento negativo da pareação.

[127] Uma lei que determina a ausência da lei é uma impossibilidade lógica. E, no entanto, a constatação não é suficiente para jogar às favas a tal lei, cujo cumprimento é sua supressão (formação supressiva), porque ela determina a ausência da lei, e, ao mesmo tempo, cujo cumprimento é sua instalação, porque a ausência da lei significa manter a lei em vigor (supressão formativa). A esse respeito ainda, a lei da ausência da lei carece de um elemento positivo para completar-se, já que a lei determina a ausência de alguma coisa, de uma positividade. Uma vez mais, surge aquela dinâmica em que um núcleo indefinível feito de negativo e positivo demanda uma definição estrangeira, e dessa junção prevalecerá um estado de in(decidibilidade).

escorregadio, capaz de tudo designar sem nada significar.

No caso do episódio central do enredo de *Til*, quando o narrador não diz que Besita protestou contra a investida de Luís Galvão, está dizendo, e não está dizendo, que Besita queria ser estuprada. O narrador, como é característico no caso alencariano, não sabe que (não) sabe[128]. Os fatos nunca podem ser fixados com certeza incontestável. Há, a respeito deles, um núcleo de in(definição) que, em busca de determinação, repõe-se constantemente ostentando in(decidibilidade)[129]. A mestiçagem, que é a definitiva indefinição, ocorre sob o céu diáfano em que brilha a lei da ausência da lei. O mistério que cerca a relação sexual entre Besita e Luís Galvão não redunda de um falha na composição da prosa alencariana: o mistério é constitutivo porque a mestiçagem é inenarrável, não conhece simbolização, e, no entanto, o mistério da miscigenação é algo comezinho, feito coisa rotineira, abastardado, um mistério ele próprio mestiço porque misturado à condição de enigma passível de ser elucidado[130], mas que nunca se elucida etc.[131] Ou seja, o mistério do encontro entre a in(definição) e a definição é buscado sofregamente porque fundamento do sujeito travado na identidade desidentificadora. O caso é de gozo. Luís Galvão deseja Besita e Besita deseja Luís Galvão, sendo que desse

---

[128] Em *Iracema*, o português e a índia encontram-se (e não se encontram) no "ádito d'alma". Martim e Iracema, em certo momento, ensaiam o primeiro beijo, que não ocorrerá. Diz o narrador: "Já o estrangeiro a preme ao seio; e o lábio ávido busca o lábio que o espera, para celebrar nesse ádito d'alma o himeneu do amor." OC III, p. 266. O que significa "ádito"? A indefinição é tal que impede qualquer tipo de decisão. O significado da palavra pode ser "recanto secreto" – a referência é à cabana, à rede, ao peito de Martim ou aos lábios unidos (ao beijo), tudo podendo ser o lugar recôndito da alma onde se celebrará o casamento, a união amorosa. É com esse sentido, de "local inacessível", que a palavra, de conotação religiosa, surgira antes, referindo-se à área da jurema ("ádito agreste", OC III, p. 247). No entanto, a palavra significa também "acesso", "entrada" e, por derivação, "ensejo", "oportunidade": o beijo (ou o peito de Martim, ou a rede, ou a cabana) é a entrada da alma, onde se consumará o amor. Os sentidos da palavra, aqui, são contraditórios: um significa local inacessível, ou de difícil acesso, enquanto o outro indica acesso a determinado local. É nesse lugar da indefinição, nesse lugar da ausência-presença da lei (o pai de Iracema, quando presente, não se dá conta do que ocorre para, logo depois, sair e não mais voltar, segundo se depreende, pois Iracema acorda nos braços de Martim e não há notícia de Araquém até a manhã seguinte), que se dá a mestiçagem. O ádito d'alma é o local da miscigenação, um local que se esfumaça na in(existência), um local in(acessível) ao conceito. O narrador, a seu turno, ignora que ignora.

[129] Essa indefinição renitente pode ser interpretada também como a supressão de limites. Pasta descreve a indecibilidade brasileira como uma "fixação no *entre dois*", que se poderia denominar "*regime do limite*. Talvez seja esse o regime dominante de nossas formações culturais. Claro que o limite não é pura e simplesmente, nesse caso, algo a ser respeitado. É algo feito para que se instale *justamente sobre ele*." Pasta, op.cit., p. 20, itálicos no original. Aquele núcleo de positividade e negatividade poderia ser visto então como um mecanismo de supressão de limites, e, principalmente, dos seus próprios limites, e o tal núcleo estaria a expandir-se constantemente, incorporando positividade atrás de positividade, em um movimento de sentido geral dessubstancializador.

[130] A distinção entre mistério e enigma, chamou atenção para isso Pasta.

[131] O mestiço não é o idêntico e tampouco é o não-idêntico.

encontro desencontrado sobram dor e prazer para todos os lados[132]. Se o mistério elucida-se para reafirmá-lo, o mesmo vale para a trama de *Til*. A revelação do segredo significa o mergulho dele na obscuridade definitiva. O segredo, por um lado, sempre esteve elucidado: Luís Galvão começa a trama levando ao cartório o documento no qual confessa ser pai de Berta (isso o leitor só saberá mais tarde, mas, quando o souber, projetará essa luz de desvendamento para o início do enredo); em segundo lugar, o leitor toma ciência do conteúdo do segredo por volta da metade do romance, antes de ele ser revelado para a trama propriamente – quando, no final, narra-se a revelação, essa surge esvaziada; em terceiro lugar, a revelação (quase) nada muda. Por outro lado, quando desvelado, o segredo cala a resposta à principal pergunta da trama. O leitor fica sabendo a origem de Berta, o motivo da loucura de Zana, quem é Barroso-Ribeiro, como morreu Besita etc., mas não ouve a resposta para a questão central do enredo: Luís Galvão estuprou ou não estuprou Besita?[133] No caso dessa mestiçagem primordial, é impossível dizer o quanto há de entrega fiel, que representa o viés positivo, ou civilizado, da atração sexual, e o quanto há de tara, seja tara por carne ou tara por dinheiro – que é o viés incivilizado do desejo[134]. A fidelidade é um tema central de *Til* e do "Noivado em Sto. Domingo", pois a relação do senhor de escravo com suas peças (ou, no caso do romance alencariano, do fazendeiro com o homem "livre" Jão Bugre) tropeça no profundo desequilíbrio instalado: até que ponto é possível a um escravo, obrigado a obedecer sob a ameaça da agressão física, ser legitimamente fiel a seu senhor? No romance alencariano, não se conseguirá dizer com clareza onde termina a fidelidade e começa a infidelidade. No caso da

---

[132] A distribuição de dor e prazer, no entanto, é desigual (nesse mundo, sempre é desigual a distribuição do que quer que seja) – e a parte desfavorecida sente mais dor e menos prazer; a favorecida, o inverso. Para perceber isso, no entanto, é preciso que o sujeito coloque-se em um ponto de vista artificial.

[133] Ou talvez fosse melhor dizer que o leitor não ouve a pergunta cuja resposta, fundamental, permanece elidida.

[134] "Dominavam-no [o colonizador] dois sentimentos tirânicos: sensualismo e paixão do ouro. A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas." Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, p. 139. O dinheiro atrelado à figura de Luís Galvão não é uma parte pequena da atração que o filho de fazendeiro exercia, inclusive em Besita. Nos romances urbanos de Alencar, em que o moço remediado deseja a donzela rica, a sinceridade dos sentimentos vê-se questionada pela ganância pecuniária (Aurélia e Seixas, por exemplo). Nos romances histórico-místicos, o amor do branco, ou da branca, pelo elemento nativo confunde-se com a objetificação dessa alteridade (Ceci ama de fato Peri ou deseja apenas divertir-se? E Martim com Iracema?).

novela kleistiana, a fidelidade é tanto maior quanto maior for a infidelidade, paradoxalmente. Voltando ao segredo de *Til*, debasta-se dele uma camada de mistério para que se descubra, por debaixo, uma outra camada, igualmente misteriosa, e assim indefinidamente – o segredo repõe-se. O móvel imediato do deslindamento do mistério será um sujeito indefinível recoberto por uma casca a envolver outra casca. Jão Fera veste-se de índio para cobrar de Luís Galvão que finalmente assuma alguma responsabilidade. O facinoroso disfarça-se de caiapó vestindo uma "croça de capim" (TIL, p. 291), uma capa de palha. "Caiapó", todavia, além de designar a tribo indígena, significa também "envoltório de palha" – Jão Fera cobre-se com uma capa de palha, por debaixo da qual há outra capa de palha (o caiapó), por debaixo da qual há outra "capa de palha" (o assassino é o bugre, o índio desnaturado), e assim indefinidamente. Nesse momento, Jão é o índio difarçado de índio disfarçado de índio (a capa de palha a recobrir outra capa de palha a recobrir outra capa de palha) – mas o índio, conforme se viu, é uma in(definição). Por debaixo da máscara da máscara da máscara, há uma des(identificação) – uma nova máscara. Em *Til*, o mistério subsiste como uma vacuidade cercada de determinação que ameaça tragar todo o romance[135]. O título da obra é ele próprio

[135] No caso do crime sem crime de Luís Galvão, o mergulho da ordem na desordem (que pode ser lido como desfaçatez de classe) tende a apagar-se em vaga indefinição. Por isso, é possível que o leitor de fato surpreenda-se com a confissão do rico fazendeiro no final da obra, ainda que, então, já devesse saber do estupro "sem vítima". Como de fato talvez se surpreenda ao perceber que, nos jogos de sedução realizados pelos quatro moços casadoiros do romance (Til, Linda, Miguel e Afonso) anuncia-se a inobservância desse que seria o tabu fundacional da civilização humana, o incesto. De novo, a violação de proporções edípicas faz-se anunciar como se nada houvesse a anunciar. Berta é meia-irmã de Afonso e de Linda, sem prejuízo de trocar carícias sensuais com o primeiro. E Miguel, embevecido pelas graças da protagonista, é seu colaço – os dois foram criados juntos e foram amamentados pela mesma mulher, Nhá Tudinha. Tudo, não obstante, transcorre em ambiente de impunidade e inocência, algo tornado ainda mais problemático devido a dois fatores: o narrador sabe, desde o princípio, do parentesco de Berta com Afonso e Linda; e sabe da ligação fraternal entre Berta e Miguel; e os quatro não são mais tão jovens como dá a entender uma certa descrição que se faz deles – Afonso tem 18 anos (TIL, p. 222), como, portanto, tem Linda (irmã gêmea dele). Berta, concebida antes do casamento de Luís Galvão com D. Ermelinda, é ao menos 18 meses mais velha do que seus meio-irmãos. Miguel seria ainda mais velho que Til (TIL, p. 179). – Um momento importante dessa dubiedade dá-se no Capítulo XV, da Terceira Parte do romance, chamado de "O beijo". Afonso assevera não ser irmão de Berta porque irmãos não se casam. Essa, porém, retruca que irmãos podem se querer bem e "brincar" sem chamar a atenção, o que dispensaria o casamento. (diz Berta: "Os irmãos não vivem juntos? Não brincam diante de todo mundo, como nós fazemos? Quem não sabe que a gente se quer bem? Mas ninguém fala mal por isso. Casar para quê?", TIL, p. 222). Se tomado em chave ingênua, o argumento procede. Mas visto no conjunto do capítulo, que trata de um beijo consentido/negado, causa de efusão sensual nos dois, as declarações da protagonista remetem à justificativa do incesto – em *Macunaíma*, "brincar" é eufemismo para a relação sexual. Note-se que Berta ainda não sabia ser meia-irmã de Afonso. No entanto, o narrador, geralmente atento aos influxos "corruptores" do mundo da

uma capa a recobrir uma in(determinação). O acento "til" era usado inicialmente para indicar o som presente da letra suprimida ("tãto", ao invés de "tanto")[136], ou, em outros termos, para presentificar a ausência. De outro lado, "til" é um sinal gráfico e o duplicado semipopular de "título", do latim *titulus* (sinal, marca)[137]. Logo, o título do livro é "título" ("nome"), uma "superpalavra" capaz de designar qualquer coisa, escorregando com desenvoltura pelos conteúdos, e é algo postado aquém do universo etimológico ("~"). O nome do romance demanda do leitor ser decifrado e, no entanto, a decifração é impossível (o "til", que antes designava a indecisão da presença-ausência, passou a ser ele próprio uma indefinição entre não ser e ser palavra, passou a ser ele próprio uma presença-ausência). A origem do apelido de Berta e, logo, a origem do título da obra revelam-se por meio desse jogo de elucidação para o acobertamento. Trata-se da cena já descrita em que Berta ensina Brás a reconhecer o sinal "til" – não se sabe, porém, quem ensinou o que a quem; e toda vez que ressoa no romance o "Til, Til, Til" do "idiota", vem à tona, por meio do mergulho na "razão sopita" do personagem, por meio do mergulho na escuridão presciente, o mistério que, não obstante evidente, desmancha-se, por entre as garras do conceito, em vacuidade.

O segredo da trama, debastado o romance de sua roupagem novelesca, é o núcleo da ausência presente do pai, da lei e, principalmente, do trabalho (escravo) na periferia capitalista[138], núcleo esse em torno do qual se constitui a identidade desidentificadora da alma mestiça. O escravo, do capital da mão de obra livre, constitui o elemento in(definido) a demandar definição para vir a ser e que, porém, nunca se define. O escravo negro é desde sempre o ingrediente mestiço (porque feito da união entre algo determinado, sua força de trabalho, e algo indeterminado, o não-trabalho, a verruma negativa da ordem social

natureza descontrolada, o sabe, sem que isso afete o tom idílico com que descreve a cena. As sugestões de incesto não se resumem aos quatro jovens. Assim, Jão Fera, a quem Berta elege como pai adotivo, acalenta desejo quase irreprimível por ela. O mesmo se dá com Luís Galvão, que assiste a um momento de sedução entre a protagonista e Afonso projetando-se na figura do filho.

[136] Segundo o *Caldas Aulete*.

[137] Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.*

[138] Conforme se viu no Capítulo "O malandro e o burocrata".

nascente[139]) cuja mistura com a "pureza" da civilização branca (do trabalho) criará um ente também mestiço, o povo brasileiro. Quando a literatura arcádica e romântica (e, em grande medida, também a realista já que o maior expoente do pós-Romantismo, Machado, quase não aborda o assunto em seus livros) ignora quase completamente a presença do negro no cenário nacional, não realiza apenas uma operação ideológica, apagando da cena pública o vergonhoso instituto e projetando no índio a mestiçagem fundadora[140], e sim retrata também a premência de uma verdade indizível a clamar por vocalização[141]. A idealização do índio é a face positiva da supressão do escravo negro e a idealização do índio é o instantâneo realista de um quadro que desconhece realismo. Por debaixo da capa de palha da capa de palha da capa de palha que é Jão Fera, há o escravo negro de constituição vaporosa. Por debaixo do *Til* do título (do romance) a recobrir o apelido (título) de Berta que é Til e "~" (a personagem e o sinal gráfico), há o sujeito de identidade desidentificadora característica do país, há o sujeito do trabalho e do não-trabalho que é o brasileiro, o brasileiro da elite e o brasileiro do povo. Uma identidade, pode-se dizer, em constante expansão porque feita da mestiçagem que carece de positividade para existir, positividade essa, porém, a qual torna nula a fim de preservar-se. Constituído está um núcleo marcado por uma estranha negatividade pois uma negatividade que não se define como negativa, já que anula toda positividade mas continua a demandar positividades para seguir existindo[142]. Um núcleo, assim, cuja estática dinâmica implica o

---

[139] A mestiçagem brasileira, ao contrário de certo discurso ufanista, não se realiza primordialmente na mistura de raças, mas na mistura de trabalho com não(-trabalho), resultando em um todo dominado pelo não(-trabalho).

[140] "A valorização do índio, conforme buscamos evidenciar, representa uma idéia cara à ascensão da burguesia [brasileira]. Do ângulo interno, correspondia inteiramente ao quadro das relações sociais dominantes. Representaria um contrassenso histórico, evidentemente, se o elemento valorizado tivesse sido o negro. No quadro daquelas relações, que subsistem intocadas com a autonomia [independência], o negro fornecia o trabalho, colocava-se no extremo inferior da escala [social]. Não constitui mera coincidência o fato de ter sido Alencar, a figura máxima do indianismo, o fundador do romance brasileiro, um escravocrata. [...] Não podendo valorizar o negro [...], os ficcionistas românticos só podiam tomar o índio como elemento próprio para suas criações." Nelson Werneck Sodré, *História da Literatura Brasileira*, pp. 307-308.

[141] Algo semelhante pode-se dizer sobre os legisladores do império que, conforme se viu no Capítulo "O malandro e o burocrata", negavam-se confessamente a normatizar o instituto. Esses legisladores, quando agem assim, ou melhor, quando assim não agem, incorrem em uma desfaçatez de classe sem dúvida. No entanto, para além disso, obedecem às pecularidades da classe trabalhadora no Brasil. O escravo in(existe) e sua tipificação jurídica seria uma impossibilidade ontológica, porque o típico nele é justamente a ausência de tipicidade.

[142] Uma negatividade que ignora a real alteridade.

progressivo apagamento de limites com vistas à integração, e, nesse sentido, suprimem-se preconceitos, barreiras, divisões, distâncias, mas não de maneira a erigir um universo de multiplicidades e sim com vistas a anular a diferença que faz da alteridade o outro ameaçador do qual, paradoxalmente, depende-se – só os escravos (não) trabalham e o escravos in(existem). O apagamento dos limites, que é resultado de uma formação social precária e profundamente injusta, impede a fixação das contraposições necessárias para superar a desigual distribuição (dos frutos do trabalho que não há e há), o que, por sua vez, alimenta o caráter injusto daquela formação social, repondo, mas de forma vaga ou difusa, os preconceitos, divisões, barreiras etc. Causa e efeito misturam-se, confusamente, e o resultado último é uma vez mais de renitente conservação.

A prosa alencariana sai a campo instada a conferir uma forma para esse ser resistente a qualquer formação. Acima se disse que o escritor é acusado de um excesso de imagens criadas por meio de comparações cujo comparante tende a ser algo concreto (da natureza). Ao escrever uma crítica elogiosa sobre *Iracema*, Machado de Assis afirma: "Há, sem dúvida, superabundância de imagens, e o autor com uma rara consciência literária, é o primeiro a reconhecer isso"[143]. Para Cavalcanti Proença, se "é possível grupar estilisticamente os escritores, pela predominância de um sentido sobre os demais, não há dificuldade em classificar o autor de *Iracema* entre os visuais"[144], opinião essa referendada por Meyer: "[...] a sua [a prosa de Alencar] entra pelos olhos como um filme, ela é, sobretudo, sugestão visual, sucessão de quadros vivos e ousados, com vigorosa concentração de luz sôbre os episódios principais e, de vez em quando, o emprêgo do estratagema oportuno"[145]. No entanto, essas imagens borram-se em indeterminação. Diferentemente do que ocorre na prosa kleistiana, cujo elemento visual é também fundamental, mas aí em função de uma objetividade descarnada,

---

[143] Machado de Assis, "[José de Alencar. *Iracema*]" in Machado de Assis, *Obra Completa. III*, p. 852. O escritor prevê que Alencar, futuramente, revisará o livro. A revisão nunca ocorreu.
[144] Cavalcanti Proença, op. cit., p. 58.
[145] Augusto Meyer, "De um leitor de romances – Alencar" in *Revista do Brasil (Mai./1941)*, citado em Brito Broca, "Introdução biográfica" in José de Alencar, *O Guarani*, p. 38.

conforme se discutirá – a prosa de Kleist quer fazer ver –, Alencar cria um panteão de quadros cujos contornos esfumaçam-se e o que deveria ser *divisar* mistura-se a seu contrário, *devanear*[146] – a prosa alencariana quer fazer *rêver*[147]. Isso ocorre porque as descrições[148] e as numerosas comparações dessa prosa alimentam-se de um renhido déficit simbólico (enquanto que, em Kleist, a prosa é também imagem porque há um superávit simbólico). No caso de Alencar, o conceito desliza e a palavra faz água, de modo que a prosa necessita buscar outros recursos, recursos extraprosaicos, para dar conta de seu objeto – o texto alencariano enche-se de poesia, música[149] e imagens (e também de imprecisões, desacertos, lacunas). No caso do *Til*, serão as imagens a maior marca extraprosaica positiva do texto, e o momento mais característico dessa visualização são as comparações (ainda que haja também inúmeras descrições). Quando da comparação, o cotejamento entre dois entes distintos faz-se sem que esses entes, cabalmente, identifiquem-se ou diferenciem-se – os dois assemelham-se, e só. A imagem alencariana surge desse entrelaçamento de comparado e comparante, que não se fusionam e nem se apartam. A imagem é a imagem da (con)fusão característica do fuzuê das similitudes, uma imagem que, como um reluzente papel de embrulho, envolve um pacote dentro do qual nada mais há do que indeterminação[150]. Não existe identidade ou identificação. O texto alencariano diz o que diz temerosamente, por fidelidade ao objeto, que, se nomeado, não será mais o objeto. Como consequência, a prosa compõe um todo fraturado, em que, volta e meia, há um desacerto vocabular (mais frequente nas metáforas); um todo no qual, muitas

---

[146] Na obra alencariana, o rigor manda que não haja rigor. O des(acerto) entre dialética e paradoxo unívoco borra os conceitos de contradição e contrariedade. Enquanto no caso de Kleist é importante ressaltar a prevalência dos pares contraditórios sobre os pares contrários, em Alencar o contrário pode ser unívoco, contraditório ou mesmo contrário, e tudo ao mesmo tempo.

[147] O estrangeirismo, um pouco forçado, faz sentido, pois o que se vê é algo "de outro mundo".

[148] Candido diz que, em Alencar, há um "abuso de descrições" (Candido, op. cit., p. 206).

[149] Cavalcanti Proença é um dos que ressaltam o caráter musical da prosa do escritor. "A leitura de seus livros nos dá, logo às primeiras páginas, o embalo da musicalidade sempre presente, em principal no *Iracema* e *O Guarani*." Cavalcanti Proença, op. cit., p. 66.

[150] "E se Alencar soube esboçar a largo traço um grandioso afresco, que não encontra paralelo na ficção americana, é de qualquer modo um esboço inacabado e fantasmal; as figuras em simples contorno estão reforçando a impressão de vazio. Não se esqueça, porém, que esta impressão de inconsistência no fundo corresponde a uma vacuidade inevitável, que é nossa também, é coletiva e não do autor." Augusto Meyer, "Alencar" in João Alexandre Barbosa (org.), *Textos Críticos. Augusto Meyer*, p. 305. Observe-se que esse texto de Meyer, com algumas alterações, é quase idêntico à "Nota Preliminar (a *O Guarani*)" já citado aqui.

vezes, as vírgulas separam o sujeito do verbo; um todo cujas frases são mormente breves sem serem sintéticas, e assim também o são os parágrafos e os capítulos[151]. Alencar, à sua maneira simultaneamente obscura e reveladora, defende-se da acusação de ser um desvirtuador da língua portuguesa dizendo que seu estilo abdica dos períodos longos e das articulações conjuntivas porque é um estilo brasileiro e não português[152]. O mundo do trabalho que não é trabalho traduz-se em uma prosa de fôlego aparentemente curto, desafeita a reflexões complexas e, logo, marcada por um certo fracasso do pensamento rigoroso. Há um senso de passividade a permeá-la, pois é como se o discurso subisse ao palco para abster-se, incorporar-se ao cenário na qualidade de objeto e não palavra, mas sem abdicar de ser discurso. A ânsia expressiva mescla-se à necessidade de preservar a inefabilidade (abastardada) da experiência nacional. A língua, "a única das artes que fala ao espírito [intelecto]"[153], tende a perder espaço como via preferencial de manifestação do viver humano, pois a palavra divorcia-se da coisa

[151] Quanto ao *Til*, pode-se argumentar que esse estilo decorre diretamente de o romance ter sido primeiro publicado em jornal, na forma de folhetim. No entanto, mesmo os livros alencarianos publicados sem a passagem anterior por periódicos revelam essas marcas. Em certa medida, a prosa do escritor é sempre uma prosa "folhetinesca", ligeira, e, ao mesmo tempo, imbuída de uma missão gravemente séria.

[152] Como faria anos mais tarde na "Bênção Paterna", Alencar, no segundo posfácio de *Iracema*, diz que seu estilo é fruto da necessidade de fazer falar o novo país. "O velho estilo clássico [do português] destoa no meio destas florestas seculares, destas catadupas formidáveis, dêstes prodígios de uma natureza virgem, que não podem sentir nem descrever as musas gentis do Tejo ou do Mondego." José de Alencar, "Pós-Escrito [a *Iracema*]" in OC III, p. 314. Naquele ponto, o intuito do escritor era defender o emprego menos frequente que faz de artigos definidos. Pouco adiante, em uma outra seção do mesmo posfácio, Alencar rebaterá as acusações de que seu estilo é "*frouxo e desleixado*" (OC III, p. 318, itálico no original) porque feito de frases curtas e resistente aos longos períodos montados em cima de conectivos. Para Alencar, as frases extensas demais e cheias de períodos interligados tendem à obscuridade. "Para meu gosto, porém, em vez de robustecer o estilo e dar-lhe vigor, essa acumulação de orações ligadas entre si por conjunções relaxa a frase, tornando o pensamento difuso e lânguido." (OC III, p. 318). Diz ainda que o "emprêgo de copulativa para unir idéias distintas e orações completas é um abuso, e sòmente serve de obscurecer o sentido da frase." (OC III, p. 318). Segundo o autor, esse novo estilo seria o "moderno" em contraposição ao "clássico" (OC III, p. 319). A clareza almejada por Alencar, neste ponto, é uma clareza genérica, mas que ecoa desde o país das "catadupas formidáveis", da "natureza virgem e opulenta" (OC III, p. 314), de "magnificências para as quais não há ainda verbo humano" (OC III, p. 314). Unindo, meio a contrapelo, essas duas seções do posfácio, tem-se que o novo estilo "moderno", parco em artigos definidos e períodos complexos, responde à realidade brasileira da natureza indizível – aqui, "ainda" dizível; apenas na "Bênção Paterna", dois anos mais tarde (o "Pós-Escrito" é de 1870; a "Bênção", de 1872), Alencar dirá que o caráter primitivo do país (seus indígenas extintos e a natureza de brilho intenso) não é exprimível diretamente, conforme se viu no Capítulo "Dessemelhanças e indiferenças (1)". A inefabilidade manifesta-se por meio de uma prosa desconfiada de si própria, e o efeito é de banalização generalizada. A respeito da relativa ausência de conjuntivas na prosa alencariana, diz Haroldo de Campos: "É a defesa da escritura assindética, princípio de sublevação da paratáxis contra a hipotáxis, no plano da informação estética, que começa a esboçar-se com o Alencar 'tupinista'." Haroldo de Campos, "'Iracema:' uma arqueografia de vanguarda" in *Revista USP (Mar./Abr. e Mai./90)*, p. 71. Em Alencar, não há sublevação propriamente dita (e nem revolução ou radicalização) – há mistura, indefinição, e, nesse caso, a hipotaxe e a parataxe misturam-se tendendo à in(diferenciação). A hipotaxe é como a hipotaxe e a parataxe, como a parataxe etc.

[153] OC III, p. 313.

ainda que continue a designá-la[154]. O indizível (das emoções, dos sentidos, das fantasias) passa a frequentar o dia a dia como se dizível fosse, e, porém, sem conhecer o verbo. Discurso e mundo material tendem a uma apartação e autonomização recíproca[155] cuja manifestação mais imediata é um "certo descompasso entre conteúdo e forma"[156]; no caso de Alencar (e dos românticos), um "verbalismo engenhoso e farfalhante"[157] a recobrir o "*vazio brasileiro*"[158]. O núcleo de in(definição) envolve-se de determinações, as quais demanda e as quais derruba[159]. A célula básica feita da (con)fusão de definição e indefinição repõe-se continuamente por meio da incorporação de novas positividades. As imagens alencarianas fazem, assim, *rêver* (sonhar) e rever (ver uma vez mais), porque o novo é como o novo, mas não propriamente

---

[154] Na obra alencariana, a fantasia só se completa quando enlaçada a seu contrário, o aspecto documental. Em *Til*, estão lá o registro de festas populares e de hábitos da família fazendeira, o retrato da esfera dos homens livres na ordem escravocrata, a descrição da natureza do interior paulista etc. "Não se limitou [Alencar], entretanto, a recolher, divulgar e transfigurar lendas, tradições e sentimentos imemoriais do povo. Registrou-lhe, também, hábitos de vida e processos de trabalho, modismos de linguagem, crenças e festas, o ambiente doméstico e social do campo e da cidade, trazendo-nos, em romances e em artigos de jornal, informações que nos permitem uma visão ampla e minuciosa da época." Cavalcanti Proença, op. cit., p. 71.

[155] Neste ponto, pode-se entender por que as polêmicas literárias envolvendo Alencar centram-se em formalismos meio bobocas (o rigor gramatical, a lição dos clássicos, a incorreção ou correção de latinismos, galicismos, anglicismos etc., questões que os românticos repudiariam e questões que o programa alencariano da criação de uma literatura nacional repudiaria) e por que o autor investe com tamanha pertinácia no desvendamento etimológico das palavras (principalmente indígenas) como se explicar o significado do termo "Iracema" fosse o mesmo que dizer quem é a índia do povo tabajara. Frente à autonomia da palavra, o verbo parece ser o mundo, que, porém, subsiste como se quimera fosse. Palavra e coisa (forma e conteúdo) confundem-se. Confusamente, uma "etimologia idealista" dá sustentação a uma "poesia antropológica", e dessa dinâmica brota um texto fantasista e pedagógico no qual o esforço didático reduz-se quase exclusivamente as explanações etimológicas de natureza circular (Iracema é a dos lábios de mel e "Iracema" significa "lábios de mel") ao passo que o mundo comparece vazado em uma materialidade evanescente (o índio é um poeta). – Até hoje a esfera pública brasileira (ou uma certa esfera pública) confunde correção gramatical com conhecimento, confunde malabarismos estilísticos com pertinácia argumentativa.

[156] "Mas há outras razões para aquela decepção um tanto cômica do professor Woodbridge [Mather Woodbridge Jr., que se decepciona porque esperava encontrar em Alencar romances históricos *à lá* Walter Scott], e tocamos aqui num aspecto crucial para a boa ou má interpretação da obra de José de Alencar: certo descompasso entre conteúdo e forma, a discrepância que sentimos entre a ousada, ambiciosa, ingênua concepção de seus romances, em que as lacunas e inconsistências do entrecho logo se acusam, e a inegável qualidade literária da obra, quando considerada estritamente em sua construção verbal. Não se trata apenas do caráter mais ou menos incongruente dos romances representativos do Romantismo; quero referir-me à impressão de brilhante vazio, de empolgante gratuidade, de tenuidade e vigor a um só tempo, que de vez em quando experimentamos, nos momentos de mais aguçada crítica, à leitura de seus livros." Meyer, "Nota preliminar", p. 19. Observe-se que os preceitos do movimento romântico não são suficientes para explicar as especificidades da obra alencariana, ainda que esta tenha se servido favoravelmente de elementos típicos daquele, entre os quais a desconfiança em relação à palavra e a necessidade de a língua recorrer a instrumentos outros a fim de dar expressão ao mundo.

[157] Meyer, op. cit., p. 23.

[158] Meyer, op. cit., p. 23, itálico no original.

[159] Pasta encontra no romance de Guimarães Rosa uma estrutura do tipo: "[...] trata-se de um núcleo de movência contínua, que obriga, pela sua própria natureza, a uma série incessante e mesmo dramática de mutações. Ele, assim, engendra formas, investe-se perpetuamente em novas figuras — porém se repõe inalterado em cada uma delas. Como que obrigado à mutação ou à metamorfose contínua, esse motor paradoxal é, no entanto, incapaz de produzir a diferença ou de encaminhar a transformação." Pasta, "O romance de Rosa", p. 63.

novo – já se destacou anteriormente o caráter repetitivo da obra do escritor. Pode-se tentar descrever esse mecanismo também de um ponto de vista estético, pois, se cada elemento incorporado à máquina mestiça de moer determinações é feito de forma e conteúdo, então: uma unidade feita de conteúdo-forma mais sua negação incorpora doses de conteúdo-forma a fim de estabilizar-se sem, contudo, conseguir fazê-lo ou desejar de fato fazê-lo. Do processo, prevalece a negatividade, ou seja, o conteúdo vazio[160] e a forma informe[161] que respondiam pelo elemento negador da célula miscigenada e que, no entanto, nunca se manifestam sozinhos já que dependentes de uma positividade qualquer. Na nulificação generalizada que advém desse ir e vir entre o nada e algo, forma e conteúdo indiferenciam-se – ambos perdem as determinações positivas responsáveis por contrastar um com o outro, pois a forma do nada é também nada, e a forma, nesse momento, é como o conteúdo, e, logo, a forma é como a forma[162]. Simultaneamente, como não poderia deixar de ser no império da dubiedade-univocidade, há um elemento que predomina, justamente o elemento mais próximo da abstração, da vacuidade, da imaterialidade: a forma (informe). É essa a forma (de conteúdo vazio) que a literatura busca mimetizar e cujo mimetismo é, não obstante, impossível. Uma forma(-conteúdo) mutante porque negativa e, ao mesmo tempo, carente de formas-conteúdos positivos para completar-se em sua incompletude[163]. Aqui, uma vez mais, o efeito nulificador

---

[160] A soma contraditória do conteúdo e de sua negação – não(-conteúdo).

[161] A soma contraditória de forma e sua negação – não(-forma).

[162] Conforme dito no Capítulo "O malandro e o burocrata", o escravo moderno nunca trabalha para si mesmo, o que significa dizer que, no caso dele, a essência (ou aparência?) de trabalho totalmente pago anda de par em par com uma aparência (essência?) de trabalho que nunca é pago. Essa (con)fusão entre aparência e essência explicaria por que, em Arantes, a formulação "economia de forma capitalista e base escravista" (Paulo Arantes, *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira*, p. 65; a formulação, diz o A., inspirou-se em Hobsbawm) transforma-se, duas páginas depois, sem que o disparate seja tematizado, em economia de "forma escravista" e, implicitamente, base capitalista (Arantes, op. cit., p. 67; o A., neste segundo trecho, resume as ideias de Paula Beiguelman). Arantes, no primeiro caso, expõe posição sua inspirada por terceiro; no segundo, posição de outrém. Não obstante, em uma prosa tão afinada com a identificação de contradições, não deixa de ser estranho que essa passe sem registro. O impasse consiste em decidir sobre se o escravismo moderno é um modo de produção de forma capitalista e conteúdo escravista ou de forma escravista e conteúdo capitalista. É os dois e é nenhum. Confusamente.

[163] Essa descrição não deixa de lembrar a do funcionamento da esfera do consumo no modo de produção capitalista (uma esfera complementar à esfera do trabalho). A forma-capital completa-se no consumo e, para ser consumida, carece de um suporte (*Träger*). Esse suporte é algum tipo de valor de uso ("real" ou "fictício" – esses dois conceitos, em verdade, não interessam do ponto de vista capitalista). No ato do consumo, o sujeito toma

é de baixa intensidade, porque sem poder de negação – esse "não" é incapaz de instituir o não-idêntico, a diferença enfática. Diante dessa forma sem forma, toda manifestação que fixe alguma determinação (ainda que seja a constatação de que, aqui, não há determinação) incorre em um "descompasso". A verborragia alencariana, identificada por Meyer, é uma tentativa (necessariamente frustrada) de reproduzir a forma informe da experiência nacional, como o é a adesão isonômica de Alencar aos regimes do favor e do liberalismo, conforme Schwarz, ou o excesso de descrições na obra do escritor, segundo Candido. Esses erros, como se vê, são também acertos, pois expressam uma dificuldade legítima da realidade a que Alencar tão teimosamente procurou dar voz. De outro lado, há descompassos e descompassos. E, se o caso é de obra artística, então o metro continua a ser aquele segundo o qual se exige rigor, coerência, unidade etc. Logo, Alencar, cujos romances escancaram seus pontos fracos, suas fraturas, meio inconscientemente, não atinge o píncaro de excelência artística de Machado – este, porém, tampouco produziu uma obra tão inteiriça como supõem algumas leituras dela. Na produção artística de ambos, vibra a forma informe de efeito nulificador em constante expansão, uma forma, assim, totalizante, mas de totalização estranha, já que uma totalização de teor vago (vazio e indefinível) – uma totalização que é como a totalização. Uma forma que, apesar de produzir efeitos "modernizadores", não conhece desenvolvimento histórico e, portanto, permanece desde sempre onde sempre esteve, a contar do início primordial e até chegar ao final dos tempos, uma forma a englobar potencialmente tudo e apreendendo nada. Uma forma, enfim, cujo resultado derradeiro é: pulverizar a substancialidade da experiência de vida, que assim se confunde com a morte. Tudo são brumas.

---

posse do valor-capital (forma) por meio da posse do valor de uso (conteúdo). Aquela forma, como se vê, independente das determinações positivas de seu suporte porque é sempre a mesma; ela é, sendo assim, uma forma informe, capaz de aderir a todos os conteúdos e incapaz de existir sozinha, pois dependente sempre de alguma positividade.

A totalidade total e a sanha radicalizadora

Na novela de Kleist, o panorama inverte-se. Se em Alencar, o narrador busca com afinco e com desleixo, com volúpia e com paúra a in(definição), o que significa dar vazão a sua alma mestiça auferindo o gozo do travamento identitário, no texto kleistiano, o narrador trabalha com dedicação extrema para livrar-se das indefinições – em suma, nomear o que escapa à palavra, simbolizar o que não conhece símbolo. E faz isso de uma forma específica, que se pode descrever como de crescente radicalidade[164], pois, no limite (ou talvez fosse o caso de dizer, "além do limite", e limite é aqui um conceito fundamental), trata-se de subsumir a indefinição por meio do mergulho nela: conforme o esquema lógico identificado no início deste capítulo, obter definição investindo na negação progressiva e por fim absoluta da indefinição, de modo que, no término do percurso, definição e indefinição tornam-se idênticas, e o máximo de indefinição é o máximo de definição, e quanto mais indefinição mais definição – esse o gozo do (exagerado) imperativo identitário. Ao contrário do núcleo mestiço que resulta da experiência alencariana (um núcleo in(definido) – a positividade evanesce sem que se instale uma potência de fato negativa), a experiência kleistiana garante a determinação por meio do mergulho radical na indeterminação. Como resultado, as facetas da vida humana caracterizadas pela resistência à simbolização (caracterizadas por indeterminação) perdem viço. As emoções comparecem ao texto mecanizadas, os sonhos, perpassados de sobriedade vigilante, a sensualidade, mancomunada com a castidade sobranceira, a desrazão, feita de razão comedida. O imperativo identitário ameaça anular, e anula, o grão de indefinição responsável por fazer de cada sujeito um sujeito inigualável, e os personagens kleistianos assemelham-se entre si como os bonecos de um único fabricante. Quer dizer, ainda que feita da pareação de elementos antagônicos que convivem em pé de igualdade, essa prosa acaba

[164] Uma expressão de sabor assumidamente tautológico, cacófato incluso.

tendo por efeito derradeiro um "esfriamento" do mundo, uma automação generalizada, pois a emoção não é propriamente emoção mas o contraditório da não-emoção, e a espontaneidade, o contraditório da não-espontaneidade, e a desrazão o contraditório da falta de razão[165]. A seguir, discutem-se esses pontos e alguns outros de forma mais elaborada.

A prosa kleistiana decorre do esforço identitário. E, dentre as características estilísticas dela, a mais marcante e decisiva é a construção frasal, em que o escritor conseguirá ser ao mesmo tempo conciso e prolixo, claro e nebuloso, preciso e vago, parcial e imparcial etc., sem que as unidades de cada par antitético confundam-se (ainda que se identifiquem no encerramento do ciclo)[166]. A pareação, paradoxalmente, faz-se do crescente antagonismo, já que uma unidade passa a seu oposto pela via do exagero: quanto mais conciso, mais prolixo; quanto mais claro, mais nebuloso; quanto mais preciso, mais desmedido[167]. Veja-se o que ocorre a respeito do par sincronia/diacronia. Kleist persegue em sua prosa a meta paradoxal de criar um efeito de simultaneidade[168] sem abdicar da exposição cronológica dos fatos. Na

---

[165] Não há especiosidade na diferenciação entre um descontrole real e um que seja simplesmente a ausência de controle, ou de uma desrazão e uma mera falta de razão. No primeiro caso, dizer que algo está descontrolado significa reconhecer nesse algo uma dose de inefabilidade enfática – resta na coisa um dado substancial irredutível à simbolização. No segundo caso, reduzir o descontrole à falta de controle significa esgotar aquele conceito em seu contraditório, e nada sobra que o símbolo não dê conta. Acrescente-se que o elemento pacificamente simbolizável da pareação (o controle, por exemplo) tampouco é controle efetivo se for apenas a negação do descontrole. No entanto, esse elemento sofre menos ao ser esgotado na palavra. E do panorama subsiste um sentido de controle, que, em dado momento, vira em descontrole. O mesmo ocorre com a identidade e a desidentificação. Ainda que mergulhe nesta segunda para chegar à primeira, e vice-versa, a prosa kleistiana resulta identificadora. Há uma voz narrativa que se afirma por meio do antagonismo de identidade e não-identidade. Paradoxalmente, o jogo de elementos contraditórios serve à univocidade, que, na conclusão do movimento cíclico, vira em antagonismo, repondo a dinâmica.

[166] Para uma análise mais detalhada dos aspectos formais da prosa kleistiana, veja-se Rodrigo Campos Castro, *Michael Kohlhaas – a vitória da derrota*. A notar, porém, que, decorridos alguns anos (a dissertação é de 2006), alguns estudos e, principalmente, o cotejo com a obra alencariana, identificou-se naquela análise um certo número de imprecisões que se tenta agora corrigir.

[167] "[...] Kleist ist Künstler einerseits durch Präzision der Beobachtung wie andererseits durch Übersteigerung des Masses [...]" Stephen Zweig, *Der Kampf mit dem Dämon*, p. 151; "[...] Kleist é artista, de um lado, por meio da precisão da observação, bem como, de outro, por meio do excesso de medida [...]"

[168] "[...] die groteske Paradoxie des Kleistischen Lösungs-Versuches [...]: durch gesteigertes Sprech-Tempo will er sprachlich Gleichzeitigkeit zumindest annäherungsweise erreichen. [...] So unterbricht Kleist in für ihn spezifischer Weise sehr häufig die einfache Struktur eines Satzes durch konditionale, konsekutive, finale oder kausale Neben- und Schachtelsätze; solche formale Verschränkung verschiedener Sätze in *ein* ausuferndes Satz-Gebinde soll evident das formal reihende Prinzip von autonomen Satzfolgen aufheben und in der Weise mitteilender Gleichzeitigkeit zu integrativer Information machen." Heinz Ehrig, *Paradoxe und absurde Dichtung*, pp. 314-315, itálico no original; "[...] o grotesco paradoxo da tentativa kleistiana de solução [...]: o escritor deseja, por meio de um tempo discursivo assodado, atingir linguisticamente, ao menos de forma aproximativa, a simultaneidade. [...] Assim, Kleist frequentemente quebra, de uma maneira típica para ele, a

acelerada dicção que imprime a sua prosa, o escritor subverte a ordem temporal. O estilo de Kleist, nas palavras de Anatol Rosenfeld, é "complexo, enovelado, cheio de orações subordinadas, criando tensões e dando ao ritmo da frase estilhaçada um caráter ofegante e furioso"[169]. Com uma velocidade de prestidigitador, o narrador apresenta na sucessão necessariamente sintagmática da palavra eventos simultâneos. Entre os recursos utilizados pelo autor para conseguir tal efeito, destacam-se a hipotaxe, a parataxe, a alteração da ordem natural dos elementos frasais e o uso de advérbios e locuções adverbiais de tempo (com destaque para os que apontam concomitância e imediatez)[170]. Todos são recursos usuais. Nas mãos de Kleist, porém, há um uso marcado desses expedientes com vistas a conseguir o efeito de suspender o decurso do tempo. A construção frasal (*Satzbildung*) de Kleist, como se disse, é tida por alguns críticos como sua característica mais marcante[171]. Os longos períodos que permeiam as novelas compõem-se de várias orações subordinadas (*Nebensätze*) e de várias orações intercaladas (*Schachtelsätze*). A frase divide-se e subdivide-se de modo a retomar elementos já conhecidos e introduzir novos elementos, sem, contudo, perder o fio da meada, instilando no leitor as sensações contraditórias de represamento e transbordamento[172]. A leitura desses textos faz-se acompanhar pelo esforço paradoxal de avançar sem, aparentemente, dar um passo à frente[173]. Kleist cria ao longo da narrativa o que um crítico

---

estrutura simples de uma frase por meio de frases subordinadas e interpoladas condicionais, consecutivas, finais ou causais; tal entrelaçamento formal de diferentes frases em *um* novelo frasal transbordante acaba, de forma evidente, suspendendo o princípio formal da sucessão das séries frasais autônomas e transformando isso, por meio da simultaneidade comunicativa, em uma informação integrada."

[169] *História da Literatura e do Teatro Alemães*, p. 84.

[170] O uso dos "verbos divisíveis" (*trennbare Verben*) e do encadeamento de adjetivos antes do substantivo também contribuem para o efeito de simultaneidade, obrigando o leitor a avançar sem nunca tirar os olhos do que ficou para trás.

[171] "Das Auffallendste bei Kleist ist [...] der Satzbau." Friedrich Koch, *Heinrich von Kleist. Bewußtsein und Wirklichkeit*, p. 308; "O mais notável em Kleist é [...] a construção frasal." "Zu den auffälligsten Merkmalen Prosa Kleists gehört der Satzbau." Harmut Kircher, *Heinrich von Kleist. Das Erdbeben in Chili/Die Marquise von O...*, p. 69; "Dentre as características mais marcantes da prosa de Kleist está a construção frasal."

[172] "Im Übrigen folgen diese Sätze dem schon erwähnten Modell von Stauung und Erguss." Klaus Müller-Salget, *Heinrich von Kleist*, p. 138; "De resto, essas frases seguem o modelo já citado de represamento e jorro."

[173] "Der Satz [de Kleist] hat etwas Gedrängtes und Drängendes zugleich. Die simultanen Explikationen stauen zwar den Satzfluss auf, durch die Einschübe und Sperrungen wird jedoch ein unentwegter Vorwärtsdrang erzeugt." Dieter Heimböckel, *Emphatische Unaussprechlichkeit*, p. 306. "A frase [de Kleist] possui algo de contido e, ao mesmo tempo, algo de urgente. As explicações simultâneas represam, de fato, o fluxo frasal, porém,

chamou de "obstruções sintáticas"[174]. A cada pequeno passo, apresenta-se um desvio que precisa ser percorrido antes de se fazer um novo avanço. A cada avanço, uma nova parada. Cada novo objeto, personagem ou ação que surgem nessa prosa precisam ser iluminados em todas as suas facetas; cada palavra pode abrir as portas para uma frase subordinada ou para um apêndice adjetival com vistas a esclarecê-la[175]. Ao leitor resta continuar enredando-se nessa estrutura feita de rigor exacerbado, resultado da somatória de várias duplas de movimentos contrapostos, dentre as quais destaca-se a busca por concisão extrema e a busca pelo esgotamento dos fatos expostos – quanto mais sucinto, mais abrangente[176] o olhar narrativo.

No caso do "Noivado", o narrador é tanto mais imparcial quanto mais parcial for. Como se viu na análise da parte inicial da novela, a voz narrativa contempla simultaneamente o ponto de vista dos brancos escravistas e o ponto de vista dos negros (ex-)escravos, apresentando os mesmos fatos sob enfoques diametralmente opostos. Ao passar de uma posição a outra pela via do exagero[177], o narrador realiza a façanha de abarcar por inteiro o cenário conflitivo sem aderir peremptoriamente a nenhuma das duas partes em conflito. Essa imparcialidade anda de par com o efeito de objetividade[178] da prosa kleistiana, marcada por um esforço intenso de fazer ver. Como, em Kleist, a palavra corresponde, em potencial, à coisa de forma absoluta, os fatos narrados são os fatos, e o leitor não simplesmente lê um relato sobre os acontecimentos mas, como se de corpo presente, vê com os próprios olhos seu

---

por meio das inserções e paralizações, gera-se um constante impulso para frente."

[174] "Kleists Prosa leidet nicht selten an syntaktischer Verstopfung [...]" Günter Blöcker, *Heinrich von Kleist oder Das absolute Ich*, p. 226; "A prosa de Kleist sofre, não raras vezes, de uma obstrução sintática [...]"

[175] "Seinen eigentlichen Charakter bekommt der Satz dadurch, daß soviel wie möglich eingeschaltet wird. Jedes Wort gibt Anlass zu einer Einschaltung, einem Zusatz, einer Ergänzung." Koch, op. cit., p. 308; "A frase ganha seu caráter peculiar por meio de um processo no qual será intercalado tudo o que for possível. Cada palavra dá ensejo a uma inserção, um acréscimo, um complemento."

[176] A narrativa kleistiana oferece "den Eindruck einer gedrängten und zugleich umfassenden Darstellung der Realität". Peter Bekes, *Heinrich von Kleist – Leben und Werke*, pp. 106-107; a narrativa kleistiana oferece "a impressão de um retrato da realidade ao mesmo tempo concentrado e extenso".

[177] O ponto de vista negro surge de maneira evidente quando o narrador concluía o resumo da história de Congo Hoango desde o ponto de vista branco, segundo o qual o negro que demonstrava ser cada vez mais fiel era em verdade cada vez mais terrível. Quando a tese branca da traição injustificável do negro parecia comprovar-se surge a frase responsável por, como se afirmou, "colocar de pernas para o ar a mesa posta".

[178] "Mehrfach haben wir auf die protokollarische Sachlichkeit und Genauigkeit hingewiesen, die Kleists Erzählstil ausgezeichnet." Hans Heinz Holz, *Macht und Ohnmacht der Sprache,* p. 132; "Mais de uma vez, referimo-nos à objetividade protocolar e à exatidão que caracterizam o estilo narrativo de Kleist."

desenrolar[179]. A imagem que, em Alencar, deslizava para a fantasia, em Kleist, insiste na concretude[180]. Isso significa uma recusa em penetrar nas profundidades insondáveis do sujeito humano. Ou melhor, a objetividade excessiva desse relato alimenta-se da exagerada ênfase no subjetivismo – como todos os fatos apresentam-se de todos os pontos de vista possíveis (dos negros e dos brancos, mas também da vítima e do algoz, dos homens e das mulheres, dos velhos e dos jovens, dos pobres e dos ricos, dos justos e dos terríveis etc.), então nada há que resulte exclusivamente de um viés subjetivo[181]. Por ser profundamente subjetivista, é desmedidamente objetiva. Nas novelas kleistianas, a disposição sentimental dos personagens revela-se principalmente por meio de seu comportamento[182], o que se traduz, no nível narrativo, em um desfiar incontável de "gestos". Essas pessoas enrubescem e empalidecem repetidas vezes, balbuciam ou gaguejam, silenciam ou gritam, desmaiam e entram em transe, tremem e estremecem, arregalam os olhos, despedem-se com acenos de mão, trocam carícias, caem e se levantam, mas quase nunca se sabe o que pensam ou quais sentimentos perpassam seu mundo interior. Apenas pontualmente, com um adjetivo ou dois, o narrador descreve de forma direta o estado de espírito delas, afirmando, por exemplo, que tal personagem disse algo consternadamente ou com alegria. Manifestações, de qualquer maneira, dedutíveis a partir da postura adotada pelos personagens, dedutíveis a partir da aparência externa deles[183]. Em várias

---

[179] "En Kleist, la construcción de la oración solo persigue un fin: el de eliminar, en lo possible, el elemento qui distancia por medio de la oración [...] para la transmisión inmediata y sin distanciamientos de la vida que trancurre em lo esencial dentro del elemento del tiempo." Gerhard Fricke, *Homenaje a Heinrich von Kleist*, p. 56.

[180] "Das Kleistische Erzählen ist überall konkret." Benno von Wiese, *Die deutsche Novelle*, p. 63; "A narrativa kleistiana é por inteiro concreta."

[181] Nesse ponto, a prosa kleistiana mostra seu limite insuperável, sua incapacidade de reconhecer a diferença enfática, ou a alteridade propriamente dita, ou de aceitar a fissura incontornável entre palavra e coisa.

[182] "Das Innere der Menschen bleibt weitgehend verhüllt oder spricht sich nur indirekt durch Zeichen aus, die im Sinnlichen sichtbar werden. [...] Nirgends wird das Verhalten des Kohlhaas oder seiner Gegner psychologisch zergliedert." Wiese, op. cit., p. 63; "O interior das pessoas permanece em grande parte escondido ou manifesta-se apenas indiretamente, por meio de sinais, torna-se visível por meio do sensível. [...] Em nenhum lugar, o comportamento de Kohlhaas ou de seus adversários será analisado psicologicamente."

[183] "[...] Kleist, who frequently uses general terms which express an emotive quality to decribe physical states. Phrases such as 'mit unterdrückter Rührung' [com emoção reprimida], 'mit erzwungener Heiterkeit' [com alegria artificial], 'mit zuckender Wildheit' [com ferocidade pulsante], 'ihre Tränen unterdrückend' [contendo suas lágrimas], 'mit einer Bewegung des Abscheus' [com um movimento de repugnância], as well as individual words as 'betroffen' [perplexo], 'erschrocken' [assustado], 'unruhig' [agitado], 'bewegt' [comovido] and so on are used to indicate certain gestural postures and in effect serve much the same function as exactly described gestures."

novelas, o narrador recusa-se abertamente a ingressar no mundo interior daqueles cuja vida expõe, alegando ser impossível descrever (apesar de ser possível, em alguns casos, nomear) um sentimento que se apoderou de alguém ou descrever o que transcorria em sua alma.

Isso significa a criação de uma gramática dos sentimentos sob a qual os personagens kleistianos sofrem um aplanamento, uma padronização que lhes rouba traços individuais capazes de fazer de cada um cada um. Há um rebaixamento das emoções e, junto dele, um recolhimento da individualidade. Os gestos característicos repetem-se entre os personagens e repetem-se dentro de cada novela para esse ou aquele personagem. No "Noivado", Gustav/August dirige-se cinco vezes até uma janela em momentos de apreensão ou dúvida. Esse gesto específico, por sua vez, surge em vários dos outros textos kleistianos. Outro índice frequente da emoção dos sujeitos na obra do autor são a mudança de cor (eles ruborizam ou empalidecem) e o desmaio – Gustav/August também será alvo desses eventos, e isso mais de uma vez. No entanto, não só ele. No "Noivado", Toni muda de cor, e no restante do universo de Kleist, uma infinidade mais de personagens ruborizam/empalidecem ou desmaiam. A padronização gestual instila um sentimento de alheamento que a objetividade descarnada do autor vem sublinhar, um alheamento, porém, feito do excesso de dirigismo – porque almejam ditar os rumos do mundo de modo autocrático, os personagens aderem a esse mundo sem deixar resto. Dirigismo e alheamento convivem sem que se confundam.

Outro traço dessas novelas relacionado ao exposto até aqui é o teor historiográfico, muitas vezes assumido, que delas reverbera. Esses textos, como é o caso do "Noivado", costumam iniciar-se com a localização cronológica e geográfica precisa dos fatos que estão por vir, e muitos deles têm como ponto de partida eventos reais[184]. Some-se a isso a precisão,

---

David E. Smith, *Gesture as a Stylistic Device in Kleist's 'Michael Kohlhaas' and Kafka's 'Der Prozess'*, p. 24.

[184] "Es geht also Kleist, so kann man bekräftigen, um historische Realität. In ihrer Eingangspassage errichtet denn auch Kleists 'Verlobungs'-Novelle ein komplettes Modell der Familie, der staatlichen Ordnung, der revolutionären Anarchie und der die Ordnung wieder herstellenden Nationalidee im Spannungsfeld zwischen Europa und Übersee in den Blick [...]" Gerhard Neumann, "Anekdote und Novelle: Zum Problem literarischer Mimesis im Werk Heinrich von Kleists" in Anton Philipp Knittel et Inka Kording (Hrsg.), *Heinrich von Kleist.*

a clareza, a sobriedade, a imparcialidade, e o leitor segura nas mãos um relato de tipo historiográfico, sem tirar nem por. Porém, o mergulho na história, por radical, desemboca em seu contraditório, e o peso realista, concreto do relato desaparece (torna-se *antigrav*[185]) para ser substituído pelo mito. Em quase todas as novelas kleistianas, o enredo caminha da história para chegar ao (ou atravessar com consequências decisivas o) mito. São exemplos, o "Noivado", "Michael Kohlhaas", "O Enjeitado", "O Terremoto no Chile", "A Marquesa de O....", "O Duelo". Mais raramente, o caminho é o inverso, como em "A Santa Cecília, ou o Poder da Música" e "A Mendiga de Locarno". De toda forma, o esquema não se altera. A radicalização do idêntico resulta no contraditório. Como se viu, esse movimento, ainda que indubitavelmente progressivo, já que resultante em uma apreensão positiva do mundo, conclui-se em circularidade. A história sempre esteve identificada com o mito. Trata-se, como em Alencar, de uma má infinitude, contudo uma de conformação outra. Enquanto no escritor brasileiro, há a reposição do núcleo mestiço por meio da incorporação do elemento "puro", o que significa reafirmar a definitiva indefinição e continuar mantendo com a alteridade (o mundo ou o outro) uma relação de des(acerto), no escritor alemão há uma negatividade eficiente que perfaz um trabalho com resultados concretos, ainda que essa concretude, no derradeiro instante de sua plena afirmação, desfaça-se em impalpabilidade. Ao movimento pendular brasileiro (a gangorra balança suavemente de lá para cá, entre um extremo e outro, percorrendo uma variada gama de posições intermediárias, e nem sempre oscilando com força total; o balanço não serve para nada, somente para "brincar") opõe-se o movimento de (re)virada "prussiano" (semelhante a um pilão de água, cujo recipiente coletor vai se enchendo do líquido para, em um dado momento, de sopetão, passar à posição contrária, esvaziando-se e

---

Neue Wege der Forschung, p. 178; "Kleist, deve-se sublinhar, interessa-se pela realidade histórica. Em sua introdução, a novela klestiana do "Noivado" também apresenta um modelo completo de família, de ordem estatal, da anarquia revolucionária e da ideia de nacionalidade responsável por reinstalar a ordem, tudo isso sem perder de vista o campo das tensões entre a Europa e o além-mar [...]"

[185] Esse o termo usado pelo senhor C., um personagem inventado por Kleist no texto "Sobre o Teatro de Marionetes" para defender a idéia de que as marionetes possuem mais graça que os seres humanos de carne e osso quando se trata da dança. Nas palavras desse personagem, uma das características das marionetes é que elas seriam "*antigrav*", que conseguiriam se livrar da força da gravidade.

regressando ao ponto inicial; o pilão é útil, pois, nesse ir e vir, "trabalha"). No entanto, da gangorra nacional redunda algum efeito "dialético" – há certo avanço, ainda que misturado a seu contraditório, e o trabalho confunde-se com o lazer (trabalho é como o lazer); já no pilão de água "prussiano", de outro lado, a farinha de trigo, quando concluída a moedura, se transformaria em farinha de joio, e o trabalho identifica-se com o lazer (trabalho é lazer).

Voltando à prosa kleistiana, é comum classificá-la de obscura, nebulosa, indecidível ou indefinível. No entanto, como se tem argumentado aqui, essas características convivem com seu contraditório de modo que passam uma a outra pela via da radicalização. Veja-se o que ocorre com o par precisão/imprecisão no "Noivado". No trecho analisado acima, há um determinado momento em que o narrador cita a origem familiar de Babekan. Eis o excerto:

> *[...] er [Herr Villeneuve] machte ihn [Congo Hoango] sogar, einige Jahre darauf, gegen die Gewohnheit des Landes, zum Aufseher seiner beträchtlichen Besitzung, und legte ihm, weil er nicht wieder heiraten wollte, an Weibes Statt eine alte Mulattin, namens Babekan, aus seiner Pflanzung bei, mit welcher er durch seine erste verstorbene Frau weitläuftig verwandt war.*[186]

Lido o fragmento, fica-se sem saber se Babekan era parente de Congo Hoango ou do senhor Villeneuve. A velha por ser mulata possuía ascendentes brancos e negros e, sendo assim, poderia ter laços familiares com qualquer um dos dois. Os fatos, conforme já exposto, narram-se de dois pontos de vista antagônicos e igualmente válidos. Sob o olhar do escravista branco que enche o negro de dádivas, o concubinato com uma mulata que fosse dele, escravista, aparentada significaria um sinal de prestígio suplementar dispensado ao serviçal que lhe salvara a vida. Sob o olhar do negro a quem as inúmeras benesses sufocam, a colocação a seu dispor de uma mulata parente dele, agora ex-escravo, significaria confirmar sua condição renitente de objeto, já que um familiar seu servia como moeda de troca no insondável mercado da gratidão. A dupla leitura alimenta-se da profusão de pronomes da

[186] KSE, p. 222. A tradução, uma vez mais: "[...] ele [senhor Viellneuve] até mesmo fez dele [Congo Hoango], alguns anos mais tarde, contrariando o costume da terra, o intendente de sua considerável propriedade e atribuiu-lhe, porque não desejava casar-se novamente, como parceira uma velha mulata, de nome Babekan, de sua plantação, com a qual ele, por meio de sua primeira mulher, já morta, mantinha uma relação distante de parentesco."

terceira pessoa nas declinações nominativa, acusativa, dativa e genitiva. Os pronomes, no início indubitáveis, acumulam-se, "intensificam-se", de forma que, no final, Babekan será parente de Congo Hoango e do senhor Villeneuve. Escravo e senhor de escravo, sendo assim, identificam-se. Por ser sucinto demais, pretendendo transmitir um grande montante de informações no menor número de palavras possível, o narrador tornou-se prolixo – há um excesso de "ele", "lhe", "dele" e "seu"[187] no trecho. Por ser parcial demais, adotando simultaneamente o viés do senhor de escravos e do (ex-)escravo a cada volteio do período frasal, o narrador tornou-se imparcial – os dois pontos de vista apresentam-se com peso idêntico. Por ser preciso demais, visando à apresentação de todas as filigranas do panorama descrito, o narrador tornou-se impreciso: não se sabe se Babekan é parente de Villeneuve ou de Congo Hoango. A velha mulata, no frigir dos ovos, é os dois. Caberá ao leitor, meio desavisado, optar por uma versão ou outra dos fatos, cumprindo o destino dessa prosa totalizante, uma prosa diante da qual qualquer leitura resultará parcial.

A fim de manter em movimento esse "pilão de água", o narrador kleistiano não pode permitir que se borrem os limites responsáveis por separar o que é do que não é. Por meio da fixação das diferenças claras entre cada uma das unidades antagonistas que formam os pares dinâmicos desse texto, ou seja, traçando as linhas divisórias entre fidelidade/infidelidade, razão/desrazão, justiça/injustiça, ordem/desordem, a palavra narrativa mantém em movimento o jogo de negação recíproca responsável por garantir, paradoxalmente, a identificação. Não há confusão, diferentemente do que ocorria em Alencar. Quando o giro identitário completa-se, as unidades antitéticas identificam-se, mas não se fundem e nem se confundem – a esse momento de identificação em que a ordem é a desordem, segue-se uma nova separação e o

[187] Em alemão, o pronome pessoal da terceira pessoa do singular comparece ao trecho nos casos nominativo, acusativo e dativo; além disso, há o pronome possessivo da terceira pessoa do singular (no acusativo, no dativo e no genitivo). As declinações em alemão tornam o panorama pronominal mais intrincado e ao mesmo tempo mais preciso. Essa é uma dificuldade na tradução dos textos kleistianos. Como o português não conhece as declinações, usadas pelo escritor alemão em alta voltagem (como, de resto, tudo o mais), surgem na língua de chegada uma confusão e uma assonância inexistentes na língua de saída.

ciclo recomeça, e a ordem é uma vez mais a não desordem. No "Noivado em Sto. Domingo", a civilização branca exilada na natureza incontrolável[188] (a trupe comandada pelo senhor Strömli abriga-se no laguinho das Gaivotas) contrapõe-se à barbárie negra instalada na casa da civilização (Congo Hoango mora na sede da fazenda junto de Toni e Babekan). À medida que o enredo avança, a civilização branca vai se assenhorando da casa da civilização ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, vai se tornando menos civilizada (a referência aqui não é tanto ao assassinato cometido por Gustav/August, mas à ação bélica dos brancos) até que toma por refém duas crianças, filhos de Congo Hoango – a cena exemplar desse momento é a do senhor Strömli ameaçando a vida de Seppy (um dos filhos do patriarca negro) com uma faca de caça ("Hirschfänger"[189], KSE, p. 255). Os brancos civilizados são mais bárbaros quanto mais próximos da casa da civilização até que, no clímax, a civilização é a barbárie. De outro lado, os negros animalizados, que se dividiam entre a sede e os estábulos, percorrem o mesmo caminho mas no sentido oposto. Congo Hoango controla seus homens, impedindo um ataque de consequências catastróficas, até transformar-se no pai zeloso que o "preto velho e terrível" prometia não ser. Os negros bárbaros são mais civilizados quanto mais próximos da natureza bárbara até que, no clímax, a barbárie é a civilização. Depois do instante de culminância, brancos e negros novamente se separam. Note-se que não há confusão ou fusão entre civilização e barbárie ou entre os negros e os brancos, os escravos e os senhores de escravo. Ainda que ocorra um movimento de radicalização, no qual cada uma das partes, bárbaros e civilizados, caminha para transformar-se em seu contraditório, as unidades antitéticas continuam apartadas. O senhor Strömli vai deixando de ser civilizado e vai se tornando cada vez mais bárbaro, mas não se pode dizer que seja um ente mais ou menos bárbaro e civilizado.

[188] A natureza, para ser natureza, sempre guarda algo de inapreensível. Em Alencar, essa inefabilidade acaba por ser apequenada, impedindo que a natureza seja de fato a natureza; em Kleist, há uma identificação total da natureza com a civilização.

[189] A tradução literal seria "pegador de cervo" – uma faca usada para matar o animal capturado. O senhor Strömli, nesse momento, iguala o menino a um bicho, tornando-se ele próprio, Strömli, o "selvagem".

Mesmo que o processo fosse interrompido antes de sua derradeira realização[190], sobraria um sujeito com "n" partes de barbárie e "n" partes de civilização, mas não um sujeito desordenadamente bárbaro e civilizado[191]. Não há indefinição porque a indefinição é a definição. O processo, que só existe se houver um limite rígido a separar cada uma das unidades antitéticas, realiza-se por meio da supressão desse limite. No episódio discutido aqui, o senhor Strömli realiza o gesto mais radical de defesa da civilização quando se torna bárbaro – é, portanto, quando é mais bárbaro que o personagem é mais civilizado. Em outros termos, para preservar-se, para manter-se pura em sua identidade, a civilização identificou-se com a barbárie. A fim de que não haja dubiedade nenhuma, o limite precisa ser ideal. Essa fronteira que separa o ser do não-ser, como uma linha da física teórica, não possui espessura ou massa, de modo que, além dos elementos antitéticos, nada mais existe. Quanto mais ideal, e logo perfeito, rígido, intransponível, o limite entre o sim e o não, menor a distância a separá-los. O limite mais extremo é a distância mais ínfima, de forma que, quando o limite for total a distância será nula – e o que deveria ser a diferença mais radical vira em indiferença. O limite, sendo assim, estabelece-se por meio de sua supressão. Um limite desse tipo é a lente "prussiana" discutida páginas atrás. Essa lente, também ideal, porque imaterial e totalmente translúcida, separa sujeito e objeto da forma a mais radical possível ao mesmo tempo em que permite ao sujeito divisar o objeto sem que sobrem áreas de incerteza ou indeterminação, o que significa permitir ao sujeito nomear o objeto sem deixar resto. A lente garante a total desidentificação entre sujeito e objeto e a identificação total entre sujeito e objeto. E é por meio da identificação (por meio da luz que atravessa a lente ideal) que se faz a desidentificação (o sujeito determina claramente onde termina o idêntico e começa o contraditório), e é por meio da desidentificação (a lente a separar rigidamente o olhar daquilo

[190] O que é uma impossibilidade porque o movimento é parte essencial desse panorama, que não conhece parada.
[191] A diferença aqui é entre um senhor Strömli meio bárbaro ("meio" é adjetivo, significando "pela metade") e outro senhor Strömli meio bárbaro ("meio" é advérbio, significando "um pouco"). No primeiro caso, os elementos bárbaro e não-bárbaro continuam apartados (o personagem é metade bárbaro e metade não-bárbaro). No segundo, não, pois o senhor Strömli seria um sujeito mais ou menos bárbaro, indefinido.

que é olhado) que se faz a identificação (o olho apreende por completo o que é olhado). O limite absoluto é a absoluta falta de limite.

A fundamentar essa dinâmica encontra-se a lei do imperativo identitário (exagerado). A presença da lei ou da figura paterna que personifica a lei marca os textos kleistianos. No "Noivado", a lei em sua versão tradicional materializa-se no patriarca branco, senhor Strömli. É dele que a comitiva dos escravistas depende em *ultima ratio*. Quando Gustav/August arrisca a própria pele em busca de víveres e abrigo para a família branca em perigo, faz isso sob o olhar e o mandamento desse "pai". O senhor Strömli, até segunda ordem, é o mais legítimo representante da civilização posta em perigo pelo levante dos escravos, é ele o mais legítimo representante da lei que serve de esteio àquela civilização. Para essa lei, o levante dos negros significa sua própria supressão e o consequente mergulho do mundo colonial na anarquia mais desbragada. Partindo dessa constatação, cristaliza-se a camada mais evidente da narrativa, uma camada racista branca – nela, os negros são terríveis, velhos, violentos, traiçoeiros, vingativos, animalizados, selvagens (esse era o tempo em que os "os negros os brancos matavam"). A lei da civilização, no entanto, para preservar-se, necessita que seus representantes mergulhem na barbárie, como se viu acima. A lei da civilização é a exceção bárbara, que, na novela kleistiana, conhece uma manifestação positiva na forma de uma "lei bárbara" a vigorar explicitamente. Logo abaixo do estrato da civilização branca, a uma profundidade não muito grande, há um outro estrato que se poderia chamar de a camada da barbárie negra – nela, os brancos civilizados é que são terríveis (porque instrumentalizam mulheres[192] e crianças[193]), velhos (como o senhor Strömli e a mulher dele, entrevada), violentos (quando ameaçam de morte os filhos de Congo Hoango), vingativos (quando mandam chicotear a escrava desobediente, como o senhor Villeneuve fizera com Babekan), animalizados (os negros chamam-nos de "esses cães brancos" – "diese weißen Hunde", KSE,

[192] A remissão imediata aqui é à escrava doente de febre amarela cujo senhor pretendia transformar em objeto sexual.
[193] Crianças que transformam em reféns para, a qualquer custo, sobreviver.

p. 223) e selvagens (vindos do mato para tomar a sede da fazenda) – era o tempo em que "os negros os brancos matavam". A lei da barbárie, da mesma forma que a lei da civilização, demanda que seus representantes mergulhem no contraditório dela, na civilidade, a fim de mantê-la em vigor. A lei da barbárie é a lei da civilização. Congo Hoango, cujo nome lembra dois rios caudalosos, identifica-se e contrapõe-se ao senhor Strömli, cujo nome remete a "correnteza" (*Strom*, em alemão, significa "correnteza", "corrente"). Quando os escravos insurgem-se, não passa a vigorar uma anarquia generalizada mas a desordem da ordem, ou a exceção que é o fundamento da lei[194] como a lei é o fundamento da exceção. À lei "branca" contrapõe-se a lei "negra"[195] de maneira que as duas caminham para a identificação pelo caminho da radicalização. A lei "negra" anuncia-se primeiro de forma não expressa, quando, no primeiro parágrafo, descrevem-se a campanha dos (ex-)escravos para eliminar os brancos e as estratégias adotadas – entre essas, há os subterfúgios traiçoeiros usados pelas mulheres da sede da fazenda e nos quais Toni serve de isca principal. A *Mestize* é encorajada pela mãe a usar, para atrair os refugiados brancos, todos seus dotes sensuais, com exceção da "carícia derradeira", proibida sob pena de morte[196]. A lei (paterna)[197] que primeiro reverbera, ainda

---

[194] Essa, segundo Agamben, é uma característica dos ordenamentos jurídicos da modernidade (capitalista). A Idade Média desconhecia a possibilidade de, em uma situação limítrofe de catástrofe ou guerra, por exemplo, suspender a lei em vigor a fim de garantir a sobrevivência da lei. "A exceção medieval representa, nesse sentido, uma abertura do sistema jurídico a um fato externo, uma espécie de *fictio legis* pela qual, no caso, se age como se a escolha do bispo [o exemplo de exceção medieval citado diz respeito à possibilidade de a Igreja reconhecer a qualidade de bispo a uma pessoa que, mesmo impossibilitada de ser ordenada como tal, o foi] tivesse sido legítima. O estado de exceção moderno é, ao contrário, uma tentativa de incluir na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de indiferenciação em que fato e direito coincidem". Giorgio Agamben, *Estado de Exceção*, p. 42, itálico no original. "A idéia de que a suspensão do direito pode ser benéfica ao bem comum é estranha ao mundo medieval." Agamben, op. cit., p. 42.

[195] "[...] entpuppt sich das Gesetz, das in der Ausnahmesituationen herrscht, als die Fortsetzung des Gesetzes unter umgekehrtem Vorzeichen. In der Abwesenheit von Recht und Ordnung exponiert sich das Gesetz von seiner anderen, 'perversen', barbarischen Seite. [...] Das gesellschaftliche Chaos und seine fatalen Auswirkungen auf das ethische Handeln, das Kleist in seinen Erzählungen zu ergründen versucht, wäre nach Zizek die Verkörperung des gleichen Gesetzes, das sich in ein vernünftiges und ein 'verrücktes' Gesetz verdoppelt." Alison Lewis, "Der Zwang zum Geniessen. Männliche Gewalt und der weibliche Körper in drei Prosatexten Kleists" in *Kleist-Jahrbuch (2000)*, p. 202; "[...] a lei que vigora no estado de exceção revela-se a continuação da lei mas com sinal trocado. Na ausência do direito e da ordem, a lei exibe-se desde um outro lado, um lado 'perverso, bárbaro. [...] O caos social e suas consequências funestas sobre o agir ético, que Kleist tenta desvendar em suas narrativas, seria, segundo Zizek, a encarnação da mesma lei que se redobra em em uma lei racional e em uma lei 'insana'."

[196] "[...] sie [Babekan] ermunterte dieselbe [Toni], den Fremden keine Liebkosung zu versagen, bis auf die letzte, die ihr bei Todesstrafe verboten war [...]". KSE, p. 223; "[...] ela [Babekan] incentivava a mesma [Toni] a não

distante, como *verboten*, logo surge como ente positivo, na qualidade de *Mandat* (mandado pregado a uma porta proibindo os negros de, também sob pena de morte, dar abrigo a refugiados brancos), para transformar-se em *das ausdrückliche Gebot* (o mandamento expresso de recusar ajuda aos brancos), e depois *Landesgesetze* (as leis nacionais determinando o extermínio dos brancos), e finalmente *Gesetz* (lei, ou Lei, que regulava o caso do estrangeiro, estatuindo sua eliminação). Nesse ápice de abstração e generalização, quando o mandamento jurídico transforma-se em Lei a fundamentar um modo de ser, a barbárie identifica-se com a civilização. A revolução dos escravos não criou um mundo anárquico, mas um mundo no qual a Lei continua em vigor, somente que na forma de exceção: onde agora se lê "branco" antes se lia "negro" (antes, as mulheres brancas não poderiam deitar-se com os negros sob pena de morte ao menos social, os brancos não poderiam dar abrigo a escravos fujões, a condição servil dos escravos significava sua anulação como sujeitos, sua eliminação)[198]. É por meio de sua exceção que a lei totalizante garante a jurisdição universal – se mesmo a própria suspensão da lei é da lei, então nada há que escape ao império dela[199].

No texto "Sobre o Teatro de Marionetes", Kleist retrata uma lei do tipo. Ali, o escritor defende a tese segundo a qual a graça do movimento depende de que se observe a lei da gravidade. Uma marionete então, segue o argumento, seria mais graciosa do que um dançarino

---

negar carícia nenhuma aos estrangeiros, com exceção da carícia derradeira, que lhe era proibida sob pena de morte [...]".

[197] Na frase transcrita anteriormente, os incentivos para que Toni seduza os brancos partem da mãe dela, mas a proibição de que se entregue totalmente, não.

[198] Essa dinâmica conhece, no "Noivado", uma dimensão teológica, pela via da "vingança divina". Primeiro, a novela fala em uma "Gottes Rache" ("de Deus a vingança", KSE, p. 241) a atingir os negros por conta de sua campanha de matança contra os brancos. No final do enredo, surge a "Rache Gottes" ("vingança de Deus", KSE, p. 256) que recairia sobre Toni porque esta ajudou os brancos. Deus, onipresente, onisciente e onipotente, é a lei e a exceção.

[199] No caso brasileiro, um núcleo feito de exceção e lei incorpora regularmente novas doses de lei, de modo a repor-se como exceção e lei. O resultado prevalecente é uma lei que pouco diz respeito ao mundo dos fatos, uma lei "da exceção", porque desconhece a exceção efetiva. O ordenamento jurídico nunca deixa de vigorar pois nunca vigora realmente. Em consequência, nada parece ser capaz de satisfazer a sanha legiferante característica desse complexo. Como a lei está em des(acordo) com o fato, então, o sancionamento de uma lei determinando a solução de dado problema confunde-se com a solução mesma do problema sem que, de outro lado, a lei consiga superar seu caráter fundamentalmente excepcional, negativo em relação ao fato normatizado – a lei parece aprovada para vigorar em uma dimensão paralela. Em outros termos, experimenta-se no país um Estado de exceção feito coisa ordinária e um Estado de direito materializado em névoa.

de carne e osso porque aquela, desprovida de consciência, nada mais faria do que observar a lei gravitacional[200]. O texto, que seria o testamento estético de Kleist (porque o mais elaborado dele a respeito de um tema estético), gerou uma enorme variedade de interpretações. Para o ponto tratado neste momento, interessa isto: Kleist trata a lei gravitacional, uma lei natural, como se fosse uma lei moral, e trata a lei moral, aquela que diz respeito à consciência humana, como se fosse uma lei natural, identificando uma com a outra. Do ponto de vista das ciências naturais, não se pode falar em desobediência à lei da gravidade – essa é uma lei que não conhece desobediência (exceção)[201], e, logo, o dançarino, de carne e osso ou de pano e madeira, movimenta-se sob o "poder" dela. Já do ponto de vista da lei moral, não há uma moral capaz de abrir mão da consciência, nesse caso, da distância a separar o sujeito do mundo que o cerca, pois toda moral importa a liberdade de escolha. Em Kleist, porém, a lei da gravidade poderia ser desobedecida (pelo dançarino de carne e osso) porque o ser humano não teria ainda conseguido identificar-se totalmente com os objetos que o cercam. De outro lado, a lei moral só conseguiria vigorar plenamente quando nenhuma consciência mais houvesse (quando não houvesse mais qualquer lei moral, quando o sujeito fosse uma marionete da lei da gravidade – é o regresso ao Paraíso previsto no final do texto). A lei kleistiana é uma lei da física e uma lei humana. Ela admite ser infringida e ao mesmo tempo não o admite. A lei consegue manter-se íntegra apesar do paradoxo dessas demandas antitéticas por meio da exceção – a exceção insere-se na lei por completo, de forma a garantir a jurisdição plena[202]. Nada há que não diga respeito a essa lei.

---

[200] O mesmo senhor C., ficou dito em uma nota anterior, afirma que as marionetes são *antigrav*. O paradoxo é do texto kleistiano. As marionetes, cuja graça advém do fato de não poderem desobedecer a lei da gravidade, são movimentadas por uma força maior do que seu peso e, logo, segundo o personagem, fogem à gravidade. A exceção, uma vez mais, confirma a regra. Cabe ao que foge à lei fundamentar a vigência da lei.

[201] No dias de hoje, os físicos buscam elaborar um modelo capaz de unificar a teoria da relatividade, em que impera a força gravitacional, e a física quântica, em que há outras forças mas não a gravitacional. Na dimensão subatômica, então, não vigora a lei da gravidade. Porém, isso não afeta a constatação feita acima. As leis das ciências naturais possuem validade universal porque é impossível "desobedecê-las".

[202] Há coabitação do conceito de lei jurídica (preceito comportamental com suposto embasamento moral) com o de lei da física (constatação material com suposta comprovação científica). O texto estético de Kleist tenta desvendar qual o substrato último da graça a fim de que se possa obter graça, ou seja, trata-se de investigar a

Sendo assim, no fundamento constitucional do universo do escritor há uma lei que é a exceção. Nesse universo, o erro é acerto, e a incongruência é congruência. Os textos kleistianos apresentam uma variada gama de deslizes e imprecisões. No "Noivado", há prédios destruídos que depois surgem intactos e há, principalmente, a mudança do nome de Gustav para August (vai se retornar dentro em breve à questão). Esses são erros gritantes que, apesar disso, não são de fato erros. Mas há, em maior número, erros que costumam passar desapercebidos. Logo no primeiro parágrafo da novela sobre Saint Domingue, o narrador diz que Congo Hoango "em sua juventude parecia ser de temperamento fiel e justo". Todavia, o negro continuará fiel ao senhor Villeneuve até depois de seus 60 anos de idade, quando então eclode a revolução. Por que a aparência de justiça e lealdade não perdurou entre a juventude e a senilidade do (ex-)escravo? Ou então, se ele parecia fiel na juventude e revelou-se infiel depois dos 60 anos, o que parecia ser e era entre um ponto e outro? Esse erro da narrativa, uma incoerência que redunda em imprecisão, não funciona como tal. As falhas do texto kleistiano não servem para minar-lhe o poder de convencimento, pelo contrário, as falhas são o fundamento dos acertos, paradoxalmente[203].

---

matéria a fim de a ela aderir e então controlar essa matéria. Domínio e submissão trocam de lugar continuamente via radicalização, mas não se confundem, ainda que caminhem para a identificação. O domínio total é a submissão total. Em uma suposta versão brasileira do texto, a marionete aprenderia a voar e sairia voando (é o boi voador), observando e não observando a lei da gravidade – a pretensão de controle sobre a matéria mistura-se a um movimento de fuga, o que desemboca em uma célula indecidível formada por um par de elementos contraditórios, nesse caso domínio e evasão.

[203] Algo semelhante aplica-se à carga explicitamente mágica de algumas obras e ao tratamento dado por Kleist para os duplos. Em "Michael Kohlhaas", por exemplo, o relato desenfeitiçado do comerciante de cavalos vê surgir, de repente, uma cigana capaz de prever o futuro. Nada há de assombroso no episódio, que transcorre com a naturalidade típica desses textos. O mito é o fundamento da história e vice-versa. A respeito do duplo: "Das Doppelgängermotiv der Romantik wird von Kleist aller schummrigen Spukhaftigkeit entkleidet." Blöcker, op. cit., p. 191; "O tema romântico do duplo será despido, por Kleist, de toda sua fantasmagoria sombria." Os duplos não são algo de outra ordem, mas da ordem mesma, que conhece a exceção mas não uma ordem realmente outra. A respeito dos duplos ainda. Na obra de Kleist, além dos duplos aparentemente "tradicionais", há um tipo especial de duplo, que se poderia descrever como duplos uníssonos. No "Noivado", "Adelbert e Gottfried" formam uma dessas duplas. Em "Michael Kohlhaas", por exemplo, há "Hinz e Kunz". Essas duplas agem como se fossem um indivíduo apenas, mas não se dissolvem na indefinição. Leia-se este trecho: "Adelbert und Gottfried standen auf und riefen dem unbegreiflich gräßlichen Mörder zu: ob er wisse, daß das Mädchen seine Retterin sei; daß sie ihn liebe und daß es ihre Absicht gewesen sei, mit ihm, dem sie alles, Eltern und Eigentum, aufgeopfert, nach Port au Prince zu entfliehen. - Sie donnerten ihm: Gustav! in die Ohren, und fragten ihn: ob er nichts höre? Und schüttelten ihn und griffen ihm in die Haare [...]" KSE, p. 258 ("Adelbert e Gottfried levantaram-se e gritaram para o inacreditavelmente cruel assassino: se ele sabia que a jovem era a salvadora dele; que ela o amava e que era intenção dela, ela que, por ele, havia sacrificado tudo, os pais e o patrimônio, fugir

O mesmo vale para os momentos em que o narrador diz ignorar o que se passou. Quando afirma que determinada dor ou certo desespero não se descrevem[204], o narrador kleistiano não está delimitando um espaço que seja totalmente estranho a seu olhar ou que escape de fato ao vigor preênsil de suas palavras. Quando confessa seus limites, paradoxalmente, o narrador revela-se absoluto porque tudo está ao alcance do verbo, mesmo aquilo que não está. O poder totalizante da voz narrativa depende da sua contraposição a um espaço capaz de erigir-lhe um limite a ser respeitado, paradoxalmente, por meio de sua superação. A postura é totalmente diferente daquela do narrador alencariano, que não sabe que (não) sabe, para o qual ciência e ignorância atritam-se e concertam-se, confusamente. Em Kleist, o narrador sabe exatamente o que não sabe. Uma passagem fundamental do "Noivado" envolve um gesto desse tipo. Na iminência de Gustav/August deitar-se com Toni, o narrador afirma: "Não precisamos relatar o que aconteceu em seguida porque qualquer um consegue, chegado a este ponto, lê-lo por si só"[205]. Conforme se viu no capítulo anterior, Kleist grafa o verbo "ler" em uma forma arcaica e com um apóstofre a marcar a elisão do "e". No entanto, tal qual a letra que comparece ao texto sem constar dele, o momento ausente inclui-se por meio do registro de sua ausência (uma ausência mais presente ainda porque a ser lida por qualquer um, segundo o texto). A cena envolvendo Gustav/August e Toni é perpassada por negaceios e

---

com ele até Porto Príncipe. – Eles vociferaram-lhe: Gustav! nos ouvidos e perguntaram-lhe: se ele não estava escutando. E balançaram-no e pegaram-no pelos cabelos [...]"). Os dois haviam agido juntos outras vezes: "Die Jünglinge [Adelbert e Gottfried], die sich bei ihm niedergesetzt hatten, fragten: was ihm fehle?" KSE, p. 257 ("Os jovens [Adelbert e Gottfried], que haviam ajoelhado ao lado dele, perguntaram: de que ele precisava?"); "Die Jünglinge warfen sich über das Mädchen, und riefen, indem sie es aufhoben, einen der alten Diener herbei [...]" KSE, pp. 257-258 ("Os jovens atiraram-se sobre a moça, e chamaram para ali, enquanto a levantavam, um velho serviçal [...]". São também duplas cujo epíteto (no caso de Adelbert e Gottfried, "filhos do senhor Strömli") surge e ressurge de forma redundante (os dois são primeiro apresentados como filhos do patriarca; o epíteto depois aparece mais duas vezes – a história é curta e o espaço entre as citações, menor ainda), confirmando o forte laço que há a uni-los. E mais: em dado momento, Gustav/August envolve os dois com "um braço": "da er sie mit einem Arm umschloß" (KSE, p. 257; "quando ele os envolveu com um braço") – a ação é possível, depreendendo-se então que os dois postaram-se em um mesmo lado do oficial; no entanto, a expressão reforça o caráter simbiótico dos irmãos, que, porém, não se confundem. Adelbert e Gottfried identificam-se plenamente, pois Adelbert é Gottfried, mas não tomam o lugar um do outro. Sob a lei do imperativo identitário (exagerado), todos agiriam em uníssono sem, contudo, invadir o espaço de seu "semelhante".

[204] "Wehmut, die nicht zu beschreiben ist" (KSE, p. 248); "Aber wer beschreibt das Entsetzen" (KSE, p. 248).

[205] "Was weiter erfolgte, brauchen wir nicht zu melden, weil es jeder, der an diese Stelle kommt, von selbst lies't." KSE, p. 238 – o trecho já havia sido transcrito. Vai aqui repetido para facilitar a leitura.

avanços, trocas de carícias meio imperceptíveis e jogos de sedução nebulosos. O oficial suíço seduz ao mesmo tempo em que é seduzido, tenta instrumentalizar as emoções ao mesmo tempo em que se vê transformado em marionete de emoções que não controla. Esse entrecho à meia-luz prepara o terreno para a miscigenação, o encontro entre o branco e a negra, o germano e a *Mestize*, a ordem e a desordem, a razão e a desrazão. E aí chega o *lies't*. A voz narrativa, que parecia estar perdendo o controle sobre uma situação cada vez mais distante do jogo de contraposição entre unidades antagônicas imiscíveis, afasta-se e marca o lugar da sua ausência, o instante da miscigenação, com uma palavra que contém todas as outras ("lê-se")[206]. O evento que prometia lançar por terra as pretenções dominadoras do narrador serve, pelo contrário, para confirmá-lo em sua absoluta autoridade. É na ausência da lei, do pai (Congo Hoango ainda não regressou para casa onde, não obstante, vigora a palavra dele), que os sentimentos transbordam e o encontro sexual conclui-se. Todavia, no caso kleistiano, esse reduto colocado inicialmente fora da jurisdição da lei inclui-se nela como exceção. O que deveria ser uma contestação à lei revela-se sua fundamentação última. A situação destoa por completo do que se viu no "ádito d'alma" alencariano. A mestiçagem ali apagou-se não na definição do que era e do que não era, mas na indefinição responsável por transformar tudo em vacuidade – a concepção do ser mestiço supostamente outro marca o surgimento de um ente incapaz de fixar uma identidade, e que portanto não é, ainda que exista. No caso de Kleist, a mistura dos contraditórios serve, paradoxalmente, para confirmar o jogo de oposição entre contraditórios que não se misturam nunca. A "pureza" dessa dinâmica depende da "impureza" à qual se opõe. Daí que o narrador manifesta um profundo desprezo pelos seres indefinidos e pelas situações de indefinição que frequentam seu mundo ao mesmo tempo em que os busca com afinco para solucioná-los. A estrutura frasal klestiana atinge seus níveis máximos de carga paradoxal quando diante dessas formações limítrofes (desses personagens e

[206] Quem lê lê qualquer coisa, mesmo que não o compreenda.

situações que pretendem instalar-se sobre o limite). No "Noivado", uma passagem do tipo dá-se quando Toni vê o "mandado" (a Lei) pregado diante dela, a Lei que ela não mais obedece porque já se deitou com o *Fremde* e, logo, mudou de lado. A personagem, no entanto, que pouco antes havia confessado não pretender fazer mal ao militar suíço, percebe nesse instante que, para salvá-lo e a si própria, deve mudar de estratégia e fingir que continua fiel à causa da eliminação dos brancos. A frase instala (e soluciona) uma crise:

> Sie [Toni] stellte sich während diese [Babekan] verstörte den Speiseschrank, bei welchem sie ein Geschäft zu haben schien, verließ, und sich an einen Spinnrocken niedersetzte, vor das an die Tür geschlagene Mandat, in welchem allen Schwarzen bei Lebensstrafe verboten war, den Weißen Schutz und Obdach zu geben; und gleichsam als ob sie, von Schrecken ergriffen, das Unrecht, das sie begangen, einsähe, wandte sie sich plötzlich, und fiel der Mutter, die sie, wie sie wohl wußte, von hinten beobachtet hatte, zu Füßen.[207]

A frase retrata o processo pelo qual Toni, iludida sobre a possibilidade de enfrentar abertamente a mãe e, eventualmente, persuadi-la a não fazer mal a Gustav/August, promovendo então a conciliação entre as partes em conflito (o que significaria um tipo de miscigenação), muda de ideia e convence-se da inevitabilidade do conflito. O enovelado período, cheio de um grande número de verbos de ação, é feito de duas partes separadas por ponto e vírgula. A primeira parte é dominada por um *während* (enquanto); a segunda, por um *gleichsam* (simultaneamente). O que pareceria ser uma série de acontecimentos sucedâneos revela-se, potencialmente, um único ponto temporal a concentrar todos os eventos, dentre os quais o mais importante não se diz expressamente e é a reconversão de Toni para a lei do imperativo identitário (que pode ser branco ou negro, conforme se viu). Desde o *Sie* (Ela) da abertura até o *zu Füßen* (aos pés) do encerramento, desenrolam-se estes fatos: Toni coloca-se diante do mandado, finge perceber a injustiça que cometia, vira-se, sabendo (que Babekan a

[207] KSE, p. 242. "Ela [Toni] colocou-se, enquanto essa [Babekan], incomodada, afastava-se do armário, junto ao qual ela parecia estar a resolver alguma coisa, e sentava-se junto a um fuso de fiar, diante do à porta afixado mandado, no qual se proibia a todos os negros, sob pena de morte, dar proteção e abrigo aos brancos; e, simultaneamente, como se ela, tomada de pavor, percebesse a injustiça que cometia, virou-se repentinamente, e caiu-lhe, à mãe, que a ela, como ela bem sabia, observava por detrás, aos pés."

observa), e cai aos pés da mãe; Babekan, por sua vez, afasta-se do armário no qual estava a remexer, senta-se junto ao fuso de fiar e observa a filha pelas costas. Além disso, há dois vocábulos deverbais (*verstörte*, incomodada, e *ergriffen*, tomada) e o trecho sobre o mandado, que contém mais dois verbos (*war*, eram – um verbo de estado –, e *geben*, dar) e dois termos deverbais (*geschlagene*, afixado, e *verboten*, proibido). A frase retorce-se toda, estica-se e concentra-se, indo e vindo, encaixando uma oração na outra, acumulando um grande número de pronomes da terceira pessoa, atirando informação em cima de informação, em busca de realizar o impossível: retratar o inexistente momento de dúvida. Sob a lógica da contraposição, dúvida só pode haver como a negação da certeza. O que essa frase faz é transformar a dúvida real de Toni, sua esperança de que possa haver uma conciliação, em pura negação da certeza – a conciliação, que significaria colocar fim ao mecanismo de oposição, só pode existir como fundamento do conflito. Então, o que deveria ser o transcurso do tempo da dúvida comprime-se em um único instante, que, paradoxalmente, ameaça nunca se concluir (trata-se de um instante que não há, pura incerteza). Entre o *Sie* e o *zu Füßen*, a frase sintagmática abre subdivisões paradigmáticas de modo a adiar a conclusão de um processo que concluído está – para-se para avançar. A dúvida vira fundamentação da certeza, pois, paradoxalmente, o aumento da carga de incerteza traduz-se em uma certeza cada vez maior. Quanto mais a frase perdurasse na dúvida, menos dúvida haveria. De um ponto de vista estrutural, o recrudescimento da potência paradigmática da frase redunda em um efeito sintagmático potenciado. A urdidura frasal, quanto mais perto chega de romper-se, mais bem amarrada apresenta-se. É o que ocorre com a oração: "Sie stellte sich [...] vor das [...] Mandat" ("Ela colocou-se [...] diante do [...] mandado [...]"). A distância a separar o sujeito do complemento adverbial, que é o alvo da ação (o mandado), ameaça ser intransponível, tornando a frase sem sentido. Em uma leitura atenta, todavia, percebe-se que, pelo contrário, a

construção marca-se por uma clareza excepcional[208], e excepcional porque feita de opacidade. O poder de convencimento da prosa kleistiana depende do esgarçamento do sentido, que se estica para tudo abarcar. No caso de Toni, o poder de atração da lei identitária que está no centro da frase analisada (o mandado) será tanto maior quanto mais a personagem tentar escapar dela. Considerações semelhantes poderiam ser feitas para a segunda parte da frase, na qual Toni demora a atirar-se aos pés da mãe ainda que o tempo decorrido tenda a ser nulo (a reforçar ainda mais a impressão de imediatidade, há nela um *plötzlich*, de repente). Ao final, a personagem rende-se, como desde o começo rendida estava. A miscigenação (a indefinição, a vacilação, a dúvida) é problemática até o ponto em que se incorpora à ordem, pela via da adesão positiva ou pela via da eliminação (pela via da exceção), sendo que o máximo de adesão faz-se na eliminação, e vice-versa. Toni experimentará as duas soluções. Primeiro ao clarear (aderindo expressamente ao núcleo dos brancos[209]) e depois ao ser morta. A frase que se acabou de ler realiza, esteticamente, um movimento a princípio impossível, pois constitui a expressão daquilo que não conhece expressão (em termos genéricos, o não simbolizável)[210]; a frase é a confirmação – a prova e o fundamento – do imperativo identitário (exagerado) porque, nela, a palavra recobre a coisa sem deixar resto, já que dá conta inclusive daquilo que desconhece palavra. Na identificação total do verbo com o mundo, o verbo é o mundo e logo

[208] "Das Charakteristischste auch in dieser Novelle Kleists ["Michael Kohlhaas"] ist ihre Sprache. Sie ist dicht, jedoch, bei allen Konstruiertheit, luzid." Wolfgang Barthel, *Heinrich von Kleists 'Michael Kohlhaas' – Werden und Wirkung. Facetten"*, p. 15; "O mais característico, também nesta novela de Kleist ["Michael Kohlhaas"], é a linguagem dela. Ela é densa e, porém, não obstante toda a artificialidade, cristalina."

[209] A miscigenação na obra kleistiana encaminha a purificação: Babekan é resultado da mistura de partes iguais de negritude e brancura; Toni é resultado da soma de branco com branco/negro, ou seja, é mais branca (como poderia ser mais negra caso seu pai fosse negro – o importante é que ela é mais "pura", como um sujeito mais negro também se revelaria mais "puro"); os eventuais filhos dela com o oficial suíço seriam ainda mais "puros" e assim por diante. No Brasil, o processo de mestiçagem é outro, é um que desconhece "purificação" porque não conhece definição. O mestiço é o ente que mistura confusamente não ser e ser, incorporando doses de "ser" a fim de repor-se como sempre foi, ser-não-ser.

[210] Não se pode falar, nesse caso, em algo da ordem do sublime ou da ordem de qualquer outra categoria de inefabilidade. O texto kleistiano suprime o que não conhece palavra nomeando-o como algo que não conhece palavra. Nada sobra. A prosa do autor, por isso, nada tem de poética ("[...] vielleicht ist bei ihm [Kleist] nicht einmal eine einzige wirklich poetische Stelle zu finden.", Benedetto Croce in Helmut Sembdner, *Nachruhm*, p. 407; "[...] talvez, em Kleist, não se encontre uma única passagem verdadeiramente poética.") ou musical propriamente dita, nem tampouco traz à luz um *tertium non datur* ou uma *coincidentia oppositorum*. Em termos de teoria da língua, nada há que escape ao poder da palavra porque sempre se pode dizer que algo é "indizível". No entanto, a alteridade enfática pressupõe que algo de substancial resista à apreensão conceitual. No Romantismo, o sublime, por exemplo, é algo inexprimível sem ser meramente nada.

desapareceu, como desapareceu também o mundo. A distância necessária para fazer da palavra palavra e da coisa coisa suprimiu-se, fazendo nascer uma palavra que é coisa, uma não-palavra, e uma coisa que é palavra, uma não-coisa. Dito isso de outra forma, é justamente por meio de sua supressão na qualidade de palavra que essa palavra vem a ser a expressão de uma coisa que não é coisa[211]. O mergulho do narrador no mundo das indefinições condena a prosa (a palavra), que chegará ao fim da novela exterminada em sua especificidade pois transformada em coisa, unívoca porque transformada em um paradoxo absoluto. De um ponto de vista estético, a forma identifica-se plenamente com o conteúdo. Ao longo de um movimento que requer esforço e intenção, o conteúdo submete-se progressivamente ao domínio de uma forma capaz de dirigi-lo com eficácia segundo o propósito do imperativo identitário – a frase, como se viu acima, esgota o assunto, e o esgota porque nada mais há para dizer a respeito dele e porque o assunto deixa de sê-lo. O processo, que é histórico, deságua na identidade total (algo da ordem do mito). No seu ponto de culminância, a forma é o conteúdo[212], e logo não é mais forma como tampouco o conteúdo é conteúdo. Este apreende-se por inteiro, positivamente, por meio de sua negação, do apagamento de suas especificidades, que acabam por ser instrumentalizadas, tornando-se uma função da forma totalizante sob a qual o conteúdo, para ser conteúdo, deve ser suprimido. Eis uma forma cujo resultado derradeiro é: corroer a substancialidade da experiência de vida por meio de sua exaustiva afirmação. Tudo é nada.

No entrecho analisado, viu-se a dúvida gerada pelo sonho de conciliação ser reincorporada à ordem da certeza conflituosa. A obra kleistiana pode ser descrita, sob certo ponto de vista, como o retrato de esforços frustrados de redenção. A redenção, nesse universo,

---

[211] Aqui ressurge em uma versão pura, sem as dubiedades características de sua versão brasileira, a formação supressiva conforme elaborada por Pasta.

[212] Se a forma informe da experiência brasileira lembra o circuito do consumo moderno, a forma que é conteúdo, da experiência "prussiana", lembra o circuito do trabalho moderno, a atividade responsável por transformar o mundo em mercadoria. Essa forma trabalhadora é a forma-capital que, no momento da venda da mercadoria, regressa à linha de produção para, uma vez mais, autovalorizar-se reduzindo mais um naco da alteridade a sua imagem e semelhança.

significaria o congelamento do ciclo beligerante da radicalização alimentada pelo mergulho no contraditório e a consequente aceitação de que, para além dos pares antagônicos, há um "terceiro" (e um "quarto", um "quinto", um "sexto" etc.). A frustração, de outro lado, significa o acatamento do imperativo identitário (exagerado) por meio, paradoxalmente, de sua anulação (a "redenção" a ser, no final, supressa). No "Noivado", Toni e Gustav/August poderiam ter sido "felizes para sempre" caso o oficial suíço não a houvesse matado uma fração de segundo antes do fim do conflito. O mesmo, mais ou menos, pode-se dizer sobre Kohlhaas, quando pensa em abandonar tudo para recomeçar a vida em outro lugar, sobre Jeronimo e Josephe (de "O Terremoto no Chile"), cujo casamento miscigenado poderia continuar longe da cidade que os havia condenado e à qual, desarrazoadamente, regressam, sobre Piachi e Nicolo (de "O Enjeitado"), que poderiam ter fundado a nova família sonhada pelo comerciante caso este não tratasse o órfão como o substituto do próprio filho morto, sobre a Marquesa de O...., que poderia ter de fato responsabilizado o Conde F. por havê-la estuprado, afirmando-se assim como a mulher independente que a novela de mesmo nome, em sua introdução, anunciava. Todos esses esforços de redenção, porém, transformam-se em provas confirmadoras da ordem frente a qual os personagens em crise pretendiam fundar um espaço de real alteridade. Por isso, pouco depois dos desastres que costumam encerrar os enredos kleistianos, há um derradeiro instante de "apaziguamento": no "Noivado", Toni e Gustav/August transformam-se no monumento (à miscigenação?) colocado sob os arbustos de um jardim perdido na Suíça, tal qual uma recalcada pedra fundamental da ordem racista que os condenou à morte e que, paradoxalmente, deles depende para afirmar-se como ordem. A mistura de raças, de culturas, de classes, das diferenças enfim, que deveria instituir uma alteridade realmente outra serve, ao fim e ao cabo, como fundamento para a lei do imperativo identitário sedento de "pureza", sedento do mesmo.

Na novela que se analisa aqui, Toni é a figura principal desse esforço frustrado de

redenção (vai se tratar dela dentro em breve). Gustav/August, porém, tampouco escapa aos sonhos (irreais) de união dos diferentes. O oficial chega à sede da fazenda convencido da perfídia dos negros e disposto a tudo para salvar os seus. O personagem, porém, nada tem de resoluto, pois surge no enredo como *Fremde* (KSE, p. 224)[213] e colocando-se onde não poderia colocar-se, no limite: "indem er [o *Fremde*] sich unter das Fenster stellte" (KSE, p. 224; "no momento em que ele [o *Fremde*] postou-se debaixo da janela"), e sendo olhado de um lugar que não há, da janela (por Babekan). Em outras cinco oportunidades ao longo da trama, o militar suíço ficará à janela, na fronteira entre o interior da casa, dominado pela lei da civilização dos negros, e o exterior da casa, onde impera a natureza (incivil) dos brancos. Os momentos de crise declarada nos quais Gustav/August posta-se nessa linha divisória[214] são estes: quando pretende ser acolhido com benevolência por aqueles cuja cor da pele indaga; quando pretende que os céus vingarão os senhores de escravo assassinados pelos escravos a quem sempre trataram como mercadoria; quando dá-se conta de que o luxo do quarto que está prestes a usufruir pertenceu a um senhor de escravos branco hoje morto; quando relata a Toni a execução de Mariane, prenunciando a morte da noiva "mestiça" que sugere amar; depois de matar Toni, que era inocente. Além desses momentos explícitos, há outros em que Gustav/August infringe a lei do imperativo identitário: o personagem, em dado momento, ameaça relativizar sua adesão aos escravistas, reconhecendo na demanda dos negros a injustiça de que sempre foram vítimas na mão dos brancos; enxerga semelhanças que, a princípio, não há[215] e confunde aparência com essência[216]; cede a emoções que pretendia

[213] Pouco antes, "alguém" ("jemand", KSE, p. 224) batera à porta, e era Gustav/August. O *Fremde*, no entanto, é a primeira designação dele com "nome próprio". Como, em alemão, todo substantivo grafa-se com maiúscula, e o personagem será insistentemente chamado de *Fremde* ao longo do enredo, então esse acaba por se transformar em seu nome verdadeiro. O *Fremde*, ressalte-se, é uma figura limítrofe.

[214] Cabe lembrar que, na lógica kleistiana, o limite é ideal e logo não possui espessura (somente comprimento). Não há como apoiar-se sobre essa linha imaterial.

[215] A semelhança seria entre Toni e a noiva dele morta, uma semelhança inverossímil. De toda forma, há uma passagem em que Gustav/August de fato parece ver algo que não ocorreu: "[...] und da es ihm schien, als ob Mutter und Tochter einander ansähen, obschon er auf keine Weise merkte, daß sie sich Winke zugeworfen hätten [...]" KSE, p. 234; "[...] e já que lhe pareceu, como se a mãe e a filha se entreolhassem, embora ele, de forma nenhuma, percebeu que elas teriam trocado sinais [...]" A frase é estranha. Porque pareceu-lhe que elas se

controlar rigorosamente; confia em Toni mas nunca deixa de desconfiar dela. A indecisão insuportável, fonte de angústia que o oficial suíço como nenhum outro personagem do "Noivado" manifesta, é esse meio termo entre um e outro, o limite que precisa ser ultrapassado a fim de que a indecisão deixe de existir. O militar constitui a figura miscigenada cuja eliminação funda a ordem identitária: ele é o *Fremde*, é o homem adamado que, durante grande parte da narrativa, fica reduzido à passividade feminina (literalmente, quando amarrado), é o oficial suíço meio negro meio branco (*Schweizer*, suiço, em alemão, lembra uma mistura entre *Schwarz*, negro, e *Weiß*, branco)[217], é o jovem galanteador que acaba seduzido pela menina mestiça, é o personagem cujo nome, de forma aparentemente gratuita, vacila[218] e cujo sobrenome (Ried, "junco") vacila. Quando Gustav/August vai à janela, não simplesmente realiza um gesto de forte carga simbólica, e sim torna palpável o lugar de transição que ocupa, e que, assim identificado, pode agora ser extirpado[219]. A insistência com que o narrador chama o personagem de *Fremde* transforma esse grupo de fonemas na marca visível do condenado à morte. Marca que Gustav/August recebera muito antes de desembarcar em Porto Príncipe. Foi em Estrasburgo, a cidade francesa de nome alemão, que o suíço ousou criticar "o terrível tribunal revolucionário recém-instalado"[220]. Depois das críticas, como as forças revolucionárias não o encontrassem, acabam detendo Mariane Congreve, a noiva dele. Ao ficar sabendo da prisão de Mariane, Gustav/August dirige-se à praça de execuções para tomar seu lugar. No entanto, os juízes do caso não reconhecem o suíço, e Mariane, que se

---

olharam, mas ele não notou que elas teriam trocado sinais. Como se nota algo que teria acontecido? Pelo olhar nebuloso de Gustav/August, o leitor não consegue saber se as duas trocaram ou não os tais sinais.

[216] Quando pretende ver na cor da pele um índice infalível para o comportamento desse ou daquele sujeito.

[217] O militar, ainda, sendo suíço, integra as forças francesas.

[218] Alguns críticos pretendem que a mudança de nome não passa de um erro de editoração. Mesmo o texto que se usa como referência nesta tese marca a alteração em notas de rodapé, somente. No entanto, na obra kleistiana, há outro personagem que muda de nome por meio de um embaralhamento das letras: Nicolo passa a Colino em "O Enjeitado". Além disso, como se viu, o erro é parte do acerto desses textos.

[219] Os personagens alencarianos, da identidade desidentificadora, vivem no limite, são personagens que nunca se esgotam em uma definição e nunca pendem definivamente para nenhum dos lados. Pode-se mesmo dizer que, no universo de Alencar, em que sujeito e objeto confundem-se, há um único e espesso limite, a engolfar tudo e que, dessa forma, deixa de ser limite.

[220] "das eben errichtete furchtbare Revolutionstribunal", KSE, p. 237.

recusa a delatá-lo, acaba sendo guilhotinada. A frase que narra esse acontecimento é uma das típicas klestianas, construída no limite de seu esfacelamento[221]. Nela, destaca-se o termo *fremd*[222], referido ao fato de ele ser desconhecido dos juízes. Ao ser ignorado pela lei que o executaria, Gustav/August torna-se o *Fremde*, marca que continuará exibindo até cumprir seu destino, o sacrifício[223]. Logo depois da execução da noiva, o suíço desmaia, impotente. Os desmaios (em alemão, *Ohnmacht*, palavra que remete a "ohne Macht", "sem poder", "impotente"), como a janela, indicam também a situação limítrofe a carecer de solução[224]. Outras marcas desse tipo são a mudança de cor (os já referidos ruborizar e empalidecer), as raras comparações (a prosa kleistiana, ao contrário da alencariana, não tolera nada que seja "como" outra coisa; quando surgem, essas comparações tendem a ser traduções literais do que se passa[225]) e os momentos de fingimento[226], fantasia, sonho ou devaneio, muitos deles

---

[221] "Hier [o A. refere-se a uma frase particularmente intrincada da novela "O Duelo"] kann von Bündigkeit schwerlich noch die Rede sein; hier gerät der Satz wie die Welt, die er beschreibt, förmlich aus den Fugen. Allerdings – und das ist das Erstaunliche und zugleich Bezeichnende dieser Form – zerbricht sie nicht." Heimböckel, op. cit., p. 313; "Aqui [o A. refere-se a uma frase particularmente intrincada da novela "O Duelo"] dificilmente se pode falar em concisão; aqui, a frase, como o mundo que descreve, fica literalmente em pedaços. No entanto – e isso é o admirável e, ao mesmo tempo, característico dessa forma – não se rompe."

[222] "[...] einiger Richter, denen ich unglücklicher Weise fremd sein mußte [...]" KSE, p. 238; "[...] alguns juízes, dos quais eu, infelizmente, deveria ser desconhecido [...]".

[223] Gustav/August, no episódio, deixa-se marcar como pária em relação à ordem, ainda que essa seja a ordem da Revolução Francesa, o evento que, na Prússia rigidamente hierarquizada e de mentalidade servil, representou um abalo enorme: os de baixo pareciam então tomar o poder, e o resultado era de suposta anarquia. O narrador do "Noivado" manifesta mais de uma vez sua oposição aos rumos experimentados pela revolução na França. Há a crítica ao "terrível tribunal" e, antes, havia surgido a denúncia das "medidas desarrazoadas (*unbesonnen*)" da Convenção Nacional, uma referência à libertação dos escravos. Algo igualmente desarrazoado (*Unbesonnenheit*), porém, foi a decisão tomada pelo suíço de discursar contra os revolucionários. Naquele momento, Gustav/August entregou-se à "loucura da liberdade" ("Wahnsinn der Freiheit", KSE, p. 233; é assim que o personagem descreve o clima imperante em Saint Domingue pouco antes de eclodir o levante dos escravos), ousando agir contra a ordem então nascente. Os tribunais revolucionários poderiam ser terríveis, mas representavam, naquele momento, a lei, e qualquer lei é melhor do que lei nenhuma – a provar sua vocação regulatória, o tribunal guilhotina Congreve, o sobrenome que contém em si a principal arma de afirmação da classe trabalhadora, a greve (a recusa ao trabalho, um pecado mortal no mundo do trabalho calcado na servidão moderna). A ordem, seja qual seja, não conhece uma liberdade em si, uma liberdade capaz de fugir à oposição viciosa entre obedecer e desobedecer (trabalho e lazer). Por ter discursado em nome de um sonho de justiça outra, Gustav/August ficará marcado, para sempre, com a pecha de *Fremde*, a mácula a ser extirpada para fundamentar a ordem.

[224] "Mit der Ohnmacht wird eine Grenze des Fassbaren überschriten, vor der das Bewusstsein kapituliert." Heimböckel, op. cit., p. 110; "Com o desmaio, ultrapassa-se uma fronteira do apreensível, diante da qual a consciência capitula."

[225] Exemplo: "[...] er [o *Fremde*] trug sie [Toni], die wie eine Leblose von seiner Schulter niederhing [...]" KSE, p. 239; "[...] ele [o *Fremde*] carregou-a [Toni], a essa que como uma morta pendia do ombro dele [...]". Toni, de fato, havia morrido para os seus, pois acabara de mudar de lado na disputa entre negros e brancos.

[226] Aqui, ressurge o motivo da fidelidade (ou honestidade). Para a prosa kleistiana, a palavra quando mentirosa, enganadora, ludibriadora é problemática. Daí que a novela encara com desprezo os estratagemas de engodo e sedução adotados por Babekan e Toni a fim de capturar e matar os brancos ao passo que considera heróica a

marcados pela estrutura *als ob* ("como se"). Todos esses são instantes de indefinição cuja palavra vem recobrir de modo a resolver, reincorporando-os à ordem, sem sombras, do imperativo identitário (exagerado). Quando, então, o recém-desamarrado Gustav/August, ao ver Toni, sai de mais um de seus momentos de "desmaio" e dispara contra a noiva, cumpre o preceito da lei que o tachara de "estranho" – elimina o sujeito mestiço cuja supressão fundamenta o mundo. O passo seguinte nesse esforço de limpeza consistirá na própria eliminação, já que o *Fremde* tampouco tem lugar[227]. Quando o *Schweizer* põe o cano do revolver dentro da boca, cita pela última vez, no "Noivado em Sto. Domingo", a Lei cuja observância significa a eliminação dele: "da er sich das Pistol in den Mund *gesetz*t hatte" (KSE, p. 259, itálico adicionado; "porque ele havia colocado a pistola na boca") – o passado do verbo *setzen*, "colocar", contém em si a Lei que tudo permeia: *Gesetz*(t). Quando incorpora (engole) a Lei, o *Fremde* desaparece.

Til e Toni; sacrifícios e sacrifícios

No capítulo anterior, discutiram-se as semelhanças entre Toni e Til. Ao longo deste, tratou-se das diferenças entre o romance de Alencar e a novela de Kleist[228], o que significou,

---

moça que entrega ao inimigo, na qualidade de reféns, os irmãos pequenos de criação. Sendo assim, a novela, em grande parte, gira em torno de saber quão honesta era Toni ao mudar de lado ou quão sincero foi Gustav/August ao deitar-se com a jovem mestiça. E, quando, ao final do enredo, as máscaras caem, a voz narrativa atinge seu objetivo, qual seja o de fundar uma ordem identitária por meio do mergulho na desidentificação.

[227] "Da die Erzählung ihren Helden [...] in ein Dilemma *hineinmanöviert*, darf auch der Schuß, mit den Gustav sich am Ende das Leben nimmt, nicht als Akt der Selbstrichtung und somit als unbedingte moralische Konsequenz gewertet werden. Es handelt sich vielmehr um eine gewaltsame selbst zerstörerische Aufsprengung des Dilemmas [...]" Stefanie Marx, *Beispiele der Beispiellosen. Heinrich von Kleists Erzählungen ohne Moral*, p. 40, itálico no original; "Como a novela [...] *envolve* seus heróis em um dilema, deve-se qualificar o tiro, com o qual Gustav tira a própria vida no final, não como um ato de autopunição e, assim, como uma consequência moral incontornável. Trata-se, antes, do descerramento violento do dilema [...]"

[228] Sob o enfoque da teoria comparatista, o fato de os textos de Kleist e de Alencar pertencerem a gêneros diferentes representa um problema. No entanto, a comparação entre a novela e o romance, chegado a este ponto, feita está. E inexiste maior prova da possibilidade da comparação do que a própria. Não obstante, o cotejo teórico

entre os dois gêneros, ainda que breve, como será o caso aqui, pode ajudar a entender o que une e separa os textos em foco. Os gêneros novela e o romance possuem alguns traços em comum, sendo os principais estes: ambos são gêneros escritos em prosa (predominantemente), são gêneros que buscam apresentar um enredo (quase sempre), são gêneros da modernidade (nasceram como manifestação da subjetividade autônoma; a novela, desse ponto de vista, pode ser considerada um prenúncio do romance, pois surgida no século 14, com Boccaccio; o romance moderno surgiu no século 18); e, mais importante, são gêneros de difícil definição. Segundo Candido, o romance é "gênero onímodo" (Candido, op. cit., p. 24), "é o mais universal e irregular dos gêneros modernos" (Candido, op. cit., p. 97). A novela, a seu turno, tampouco conta com uma definição minimamente estabelecida. Segundo Tieck, por exemplo, "não é fácil dizer o que a novela seria realmente e em que ela se diferenciaria dos gêneros próximos dela, o romance e o conto" ("Es ist nicht leicht zu sagen, was eigentlich die Novelle sei, und wie sie von den verwandten Gattungen, Roman und Erzählung, unterscheide." Ludwig Tieck, "Unterhaltungen mit Tieck. 1849-1853", citado in Karl Konrad Pollheim (Hrsg.), *Theorie und Kritik der deutschen Novelle von Wieland bis Musil*, p. 78). Em um livro relativamente recente sobre o assunto, Schlaffer diz que a novela "é um gênero que derivou de um modelo, não de uma regra estabelecida. [...] Em resumo, a história da novela é a história da herança legada por Boccaccio [o modelo citado]." ("Die Novelle ist die Gattung, die nach einem Vorbild, nicht aber nach einer festgeschriebenen Regel entstanden ist. [...] Kurz: die Geschichte der Novelle ist die Geschichte von Boccaccios [o modelo citado] Nachleben." Hannelore Schlaffer, *Poetik der Novellen*, pp. 6-7). Romance e novela, porém, não são a mesma coisa, ainda que entre um e outro estenda-se uma grande área de transição: "Há uma larga zona cinzenta de formas amplas e restritas, de conceitos dúbios: fala-se de 'novela-romance', de 'grande novela à la romance', de 'romances curtos novelisticamente restritivos', da 'flutuação' da 'ampliação romanesca' da forma novela" ("Es gibt eine breite Grauzone der Schwell- und Schrumpfformen, der Doppelbegriffe: Man spricht von der 'Roman-Novelle', von 'romanhaften Großnovellen', von 'novelistisch verengten Kurzromanen', von der 'Aufschwemmung' der 'romanhaften Zerdehnung' der Novellenform." Cornelia Becher Cadwell, *Generation und Genre. Ein Beitrag zur deutschen Novelle des 19. Jahrhunderts*, p. 12). A separá-los, de toda maneira, há um elemento fundamental, a abrangência de cada um: a novela é um gênero da concentração; o romance, do alargamento. As tentativas de definição do primeiro quase sempre giram em torno de elementos ou fórmulas capazes de traduzir essa característica: há o "acontecimento inaudito" (*unerhörte Begebenheit*, de Goethe), o "ponto de inflexão" (*Wendepunkt*, de Tieck), o "falcão" (*das Dingsymbol*, a coisa-símbolo, de Heyse), o "romance analítico" (*analytischer Roman*, de F. Schlegel – o pensador alemão refere-se a analítico no sentido kantiano, em oposição a sintético). O romance, de outro lado, configura a "totalidade da vida" (*Totalität des Lebens*, segundo Lukács), a "poesia universal progressiva" (*progressive Universalpoesie*, de novo F. Schlegel). O que se pode dizer, então, é que o romance almeja à totalidade do sujeito fraturado (moderno) enquanto a novela é o recorte de uma singularidade de sentido pleno. "No entanto, a novela é, simultaneamente, apenas um episódio do romance da vida, um microcosmo fechado em si a contrastar com o macrocosmo de uma vida retratada por inteiro, em todos os seus elementos, inclusive segundo o transcurso do tempo. Quando se equipara o romance, e seus acontecimentos que se enfileiram uns atrás dos outros na progressão do tempo, a uma linha que avança mantendo uma direção reta, expandindo-se gradualmente, a novela então, por contraste, é uma linha circular, que remete a si própria e cujo relação mais característica é com um determinado centro, em função do qual ela existe e seu percurso realiza, ou seja, a novela trata de uma relação vital que se mantém isolada, pois excluída de uma predisposição vital totalizante [...], aspirando a novela desde seu princípio a uma conclusão necessária que decorra organicamente do cerne da matéria tratada." ("Die Novelle aber ist gleichsam nur eine Episode aus dem Roman des Lebens, ein in sich abgeschhlossener Mikrokosmos gegen den Makrokosmos eines ganzen, in allen seinen Theilen, auch dem Verlaufe der Zeit nach, erschöpften Lebens. Wenn man den Roman mit seiner sich im Fortschritt der Zeit aneinanderreihenden Begebenheiten einer Linie vergleicht, die sich in einer gerade Richtung und allmähligen Verlängerung fortbewegt, so ist die Novelle dagegen eine Zirkellinie, die in sich selbst zusammengeht, und die bestimmteste Beziehung auf ein gewisses Centrum hat, um dessentwillen sie da ist und ihren Lauf vollführt, d.h. die Novelle behandelt ein von einer gesammten Lebenstendenz abgesondertes, einzeln für sich bestehendes Lebensverhältniß [...] und strebt von ihrem Anfange an zu einem nothwendigen Schlusse hin, der aus dem Mittlepunkte des Stoffes organisch hervorgeht." Theodor Mundt, "Zur Geschichte und Kritik der Novellen-Poesie" in Pollheim, op. cit., pp. 64-65). Se, no romance, acaso e destino colidem já que o panorama amplo abre espaço às inconsistências da vida do sujeito, na novela, o acaso tende a ser destino, pois o recorte pretende-se significativo ("[...] the fact is significant that by its [da novela] very insistence upon the one event wich, in order that it should be worth narrating, produces a great change in the life and fortunes of the hero, it tends at least to express a certain view of life, wich may be described as fatalistic; and that its inner form at least is conditioned by the fact that it has to show that that which on the surface is chance is in reality fate. For this very taste are demanded a great severity and economy of form, which are characteristic of the Novelle." E. K. Bennett, *A History of the German* Novelle *from Goethe to Thomas Mann*, pp. 5-6). Em certa medida, Alencar e Kleist vão subverter o que subvertido está (os gêneros romance e novela). Kleist resiste a isolar a matéria que recorta. As novelas kleistianas nunca se desligam

em certa medida, estabelecer os contrastes responsáveis por opor as protagonistas das duas obras. O principal a esse respeito já ficou dito. A seguir, tenta-se somente deixar mais explícitos alguns desses pontos de discordância.

No interior paulista da escravidão, vigora uma lei de presença ausente, a lei do travamento identitário. A principal figura desse mundo, Til, não tem pai, pois não tem o

---

do contexto histórico em que mergulham. No "Noivado", foram as medidas imprudentes da Convenção Nacional que provocaram o levante dos escravos e foi um tribunal da Revolução Francesa que guilhotinou Mariane. De outro lado, surgem personagens históricos reais nesses textos, personagens esses que participam efetivamente da trama (na novela analisada, trata-se do general Dessalines). Tempo e espaço espraiam-se quando, segundo a definição "canônica" do gênero, deveriam limitar-se. A ação da novela transcorre em pouco mais de um dia, mas as remissões temporais explícitas estendem-se de 1789, ano da Revolução Francesa, a 1807, quando, diz o narrador, ainda havia sob alguns arbustos da propriedade do senhor Strömli um monumento ao oficial suíço e à *Mestize*. Implicitamente, no entanto, o transcurso temporal é ainda mais largo – o assunto tratado na novela abarca a escravidão moderna, iniciada séculos antes, e a revolução burguesa na França, de reverberações também seculares. Geograficamente, o espaço alarga-se para integrar ao mundo da novela as Américas (além da Isla Hispaniola, fala-se em Cuba), a Europa (França e Suíça), o Oriente Médio (Turquia) e o extremo leste da Ásia (o rio Hunghé, o rio Amarelo que é parte do nome de Hoango; e a pele amarelada de Toni). A totalidade do mundo inclui-se na novela, abalando a singularidade que deveria ali ser retratada. Não há, todavia, um simples romance – predomina o esforço de concentração, mas um de tipo kleistiano, de modo que quanto mais concisa essa prosa (quanto mais novelística) mais abrangente (mais romanesca). No limite (ou além dele), a subjetividade moderna, fraturada, típica dos romances, ensaia a superação dessa falta por meio da identificação plena com o mundo (e consigo mesma). Há romance, pois há uma subjetividade enfática clamando por expressar-se e a seu mundo; e há novela, pois há o recorte de sentido capaz de sugerir plenitude. Pode-se falar que se trata, no caso de Kleist, de novelas-romances. Alencar, realiza o caminho inverso. O romance alencariano mistura "história e lenda" (Candido), um romance, portanto, em que o transcurso do tempo penetra-se de uma atemporalidade mitológica. No caso de *Til*, o ritmo folhetinesco da prosa traduz-se em constantes regressos ao mesmo ponto da linha cronológica, pois as crises anunciam-se para logo em seguida serem resolvidas – esvaziando-se de gravidade. O esquema é mais ou menos este, quase sempre: surge um problema, a narrativa suspende-se para voltar ao passado e explicar a origem daquele problema, que, no regresso ao presente, soluciona-se (pois já estava (quase) resolvido). Assim funciona a maior crise do romance, o malfeito de Luís Galvão e a responsabilização dele – como já se disse outras vezes, o romance inicia-se com o patriarca regenerado, ou inicia-se pelo que deveria ser seu fim. Quando o peso dos fatos alcança o protagonista, cobrando-o pelo crime do passado, não há mais o que cobrar porque tudo havia ficado no passado, que não mais existe, pois tudo é presente. É como se as peripécias do enredo não fossem muito mais do que um malabarismo do narrador feito para prender a atenção do leitor, um golpe de vista a esconder um engodo ou um nada. Há, segundo Schwarz, um "andamento novelesco" (Schwarz, op. cit., p. 59, nota de rodapé) em *Til*, pois o romance seria a soma de vários pequenos episódios mais ou menos independentes entre si. Como resultado, o romance ameaça redundar em "causo" (a sugestão também é de Schwarz), ou em uma soma de causos, algo como "uma fuga de acontecimentos, evocada com arte e indefinidamente prolongável, que vem desembocar nalguma coisa como o repertório dos destinos sugestivos neste mundo de Deus" (Schwarz, op. cit., p. 43). A narrativa alencariana, contudo, não se esfacela, mantendo unidade e um desenvolvimento consequente, e faz isso encadeando as "novelinhas" em um todo marcado por aquela mistura de determinação e indeterminação que clama por determinação para repor-se, um todo no qual misturam-se desígnio e alheamento, destino e acaso, história e mito, indivíduo e esfacelamento identitário. A narrativa desfaz-se em vacuidade mas algo resta que não é nada. O gênero romance, atravessam-no linhas que o negam e, contudo, não servem para de fato suprimi-lo e, eventualmente, substituí-lo por algo outro. Não se trata de um conjunto de novelas (como um *Decamerão*) porque não há independência suficiente entre os episódios capaz de emprestar a cada um um sentido pleno. Não se trata de romance, porque não há nem uma subjetividade enfática a clamar por expressão e nem o mundo dela – sujeito e objeto esfumaçam-se em inefabilidade rebaixada. Alencar, pode-se arriscar, compõe um texto que se define pelo que não se define, um texto que não é, não é romance e não é novela: compõe talvez um "desromance-desnovela". O romance-novela de Kleist, da totalidade positiva, olha-se no espelho e vê o "desromance-desnovela" de Alencar, da totalidade negativa. É sobre esse entreolhar-se que a comparação realizada aqui apóia-se.

sobrenome do pai, não conhece a identidade do pai e nem vive em uma casa dominada por uma figura paterna ativa (o pai de Miguel está morto). A paternidade não parece, nem mesmo, ser uma questão para a jovem, que não investiga suas origens e nem pressiona ninguém a revelar-lhe nada – no máximo, ouve Zana e intui que, na pantomima da negra alienada, algo há que lhe diz respeito. Quem mais se assemelha a uma figura paterna ativa para Berta é Jão Fera, um pai sem lei que vacila entre ser protetor e agressor da jovem[229], pai e amante. O "facínora", de toda forma, salvará Berta do perigo do incesto quando, para protegê-la, exige de Luís Galvão que confesse sua culpa. No final, o feroz assassino terminará reduzido à passividade dos que se juntam em torno da "alma sóror": um ser mais parecido com um filho de Til do que com seu pai. Apesar de tudo isso, Berta não configura um sujeito sem lei. Há uma lei a reger sua vida, a determinar-lhe obrigações, cobrar-lhe responsabilidade, uma lei distante mas não distante o suficiente para deixar de vigorar: essa lei, representa-a a figura paterna principal do romance, Luís Galvão, o pai biológico ausente. Sintomaticamente, quando o segredo revela-se e a menina toma ciência de sua filiação, não adere ao núcleo familiar do patriarca. Não há nem mesmo uma cena descrevendo como a personagem recebeu a notícia ou como passou a encarar o fazendeiro. O que se dá é o contrário de uma aproximação. Til continuará morando na fazenda, da qual, no entanto, se ausentarão Luís Galvão, D. Ermelinda, os dois filhos e Miguel. Na colônia de Saint Domingue vista pelo olhar da servidão moderna, vigora a rígida lei do imperativo identitário. Toni, a protagonista desse mundo, carrega o sobrenome do pai (Bertrand), ainda que o comerciante tenha rechaçado a mãe dela, Babekan. Além disso, a *Mestize* integra um núcleo familiar de certa forma tradicional: nele domina uma figura paterna autoritária, cuja vontade cumpre-se e cuja lei, se dúvida houver, está afixada a uma porta, para que todos vejam – a figura é Congo Hoango. Em dado momento, Toni rejeitará essa lei mas para aderir ao negativo dela, a lei dos brancos

[229] Jão Fera age quase sempre com vistas a protegê-la. No entanto, na cena da furna, o assassino de aluguel vê-se tomado por um desejo sexual incontrolável, o que o faz pensar em matar a si e a Til derrubando o teto do local sobre os dois. A tragédia acaba sendo evitada por Til, que o arranca do transe homicida.

(ou, pode-se dizer, à lei de seu pai biológico, à lei de seu sobrenome). De toda forma, sempre que agir, a jovem vai se pautar pela lei do imperativo identitário.

Como consequência dessas diferenças, a mediação de conflitos que ambas as personagens promovem elegerá objetivos díspares e produzirá efeitos igualmente dissonantes. No caso de Toni, seu esforço será por separar as esferas em choque de modo a dizer o que é e o que não é. O esforço é por traçar limites (por meio de sua supressão). Porque acata a lei de Congo Hoango sem pestanejar (ao menos esse havia sido o cenário até a chegada do oficial suíço à sede da fazenda), a jovem finge ser partidária dos brancos de modo a garantir o extermínio dos escravistas – ou seja, Toni, ao obedecer a lei do imperativo identitário, precisa mergulhar na alteridade de forma a suprimi-la, garantindo assim a eficácia daquela lei. Ao mudar de lado, Toni somente troca o sinal da lente através da qual enxerga o mundo, e onde antes via "branco" agora verá "preto". O imperativo identitário, porém, continua a dar as cartas, e a personagem passa a fingir ser partidária dos negros para proteger os brancos. De um lado ou do outro, o esforço é por identificar os negros e os brancos com vistas a apartá-los – trata-se, assim, de uma mediação excludente que garante a inclusão, pois tudo terá seu lugar. A *Mestize* encontra-se na raiz do enredo novelístico já que, por causa da cor clara da sua pele e por causa de sua beleza, o oficial suíço convenceu-se a ficar na sede da fazenda. A mediação que promove, no entanto, evita eficazmente a conflagração generalizada e salva a família branca (bem como preserva os negros, mesmo que esses sofram algumas baixas registradas protocolarmente pelo narrador) – a maior vítima de seus esforços será ela mesma, sacrificada para garantir a perpetuação do imperativo identitário. No final da novela, Toni depara-se com a verdade última dessa dinâmica em que os elementos antagônicos passam um a outro pela via da radicalização: para ser sujeito pleno (da potência colonizadora), Toni terá de morrer como sujeito (da colônia). A suposta semelhança da personagem com Mariane, a noiva morta de

Gustav/August, já anuncia o final trágico[230], do qual há outros indícios: o militar deu a Toni como presente de noivado o colar de Mariane; Toni foi carregada por Gustav/August como uma "morta" ("Leblose"); e, em dado momento, a jovem "alegrou-se com o pensamento de morrer nessa empreitada cujo objetivo era salvá-lo [Gustav/August]"[231]. A morte lhe garantirá a vida, pois, no Saint Domingue kleistiano, morte é vida. Toni mimetiza o percurso da prosa de Kleist. A fim de fazer-se palavra, essa prosa deve descer aos confins do inenarrável e arrancar dali uma narrativa[232]. A identificação plena do verbo com o mundo, como se viu, significa a negação do verbo e a negação do mundo. A palavra morre para ser palavra.

Já Til realizará uma mediação de tipo inclusivo-excludente. A personagem percorre os caminhos da fazenda das Palmas a fim apagar os traços característicos responsáveis por garantir a identidade dos objetos e sujeitos desse universo, buscando assim eliminar as diferenças responsáveis por alimentar os conflitos. Berta age para que Jão Fera torne-se Jão Bugre, para que Zana deixe de ser aquela figura incômoda, para que Brás apascente-se etc. Por obedecer à lei do travamento identitário, Til sente-se premida a garantir a sobrevivência do mundo que habita, mas, ao fazê-lo, borra as fronteiras responsáveis por delinear esse mundo. Em último caso, ao proteger a vida de Luís Galvão (seu pai), Berta determina a sobrevivência da des(ordem) responsável por, em primeiro lugar, colocar aquele mundo sob ameaça (a impossibilidade de responsabilizar Luís Galvão). Em outros termos, a lei que sustenta o universo do escravismo moderno é a mesma lei que, confusamente, ameaça colocá-lo a perder. Nesse caso, negação e afirmação misturam-se, sem método. E Berta será reflexo

---

[230] Porque Mariane morreu, e Toni igualmente morreria. Mas, ainda que Mariane não tivesse morrido, a semelhança em si já representa um perigo para o sujeito, pois ser semelhante a outrém implica não ser nem si mesmo nem o outro, o que, para a lógica da identidade, significa um problema a ser solucionado.

[231] "[...] frohlockte bei dem Gedanken, in dieser zu seiner Rettung angeordneten Unternehmung zu sterben." KSE, p. 252.

[232] "Seine [de Kleist] Anstrengungen waren darauf gerichtet, das Diesseits so mit Sinn und Größe zu sättigen, daß es naturgesetzlich in eine Wechselbeziehung zum Jenseits tritt. [...] Wenn das Jenseits das vollkommen erfüllte Diesseits ist, so muss es möglich sein, den Punkt zu erreichen, wo die Grenze zwischen beide fällt oder durchlässig sind." Blöcker, op. cit., p. 119; "Os esforços dele [Kleist] tinham por objetivo saturar de tal maneira, com significado e magnitude, a imanência, que essa ingressaria nomologicamente em uma correlação com a transcendência. [...] Se a imanência é a transcendência totalmente consumada, então deve ser possível chegar ao ponto em que as fronteiras entre ambas caem ou tornam-se porosas."

do imbróglio. Til, como Toni, está na raiz de todos os conflitos do romance (como se viu no capítulo anterior), mas, ao contrário das ações de Toni, as ações de Til frequentam zonas nebulosas e, algumas vezes, ameaçadoras. É o que ocorre na relação dela com Jão Fera, que quase mata os dois. É o que ocorre com Miguel, o qual a força atrativa de Berta ameaça afastar definitivamente do caminho da "civilização" a ser trilhado por meio do casamento com a filha do fazendeiro rico. É o que ocorre com Brás, em quem instila o ódio pulsante na raiz dos ataques desferidos pelo "idiota" contra vários personagens. É o que ocorre com a ameaça do incesto, em cujo centro figura a filha mestiça de Luís Galvão e Besita. Os esforços mediadores da personagem, assim, são também esforços conflagradores, sem que haja consciência disso. Quando busca incluir no mundo da in(civilidade) os que, aparentemente, encontram-se fora dele e o colocam em perigo, Til os exclui, em definitivo, da civilidade, sem a qual aquela primeira esfera não existe, e logo, em certa medida, os elimina. A eficácia das ações da protagonista é relativa, pois sempre mesclada à ineficácia. Daí que, quando o romance chega ao epílogo, o segredo da trama revela-se por conta dela, mas de forma indireta e sem a participação consciente de Til nesse desenlace fundamental. O tom trágico do destino de Toni contrasta com a leveza (ou leviandade) do final reservado a Berta: cercada de seres meio humanos meio bichos, a jovem fica para trás (por opção e porque não há lugar para ela na família tradicional), condenada à insignificância, enquanto a civilização afasta-se. Til não morrerá, como Toni, nem tampouco viverá, como Toni: a personagem continuará a frequentar o mundo morto-vivo de onde é impossível se afastar. Til é "ser e não ser", uma vacuidade que nunca chega a constituir um sujeito. O narrador alencariano segue os passos de sua protagonista, com quem, ao mesmo tempo, se identifica e não se identifica[233]. A palavra, aqui,

[233] O narrador alencariano é sempre uma figura fugidia. No caso de *Til*, em dado momento, o narrador, até ali um narrador de terceira pessoa tradicional, afirma: "De Berta, que direi?" (TIL, p. 67). Esse lampejo de afirmação subjetiva, porém, some para não mais voltar de forma assim enfática. Algumas páginas adiante dirá: "como todos na meninice sentimos" (TIL, p. 89), lançando mão de um "nós" inclusivo. As notas de rodapé didáticas, ainda que em pequeno número, também servem para nublar ainda mais a figura dessa voz narrativa. A identificação dele com Berta, sendo assim, é aquela que pode haver entre os seres de identidade desidentificadora: confusa. –

não se constitui como palavra propriamente mas tampouco se apaga em absoluta nulidade. A prosa afirma-se e nega-se. Como o céu azul sob o qual desdobra-se Til, o texto de Alencar permanece travado na palavra diáfana.

Por isso o romance termina mais ou menos da forma que começou, ainda que Berta haja deixado um legado modernizador: a personagem domou as forças naturais incontroláveis (incivis) ou cuidou para a sua eliminação (no caso de Ribeiro-Barroso, Gonçalo Pinta, Faustino e Monjolo), salvou a vida do patriarca (direta ou indiretamente), cuidou (direta ou indiretamente) para que Luís Galvão acertasse suas contas com o crime do passado e aproximou o jovem promissor, Miguel, da esfera da civilidade ao fazê-lo apaixonar-se por Linda (ensinou-o, digamos assim, a ver a Beleza, a ver a Linda) – Miguel, cujos hábitos "atrasados", as grosserias de "caipira" a prosa do romance denuncia, viaja para a cidade onde, supõe-se, aprenderá a ser um homem civilizado e se casará com a filha do fazendeiro rico, atrelando-se definitivamente ao progresso[234]. No entanto, prevalece um certo ar de imobilidade. O romance chega ao final retratando os dois destinos complementares da alma mestiça – o exílio em um ambiente "atrasado" mas familiar (Til) e o acolhimento no ambiente "moderno" mas estranho (Miguel). Em ambos os casos, porém, a alma mestiça continuará a ser o que é, um ser-não-ser. O ambiente da fazenda, a infância da literatura brasileira que Alencar tanto prezava, ao invés de alterar-se, modernizar-se, sofrer as consequências do ganho de experiência que o romance retrataria, é abandonado. Os gestos de caridade de Til revelam sua outra face, seu efeito conservador. Em certa dimensão, a caridade é uma forma de conservação do que, "naturalmente", pereceria ou do que, seguindo seu curso, abalaria o

---

Em toda sua obra, Alencar lançou mão de narradores em terceira pessoa e narradores em primeira pessoa. Porém, a identidade desses narradores é sempre diáfana. Os de terceira pessoa confundem-se, como se viu, com as vozes que surgem nos paratextos. Os de primeira pessoa quase nunca se constituem como tal. Somente no pequenino romance de estréia do escritor, *Cinco Minutos*, há um narrador em primeira pessoa tradicional. Em todos os demais narrados em primeira pessoa, esse narrador, que seria um tipo de afirmação enfática de uma identidade, surge incluído em uma moldura narrativa, nunca em contato direto com o leitor, confundindo-se então com os personagens dos romances e afastando-se da instância narrativa inequívoca que pareceria ocupar.

[234] Miguel, porém, um genuíno brasileiro, levará consigo, para a cidade grande, o núcleo feito de definição e indefinição que carece de definição para ser. Miguel nunca deixará de ser uma mistura da morte-vida com a vida.

mundo a seu redor – é o caso dos estrupiados que Berta salva ou redime. O móvel principal do romance, vê-se agora, é a principal força a evitar que o romance desenvolva-se.

Nas duas únicas vezes em que, no enredo de *Til*, lê-se um enfático "eu sou", o que se lê é: "Eu sou Til!" (TIL, p. 133 e p. 302)[235]. Quando o sujeito diz, a duras penas, "eu sou", o que ele é é um sinal gráfico a assinalar uma ausência. O esforço identitário, e um esforço do tipo marca uma obra cujo objetivo declarado consiste em retratar um país em formação, desfaz-se sem que se negue, desfaz-se para continuar a desfazer-se. O tom melancólico que atravessa o último capítulo de *Til* reflete esse eterno abandono de si mesmo. Na segunda vez em que diz "eu sou", Berta diz: "Eu sou Til!... Til só!...", sozinha e somente. A personagem é apenas aquela vacuidade e, como tal, condenada à solidão porque, sem constituir-se, tampouco se vê capaz de reconhecer uma alteridade que lhe viesse tirar do melancólico isolamento nulificador. No "Noivado", Toni realiza uma "Rassenkarriere"[236] (uma carreira racial), "subindo" da raça negra para a raça branca, um percurso que retrata o paradoxo trágico inerente a sua condição – a do sujeito que, para vir a ser, deve desaparecer – e que retrata o paradoxo da obra kleistiana – essa, a fim de cumprir seu programa totalizante, precisa negar-se como texto. Quando, então, Toni afirma: "ich habe euch [os negros] nicht verraten; ich bin eine Weiße" (KSE, p. 256; "eu não traí vocês [os negros]; eu sou uma branca"), entrega-se à morte, porque a declaração sela a incorporação, pela *Mestize*, da lógica identitária responsável por condená-la ao desaparecimento. A "carreira racial", porém, realizou-se. Houve um trajeto percorrido, e nele o mundo transformou-se segundo os desígnios desse sujeito. O mundo reduziu-se ao "preto no branco", sem dubiedades ou indefinições, um mundo no qual todos pertencerão a essa ou àquela das facções em conflito. Um mundo, portanto, que nada mais é do que palco e instrumento do eterno embate travado pelos sujeitos da sanha autodestrutiva.

---

[235] Há outras passagens em que surge o verbo "ser" conjugado na primeira pessoa do singular, em algumas delas acompanhado do pronome pessoal correspondente, "eu". Em nenhuma, contudo, há o encadeamento direto "eu sou", como nos trechos destacados.

[236] Hansjörg Bay, "'Als die Schwarzen die Weissen ermordeten'. Nachbeben einer Erschütterung des europäischen Diskurses in Kleists 'Verlobung in St. Domingo'" in *Kleist-Jahrbuch (1998)*, p. 93.

Inconclusiva conclusão

A matéria sobre a qual se debruçou esta tese resiste à conclusão. Por falta de determinação ou excesso dela, os textos de Alencar e Kleist fogem a uma fixação satisfatória de sentido. Ambos conjugam um desenvolvimento consequente a uma circularidade viciosa, frustrando os esforços de análise. O que deveria ser ponto de parada ou resultado do acúmulo de experiência reverte-se em seu contraditório ou pulveriza-se em indefinição. Em ambos, a palavra (diáfana ou excessivamente rente) falha, e o sujeito instado a discorrer a respeito desses textos verá sua capacidade de simbolização, fundamental para a constituição de uma subjetividade, ser solapada. Resistindo à interpretação, essas obras subsistem como mistério-enigma e, ao mesmo tempo, oferecem uma chave para interpretar o mundo da modernidade periférica, e por tabela a modernidade como um todo. Na periferia do capital, onde a mão de obra livre substitui-se pela mão de obra compulsória, o mundo conserva-se em desigualdade. No entanto, fá-lo de duas formas diferentes que são uma o reflexo invertido da outra.

Em *Til*, o romance da escravidão moderna, predomina um sentimento de vacuidade e, consequentemente, de leviandade, incompletude, desperdício, passividade, melancolia. A alma mestiça constitui-se como um núcleo de in(definição) que, para existir, demanda uma positividade qualquer, a qual incorporará e rejeitará, repondo-se como in(definição), sem conseguir nunca formar-se, pendulando continuamente entre não ser e ser (outro). O sujeito do escravismo capitalista, marca-o o gozo do travamento identitário – nunca idêntica a si mesma e sempre igual, a voz subjetiva vê-se incapaz de cravar a distância necessária para constituir alguma alteridade, e desse jogo de estranhamento e deglutição do outro, um jogo em aparência lúdico, sobram prazer e dor. No fuzuê da similitude que se instaura, nada é si próprio e tudo é como alguma outra coisa (ou, reunindo as duas assertivas, tudo é como si próprio). O sujeito é como o sujeito, e a fronteira que deveria separá-lo do objeto espraia-se cada vez rombuda, a promover uma mixórdia geral. Nada escapa de instalar-se sobre esse limite presente e ausente, confusamente desmaterializado. Em termos de desenvolvimento histórico, conforme retratado no romance, uma pequena dose de embate com posições marcadas responsável por gerar desenvolvimento efetivo mistura-se ao des(acerto) entre os elementos antagônicos, o que redunda em desfazimento – o conflito central da obra, no qual as forças civilizadas opõem-se às forças da barbárie, nunca se dá diretamente, surge já resolvido, origina-se de uma transgressão que não chega a pagar suas contas, desemboca na reafirmação do painel havido desde antes de iniciada a crise. O conflito central resultou do embaralhamento das forças em oposição, forças essas, porém, já misturadas antes da crise e que continuam a confundir-se depois da "resolução" dela. Luís Galvão, o proprietário, estuprou-seduziu Besita, a não-proprietária, e da união deles nasceu Til, o ente mestiço, a mistura de classes, "raças", sexo cuja existência ao mesmo tempo preserva e ameaça o mundo ao seu redor. Um eventual confronto efetivo entre os proprietários e os não-proprietários, entre a civilização e a barbárie, é ameaçador porque poderia definir o que insiste na in(definição), estipulando assim limites,

impondo discernimento, distribuindo responsabilidades, fazendo nascer uma figura de fato outra. Til, no entanto, impede o entrechoque de potência definidora e consegue isso instilando justamente a indefinição. Seja distribuindo favores ou travando pequenas refregas (rixas), a filha da des(ordem) preserva o mundo apagando-lhe os contornos, quer dizer, garante-lhe a sobrevivência enlaçando-o em indeterminação, em apagamento – envolve-o em uma forma negativa, uma forma informe. A fim de sobreviver, o sujeito vai negando o mundo e, por consequência, a si mesmo. Sem saber direito onde começa e termina si próprio e o objeto, o sujeito, volta e sempre, é ameaçado pelo que prometia ser fraternal. A violência distribui-se sem método. A fim de preservar o mundo da forma informe, há que o deixar correr a rédeas meio soltas. Til é a figura ativa do enredo novelesco ao mesmo tempo em que se ausenta de momentos decisivos. Domínio e alienação convivem e conflitam, desordenadamente, na identidade desidentificadora. O mundo que deu à luz a e que resultou da alma mestiça, porque infenso a um direcionamento consequente, porque des(controlado), repõe-se como foi desde os primórdios – vário e o mesmo: in(definido), vazado na forma informe. O bloco básico da narrativa desse mundo é a palavra diáfana (como o céu azul), o conceito deslizante que dispensa o trabalho do espírito (*Geist*) e de cuja trama o conceituado escapa – o verbo sobe à tona para desfazer-se em vacuidade, o que se diz diz-se temerariamente, para que seja logo esquecido. Todo agir é meio omisso. O espírito transformado em alma mestiça nasce pronto e nunca se altera, ainda que troque constantemente de determinação positiva. Til assume variadas facetas e, porém, não muda. O trabalho a demandar esforço continuado e planificação detalhada confunde-se com uma atividade mais afeita ao consumo nulificador: ninguém trabalha e tudo está à mão para ser devorado, como bem o sabe a caipiragem da fazenda das Palmas. Instalado sobre o limite em que o trabalho é como o consumo e o esforço é como a diversão, encontra-se o sonho de uma comunidade na qual se irmanam os sujeitos entre si e com o mundo – é o mundo mestiço de *Til*. O paraíso da mestiçagem, no entanto, finca pé na

des(identificação): a alteridade de que depende a miscigenação ingressa ali para ser nulificada, sacrificada. Jão Fera vira Jão a trabalhar como o escravo que nunca quis ser; Til chega ao fim do enredo abandonada no ambiente rural meio atrasado. A nulificação nunca se faz por inteiro, porque algo subsiste que é in(definido). O sacrifício é de baixa "intensidade" – nada há de trágico. E essa é sua maior tragédia. Para enxergá-la, no entanto, é preciso o corte artificial a que se referiu páginas atrás. Somente desde um ponto de vista externo à miscigenação cujo retrato José de Alencar perseguiu a vida toda, torna-se possível tentar designar o que não conhece conceito. O mundo in(definido) que se repõe é feito de injustiça social. A escravaria quase ausente do romance continua presente na fazenda abandonada pela "civilização"; Luís Galvão nunca responde de fato pelo crime que cometeu. A comunidade que prometia unir fraternalmente tudo e todos não ultrapassa os limites de uma pequena elite cuja voz funciona como a voz do povo que não há. Os interesses da família do patriarca são os interesses de *Til*. No chão da fazenda, os escravos continuarão a ser escravos e os senhores, senhores. Ainda que a violência distribua-se sem método permeando todo o tecido social, só os primeiros conhecerão a cinta do chicote, só os segundos, o cabo. Aqueles trabalham de sol a sol e sobrevivem do favor de seus donos. Estes não se esfalfam e amealham todos os lucros. O mundo da injustiça social resiste ao discurso e perpetua-se, ainda que mude (é a modernização conservadora). A escravidão não chega a ser de fato conceituada, por isso, nunca se desfaz, perdurando para além da abolição, mas não como si mesma (que nunca foi). A resistência do escravismo moderno à palavra, no entanto, não é resultado simplesmente de uma desfaçatez de classe, ainda que esse seja também um fator, e nem tampouco representa uma alternativa libertária a uma moral excessivamente rígida, ainda que a recusa ao trabalho guarde uma potência contestadora. Porque o trabalho realizado por uma peça comprada ao mercado não gera mais-valia, o capital da mão de obra livre desconhece-o. O trabalho, na periferia escravocrata, des(identifica). O escravo é a mistura corriqueiramente impossível entre algo

positivo, um esforço de identificação – um esforço de transformação do mundo segundo os preceitos do sujeito, um esforço, sendo assim, de afirmação subjetiva –, e algo negativo, a inefável des(identificação) promovida, naquela periferia, pelo eito – o trabalho realizado por um sujeito que é objeto confirma sua sujeição, nega-o subjetivamente. Esse é o núcleo mestiço, in(definido), que pulsa no coração de *Til*: o mestiço primordial é o escravo moderno. A maior de todas as misturas: aquela do capital da mão de obra livre com o trabalho escravo.

No "Noivado em Sto. Domingo", a novela da servidão moderna, predomina o sentimento de totalidade e, consequentemente, de gravidade, economia, completude, atividade, tragédia. O espírito da identificação radical carece de seu contraditório, a desidentificação, para vir a ser. Por meio da progressiva negação de sua negação, esse espírito afirma-se até que, no ápice do processo, nega a si próprio: o idêntico é o contraditório. Nesse constante avanço não há confusão ou indefinições. O sujeito da periferia servil, marca-o o gozo do imperativo identitário (exagerado) – mudando a si e ao mundo, esse sujeito supõe a alteridade para continuamente negá-la até que, em dado momento, o sujeito é a alteridade, e o ciclo fecha-se regressando a seu início. Da dinâmica de negação e afirmação do outro e de si próprio, uma dinâmica que exige esforço e dedicação, sobram prazer e dor. O regime de identificação instalado alimenta-se da supressão da alteridade (do nebuloso, do indefinido, do não simbolizado) por meio, paradoxalmente, de sua afirmação. O sujeito é o objeto, e a fronteira a separá-los revela-se ideal porque sem dimensão física nenhuma, de modo que a separação absoluta é a contiguidade absoluta. Nada pode instalar-se sobre esse limite que, contraditoriamente, faz-se presente por meio de sua ultrapassagem. Em termos de desenvolvimento histórico, conforme retratado na novela, o embate de posições marcadas realiza-se de modo a reduzir tudo a pares formados por elementos antagônicos mantidos em pé de igualdade e que vivem por meio da negação recíproca até que o antagonismo identifique-se com a univocidade – o conflito central da obra, dentro da qual forças civilizadas

opõem-se a forças da barbárie, decorre da necessidade de que todos os elementos distribuam-se segundo os lados "negro" e "branco". A resolução da crise gera consequências visíveis. O conflito narrativo resultou da interpenetração das forças em oposição, forças essas que, para seguir colidindo, precisam ser claramente identificadas. Toni terá de decidir sobre se é branca ou negra; Gustav/August não poderá mais trafegar livremente entre os pólos. A mestiçagem de que a *Mestize* e o *Fremde* são o resultado carece de ser eliminada pois o eventual acerto entre as "raças" suspenderia a dinâmica conflitiva de negação/afirmação dos contraditórios responsável por manter viva a subjetividade do imperativo identitário; essa, no entanto, para seguir avançando até além do limite, precisa de algo indefinido a ser "purificado". Toni adere à civilização branca recorrendo a subterfúgios cada vez mais bárbaros, traça limites por meio da supressão deles, quer dizer, garante a sobrevivência do mundo mergulhando-o em seu contraditório, a morte – envolve-o uma forma que é conteúdo. Para sobreviver, o sujeito faz-se "mestiço" até ver-se premido à própria eliminação. Determinando com exatidão onde começa e termina si próprio e o objeto, o sujeito identifica-se plenamente com a alteridade, e seu maior adversário revela-se ele mesmo. A violência distribui-se com método. A fim de manter nos trilhos o mundo da forma que é conteúdo, o domínio realiza-se em potência máxima por meio da alienação. Toni é a figura ativa do enredo que acabará eliminada quando concluir sua carreira de controle. Domínio é alienação no sujeito do imperativo identitário. O mundo que deu à luz ao e que resultou do espírito da identificação, porque submetido a um direcionamento pleno, porque controlado rigorosamente, vira em descontrole. O bloco básico da narrativa desse mundo é a palavra feita coisa, o conceito anquilosado que carece do trabalho do espírito (*Geist*) e de cuja trama nada escapa – o verbo sobe à tona para fazer-se mundo, o que se diz é o que se diz, e a palavra vira mundo e o mundo, palavra. O espírito da sanha identificadora precisa formar-se de modo a aprender com o mundo e apreender o mundo para, no final de sua trajetória, subsumi-lo por completo desaparecendo ele próprio, espírito.

Toni transita velozmente entre os pólos em contraposição até branquear – o sujeito faz-se ao agir ativamente sobre seu entorno (é o *Tatendrang*, a urgência em agir). O trabalho demanda esforço continuado e planificação detalhada, sem se confundir com os momentos de lazer: todos trabalham e nada vem de graça, como bem o sabem os negros de Saint Domingue. Ao afirmar o trabalho para negar o lazer (e vice-versa), o limite erige-se de maneira a ser constantemente superado: forma-se uma comunidade em que ninguém se confunde com ninguém e, no entanto, todos são iguais (idênticos) – esse é o mundo "puro" do "Noivado". O paraíso da definição, no entanto, finca pé na indefinição: o idêntico é o contraditório. Congo Hoango é patriarca e pai de família como o senhor Strömli, que, por sua vez, é "velho e terrível" como o ex-escravo. Toni é tanto mais sujeito quanto menos sujeito for. A afirmação é a negação. A vida é a morte. O sacrifício revela-se verdadeiramente trágico – e, no entanto, não abala a ordem. Para perceber o paradoxo do imperativo identitário (exagerado), é preciso o corte artificial referido páginas atrás. Somente desde um ponto de vista externo à identificação perseguida por Heinrich von Kleist com afinco, somente se se acrescentar um grão de incerteza real nesse universo feito da ordem que é desordem, pode-se enxegar o que o conceito não esgota. O mundo da civilização que, a cada ciclo, vira em barbárie assenta-se sobre a injustiça social. Os escravos negros que realizam atos impensáveis com os senhores brancos são produto da violência, não sua causa. Congo Hoango não é o senhor Strömli porque aquele é a vítima e este, o algoz. Babekan não é pura e simplesmente uma "velha" irascível capaz de tudo para saciar sua sede de sangue, mas é o resultado de anos de abusos e humilhações. Na "Prússia" kleistiana, que é a matriz sócio-histórica do mecanismo de identificação retratado aqui, os servos não integram o mesmo povo que os *Gutsherren* (os donos das unidades agrícolas de produção), ainda que *das Volk* lá esteja a abarcar todos. Se a violência distribui-se com método, faz isso em uma única direção, e só os primeiros estão sujeitos às sevícias. Mesmo que o tempo de trabalho para o senhor da terra não se confunda

com o tempo de trabalho para si próprio, só os servos trabalham sob o sol e de foice na mão. Os donos, que não rejeitam a labuta, amealham uma quantidade desproporcional dos frutos do trabalho coletivo. O mundo da injustiça social é o mundo da justiça social e, sendo assim, reafirma-se continuamente, em um processo defensivo de modernização. A servidão conceitua-se de maneira exaustiva de modo a identificar-se com seu contraditório, a autonomia subjetiva. Quando os agricultores são oficialmente libertados continuam tomados pelo espírito de subserviência que é espírito da maioridade. A servidão moderna revela-se a lente "prussiana" através da qual o sujeito identifica-se por completo com o mundo. O trabalho, na periferia servil, garante a identificação total (consigo mesmo e com o outro). O servo faz-se da separação depuradora entre o sujeito independente a arar a própria terra e o autômato sem vontade própria a arar a terra de seu senhor, sendo que o sujeito independente é o autômato sem vontade própria. No coração do "Noivado" pulsa esse ente feito de sanha identitária: o sujeito "puro" primordial é o servo moderno. A maior das "desmisturas": aquela do capital da mão de obra livre com o trabalho servil.

Chegado a este ponto, fica claro que o esforço crítico realizado aqui buscou plasmar uma imagem do fugaz romance alencariano valendo-se da "fixidez" kleistiana, e uma imagem da totalizante novela de Kleist com o metro ausente do fuzuê de Alencar. A servidão moderna, de feição uniformizante, foi analisada com um olhar embebido das lições da dualidade sem dualismo que resiste a qualquer padronização positiva. Já os percalços da des(identificação) brasileira vieram à tona porque colocados sob uma luz à qual se tentou conferir um rigor conceitual "prussiano". Mesmo quando discutiu-se, de maneira isolada, uma formação ou a outra, e algo do tipo deu-se principalmente em trechos constantes do Capítulo "Dessemelhanças e indiferenças (2)", as considerações sempre se fizeram tendo como contraponto necessário o seu reverso. Essas duas formações são o reflexo invertido uma da outra e ambas, a suposta negação do aparentemente bem-sucedido modelo vindo do centro do

moderno sistema produtor de mercadorias.

Todavia, conforme antecipado no início desta tese, o capital é um único, e a norma do centro não se realiza sem a exceção da periferia. Em outros termos, o progresso indubitável faz-se no antagonismo dúbio. Logo, o que a comparação entre Alencar e Kleist indica não é a necessidade de voltar à boa medida do centro do capital, o que significaria defender uma ética do trabalho "honesto" contra a desmedida do consumo e da financeirização – uma defesa que se confessa ainda mais desarrazoada frente à evidente e disseminada corrosão das garantias trabalhistas[1]. A periferia não é somente a perversão da receita correta mas é a outra face, incontornável, da normalidade capitalista. E a coisa é tanto assim que, hoje, observa-se um processo de crescente imbricamento entre centro e periferia. De forma que a normalidade do centro expande-se para coalhar o desvio periférico (a escravidão e a servidão aboliram-se) ao passo que este penetra naquela, e o faz tanto brasileiramente quanto "prussianamente". A periferia, bem ou mal, avança rumo à conquista de liberdades políticas e, mais importante, ao aumento dos níveis de consumo (que são, também, melhorias nas condições de vida). Já o centro (ou o ideário modernizante vindo do centro, basicamente o liberalismo e suas promessas desenvolvimentistas) vê-se achacado pela corrosão (brasileira) das condições de trabalho (dissemina-se o trabalho precário, em que o sujeito recai em uma condição semalhante à do escravo) – a essa corrosão corresponde um pensamento esotérico do tipo "o mundo é como o mundo"[2]; e vê-se achacado pela traçamento ("prussiano") de certezas inamovíveis (há uma crescente penetração do trabalho intelectual, no qual o sujeito, como o servo moderno, é tanto mais livre quanto mais subalterno) – a esse anquilosamento corresponde um pensamento cientificista do tipo "o mundo é (idêntico a)o mundo"[3].

---

[1] A esse respeito, ver principalmente Robert Kurz (*O Colapso da Modernização*, *Os últimos combates*, *Schwarzbuch Kapitalismus*) e demais pensadores da chamada crítica do valor.

[2] Em termos políticos, o jogo de forças que deveria pautar os rumos do país e garantir-lhe o desenvolvimento se dá de maneira confusa, apagando as marcações e perdendo pé. A má formação perpetua-se porque não conhece palavra capaz de apreendê-la. A crise mistura-se à solução.

[3] Em termos políticos, o sujeito torna-se cada vez mais rígido em sua identidade, de maneira que o progresso

Constatado isso, uma série de questões apresenta-se. Para os que veem o mundo desde a periferia nascida com o escravismo moderno, a principal delas é conseguir pensar, primeiro, a si próprio e, depois, tudo o mais. Para os da outra periferia, a dificuldade está em livrar-se das certezas identitárias responsáveis por nulificar-lhes a existência. Kleist e Alencar retratam essas duas formas complementares de enxergar o mundo, ambas formas problemáticas porque em crise constante. Inopinadamente, os dois escritores a princípio tão estranhos um ao outro miram-se olho no olho, como reflexo um do outro, através do quadro que pintam das periferias capitalistas de que são tributários e as quais veem com disposição crítica. O paralelo entre as duas obras tentou evidenciar essa potência crítica meio dormente.

traduz-se em um esforço de "purificação". Cedo ou tarde, as forças políticas chegam a um consenso "pragmático" sobre a necessidade de investir contra o "desvio". A formação é a má formação. A solução é a crise.

BIBLIOGRAFIA

Obras de José de Alencar

José de Alencar. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos.* Rio de Janeiro, Empresa Typographica do Diário, 1856. Consultado na primeira metade de 2012. http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00175800#page/125/mode/1up.

_____. *Iracema.* (notas e orientação didática de Silviano Santiago) Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

_____. *Obra Completa. Volume I.* Rio de Janeiro, José Aguilar, 1959.

_____. *Obra Completa. Volume II.* Rio de Janeiro, José Aguilar, 1958.

_____. *Obra Completa. Volume III.* Rio de Janeiro, José Aguilar, 1958.

_____. *Obra Completa. Volume IV.* Rio de Janeiro, José Aguilar, 1960.

_____. *O Guarani.* Rio de Janeiro, Empresa Nacional do Diário, 1857. http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00177500#page/705/mode/1up. Consultado na primeira metade de 2012.

_____. *Til. Romance Brasileiro.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

Obras de Heinrich von Kleist

KLEIST, Heinrich von. "Noivado em São Domingos". In: Heinrich von Kleist. *Novelas. Biblioteca Universal. Alemanha*. Rio de Janeiro, Editora Três, 1974. Trad. Paulo Edmur de Sousa Queirós.

_____. "O Noivado em São Domingos". In: Heinrich von Kleist. *A Marquesa de D´O... e Outras Histórias.* Rio de Janeiro, Imago, 1992. Trad. Cláudia Cavalcanti.

_____. *Sämtliche Erzählungen, Anekdoten, Gedichte, Schriften* (Hrsg. Klaus Müller-Salget). Frankfurt M., Deutscher Klassiker Verlag, 2005.

_____. *Sämtliche Werke und Briefe* (Hrsg. Helmut Sembdner). München, Deutscher Taschenbuch Verlag, 2001.

Obras sobre José de Alencar

ARARIPE Jr. "José de Alencar – Perfil Literário". In: Araripe Jr. *Obra crítica de Araripe Jr.* (org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958.

BANDEIRA, Manuel. *Noções de História da Literatura.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

BARBOSA, Paula Medeiros. *O idílio degradado: um estudo do romance* Til*, de José de Alencar*. (Tese de doutorado) São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

BOSI, Alfredo. "Um mito sacrificial. O indianismo de Alencar". In: Alfredo Bosi. *Dialética da Colonização.* São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BROCA, Brito. "Introdução biográfica". In: José de Alencar, *O Guarani*, José Olympio, 1951.

CAMILO, Vagner. "Mito e História em Iracema. A recepção crítica mais recente". In: *Novos Estudos Cebrap. N. 78 (Jul. 2007)*.

CAMPOS, Haroldo de. "'Iracema': uma arqueografia de vanguarda". In: *Revista USP (Mar./Abr. e Mai./90).*

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira.* Rio de Janeiro, Editora Itatiaia Limitada, 1975.

_____. "Dialética da Malandragem". In: Antonio Candido. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo/Rio de Janeiro, Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

JANINE RIBEIRO, Renato. "Iracema ou a Fundação do Brasil". In: Renato Janine Ribeiro, *A sociedade contra o social. O alto custo da vida pública no Brasil. Ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. "[José de Alencar. Iracema]". In: Joaquim Maria Machado de Assis. *Obra Completa. III*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997.

MARCO, Valeria De. "O romance histórico de José de Alencar". In: *Revista de Letras da Universidade Federal do Ceará. N. 29(2), vol. 1, jan./jul.-2009*

MENDES DE ALMEIDA, Mirhiane. *Ao pé da página. A dupla narrativa em José de Alencar.* (Tese de doutorado) Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MEYER, Augusto. "Nota Preliminar". In: José de Alencar. *Obra Completa. Vol. II*. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1958.

_____. *Textos Críticos* (org. João Alexandre Barbosa). São Paulo, Editora Perspectiva, 1986.

MORAES PINTO, Maria Cecilia Queiroz de. *Alencar e a França: Perfis*. (Tese de livre docência) São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *A Vida Selvagem: Paralelo entre Chateaubriand e Alencar.* São Paulo, Annablume, 1995.

PASTA JR., José Antonio. "Changement et idée fixe. L'autre dans le roman brésilien". In: *Cahier du Centre de recherche sur les pays lusophones. N. 10 (2003)*.

_____. *Pompéia. (A metafísica ruinosa d'*O Ateneu*)*. (Tese de doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

_____. "O Romance de Rosa: Temas do Grande Sertão e do Brasil". In: *Novos Estudos Cebrap, N. 55 (Nov/1999)*.

_____. "Prodígios da ambivalência. Notas sobre Viva o povo brasileiro". In: *Revista Novos Estudos Cebrap. N. 64 (Nov/2002).*

_____. "Singularité du double au Brésil". In : *Cahiers de l'Association lacanienne internationale. (2003).*

_____. "Volubilidade e ideia fixa (o outro no romance brasileiro)". In: *Sinal de Menos, Ano 2, N. 4 (2010)*. Disponível em (última consulta: primeiro semestre de 2012) http://dl.dropbox.com/u/65249844/PASTA_Jose_Volubilidade_e_ideia_fixa.pdf.

PROENÇA, M. Cavalcanti. "José de Alencar na Literatura Brasileira". In: José de Alencar. *Obra Completa. Vol. I.* Rio de Janeiro, José Aguilar, 1959.

_____. "Transforma-se o amador na coisa amada". In: José de Alencar, *Iracema*. *Edição crítica de M. Cavalcanti Proença.* Rio de Janeiro/São Paulo, Livros Técnicos e Científicos/Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira. Tomo V.* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1960.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1992.

_____. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1968.

_____. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 2002.

_____. "Posição de José de Alencar". In: José de Alencar, *Sonhos d'Ouro*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1955.

TEIXEIRA VASCONCELOS, Sandra Guardini. "Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar". In: *Terceira Margem. Literatura e História, Ano XII, N. 18 (Jan/Jun-2008).*

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1969.

WASSERMAN, Renata R. Mautner. "The Red and the White: The 'Indian' Novels of José de Alencar". In: *Publications of the Modern Language Association, Vol. 98, No. 5 (Oct./1983)*.

ZILBERMAN, Regina. "Natureza e Mulher: Uma Visão do Brasil no Romans Romântico". In: *Modern Language Studies, Vol. 19, No. 2 (Spring, 1989)*

Obras sobre Heinrich von Kleist

BARTHEL, Wolfgang. *Heinrich von Kleists 'Michael Kohlhaas' – Werden und Wirkung. Facetten*. Heilbronn, Stadtbücherei, 1993.

BAY, Hansjörg. "'Als die Schwarzen die Weißen ermordeten'. Nachbeben einer Erschütterung des europäischen Diskurses in Kleists 'Verlobung in St. Domingo'". In: *Kleist-Jahrbuch (1998)*.

BEIL, Ulrich. "A subversão da História pela Literatura: Considerações sobre *O Noivado de São Domingos* de Heinrich von Kleist". In: *Pandaemonium germanicum. N. 11 (2007)*.

BEKES, Peter. *Heinrich von Kleist – Leben und Werke*, Stuttgart/Düsseldorf/Berlin/Leipzig, Ernst Klett Schulbuchverlag, 1997.

BLÖCKER, Günter. *Heinrich von Kleist oder Das absolute Ich.* Berlin, Argon, 1960.

BLUME, Bernhard. "Kleist und Goethe". In: Walter Müller-Seidel (Hrsg.), *Heinrich von Kleist. Aufsätze und Essays*. Darmstadt, Die Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1973.

CADWELL, Cornelia Becher. *Generation und Genre. Ein Beitrag zur deutschen Novelle des 19. Jahrhunderts*. Erlangen, Palm und Enke, 1991.

CASTRO, Rodrigo C. P. *Michael Kohlhaas – a vitória da derrota. Uma interpretação da novela "Michael Kohlhaas", de Heinrich von Kleist*. (Dissertação de mestrado) São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

EHRIG, Heinz. *Paradoxe und absurde Dichtung.* München, Wilhelm Fink Verlag, 1973.

FISCHER, Ernst. "Heinrich von Kleist". In: Walter Müller-Seidel (Hrsg.), *Heinrich von Kleist. Aufsätze und Essays*. Darmstadt, Die Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1973.

FISCHER-LICHTE, Erika. *Heinrich von Kleist: Michael Kohlhaas*. Frankfurt M., Moritz Diesterweg, 1991.

FÖLDÉNYI, Lászlo F. *Heinrich von Kleist – Im Netz der Wörter*. München, Matthes & Seitz Verlag, 1999.

FRICKE, Gerhard. "El 'Michael Kohlhaas' de Kleist". In: *Homenaje a Heinrich von Kleist. Instituto de Filologia Moderna. Cuaderno IV (1964).*

GOLDAMMER, Peter. "Der Mythos um Heinrich von Kleist". In: Peter Goldammer (Hrsg.). *Schrifsteller über Kleist – Eine Dokumentation.* Berlin/Weimar, Aufbau-Verlag, 1976.

HÄKER, Horst. *Heinrich von Kleist. Prinz von Homburg und Die Verlobung in St. Domingo. Studien, Beobachtungen, Bemerkungen.* Frankfurt M., Lanz, 1987.

HECKNER, Elke. "Zur Ambivalenz kolonialer Mimikry in Kleits 'Verlobung in St. Domingo'". In: *Kleist-Jahrbuch (2001)*.

HEIMBÖCKEL, Dieter. *Emphatische Unaussprechlichkeit – Sprachkritik im Werk Heinrich von Kleists*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

HERRATH, Saskia. "Schwarz auf Weiß – Simultaneität der Gegensätze bis an den Rand der

Sprache". In: Klaus Jeziorkowski (Hrsg.), *Kleist in Sprüngen*, München, Iudicium, 1999.

HOLZ, Hans Heinz. *Macht und Ohnmacht der Sprache – Untersuchungen zum Sprachverständnis und Stil Heinrich von Kleists.* Frankfurt M./Bonn, Athenäum, 1962.

HOVERLAND, Lilian. *Heinrich von Kleist und das Prinzip der Gestaltung.* Königstein, Scriptor Verlag, 1978.

GALARZA, Jimena Torres. *Eine Verlobung, zwei Hochzeiten und eine Insel in der Karibik. Deutsch-haitianische Literatur-Beziehungen*. Frankfurt M., Peter Lang, 2005.

GÖNNER, Gerhard. *Von 'zerspaltenen Herzen' und der 'gebrechlichen Einrichtung der Welt'. Versuch einer Phänomenologie der Gewalt bei Kleist*. Stuttgart, Metzler, 1989.

KOCH, Friedrich. *Heinrich von Kleist – Bewußtsein und Wirklichkeit*. Stuttgart, J.B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1958.

LEWIS, Alison. "Der Zwang zum Geniessen. Männliche Gewalt und der weiblich Körper in drei Prosatexten Kleists". In: *Kleist-Jahrbuch (2000)*.

LUKÁCS, Georg. *Georg Lukács Werke. Band 7.* Neuwied/Berlin, Hermann Luchterhand, 1964.

MARX, Stefanie. *Beispiele der Beispiellosen. Heinrich von Kleists Erzählungen ohne Moral.* Würzburg, Könnigshausen und Neumann, 1994.

MEHRING, Franz. "Heinrich v. Kleist". In: Franz Mehring. *Gesammelte Schriften. Band 10. Aufsätze zur deutschen Literatur von Klopstock bis Weerth.* Berlin, Dietz, 1975.

MÜLLER-SALGET, Klaus. "Das Prinzip der Doppeldeutigkeit in Kleists Erzählungen". In: Walter Müller-Seidel (Hrsg.). *Kleists Aktualität. Neue Aufsätze und Essays. 1966-1978*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.

MUNDT, Theodor. "Zur Geschichte und Kritik der Novellen-Poesie". In: Karl Konrad Pollheim (Hrsg.). *Theorie und Kritik der deutschen Novelle von Wieland bis Musil*. Tübingen, Max Niemeyer, 1970.

NEUMANN, Gerhard. "Anekdote und Novelle: Zum Problem literarischer Mimesis im Werk Heinrich von Kleists". In: Inka Kording et Anton Philipp Knittel (Hrsg). *Heinrich von Kleist – Neue Wege der Forschung*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2003.

REUß, Roland. "'Die Verlobung in St. Domingo' – eine Einführung in Kleists Erzählen". In: Inka Kording et Anton Philipp Knittel (Hrsg.). *Heinrich von Kleist. Neue Wege der Forschung*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2003.

RIEGER, Bernhard. *Geschlechterrollen und Familienstrukturen in den Erzählungen Heinrich von Kleists*. Frankfurt M., Peter Lang, 1985.

ROSENFIELD, Katrin. "As ironias caleidoscópicas de Kleist em *O Noivado em Santo Domingo*". In: *Pandaemonium germanicum. N. 18 (Dez/2011).*

SCHLAFFER, Hannelore. *Poetik der Novellen*. Stuttgart/Weimar, J. B. Metzler, 1993.

SCHMIDT, Jochen. *Heinrich von Kleist – Studien zu seiner poetischen Verfahrensweise.* Tübingen, Max Niemeyer, 1974.

SEMBDNER, Helmut. *Heinrich von Kleists Nachruhm. Eine Wirkungsgeschichte in Dokumenten*. Bremen, Carl Schünemann, 1967

SCHULLER, Marianne. "Verpassen des Geschlechts. Kleists 'Die Verlobung in St. Domingo'. Lektüre und Literaturwissenschaftliche Reflexion". In: Bettina Gruber et Gerhard Plumpe (Hrsg.) *Romantik und Ästhetizismus: Festschrift für Paul Gerhard Klussmann*. Würzburg, Königshausen und Neumann, 1999.

SKROTZKI, Ditmar. *Die Gebärde des Errötens im Werk Heinrich von Kleists.* Marburg, NG. Elwert, 1971.

SMITH, David E. *Gesture as a stylistic Device in Kleist's 'Michael Kohlhaas' and Kafka's 'Der Prozess'.* Frankfurt, Peter Lang, 1976.

STRÄSSLE, Urs. *Heinrich von Kleist – Die keilförmige Vernunft.* Würzburg, Königshausen & Neumann, 2002.

STRUCK, Wolfgang. "Schwarz-Weiß-Rot, oder: 'Lernt des Verräters Mitleid in Domingo'. 'Die Verlobung in St. Domingo' zwischen Befreiungskrieg und Kolonialismus". In: *Kleist-Jahrbuch (1999)*.

TIECK, Ludwig. "Unterhaltungen mit Tieck. 1849-1853". In: Karl Konrad Pollheim (Hrsg.), *Theorie und Kritik der deutschen Novelle von Wieland bis Musil,* Tübingen, Max Niemeyer, 1970.

VOLOBUEF, Karin. "Rousseau e Kleist". In: José Oscar de Almeida Marques (org.). *Verdades e mentiras: 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau*. Ijuí, Unijuí, 2005.

WEIGEL, Sigrid. "Der Körper am Kreuzungspunkt von Liebesgeschichte und Rassendiskurs in Heinrich von Kleists Erzählung 'Die Verlobung in St. Domingo'". In: *Kleist-Jahrbuch (1991)*.

WETZEL, Michael. "Geben und Vergeben. Vorüberlegungen zu einer Neudeutung der Ambivalenzen bei Kleist". In: *Kleist-Jahrbuch (2000)*.

WIESE, Benno von. *Die deutsche Novelle von Goethe bis Kafka.* Düsseldorf, August Bagel, 1956.

WITTKOWKSI, Wolfgang. "Gerechtigkeit und Loyalität, Ethik und Politik Kleists 'Verlobung in St. Domingo' und Goethes teilweiser Widerspruch in der 'Belagerung von Mainz'". In: *Kleist-Jahrbuch (1992)*.

ZANTOP, Susanne. "Verlobung, Hochzeit und Scheidung in St. Domingo. Die Haitianische Revolution in zeitgenössischer deutscher Literatur (1792-1817)". In: Sigrid Bauschinger et Susan Cocalis (Hrsg.). *"Neue Welt"/"Dritte Welt". Interkulturelle Beziehungen Deutschlands zu Lateinamerika und der Karibik.* Tübingen/Basel, Francke, 1994.

ZELLER, Hans. "Kleists Novellen von dem Hintergrund der Erzählnormen. Nichterfüllte Voraussetzungen ihrer Interpretation". In: *Kleist-Jahrbuch (1994)*.

ZWEIG, Stefan. *Der Kampf mit dem Dämon – Hölderlin. Kleist. Nietzsche.* Frankfurt M., S.

Fischer Verlag, 1982 (1925).

Bibliografia Historiográfica e Geral

ABEL, Wilhelm. *Geschichte der deutschen Landwirtschaft*. Stuttgart, Eugen Ulmer, 1962.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Tráfico dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira. Dialética e Dualidade em Antonio Candido e Roberto Schwarz.* Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 1992.

BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos Estudos sobre Ciência Política.* São Paulo, Editora Centro Universitário, 1967.

BENNETT, E.K. *A History of the German Novelle. From Goethe to Thomas Mann*. Cambridge, University Press, 1934.

BIERNACKI, Richard. *The Formation of Labor. Germany and Britain, 1640-1914*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1995.

BOMFIM, Manuel. *América Latina. Males de Origem.* Rio de Janeiro, Topbooks, 2005.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

BUCH, Hans Christoph. *Die Scheidung von San Domingo: Wie die Negersklaven von Haiti Robespierre beim Wort nahmen*. Berlin, Wagenbach, 1976.

BÜSCH, Otto. “Die Militarisierung von Staat und Gesellschaft im alten Preußen". In: Manfred Schlenke (Hrsg.). *Preussen. Beiträge zu einer politischen Kultur*. Reinbeck bei

Hamburg, Rowohlt Taschenbuch, 1981.

CAETANO FERREIRA, Maria Inês. "A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade". In: *Revista Novos Estudos Cebrap. N. 63 (Jul.99)*.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro, Paz e Tera, 1977.

CAMPBELL, Joan. *Joy in Work. German Work. The National Debate, 1800-1945*. Princeton, Princeton University Press, 1989.

CARSTEN, F. L. "Gutsherrschaft und Adelsmacht". In: Manfred Schlenke (Hrsg.), *Preussen. Beiträge zu einer politischen Kultur.* Reinbeck bei Hamburg, Rowohlt Taschenbuch, 1981.

_____. *The Origin of Prussia.* Oxford, AT The Claredon Press, 1954.

CASANOVA, Antoine et PARAIN, Charles. "Présentation". In: *La deuxième servage en Europe central et oriental. Recherches internationales à la lumière du marxisme. N. 63-64 (1970).*

COSTA, Jurandir Freire da. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico.* Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

ELEY, Geoff. *A Crooked Line. From Cultural History to the History of Society*. Michigan, The University of Michigan Press, 2005.

ELIAS, Norbert. *Über den Prozeß der Zivilisation*. Frankfurt M., Suhrkamp, 1976.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro.* São Paulo, Globo/Publifolha, 2000.

FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Polílica. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo III*. São Paulo, Editora 34, 2002.

FRANZ, Günther. *Geschichte des deutschen Bauernstandes vom frühen Mittelalter bis zum 19. Jahrhundert.* Stuttgart, Eugen Ulmer, 1970.

FREITAS, Teixeira de. *Consolidação das Leis Civis*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1876.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1950.

GORZ, André. *Misérias do Presente. Riqueza do Possível.* São Paulo, Annablume, 2004. Trad. Ana Montoia.

HAGEN, William W. *Ordinary Prussians. Brandenburg Junkers and Villagers, 1500-1840.* Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

HARNISCH, Hartmut et HEITZ, Gerhard. *Deutsche Agrargeschichte des Spätfeudalismus.* Berlin, Akademie-Verlag, 1986.

HARNISCH, Hartmut. *Kapitalistische Agrarreform und Indurstrielle Revolution. Agrarhistorische Untersuchungen über das ostelbische Preußen zwischen Spätfeudalismus und bürgerlich-demokratischer Revolution von 1848/49 unter besonderer Berücksichtigung der Provinz Brandenburg.* Weimar, Hermann Böhlaus Nachfolger, 1984.

HAUSER, Arnold. *Sozialgeschichte der Kunst und Literatur*. München, Beck, 1975.

HUNOLD LARA, Silvia. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa.* In: José Andrés-Gallego (coord.), Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica, Colección Proyectos Históricos Tavera, Madrid, 2000

KAAK, Heinrich. *Die Gutsherrschaft. Theoriegeschichtliche Untersuchungen zum Agrarwesen im ostelbischen Raum.* Berlin/New York, Walter de Gruyter, 1991.

KOLCHIN, Peter. *Unfree Labor. American Slavery and Russian Serfdom.* Cambridge/Massachusetts/London, The Belknap Press of Harvard University Press, 1987.

KRIEDTE, Peter. *Spätfeudalismus und Handelskapital. Grundlinien der europäischen Wirtschaftsgeschichte vom 16. bis zum Ausgang des 18. Jahrhunderts*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1980.

KUCZYNSKI, Jürgen. "Zum Aufstaz von Johannes Nichtweiß über die zweite Leibeigenschaft". In: *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft. Heft 3 (1954).*

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. Trad. Karen Elase Barbosa.

_____. *Os últimos combates*. Petrópolis,Vozes, 1997. Vários tradutores.

_____. *Schwarzbuch Kapitalismus. Ein Abgesang auf die Marktwirtschaft*. München, Ulstein, 2002.

LÜTGE, Friedrich. *Geschichte der deutschen Agrarverfassung vom frühen Mittelalter bis zum 19. Jahrhundert*. Stuttgart, Eugen Ulmer, 1967.

MARX, Karl. *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie.* Berlin, Dietz, 1980.

MEYER, Claus K. "Ein zweischneidiges Schwert: Ordnung und Reglementierung auf Rittergut und Sklaven-Plantage". In: Jan Klußmann (Hrsg.), *Leibeigenschaft. Bauerliche Unfreiheit in der frühen Neuzeit*. Köln/Weimar/Wien, Böhlau, 2003.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo, Publifolha, 2000.

NICHTWEISS, Johannes. *Das Bauernlegen in Mecklenburg. Eine Untersuchung zur Geschichte der Bauernschaft und der zweite Leibeigenschaft in Mecklenburg bis zum Beginn des 19. Jahrhunderts.* Berlin, Rütten & Loening, 1954.

_____. "Zur Frage der zweiten Leibeigenschaft und des sogennanten preußischen Weges der Entwicklung des Kapitalismus in der Landwirtschaft Ostdeutschlands". In: *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft. Heft 5 (1953)*

OLIVEIRA, Francisco de. “O ornitorrinco”. In: Francisco de Oliveira, *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco.* São Paulo, Boitempo, 2003.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira.* São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.* São Paulo, Brasiliense/Publifolha, 2000.

ROSENBERG, Hans. *Bureaucracy, Aristocracy, and Autocracy. The Prussian Experience.*

1660-1815. Boston, Beacon Press, 1966.

_____. *Machteliten und Wirtschaftskonjunkturen. Studien zur neueren deutschen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte.* Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1978.

ROSENFELD, Anatol. *História da Literatura e do Teatro Alemães.* São Paulo, Edusp, 1993.

SALLES GOMES, Paulo Emílio. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro/São Paulo, Ática, 1986.

SCHATZ, Holger et WOELDIKE, Andrea. *Freiheit und Wahn deutscher Arbeit. Zur historichen Aktualität einer folgenreichen antisemitischen Projektion.* Hamburg/Münster, Unrast, 2001.

SCHIMIDT, Christoph. *Leibeigenschaft im Ostseeraum. Versuch einer Typologie.* Köln/Weimar/Wien, Böhlau, 1997.

SEIDL, Alois. *Deutsche Agrargeschichte*. Freising, Fachhochschule Weihenstephan, 1995.

SCHÜLLER, Karin. *Die deutsche Rezeption haitianischer Geschichte in der ersten Hälfte des 19. Jahrhunderts: ein Beitrag zum deutschen Bild vom Schwarzen.* Köln, Böhlau, 1992.

SKAZINE, S. D. "Problemes fondamentaux du 'deuxième servage' en Europe Centrale et Orientale". In: *La deuxième servage en Europe central et oriental. Recherches internationales à la lumière du marxisme*. *N. 63-64 (1970).*

STAHL, H. H. "Les anciènnes communautés villageoises roumaines (extraits)". In: *La deuxième servage en Europe central et oriental. Recherches internationales à la lumière du marxisme*. *N. 63-64 (1970).*

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. "A Revolução Burguesa no Brasil". In: *Encontros com a Civilização Brasileira. N. 4 (1978).*

_____. *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos.* São Paulo,

Fundação Editora da Unesp, 1999.

_____. *Da Senzala à Colônia.* São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System. Vol. I. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/San Francisco/London, Academic Press, 1974.

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft (Nach der ersten vollst. Ausgabe v. 1922)*. Karsten Worm, InfoSoftWare, 1999 (CD-ROM).

WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte. Band 1. Vom Feudalismus des Alten Reiches bis zur Defensiven Modernisierung der Reformära. 1700-1815.* München, C.H. Beck, 2008.

_____. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte. Band 2. Von der Reformära bis zur industriellen und politischen 'Deutschen Revolution'. 1815-1845/49*. München, C.H. Beck, 2008.

WUNDER, Heide. "Das Selbstverständliche denken. Ein Vorschlag zur vergleichenden Analyse ländlicher Gesellschaften in der Frühen Neuzeit, ausgehend vom 'Modell ostelbischen Gutsherrschaft'". In: Jan Peters (Hrsg.), *Gutsherrschaft als soziales Modell. Historische Zeitschrift*. *Beiheft 18*. München, R. Oldenburg, 1995.